**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

NEIVA CAETANO DOS SANTOS

**Assistência à infância como tema de trabalhos apresentados nos
Congressos Brasileiros de História da Educação (2000-2015)**

**Ribeirão Preto
2017**

Neiva Caetano dos Santos

Assistência à infância como tema de trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de História da Educação (2000-2015)

Versão Corrigida

(Versão original encontra-se na unidade que aloja o Programa de Pós-graduação)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Linha 1 – Fundamentos Filosóficos, Científicos e Culturais da Educação – FFCCE

Orientador: Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca

Ribeirão Preto
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Santos, Neiva Caetano dos

Assistência à infância como tema de trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de História da Educação (2000-2015).

187 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Educação.

Orientador: Fonseca, Sérgio César da.

Versão corrigida

1. História da Educação. 2. História da Infância. 3. Balanço historiográfico da infância.

SANTOS, Neiva Caetano dos. **Assistência à infância como tema de trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de História da Educação (2000-2015)**. 2017. 187 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca, pela paciência e confiança depositada na elaboração da pesquisa. Meu agradecimento por me permitir conhecer um tema tão relevante.

À Profa. Dra. Rosa de Fátima de Souza e ao Prof. Dr. Elmir de Almeida, pela participação na banca de qualificação, pois suas sugestões foram decisivas no direcionamento da pesquisa.

Ao meu querido esposo, Adelmo, por estar presente em todas as etapas dessa pesquisa, com muita paciência e compreensão, para que meu sonho de adentrar o mundo acadêmico pudesse se tornar realidade.

Às minhas filhas, Ana Laura e Maria Julia, que incontáveis vezes se privaram da minha presença, mas sempre compreendendo e colaborando em todos os aspectos.

À minha querida mãe, Maria Olinda, que cuidou das minhas filhas, para que eu pudesse evoluir em meus estudos. Sem a senhora, tudo seria mais difícil.

Ao meu querido irmão, José Roberto, que, na sua simplicidade, sempre vibrou com as minhas conquistas.

Às minhas amigas, Marília e Natália Yélena, que me incentivaram a seguir a trajetória acadêmica, e estiveram presentes me apoiando nos momentos de angústia, sempre com uma palavra de carinho e com paciência. Vocês são professoras exemplares, quero que saibam que eu as admiro e tenho muito orgulho em tê-las como amigas.

Às minhas amigas e companheiras de pesquisa, Caroline e Iris, muito obrigada por me salvarem nos momentos de apuro e por me transmitirem a tranquilidade necessária para superar as dificuldades.

À Maria Beatriz, à Talita e ao Thiago, muito obrigada pela disposição e apoio para transpor todas as dificuldades concomitantes ao mestrado.

A todos, sem exceção, meu profundo agradecimento.

Ao longo da história do Brasil, as crianças ‘passaram pelas mãos’ de diversos adultos: os jesuítas (os ‘meninos-línguas’); os proprietários de escravos (as crianças escravas); as Câmaras Municipais e as Rodas de Expostos (as crianças expostas); os asilos infantis (os órfãos, os desvalidos e os abandonados); os higienistas e os filantropos (as crianças e as mães pobres); a polícia, os reformatórios e as casas de correções (os menores viciosos, os delinquentes e os *pivettes*); os patrões (a criança trabalhadora); a família (os filhos e os filhos de criação); o Estado (a criança e o menor); os juízes de menores (o menor em situação irregular) e a sociedade civil (crianças e adolescentes sujeitos de direitos) (RIZZINI; FONSECA, 2001, p. 5).

RESUMO

SANTOS, Neiva Caetano dos. **Assistência à infância como tema de trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de História da Educação (2000-2015)**. 2017. 187 p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

A pesquisa que ora se apresenta buscou analisar os trabalhos publicados nos anais das sucessivas edições do Congresso Brasileiro de História da Educação, a fim de delimitar aqueles cujo objeto de estudo é a assistência à infância. Para alcançar esse objetivo, efetuou-se como recorte temporal a análise das edições do referido evento de 2000 a 2015, com ênfase nos trabalhos que apresentam como temática central de discussão a assistência destinada à infância. Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa de levantamento bibliográfico. Considera-se nessa análise que os estudos acerca da assistência à infância estão inseridos no campo da História e na dimensão História da Educação, conforme indicaram os Balanços Bibliográficos Temáticos já realizados por Carla Silvana Daniel Sartor, Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca, Maria Helena Rolim Capelato e, ainda, o levantamento realizado no GT02 da ANPED, bem como foram capazes de comprovar que ao surgir a Sociedade Brasileira de História da Educação e os CBHEs, a assistência à infância, as instituições de assistência, a história da infância pobre e desvalida, a filantropia e a caridade, eram temas de pesquisa que já estavam consolidados. Analisando o perfil dos trabalhos apresentados e publicados, dentre o total identificado (4.163), apenas 77 produções (1,8%) correspondem ao tema ora investigado, indicando que é regular, pois esteve presente em todas as edições do evento, mas é possível inferir que se trata de uma perspectiva de estudo ainda periférica. O levantamento demonstra que os aspectos mais enfatizados, como os temas *Instituição de Assistência à Infância/Assistência* e a *Socialização*, foram aqueles que tiveram a maior recorrência nos trabalhos analisados. Constatou-se que é comum, entre tais pesquisadores, apontar que a educação tinha por objetivo moralizar a infância pobre, posto que a educação ficava circunscrita aos conhecimentos elementares, pois a missão da escola era socializadora. No que tange à educação das meninas, limitava-se à preparação dessas garotas para o exercício do papel de mãe de família, para executar com perfeição as tarefas domésticas em detrimento dos aspectos pedagógicos. Quanto aos *Ofícios*, os textos apresentam pontos em comum, o trabalho era pensado como a alternativa para resolver os problemas oriundos da infância pobre, abandonada e órfã, pois ao submetê-la à aprendizagem de um ofício, acreditava-se que seria possível regenerar a criança e, ainda, qualificar mão de obra para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Assistência à infância. História da Infância. Balanço historiográfico da infância.

ABSTRACT

SANTOS, Neiva Caetano dos. Child care as a theme of papers presented at the Brazilian Congresses on the History of Education (2000-2015). 2017. 187 f. Dissertation (Master of Science) - Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2017.

The present research sought to analyze the works published in the annals of the successive editions of the Brazilian Congress of History of Education, in order to delimit those whose object of study is child care. In order to reach this objective, the analysis of the editions of this event from 2000 to 2015 was carried out as a temporal cut, with emphasis on the works that present as a central topic of discussion the assistance for children. As for the method, this is a bibliographical survey research. It is considered in this analysis that the studies about child care are inserted in the field of History and in the History of Education dimension, as indicated by the Thematic Bibliographic Balances already carried out by Carla Silvana Daniel Sartor, Irma Rizzini and Maria Teresa da Fonseca, Maria Helena Rolim Capelato, and also the survey carried out in GT02 of ANPED, as well as were able to prove that when the Brazilian Society of Education History and the CBHEs emerged, child care, care institutions, the history of poor childhood and philanthropy and charity, were themes of research that were already consolidated. Analyzing the profile of the works presented and published, of the total identified (4.163), only 77 productions (1.8%) correspond to the subject investigated, indicating that it is regular, since it was present in all editions of the event, but it is possible to infer that this is still a perspective of a peripheral study. The survey demonstrates the aspects more emphasized, that the themes Institution of Assistance to Childhood / Assistance and Socialization, were those that had the greatest recurrence in the works analyzed. It is common knowledge among these researchers to point out that education aimed at moralizing poor childhood, since education was limited to elementary knowledge, since the mission of the school was socializing. As far as girls' education was concerned, it was limited to the preparation of these girls for the role of mother of a family, to perform household tasks perfectly to the detriment of pedagogical aspects. As for the Offices, the texts present points in common, the work was thought as the alternative to solve the problems of poor, abandoned and orphaned children, because when subjecting it to the learning of a craft, it was believed that it would be possible to regenerate and to qualify labour for the labour market.

Keywords: Child care. History of Childhood. Historiographical balance of childhood.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais editoras brasileiras que publicaram obras sobre a história da educação no Brasil.....	38
Quadro 2 - Periódicos brasileiros que divulgam pesquisas sobre a história da educação.....	39
Quadro 3 - Trabalhos que tratam do tema da assistência à infância no Grupo de Trabalho História da Educação (GT02) - ANPEd.....	51
Quadro 4 - Trabalhos publicados no GT02 História da Educação.....	52
Quadro 5 - Instituição de origem dos trabalhos - levantamento ANPEd.....	53
Quadro 6 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto às fontes de origem.....	93
Quadro 7 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto à situação da pesquisa à época da apresentação.....	94
Quadro 8 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto às instituições de origem.....	95
Quadro 9 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto às instituições de acordo com a localidade/região.....	99
Quadro 10 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto à metodologia.....	101
Quadro 11 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto ao recorte temporal.....	113
Quadro 12 - Organização dos temas distribuídos pelo recorte temporal.....	114
Quadro 13 - Trabalhos que apresentam fundamentação teórica específica na análise dos resultados – CBHEs.....	150
Quadro 14 - Autores citados nos trabalhos como referencial teórico específico na análise dos resultados – CBHEs.....	153
Quadro 15 - Autores mais citados na categoria dos trabalhos que não fazem menção a um aporte teórico definido- CBHEs.....	164
Quadro 16 - Trabalhos que apresentam apenas o resumo e que não fizeram menção a nenhuma fundamentação teórica ou autor específico.....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanços bibliográficos de: Carla Silvana Daniel Sartor, Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca, Maria Helena Rolim Capelato e ANPED.....	58
Tabela 2 - Dados quantitativos do levantamento realizado nos Anais dos CBHEs.....	91
Tabela 3 - Comparação entre os balanços bibliográficos anteriores, publicações da ANPED e o levantamento realizado nos Anais dos CBHEs.....	92
Tabela 4 - Fontes documentais identificadas nos trabalhos analisados nos Anais dos CBHEs.....	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
AFBI	Associação Feminina Beneficente e Instrutiva
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPUH	Associação Nacional de História
ASPHE	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHEs	Congressos Brasileiros de História da Educação
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CBPI	Congresso Brasileiro de Proteção à Infância
CEDES	Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CIVILIS	Grupo de estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania
COLUBHE	Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação
COPEHE	Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação
DNCr	Departamento Nacional da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECHE	Encontro Cearense de Historiadores Cearenses da Educação
EHECO	Encontro de História da Educação do Centro-Oeste
EHEd-RJ	Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro
EMHE	Encontro Maranhense de História da Educação
ENNHE	Encontro Norte Nordeste de História da Educação
EPENN	Encontro de Pesquisa Educacional Norte e Nordeste
FCC	Fundação Carlos Chagas
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEUSP	Faculdade de Educação da USP
FFCLRC	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Rio Claro
FFCLRP/USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
FFCL-USP	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

FFLCH/USP	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor
GEPHE	Centro de Pesquisa em História da Educação
GT02	Grupo de Trabalho História da Educação
HISTEDBR	História, Sociedade e Educação no Brasil
IEC	Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada
ICHS	Comitê Internacional de Ciências Históricas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPAI/RJ	Instituto de Assistência e Proteção à Infância no Rio de Janeiro
ISCHE	International Standing Conference for the History of Education
ISSN	International Standard Serial Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PARIS IV Sorbonne	Universidade Paris-Sorbonne
PUCRJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
SAM	Serviço Nacional de Menores
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
SHELA	Sociedade de História da Educação Latino-Americana
SCS-USP	Superintendência de Comunicação Social
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGO	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UnB	Universidade de Brasília
UNESP/ASSIS	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNESP/FRANCA	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNESP/MARÍLIA	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIBAN	Universidade Bandeirante de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNISANTOS	Universidade Católica de Santos
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USF	Universidade São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	28
2.1 A divulgação das pesquisas sobre a história da educação no Brasil.....	33
2.2 A constituição da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).....	43
2.3 A presença do tema da assistência à infância em balanços bibliográficos no campo da História e da História da Educação.	47
3. AS DISCUSSÕES ACERCA DAS CONCEITUAÇÕES SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA.....	60
3.1 Os primeiros debates sobre a temática da infância no Brasil.....	70
3.2 Assistência à Infância: alguns apontamentos.....	73
3.3 A Caridade, a filantropia e a Assistência.....	78
4. A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: UM RECORTE A PARTIR DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (CBHEs).....	89
4.1 Abordagens metodológicas utilizadas nos trabalhos analisados.....	100
4.2 As fontes documentais utilizadas nos trabalhos analisados.....	106
5. A PRESENÇA DO TEMA DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NOS CBHEs: A DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS.....	112
5.1 Eixos Temáticos.....	115
5.1.1 Socialização.....	115
5.1.2 Instituição de assistência à infância/Assistência.....	125
5.1.3 Ofícios.....	134
5.1.4 Higienismo.....	138
5.1.5 Legislação.....	141
5.1.6 Tutela/Contrato de órfãos.....	144
5.1.7 Instituto Disciplinar.....	146
5.2 Referencial teórico específico de análise utilizado nos trabalhos.....	148
5.3 Sem referencial teórico definido utilizado na análise dos trabalhos.....	162
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS.....	170
ANEXOS	

ANEXO A - Relação dos trabalhos selecionados nos CBHEs para a análise - lista por autores.....	177
ANEXO B - Tipos de fontes documentais analisadas nos trabalhos publicados e apresentados nos Anais dos CBHEs.....	182
ANEXO C - Ficha de análise das produções científicas.....	186

1. INTRODUÇÃO

Buscando compreender com mais exatidão os estudos iniciados por Philippe Ariès, bem como aprofundar o conhecimento acerca dos autores brasileiros que lidam com o campo da História da Infância, ingressei como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP/USP) – disciplina *Infância, História e Educação* no primeiro semestre de 2014, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca. Ao término da disciplina, elaborei um artigo como trabalho final, no qual me propus a verificar a influência da escolarização na formação do sentimento de infância, bem como a contribuição do sentimento de família neste processo. Para isso, fez-se necessário compreender como a infância era considerada na Idade Média e, também, qual era a posição da criança no interior da família. Motivada pelas leituras e conhecimentos adquiridos nesta ocasião, deu-se início à preparação do projeto de pesquisa.

Durante o processo de seleção para o ingresso no curso de Mestrado na FFCLRP/USP, mesmo com a aprovação do projeto inscrito, naquele momento, não havia possibilidade de este ser executado por questões ligadas às investigações que estavam em andamento na linha de pesquisa, por isso, o Prof. Dr. Sérgio César da Fonseca fez a proposta para que fosse construído outro projeto. O planejamento inicial tratava-se de um mapeamento no Grupo de Trabalho História da Educação (GT02) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e nos Anais dos Congressos Brasileiros da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Desse modo, iniciaram-se as primeiras sondagens e levantamentos preliminares nos referidos eventos, com o intuito de selecionar trabalhos que fizessem menção à assistência à infância.

Na ocasião do evento *1º Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação & X Mostra de Trabalhos de Pesquisa do Curso de Pedagogia* realizado na FFCLRP/USP, foi possível vivenciar um momento profícuo para apresentar o projeto de pesquisa inicial e uma oportunidade ímpar para que os debatedores e ouvintes pudessem dar suas contribuições. Uma das propostas partiu do Prof. Dr. Elmir de Almeida, sugerindo que o levantamento poderia delimitar somente um evento, posto que, em sua opinião, o mestrado não ofereceria tempo hábil para a efetivação de uma pesquisa pautada no Estado da Arte. Assim, as sugestões foram analisadas pelo orientador e, consideradas, desse modo, optou-se em realizar o levantamento dos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs).

Sendo assim, com base em tais reflexões que o projeto de pesquisa foi redigido, contemplando o material bibliográfico utilizado durante a disciplina cursada como aluna especial, utilizando parte do projeto aprovado no processo de seleção para o Mestrado e dentre outros referenciais teóricos indicados pelo orientador.

A pesquisa que ora se apresenta tem como objetivo geral analisar os trabalhos apresentados e publicados nos Anais dos CBHEs, a fim de delimitar aqueles cujo objeto de estudo é a assistência à infância. No que tange aos objetivos específicos, o intuito foi apontar se a presença do tema da assistência à infância foi tomada como objeto de pesquisa na História da Educação, com base na análise dos resumos e textos completos publicados nesses eventos em suas sucessivas edições, de 2000 a 2015. Ainda, especificamente, buscou-se caracterizar as produções científicas em relação ao tema central da pesquisa; a constância em que os trabalhos surgem e quantos deles a cada edição; a indicação assumida ou implícita do referencial teórico que os pesquisadores utilizaram para discutir os dados; os recortes temporais priorizados nos trabalhos.

Pretendeu-se, também, conhecer a ideia explícita ou não acerca do que seja a assistência à infância presente nos trabalhos selecionados, bem como os conceitos centrais sobre a concepção da infância como objeto de estudo. Contudo, não foram encontradas respostas para esses objetivos, posto que, nos trabalhos analisados, os pesquisadores não abordaram tais perspectivas. Supõe-se que por se tratar de um evento que limita a quantidade de páginas indicadas para enviar o trabalho para submissão (em média dez laudas), os pesquisadores não tiveram a possibilidade de ampliar suas explicações.

O recorte temporal justifica-se pela necessidade de conhecer como a SBHE chegou aos anos 2000 dentro de uma tendência de estudos, no que tange à História da Infância e, como disponibiliza o espaço para expor as pesquisas referentes às instituições de caráter assistencial até o ano de 2015. Sendo assim, observou-se que, a partir da criação da SBHE, surgiu um novo momento para o campo, no qual, com base nos trabalhos selecionados e analisados nos Anais dos CBHEs, comprovou-se que os estudos acerca da assistência à infância estão inseridos no âmbito da pesquisa em História da Educação. No que concerne à escolha do referido evento, deve-se à sua projeção nacional e por se tratar de um lócus de propagação de trabalhos no campo da História da Educação no Brasil, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico, bem como por ser uma excelente ferramenta para conhecimento das pesquisas desenvolvidas e em andamento.

Dessa forma, as questões que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa foram: O que dizem os trabalhos apresentados nos Anais dos CBHEs sobre a assistência à infância no

Brasil? Quais são os autores de referência na temática em questão que mais influenciaram os pesquisadores? Qual é a fundamentação teórica mais utilizada pelos pesquisadores? Quais são os procedimentos metodológicos mais recorrentes?

Ao traçar o perfil dessas produções, foi possível conhecer as principais temáticas, características e representações da assistência à infância apresentadas neste evento de grande visibilidade no meio acadêmico científico e conhecer como o tema proposto está sendo discutido entre os pares. Ao elucidar aspectos relevantes para a História da Educação, particularmente relativos ao modo como os fatos do passado podem ser compreendidos posteriormente, teve-se o propósito de comparar a progressão destes estudos no Brasil, considerando a assistência à infância como objeto de estudo. Apesar da relevância, pois acredita-se que os resultados da presente dissertação poderão contribuir com outros pesquisadores da história da educação, além de desencadear novas discussões, é preciso ressaltar a dificuldade em realizar esse tipo de pesquisa, posto que, faz-se necessário ter a apropriação do tema a ser investigado, para que, dessa forma, se possa apontar as lacunas, as reiteraões e os avanços de um determinado campo do conhecimento.

Bernard Charlot (2006) discute a importância dos pesquisadores conhecerem o que está sendo publicado sobre determinada temática com a finalidade de evitar repetições, conhecer os resultados, quais são os questionamentos advindos destas pesquisas e como estão sendo conduzidos os debates em determinado campo do saber “para que progrida a pesquisa em educação no Brasil, para que ela se organize, ganhe visibilidade, para que se definam, pouco a pouco, ‘pontos de partida’ e pontos de apoio [...]” (CHARLOT, 2006, p. 17).

Antes de dar início à contextualização da temática da presente pesquisa, fez-se necessário significar os termos centrais que deram subsídios para compreender o referencial teórico, no momento da análise dos trabalhos selecionados, que foram os conceitos de *Caridade*, *Filantropia* e *Assistência*, conforme exposto nas linhas a seguir.

De acordo com o vocabulário crítico da Filosofia, a *Caridade*, por meio da ótica cristã, significa amar ao próximo e a Deus e, nestas condições, distingue-se do caráter filantrópico (LALANDE, 1993). Nesta perspectiva, Abbagnano (2000) descreve a caridade como sendo o amor dispensado ao outro, acrescentando que quem a pratica tem um vínculo direto com Deus. Contudo, na linguagem popular, o autor destaca que o referido termo também pode ter o sentido de beneficência “para indicar a atitude de quem quer o bem do outro e se comporta generosamente para com ele” (ABBAGNANO, 2000, p. 118). A Enciclopédia Barsa (1997) faz referências ao aspecto Teológico, do amor a Deus e, respectivamente, a manifestar a generosidade ao próximo.

No que tange à *Filantropia*, este termo designa que é preciso sobressair “o que existe de universal na natureza humana” (LALANDE, 1993, p. 403). Desse modo, significa que é necessário colocar acima de tudo a ideia da humanidade, inclusive em detrimento dos aspectos religiosos. No século XVIII, na linguagem filosófica, a filantropia tinha o sentido de “direito natural” (LALANDE, 1993, p. 403), todavia, a partir do século XIX, essa significação deixa de ser usada e passa a ser interpretada por humanitarismo. Outro sentido encontrado no vocabulário crítico da Filosofia remete a filantropia à beneficência, porém de forma abrangente, não concentrando os esforços em sanar apenas as dificuldades individuais, mas atuar diretamente em instituições de caridade e, conseqüentemente, essa ajuda contemplaria um número maior de pessoas.

Ainda interpretando o termo *Filantropia*, de acordo com o dicionário crítico de Filosofia, Aristóteles significou a filantropia como sendo a “amizade do homem para com outro homem” (ABBAGNANO, 2000, p. 441), posto que se tratava do princípio que esta amizade era inerente às relações estabelecidas entre os indivíduos, tal como um “vínculo natural”, portanto, a solidariedade entre os homens era naturalmente recíproca pelo simples fato de que “um homem não pode ser alheio a outro homem [...]” (ABBAGNANO, 2000, p. 441). O autor, ao discorrer sobre o significado do termo, aborda o ponto de vista de Platão, que se referia à filantropia baseado em três vertentes: “saudação, ajuda, hospitalidade” (ABBAGNANO, 2000, p. 441). A contemporaneidade faz referência ao segundo aspecto exposto por Platão, que é a manifestação da benevolência para com os indivíduos, dedicar-se desinteressadamente e colocar-se no lugar do outro.

Finalizando as conceituações, de acordo com Dicionário de Sociologia (1970), o termo *Assistência* compreende a toda intervenção, pública ou privada, com o objetivo de amenizar as necessidades dos indivíduos, bem como promover melhores condições de vida a estes.

Quanto à metodologia, diversos procedimentos foram adotados nessa pesquisa para se chegar ao resultado final. Primeiramente, foi realizada a busca pela bibliografia referente à História da Infância e da História da Assistência para dar embasamento às buscas que seriam realizadas nos levantamentos bibliográficos temáticos, bem como na seleção dos trabalhos nos Anais dos CBHEs. A revisão de literatura se fez necessária, uma vez que auxiliou na coleta dos dados para verificar se o tema era pertinente ou não ao objeto de estudo em questão.

Em seguida, com o objetivo de enriquecer o trabalho de pesquisa ora citado, foi realizado um levantamento preliminar à procura de pesquisas correlatas (levantamento

bibliográfico). Ainda que estes trabalhos não abordem a mesma temática, serviram de referência por apresentarem pontos em comum. Foram localizadas as seguintes pesquisas:

- a) O artigo de Ana Maria de Oliveira Galvão et al. (2008)¹ *Difusão, apropriação e produção do saber histórico: A Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007)*, no qual se apresenta o balanço da revista com o objetivo de sistematizar o processo de publicação;
- b) A dissertação de mestrado de André Luiz Sena Mariano (2006)² *A construção do início da docência: um olhar a partir das produções da ANPEd e do Endipe*, em que o autor se propôs a realizar um levantamento dos trabalhos, nos referidos eventos, que apresentaram como tema central de discussão o professor iniciante e seu processo de aprendizagem profissional;
- c) A coleção coordenada por Marília Pontes Sposito (2009)³ intitulada *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)* na qual a autora apresenta o balanço da produção de conhecimentos discentes nos programas de pós-graduação no que se refere ao campo de estudo sobre a juventude;
- d) A coleção organizada por Surya Aaronovich Pombo de Barros (2015)⁴ *O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil*, com o objetivo de conhecer as pesquisas desenvolvidas sobre o tema e, dessa forma, apresentar possíveis lacunas no que tange à produção da área; e
- e) A dissertação de mestrado de Tatiani Rabelo Lapa Santos (2014) *Crianças e infâncias: um olhar de azul para os trabalhos apresentados no GT07 da ANPEd*, na qual a pesquisadora se propôs a investigar e inventariar a produção acerca das temáticas referentes ao brincar, aos brinquedos, às brincadeiras e à brinquedoteca, nos trabalhos apresentados e publicados no Grupo de Trabalho – Educação de crianças de 0 a 6 anos (GT7) da ANPEd.

¹ GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 171-234, jul. 2008. Disponível em: < <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/113>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

² MARIANO, André Luiz Sena. **A construção do início da docência: um olhar a partir das produções da ANPEd e do Endipe**. 2006. 142 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

³ SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. v. 1 Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

⁴ BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Org.). **O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil**. Vitória: SBHE/Virtual Livros, 2015. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/node/155>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

As pesquisas citadas foram de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que os autores utilizaram como metodologia o levantamento bibliográfico. Dessa forma, esses estudos contribuíram sobremaneira quanto à forma de organização dos quadros e tabelas e, ainda, na esquematização dos trabalhos selecionados quanto aos eixos temáticos.

Em vista disso, para atingir os objetivos propostos na presente investigação, foi utilizada como alternativa metodológica o levantamento bibliográfico dos trabalhos publicados e apresentados sobre a assistência à infância. E, assim, como foi dito anteriormente, foram nomeados como fonte de dados da pesquisa, os trabalhos que estão disponibilizados nos Anais dos CBHEs no sítio eletrônico da SBHE. Foram selecionados, dentre os trabalhos, as publicações relacionadas às categorias, trabalhos e comunicações coordenadas, aqueles que se enquadravam no escopo da pesquisa por meio da leitura de títulos, resumos e palavras-chave e, também, fez-se a leitura dos trabalhos na íntegra para sanar as dúvidas, se era ou não pertinente ao objetivo da presente pesquisa. As palavras-chave que delimitaram a busca foram definidas em trabalhos que apresentem, como tema central de discussão, a assistência à infância pobre ou que façam menção ao atendimento asilar; à assistência à infância/criança pobre; à criança/infância abandonada; aos expostos; à filantropia; aos materialmente ou moralmente abandonados. Estes conceitos foram encontrados no referencial teórico e, por isso, justificam-se como elementos de busca.

Na intenção de dinamizar a etapa de leitura dos trabalhos selecionados, foi utilizada, como recurso, uma Ficha de Leitura Sistematizada, conforme Anexo C, priorizando os seguintes aspectos: título; autor(es); orientador(a); instituição de origem dos pesquisadores; ano de publicação; situação da pesquisa à época da apresentação dos trabalhos; nível de pós-graduação; recorte temporal priorizado nos trabalhos; tema central abordado; autores citados; conceitos centrais sobre a concepção de infância (esse tópico, como dito anteriormente, não foi contemplado na análise dos trabalhos, uma vez que, os pesquisadores não fazem menção a esse aspecto); procedimentos metodológicos; resultados esperados; principais aspectos; conclusão. Essa ficha possibilitou uma leitura detalhada dos trabalhos com a intenção de elencar os principais tópicos de cada produção.

Quanto à análise dos resultados, os dados foram organizados em quadros e tabelas que permitiram uma visualização completa dos resultados. A discussão e a interpretação dos dados tiveram como objeto de análise, com a intenção de traçar um panorama geral acerca do material que fora coletado, os seguintes dados: os temas abordados; os objetivos das produções acadêmicas; o referencial teórico assumido e/ou sugerido; os autores de referência

no campo da assistência à infância mais citados; o ano de produção; o nível de pós-graduação; a instituição dos pesquisadores/orientadores; a área do conhecimento; as abordagens e procedimentos metodológicos; os recortes temporais priorizados nos trabalhos.

As referências de todos os trabalhos elencados no presente levantamento encontram-se exibidas no Anexo A.

Desta maneira, foram selecionados 77 trabalhos, conferindo nesta pesquisa a qualidade de documentos. Para tanto, faz-se necessário compreender o que significa documento numa pesquisa com esta abordagem.

Segundo Jacques Le Goff (1996), os materiais da memória coletiva e da história correspondem a duas categorias, na primeira estão os documentos que são selecionados pelo historiador e, na segunda, apresentam-se os monumentos que estão relacionados aos fatos ocorridos no passado, tais como, “obra comemorativa de arquitetura ou de escultura [...] monumento funerário” (LE GOFF, 1996, p. 535) – desse modo, entende-se que documento é tudo o que pode memorar o passado.

O momento de seleção de um documento, segundo Le Goff (1996), é uma etapa na qual se torna impossível a neutralidade do pesquisador, posto que há interferências externas que estão impregnadas neste processo, tais como os motivos que o levaram a preferir um documento a outro, pois isso “depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da organização mental” (LE GOFF, 1996, p. 547) – pode-se acrescentar, ainda, a bagagem cultural e acadêmica e os valores adquiridos em seu contexto social. Desse modo, mesmo que o pesquisador tenha liberdade de escolher o documento que será analisado, a subjetividade se fará presente.

Nesta perspectiva, Ângela Xavier Brito e Ana Cristina Leonardos (2001) expõem que o método científico não é capaz de banir do processo de pesquisa a subjetividade do pesquisador, uma vez que esta é uma característica presente desde “a escolha dos objetos, passando pelo estabelecimento das hipóteses, seleção e recorte do campo de estudo até as análises e interpretações” (BRITO; LEONARDOS, 2001, p. 8).

Os documentos apresentam-se como um fato histórico, “essencialmente como um testemunho escrito” (LE GOFF, 1996, p. 536). A leitura de um documento deve ser livre de julgamentos, para que ele não perca a sua essência; precisa exigir a habilidade do pesquisador em tirar todas as informações possíveis que ali estão; e, o mais importante, não se deve adicionar nada para que os fatos não sejam violados. Sendo assim, “o melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos” (LE GOFF, 1996, p. 536). Os

documentos trazem o desfecho “de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram” (LE GOFF, 1996, p. 547).

Ao findar o processo de seleção e análise dos documentos (os trabalhos publicados nos Anais dos CBHEs), o próximo passo foi entender como o tema da presente pesquisa pode ser compreendido no campo da História, relativo à “dimensão” da História da Educação e no “domínio” da assistência à infância. Desse modo foi utilizado como referência o trabalho de José D’Assunção Barros *O campo da História: especialidades e abordagens*.

Barros (2004) explica que a História se divide em vários campos e subespecialidades e se preocupa com o fato de que essa divisão possa acarretar vários sentidos ao leitor comum que não é um estudioso da História, bem como para aqueles que estão inseridos no âmbito acadêmico e que trabalhem com pesquisas historiográficas e desejem elaborar um texto de qualidade. Sendo assim, o autor pretende contribuir para elucidar as diferentes modalidades pertencentes ao campo da História.

Barros (2004) argumenta que é arriscado determinar que um trabalho historiográfico deva pertencer a um determinado campo, uma vez que, a qualidade de uma produção dessa natureza está na interconexão das diferentes modalidades que compõem o campo da História. Desse modo, a hiperespecialização do conhecimento histórico é preocupante, pois acarreta o problema da especialização crescente: subdivisões que os historiadores utilizam para compreender o campo da História.

Não importa a que enfoque o historiador se dedique ou esteja mais habituado, dificilmente ele poderá alcançar um sucesso pleno no seu ofício se não conhecer todos os outros enfoques possíveis – talvez para conectá-los em determinadas oportunidades, talvez para compor com alguns deles o seu próprio campo complexo de subespecialidades, ou talvez simplesmente para perceber que a história é sempre múltipla, mesmo que haja a possibilidade de examiná-la de perspectivas específicas (BARROS, 2004, p. 15).

O autor aponta que é complexo classificar e organizar a História em “sub-áreas especializadas” (BARROS, 2004, p. 15). Tal prática pode gerar dois problemas, o conflito de critérios e a impossibilidade de enquadrar a pesquisa historiográfica num campo específico.

Para compreender os diversos campos é necessário, segundo Barros (2004),

[...] distinguir muito claramente as divisões que se referem a *dimensões* (enfoques), as divisões que se referem a *abordagens* (ou modos de fazer a História), e as divisões intermináveis que se referem aos *domínios* (áreas de concentração em torno de certas temáticas e objetos possíveis) (BARROS, 2004, p. 8).

No que se refere a essa impossibilidade, é comum falar “em uma ‘História Econômica’, em uma ‘História Política’, em uma ‘História Cultural’ e assim por diante, a

verdade é que não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais” (BARROS, 2004, p. 15). A solução, segundo o autor, é não fazer uso de classificações como limites. A pesquisa historiográfica exige que a explicitação do campo ou da combinação de campos, não deve ser estagnada, nem mesmo utilizar de subterfúgio para omitir informações importantes ao leitor.

De forma sintética, a subdivisão interna do Campo Histórico, elaborado por Barros (2004), que faz referência às “dimensões”, às “abordagens” e aos “domínios” que, na realidade, são critérios que estão respectivamente relacionados aos “enfoques”, “métodos” e “temas”. Ao relacionar esses conceitos com a presente pesquisa, é possível apresentar a temática da assistência à infância por meio dessa ótica: a “dimensão”, que se trata do “primeiro plano na observação”, neste caso a História da Educação, que dará sustentação a esse estudo. A “abordagem” se trata dos materiais que o historiador/pesquisador utilizará para construir a história, que estão relacionados às fontes, sendo então possível considerar as publicações dos CBHEs como fontes dessa pesquisa, tratando-as como “abordagens”. Quanto aos “domínios”, se trata de algo mais específico, a área de concentração ou tema, que está relacionado aos sujeitos ou objeto, para os quais será dirigida a atenção do historiador; nessa pesquisa refere-se aos temas da assistência à infância e, respectivamente, à história da assistência. Desta forma, a Assistência à Infância está inserida nos critérios “domínios” por meio de dois aspectos: com relação ao ambiente social (as instituições de assistência) e com relação aos sujeitos históricos (a infância, os enjeitados ou desvalidos).

Ao explicitar o campo historiográfico, no qual a temática da assistência à infância está inserida, nesta pesquisa, utilizando os pressupostos teóricos de Barros (2004), percebe-se que esse estudo é integrante autêntico das especialidades da História. Contudo, deixar de fazer tal exercício de análise, implicaria o surgimento de problemas durante o percurso da pesquisa, posto que “[...] estas várias classificações, oriundas de critérios bem diferentes e estranhos entre si, são misturados indiscriminadamente para organizar os vários ‘lotes’ da História” (BARROS, 2004, p. 18). A seu ver, há uma variedade de associações, podendo reunir na mesma perspectiva histórica, uma dimensão, uma abordagem e um determinado domínio e, ainda, acrescenta que é permitido inserir no mesmo grupo de critérios mais de uma combinação.

Barros (2004) evidencia que, o historiador constrói as combinações de critérios e, tudo vai depender do tipo de objeto historiográfico que está sendo construído, porém, há de se ter o cuidado em evitar a divagação, posto que “a cada novo período da historiografia, uma

dimensão pode como que se desprender da outra, ou então duas dimensões que antes andavam separadas podem voltar a se juntar” (BARROS, 2004, p. 20-21).

Diante das contribuições de Barros (2004), pode-se inferir que a história da educação está inserida no campo da produção da História, contudo, não pode ser entendida “como um elemento isolado, que iria se encaixar no contexto como uma peça de um cenário” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 11). Sendo assim, não é possível considerar a história da educação como um campo dentro do Campo da História, trata-se, portanto, de uma das “dimensões”.

Por conseguinte, a História da Educação, inserida no Campo da História, abre um leque de possibilidades para a constituição de temáticas e objetos de estudo. São temas de pesquisas que contribuem com o crescimento dessa perspectiva de estudos/investigações, e nesta conjuntura, “acenam para a preocupação em historiar a infância, nas práticas educativas, nas instituições voltadas para a sua formação” (FONSECA, 2007, p. 41). Tal afirmação apresenta que a historiografia da educação não fica circunscrita aos aspectos educacionais e escolares, o que amplia as possibilidades de análise e estabelece uma interconexão com a história da assistência, na qual é possível investigar a situação da infância abandonada.

Diante disso, seguindo por esta linha de pensamento, a História da Infância e a História da Assistência são partes integrantes nos estudos acerca da História da Educação, pois como dito anteriormente, deixa de ter como foco somente pesquisas voltadas para as instituições escolares. Amparado nos pressupostos de Barros (2004), a assistência à infância pode ser entendida como área ou tema, nesse estudo optou-se em tratar o objeto da investigação que ora se apresenta como tema ou temática. Faz-se importante salientar que são questões conceituais e não existe uma resposta pronta ao determinar o campo e o tema de determinada pesquisa, mas cabe ao pesquisador encontrar a solução que lhe dará sustentação para refletir acerca das questões teórico-metodológicas durante o seu percurso.

Nesta direção, para apresentar os resultados encontrados, este trabalho foi estruturado em cinco capítulos. Antes de iniciar a análise dos trabalhos selecionados, o capítulo *A produção científica sobre a História da Educação no Brasil* exhibe de maneira breve, como se iniciaram os primeiros estudos, quais são os principais expoentes, a constituição da História da Educação como disciplina, bem como no âmbito da pesquisa acadêmica. Apresentam-se também, a divulgação da história da educação no Brasil por meio das publicações de editoras, periódicos e eventos acadêmicos (os regionais, os nacionais e os internacionais), além dos grupos de pesquisa situados em diversas universidades brasileiras. Ainda, neste capítulo, evidenciam-se as circunstâncias que ocasionaram a constituição da SBHE. E, para finalizar o

capítulo, a presença do tema da assistência à infância nos levantamentos bibliográficos já realizados, por Carla Silvana Daniel Sartor (1997), Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca (2001), Maria Helena Rolim Capelato (1995); acrescenta-se, ainda, a lista arrolada e reunida do Grupo de Trabalho História da Educação da ANPEd, que deu suporte a um breve balanço sobre a presença do tema da assistência à infância no referido Grupo de Trabalho.

Dando prosseguimento, o capítulo *As discussões acerca das conceituações sobre criança e infância* traz uma revisão de literatura acerca da História da Infância e da História da Assistência, apresentando o ponto de vista de autores que são referência, bem como esses estudiosos serviram de embasamento no momento da análise dos dados que foram coletados no sítio eletrônico da SBHE. Esse capítulo contém uma análise das concepções de infância, apresentando autores que expõem suas ideias, assim como algumas críticas postuladas à teoria de Philippe Ariès em relação ao surgimento do sentimento de infância. Além disso, apresenta-se uma breve revisão da literatura acerca da História da Assistência, o que permitiu analisar o objeto de estudo em questão e os trabalhos selecionados nos Anais dos CBHEs que versam sobre a assistência à infância. Para concluir o capítulo, apresenta-se o contexto dos primeiros debates acerca da infância no Brasil e, principalmente, a explanação dos termos centrais da presente pesquisa que são a *caridade*, a *filantropia* e a *assistência*.

No capítulo *A assistência à infância: um recorte a partir dos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHEs)* encontra-se a descrição inicial dos dados coletados nos 77 trabalhos selecionados, quanto aos dados quantitativos de todas as edições do evento, às abordagens metodológicas, às fontes documentais, à origem dos trabalhos (se são oriundos de pesquisas de mestrado ou doutorado) e à proveniência institucional dos pesquisadores.

E, no último capítulo, *A presença do tema da assistência à infância nos CBHEs: a descrição dos trabalhos selecionados* apresentam-se os temas identificados nos trabalhos selecionados, de modo que, foram organizados em eixos temáticos (Socialização; Instituição de assistência à infância/Assistência; Ofícios; Higienismo; Legislação; Tutela/Contrato de órfãos; Instituto Disciplinar) de acordo com a incidência em cada trabalho. Por fim, evidencia-se o referencial teórico utilizado em cada produção, o que permitiu identificar a obra e o autor mais citado nesta categoria; bem como foi possível conhecer quais foram os autores mais citados nos trabalhos que não especificaram um aporte teórico definido.

2. A PRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Considerando o aporte teórico de Barros (2004), sabe-se que, a história da educação faz parte da “dimensão” do Campo da História e, sendo assim, está inserida no primeiro plano de observação da presente pesquisa, no que se refere à temática da assistência à infância. Desse modo, faz-se oportuno conhecer as contribuições advindas da história da educação para ampliar as possibilidades de análise no que tange à investigação ora proposta. Em vista disso, de maneira breve, apresentam-se em linhas gerais os principais aspectos que consolidaram a constituição da história da educação no Brasil.

Clarice Nunes e Marta Maria Chagas de Carvalho (2005) explicam que o pesquisador que busca compreender como a história da educação foi constituída precisa ter em mente duas questões, saber o que está contido nessa história e como é regida a organização institucional que lhe dará sustentação. A literatura existente acerca da história da educação apresenta três vertentes, ora pelo contexto escolar, ora pelo contexto pedagógico, ora essas vertentes se conciliam.

A história da educação tem seus primeiros indícios no século XIX, fortalecida pela necessidade de impor o “ensino sistematizado” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 20). Os registros apontam que a renomada Universidade de Harvard foi a pioneira em inserir o professor de história da educação em seu corpo docente, em 1891. Quanto aos registros brasileiros, a história da educação esteve presente na história da Escola Normal e na inserção da “pedagogia como seção da Faculdade Nacional de Filosofia ou da criação das Faculdades de Pedagogia e dos programas de pós-graduação em educação nos anos de 1970” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 20).

Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho (2003), também apresentam suas contribuições ao exibir como a história da educação se consolidou no contexto brasileiro e suas principais tendências. Sendo assim, este percurso, segundo os autores, pode ser compreendido por meio de dois enfoques, o surgimento como disciplina e, logo após, as pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico.

No contexto de formação da história da educação como disciplina, três aspectos são contemplados. Inicialmente, o legado histórico do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), em seguida, as escolas de formação de professores e, por último, a produtividade de pesquisas acadêmicas entre os anos de 1940 e 1970.

Sendo assim, para conhecer detalhadamente a origem da história da educação no contexto brasileiro, faz-se necessário retroceder no tempo, mais especificamente ao século XIX, que traz à tona a forma pela qual foi preservada a memória da educação no Brasil.

Havia entre o IHGB e a história da educação um vínculo, uma vez que demonstrava a “permeabilidade da produção historiográfica em educação à visão de história e do fazer historiográfico presentes no Instituto” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 45-46). Libânia Nacif Xavier (2001) complementa esclarecendo que no Instituto era possível resgatar o perfil histórico da população brasileira, de acordo com os fundamentos que organizavam “a vida social no século XIX” (XAVIER, 2001, p. 224).

No que se refere às obras precursoras da história da educação, Dermeval Saviani (2009) destaca a presença de duas produções, uma de autoria de José Ricardo Pires de Almeida e outra de Primitivo Moacyr. Em primeiro lugar está a obra de José Ricardo Pires de Almeida, *L’instruction publique au Brésil (1500-1889): histoire et legislation*, de 1889, publicada em português somente em 1989. Na obra traduzida estavam inseridos

os 29 documentos que, no original, compunham as notas de rodapé da introdução do livro, cujo objeto é a educação no período colonial, foram reunidos num Anexo, sendo introduzido, também, um índice dos 46 quadros estatísticos que se distribuem ao longo do texto (SAVIANI, 2009, p. 236).

Nesta perspectiva, Fonseca (2007) explica que José Ricardo Pires de Almeida demonstra na referida obra, os grandes feitos no contexto educacional no período da Monarquia no Brasil, pois o seu propósito era provar que no Império havia a intenção de escolarizar a população. Desse modo, por meio das análises dos documentos, José Ricardo Pires de Almeida deixou clara a relevância do sistema escolar como o fator primordial na busca de unidade para o Brasil.

A obra de José Ricardo Pires de Almeida *L’Instruction publique au Brésil* tornou-se referência para outros autores, tais como Júlio Afrânio Peixoto, que escreveu *Noções de história da Educação* em 1933; Primitivo Moacyr com a obra *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil, 1823-1853*, em 1936; Fernando de Azevedo em *A cultura brasileira* de 1943; e, ainda, Theobaldo Miranda dos Santos com a publicação de *Noções de história da educação*, em 1945. Não obstante, há controvérsia em considerar José Ricardo Pires de Almeida como o precursor na escrita da historiografia da educação brasileira, uma vez que o propósito do livro não era destiná-lo ao ensino de história da educação nas escolas de formação de professores, e outro fator é que foi traduzido recentemente no Brasil.

Em segundo lugar, está o legado deixado por Primitivo Moacir, tal como José Ricardo Pires de Almeida, também era membro do IHGB. Primitivo Moacir defendia que o documento era capaz de narrar os acontecimentos dos fatos. Sendo assim, reuniu uma vasta documentação que resultou na publicação de quinze volumes⁵.

Primitivo Moacyr corroborou com o “levantamento e compilação de leis, estatutos e regimentos escolares, memórias, relatórios e pareceres sobre instrução pública e particular nos vários ramos de ensino (primário, secundário, profissional e superior) no Brasil” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 43). Desse modo, observa-se a ligação entre Primitivo Moacyr com o IHGB, pelo fato de se compilar e organizar documentos, bem como de recorrer às publicações do Instituto na escrita de seus livros. A sua função como parlamentar, atuando na Câmara dos Deputados no ano de 1895, facilitou sobremaneira o levantamento das leis e relatórios na “organização e constituição da instrução pública” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 45).

Outro fator que contribuiu para estruturar a história da educação no Brasil foi a inserção como disciplina em cursos destinados à formação docente, em 1982, na cidade do Rio de Janeiro, por intermédio de Fernando de Azevedo. Uma hipótese para a inserção da disciplina no currículo deve-se ao elevado número de artigos publicados com a intenção de avaliar a instrução pública no Brasil.

Júlio Afrânio Peixoto foi um dos primeiros a lecionar a disciplina, tanto que é de sua autoria o “primeiro manual didático brasileiro sobre a história da educação” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 47) publicado em 1933, intitulado por *Noções de História da Educação*. Contudo, dedicou poucas páginas para discursar a respeito da educação no Brasil, enfatizando a Escola Nova. Em outra obra de sua autoria, *Brasil*, analisou a educação jesuítica, o período pombalino, o período imperial e o republicano, enfatizando o Império. Nessa obra há um conjunto de leis e relatórios oficiais retirados dos escritos de José Ricardo Pires de Almeida, que se tornou referência para a história da educação.

⁵ *A Instrução e o Império*, três volumes publicados entre 1936 e 1938 (1º vol. [1823-1853], 2º vol. [1854-1888], 3º vol. [1854-1889]); *A Instrução e as Províncias*, três volumes publicados entre 1939 e 1940 (1º vol. [1834-1889, das Amazonas às Alagoas], 2º vol. [1835-1889, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo], 3º vol. [1835-1889, demais províncias]); *A Instrução e a República*, sete volumes publicados entre 1941 e 1942 (1º vol., Reforma Benjamin Constant [1890- 1892], 2º vol., Código Fernando Lobo [1892-1899], 3º vol., Código Epitácio Pessoa [1900-1910], 4º vol., Reformas Rivadávia e Carlos Maximiliano [1911-1925], 5º vol., Reforma João Luiz Alves-Rocha Vaz [1925-1930], 6º vol., Ensino Profissional, 7º vol., Ensino Agrônomico); *A Instrução Pública no Estado de São Paulo*, dois volumes publicados em 1942 (1º vol., 1890-1893 e 2º vol., 1893-1900). Os oito volumes referentes ao Império, às Províncias e ao Estado de São Paulo foram publicados na Coleção Brasileira da Cia. Editora Nacional; os sete volumes sobre a República foram publicados pela Imprensa Nacional por iniciativa do INEP (SAVIANI, 2009, p. 237).

Com a vinda da disciplina História da Educação na grade curricular dos cursos de formação de professores, surgiu a imprescindibilidade da criação de manuais⁶ que pudessem subsidiar o ensino ora proposto. Porém, vale ressaltar que, nesses compêndios havia pouca inserção de assuntos relacionados à história da educação no Brasil, posto que a ênfase era explanar sobre os conhecimentos voltados à história geral da educação. Somente a partir de 1970, que os manuais didáticos passaram a tratar da história da educação brasileira. Os pioneiros, nesta nova fase, que deram ênfase às pesquisas foram Maria Elizabete S. P. Xavier, Maria Luísa Santos Ribeiro, Olinda Maria Noronha e Otaíza de Oliveira Romanelli (SAVIANI, 2009).

Saviani (2009) argumenta que, a produção historiográfica ocupou posição de destaque para a consolidação da história da educação. As produções que retrataram a história da educação no Brasil são de autoria de José Ricardo Pires de Almeida, como citado anteriormente e, de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* de 1943, contribuindo substancialmente com o campo da educação ao enfatizar em sua obra os processos educativos. Fernando de Azevedo também contribuiu com a reforma da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) e de São Paulo (1933), foi redator do Manifesto dos pioneiros da educação nova, carta-monumento publicada em 1932 defendendo um modelo de educação nacional e, ainda, foi presidente da Associação Brasileira de Educação, eleito em 1938 (VIDAL; FARIA FILHO, 2003).

No livro *A cultura Brasileira*, estava nítida a defesa aos ideais da Escola Nova, o que remetia à Afrânio Peixoto que, da mesma forma, era defensor desse ideal de escola. Porém, essa obra atingiu as expectativas e tornou-se por muito tempo referência sobre o movimento Escolanovista. Fernando de Azevedo deixa, em sua literatura, sua defesa em relação aos jesuítas e aos pioneiros da educação nova, bem como enfatizou em seu discurso os “projetos pedagógicos e a história da organização dos sistemas de ensino” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 53). Outra marca presente em sua escrita era a experiência jornalística, com a qual buscava persuadir o seu público. Além de manifestar suas ideias, sua atuação como professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-USP), contribuiu com a elaboração de novos trabalhos, bem como sempre esteve envolvido em articulações políticas referentes às questões educacionais.

⁶ Noções de história da educação; Pequena História da Educação; História da educação; Noções de história da educação; Esboço de história da educação; História da educação: evolução do pensamento educacional; História da Educação; História da educação brasileira; História da educação lusobrasileira (SAVIANI, 2009, p. 238).

Saviani (2009) explica que, José Ricardo Pires de Almeida e Fernando de Azevedo, deixaram lacunas em suas obras. Quanto ao primeiro autor, deu ênfase à educação do período Império e, quanto a Fernando de Azevedo, o autor "desconstruiu a memória educativa do Império caracterizando-o como um período de descaso para com a educação em continuidade com a fase pombalina que teria destruído o sistema jesuítico sem nada colocar em seu lugar" (SAVIANI, 2009, p. 240).

Tais obras foram determinantes para a continuidade das pesquisas relacionadas à história da educação brasileira. Os frutos dessa linhagem de estudos puderam ser vistos, quando Laerte Ramos de Carvalho assumiu a disciplina de História e Filosofia da Educação da – FFCL-USP. Laerte ampliou as possibilidades de produção acadêmica, ao compor um grupo de pesquisa, em 1960, o que possibilitou a ampliação dos estudos relacionados à história da educação no Brasil. De acordo com Vidal e Faria Filho (2003, p. 55), o referido grupo contou com a participação de “Heládio César Gonçalves Antunha, José Mario Pires Azanha, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Casemiro Reis Filho, Rivadávia Marques Júnior, Jorge Nagle, Tirsa Regazzini Péres, Maria Aparecida Rocha Bauab [...]” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 55).

A partir de 1960, a disciplina de História da Educação ganhou destaque. Acredita-se que o mérito foi o resultado dos esforços realizados pelo grupo de pesquisadores, coordenado por Laerte Ramos de Carvalho, somado ao “parecer do Conselho Federal de Educação (CFE 251/62), o qual especificava que o currículo mínimo dos Cursos de Pedagogia deveria contar com a disciplina história da educação” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 56).

Laerte Ramos de Carvalho, em conjunto com os intelectuais João Rodrigues Villalobos e Roque Spencer Maciel de Barros, defendiam que a escola era um direito de todos e que, por meio dessa instituição, seria possível resolver os problemas oriundos das diferenças sociais no Brasil. Laerte Ramos de Carvalho, bem como os seus colegas, também esteve ao lado de Fernando de Azevedo, quando todos seguiam na defesa da escola pública assinando o Manifesto de 1959, “que ostentava o título *Mais uma vez convocados* em referência explícita ao manifesto de 1932 em prol da escola nova, ambos lançados no conjunto da discussão da elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 57).

Para Leonor Maria Tanuri (1998), o grupo coordenado por Laerte Ramos de Carvalho, pesquisou os principais temas relacionados à educação escolar no Brasil, nos períodos Império e República. Pode ser considerada, segundo a autora, a primeira iniciativa para escrever a história da educação escolar brasileira, uma vez que os pesquisadores primavam

em investigar os aspectos educacionais em detrimento dos aspectos políticos-administrativos e econômicos.

Entre as décadas de 1960 e 1970, segundo Tanuri (1998), com o surgimento da Pós-Graduação em educação, os primeiros programas foram da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) (1965) e o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1969). Dessa maneira, o perfil dos trabalhos em história da educação foi se modificando, dando-se início a uma produção intelectual pautada em análises da formação social brasileira, ancorada por uma perspectiva marxista. Os novos estudos exploravam documentos, principalmente a análise das leis. Os temas centrais dessas investigações ora pesquisavam as ideias pedagógicas, ora a organização do ensino público, temáticas que foram investigadas na historiografia da educação no século XIX.

Tanuri (1998), que se propôs a investigar a produção historiográfica da educação no Brasil, no período que antecede o surgimento da pós-graduação, concluiu, a partir de suas análises, que o referido período é repleto de obras de suma importância que não podem ser subestimadas e, principalmente, que permanecem como referências na história da educação. O perfil do levantamento realizado pela autora demonstra que esta literatura estava pautada nas histórias das instituições e na história das ideias, por meio do ponto de vista do Estado, com relação às “reformas educativas (no que diz respeito à organização, currículos, competência das esferas federal e estadual, etc)” (TANURI, 1998, p. 147).

2.1 A divulgação das pesquisas sobre a história da educação no Brasil

As pesquisas em história da educação se fortaleceram após 1970 com a implantação da pós-graduação e, principalmente, a partir de 1990 com o estabelecimento dos grupos de pesquisa. Diversas associações contribuíram para a consolidação da história da educação no Brasil, dentre as mais importantes está a ANPED, principalmente, após o surgimento do GT02 História da Educação, dentro da referida associação, fundado em 1984, que é considerado o local de divulgação de pesquisas e de “novos horizontes de investigação na área, como a história das mentalidades, o (pós-) estruturalismo e a história cultural ” (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 58-59).

A ANPED, fundada em 1976, apoia o desenvolvimento da educação brasileira e, ao longo de sua história, consolidou uma prática acadêmico-científica destacada, contribuindo para fomentar a investigação e para fortalecer a formação da pós-graduação em educação, além de promover o debate entre os pesquisadores.

A ANPED é uma organização que reúne os programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, reunindo alunos e professores com vínculos nesses programas. Ademais, promove o intercâmbio entre os programas de pós-graduação de diversas instituições de ensino, estimula o surgimento de novas perspectivas de pesquisas que possam auxiliar a sanar as dificuldades inerentes aos sistemas de ensino, principalmente, as instituições de ensino superior, bem como contribui em avaliar as produções acadêmicas na educação. Dessa maneira, a ANPED representa o campo da pesquisa e a produção do conhecimento em educação no Brasil, promovendo o “desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da sociedade e da justiça social” (ANPED, 2015). Funciona como um importante veículo que permite debates de caráter científico e político e, dessa forma, consolida-se como referência na produção e divulgação no campo educacional.

Os grupos de trabalho foram fundados em 1981, na 4ª Reunião Anual em Belo Horizonte, com o intuito de debater e trocar opiniões, exibir o resultado das pesquisas, selecionar problemas relevantes e, também, realizar o intercâmbio de referências bibliográficas. O Grupo de Trabalho História da Educação da ANPED surgiu por proposta de Luís Antônio da Cunha em 1984, na 7ª Reunião Anual, em Brasília. Nesta ocasião, Ester Buffa, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), assumiu provisoriamente a coordenação. O objetivo do GT02 História da Educação foi o de instituir o “estudo da questão metodológica relativa à História da Educação, que envolveria, entre outras coisas, o conhecimento das fontes existentes” (ANPED, 2015). No final da década de 1980, o referido GT02 já estava consolidado na produção da história da educação no Brasil, apoiado por um grupo que progredia e simbolizava os principais programas de pós-graduação do Brasil, e contribuindo para a divulgação do conhecimento produzido, publicando diversos estudos e pesquisas.

Nessa perspectiva, Maria Helena Camara Bastos [2015?] explica que, no início, o modelo adotado era a exposição de painéis. A partir de 1992, o Comitê Científico tornou-se o responsável por selecionar trabalhos e pôsteres, porém, cada GT era responsável por encomendar seus próprios trabalhos, por realizar os minicursos e por organizar exposições temáticas.

Na mesma linha de pensamento, Marta Maria Chagas de Carvalho (1995) expõe que o GT02 História da Educação assume uma posição de suma importância por realizar parcerias com os pesquisadores da História da Educação no Brasil, bem como no exterior. Outras contribuições do GT02 História da Educação foram destacadas, tais como a participação

institucional em congressos internacionais, a organização do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação em conjunto com a Seção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, e outro destaque foi a participação ativa do GT02 História da Educação nos debates e na criação da SBHE, em 1999.

Carvalho (1995), no artigo *O GT História da Educação: Um breve histórico*, apontou que um dos problemas cruciais do GT02, por se tratar de um locus de referência para a história da educação no Brasil, no qual pesquisadores têm a oportunidade de divulgar suas pesquisas, vem acompanhado pelo crescimento quantitativo das produções publicadas. A consequência desse panorama era “conciliar esse crescimento com mecanismos que garantam a manutenção de seu perfil como ‘espaço de aprofundamento das questões teórico-metodológicas’ que não deixe de contemplar ‘núcleos e pesquisadores emergentes na área’” (CARVALHO, 1995, p. 56). Essa questão configurava-se como um dos desafios impostos ao Grupo de Trabalho História da Educação.

Não obstante, Clarice Nunes (1991), no artigo *Uma História em construção (Documento de discussão de balanço de gestão – 2/09/91)*, destaca a necessidade de estudar as questões metodológicas referentes à História da Educação, que foram discutidas na 7ª Reunião Anual, em 1984. Em seguida, na 8ª Reunião, veio à tona a consciência da necessidade de elaborar uma bibliografia básica da História da Educação, porém, tratava-se de um grande desafio pelo fato da grande diversidade de pesquisadores com suas temáticas variadas.

No que tange ao tema teórico-metodológico, segundo Guacira Lopes Louro (1992), este foi o motivo de vários debates e teve como precursores os estudiosos “Marco Venício Toledo Ribeiro, Déa Fenelon, Maria Alice de Carvalho” (LOURO, 1992, p. 1), que também contribuíram teoricamente com outras temáticas relevantes, tais como os “arquivos escolares, a história social, a articulação regional e nacional” (LOURO, 1992, p. 1).

Dessa maneira, segundo Nunes (1991), por intermédio das pesquisas realizadas por Marco Venício Toledo Ribeiro, sobre arquivos escolares, deu-se origem ao projeto *Guia Preliminar de Fontes para a História da Educação* na 9ª Reunião Anual, em 1986. Na ocasião da 10ª Reunião, outro projeto foi aprovado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), trazendo as contribuições da História Social por meio dos estudos de Déa Fenelon. O tema apresentado por Maria Alice Rezende de Carvalho fez referência às questões regional/nacional, proporcionando debates e a publicação dos resultados obtidos nessas discussões.

Nunes (1991), também destaca a resistência do GT02 História da Educação em discutir o tema da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na 12ª Reunião, no entanto, apesar da oposição, esse assunto trouxe frutos acerca dos debates referentes às concepções históricas. Além disso, esteve na pauta das discussões qual era a função do historiador/pesquisador. Tal feito resultou na aproximação entre “historiadores, educadores, antropólogos e cientistas políticos” (NUNES, 1991, p. 89).

Do mesmo modo, merece destaque a Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE), criada em 1996. É uma instituição de caráter científico-cultural com atuação nas pesquisas em história da educação, situada no Rio Grande do Sul e, tem por objetivo, promover estudos e divulgar informações, coordenar debates, palestras e seminários; bem como reunir pesquisadores interessados na temática e manter o intercâmbio com instituições de ensino superior por meio da criação de Grupos de Trabalhos. Foi a primeira associação de pesquisadores em história da educação a formar-se no Brasil e, participou ativamente na criação da SBHE, fundada em 1999, por ocasião da 22ª Reunião Anual da ANPEd, realizada no dia 28 de setembro de 1999, em Assembleia Geral de Constituição e Fundação da SBHE (ASPHE, 2017).

As investigações em história da educação produzidas no âmbito da pós-graduação, por grupos de pesquisas, de diversas instituições e de diferentes regiões do Brasil podem ser encontradas, detalhadamente, no *Dossiê: História da Educação* (2001)⁷, organizado pelos pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE), uma publicação da revista *Educação em Revista* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na qual é possível identificar quais são esses grupos, bem como conhecer a qual vinculação institucional pertence (FARIA FILHO, 2001). No total, foram contabilizados nesse Dossiê, oito grupos de pesquisa, conforme especificado abaixo:

- a) Grupo de pesquisa em história da educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-RIO. Inicialmente, foi denominado por Pensamento educacional brasileiro, em 1993 e, no ano 2000, após a formalização do registro, passou a ser chamado por História das ideias e instruções educacionais;
- b) Grupo de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), criado em 1991;
- c) O Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da USP (FEUSP), aliado à linha de pesquisa Arquivos Escolares, fundado em 1992;

⁷ Trata-se de uma exemplificação parcial, pois os pesquisadores ressaltam alguns Grupos de Pesquisa. Atualmente, há outros grupos que não estão contemplados aqui.

- d) O Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que deu início às atividades no ano de 1992;
- e) Na PUC-SP, a partir da formação do Núcleo História, Política e Sociedade, em 1996, originou-se o eixo temático Escola e Cultura em 1999;
- f) O Grupo de Pesquisa em História da Educação da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), constituído em 1996;
- g) A linha de pesquisa, denominada por Base de pesquisa Educação e Sociedade, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), existente desde 1992;
- h) O Grupo de Estudos GEPHE da Faculdade de Educação UFMG.

Dando continuidade, a divulgação das pesquisas em história da educação no Brasil, segundo Carvalho et al. (2011), é classificada obedecendo a seguinte ordem: com as publicações de editoras; por meio dos periódicos que contemplam artigos acerca da história da educação; e os eventos acadêmicos, internacionais, nacionais e os regionais, que permitem o intercâmbio e o debate entre os pares.

No Quadro 1 estão elencadas quais são as editoras que publicaram obras relacionadas à história da educação brasileira. Estão inseridos neste rol de publicações, os manuais de formação docente, dos períodos que correspondem de 1930 a 1960 e, de 1970 a 2010. Esses dados podem ser averiguados, graças à divulgação da pesquisa realizada por Carvalho et al. (2011).

Quadro1 – Principais editoras brasileiras que publicaram obras sobre a história da educação no Brasil

Manuais destinados aos processos de formação de professores – de 1930 a 1960	Manuais destinados aos processos de formação de professores – de 1970 a 2010	Trabalhos de caráter científico – de 1990 a 2011
Editoras	Editoras	Editoras
Companhia Editora Nacional; F.T.D.; Difusão Européia do Livro; Globo; Fulgor; Francisco Alves; Pongetti; José Olympio; Companhia Melhoramentos de São Paulo; Portugalíia; Edições e Publicações Brasil Editôra; Saraiva; Instituto Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Editora Nacional; Renascença; Aurora; Editôra do Brasil.	Cortez e Autores Associados; Vozes; Ática; Cultrix; Juriscredi; Brasília; Edunesp; E.P.U; Moderna; Scientia e Labor; Melhoramentos; F.T.D.; Manole e Imprensa Oficial.	Companhia Editora Nacional em parceria com a (EDUSP); Cortez & Moraes; Autores Associados; Autêntica; Cortez; Mazza; DP&A.
		Editoras universitárias vinculadas às universidades: USF, UNESP; UERJ; UFU; UFMT; UFSCar; USP; USC; UNIJUI; UFPI; UFRJ; UFS; UFPB; UFRJ; UPF.

Fonte: adaptado de Carvalho et al. (2011).

Nesse movimento de consolidação da história da educação no Brasil, podem-se acrescentar as publicações acadêmicas de importantes periódicos que corroboram com a divulgação dos resultados das pesquisas. É possível verificar na listagem completa, disponibilizada no Webqualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nas áreas (Educação e Ensino), quais são as revistas nacionais que publicam trabalhos nessa linha, bem como identificar o *International Standard Serial Number* (ISSN) e o estrato. Dentre as brasileiras, com periodicidade regular, destacam-se:

- a) A revista *História da Educação* – ISSN 2236-3459/estrato A2 - que tem como mantenedora a ASPHE, com auxílio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A periodicidade é quadrimestral, desde 1997. Foi a primeira revista brasileira direcionada à publicação de artigos em história da educação;
- b) A Revista *HISTEDBR* – ISSN 1676-584/estrato B1 – uma publicação do grupo HISTEDBR, da UNICAMP;
- c) A Revista *Brasileira de História da Educação* (RBHE) – ISSN 2238-0094/estrato C – uma publicação da SBHE, com sede na Universidade Estadual de Maringá (UEM), com periodicidade trimestral. Os trabalhos publicados focam a História e a Historiografia da Educação, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros;

- d) O periódico *Cadernos de História da Educação* - ISSN 1982-7806/estrato A2, com publicação quadrimestral, perfazendo uma média de quarenta e cinco artigos publicados por ano. São publicados os resultados de pesquisas oriundas de diversas instituições de ensino superior, do Brasil e do exterior.

Segundo Carvalho et al. (2011) existem outros periódicos, da educação e da história, conforme consta no Quadro 2, que permitem a publicação de artigos sobre a história da educação.

Quadro 2 – Periódicos brasileiros que divulgam pesquisas sobre a história da educação

ISSN	Estrato	Título	Periodicidade	Vinculação
1413-2478 (impressa)	A1	A Revista Brasileira de Educação	Trimestral	ANPEd
1809-449X (online)	A1			
1678-4626	A1	Educação e Sociedade	--	CEDES
0100-1574	A1	Cadernos de Pesquisa	Trimestral	FCC
0102-6801 (impresso)	B2	Educação e Filosofia	Quadrimestral	Instituto de Filosofia e da Faculdade de Educação da UFU
1982-596X (online)	A2			
0102-4698 (impresso)	A1	Educação em Revista	Semestral	UFMG
0034-7183 (impresso)	B1	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos	Quadrimestral	INEP
2176-6681 (online)	B1			
0104-1037 (impresso)	B3	Em Aberto	Quadrimestral	INEP
2176-6673 (online)	B1			
1806-9347 (online)	B5	Revista Brasileira de História	Quadrimestral	ANPUH
		Contemporaneidade e Educação	Semestral	IEC
0104-3293	B1	Educação em Foco	Quadrimestral	UFJF
1519-387X (impresso)	B1	Educação	Quadrimestral	UNISINOS
2177-6210 (online)	A2			
0103-9989	B3	Revista USP	Trimestral	SCS/USP
		Série Estudos	quadrimestral	UCDB
0103-7706 (Impressa)	B5	Horizontes	quadrimestral	USF
1518-5370 (impresso)	B1	Teias	Trimestral	UERJ
1982-0305	B1			

Fonte: adaptado de Carvalho et al. (2011).

Entre as revistas estrangeiras que publicam resultados de pesquisas de diversos países, destacam-se: *Histoire de L'Éducation* (ISSN 0221-6280/estrato B1); *History of Education & Children's Literature* (ISSN 1971-1093/estrato B2); *Revista de Historia de la Educación Latinoamericana* (ISSN 0122-7238/estrato B5). Justifica-se citá-las, uma vez que é aceita a divulgação de trabalhos de pesquisadores brasileiros.

No que corresponde aos eventos acadêmicos científicos, em âmbito internacional, apresenta-se o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (COLUBHE), que é uma realização da Secção de História da Educação de Portugal em parceria com o GT02 História da Educação da ANPED e da SBHE. Tem por objetivo reunir pesquisadores, professores e comunidade científica que atuam no Brasil e Portugal, estabelecendo um intercâmbio e partilhando projetos em comum, bem como a cooperação entre os grupos de pesquisa de ambos os países. A primeira edição do Congresso aconteceu em 1996, na cidade de Lisboa.

Outro evento internacional, o Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana (CIELA), teve sua primeira edição em 1992, na cidade de Bogotá, com a intenção de contribuir com as relações entre a educação, a cultura e a sociedade, refletindo sobre as fragilidades, suas semelhanças e diferenças. Dessa maneira, tem sido um espaço que permite debater sobre os enfoques e metodologias, que se utilizam da história da educação, da pedagogia e da discussão historiográfica, permitindo um intercâmbio entre os pesquisadores sobre a história da educação ibero-americana (CIELA, 2016).

O *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE) foi fundado em 1978. É uma sociedade acadêmica dedicada a fomentar a investigação e fortalecer o intercâmbio e a cooperação intelectual entre os historiadores da educação do mundo inteiro. Tem como meta conscientizar a comunidade científica sobre a importância das investigações sobre a história da educação e suas contribuições para o progresso social e educacional. Posto isto, são organizadas conferências anuais, contando com a participação de investigadores que se debruçam sobre a temática da história da educação em diversos países. Atualmente, existem três Grupos de Trabalho Permanentes: Gênero na História da Educação; Influências transculturais na História da Educação; e Uniões de Professores e Associações de Ensino Superior. Outra conquista, no ano 2000, o ISCHE tornou-se membro do Comitê Internacional de Ciências Históricas (ICHS). Ademais, os trabalhos apresentados nas conferências anuais, são publicados na revista *Paedagogica Historica*, um importante veículo de divulgação das produções acadêmicas no âmbito da ISCHE (LÜTH, 2015).

Destaca-se, também, a importância dos eventos acadêmicos brasileiros em história da educação, de abrangência regional - Encontro Maranhense de História da Educação (EMHE);

Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais (COPEHE); Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação; Encontro de História da Educação do Centro-Oeste (EHECO); Encontro Norte e Nordeste de História da Educação (ENNHE); Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (EHed-RJ); Encontro Cearense de Historiadores Cearenses da Educação (ECHE) - que também contribuíram sobremaneira com a divulgação das pesquisas em história da educação no Brasil.

O EMHE é realizado anualmente desde 2008, pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras, em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. O evento é de suma importância e contribui com o debate nacional, tem por objetivo a divulgação das pesquisas em história da educação realizadas no estado do Maranhão, bem como estabelecer uma discussão entre os pesquisadores de outras regiões brasileiras e estrangeiras.

Em Minas Gerais, acontece desde o ano de 2001 o COPEHE, que tem por meta a divulgação de pesquisas, o intercâmbio entre professores e alunos, a circulação das produções científicas, assim como estimular a formação e continuidade de grupos de pesquisas interessados em investigar temáticas inerentes à história da educação.

A região sul conta com a divulgação das produções acadêmicas em história da educação, que acontece nas edições do evento - Encontro Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, promovido pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, com periodicidade anual desde 1997. Nesses encontros há a possibilidade de refletir sobre como estão sendo conduzidos os estudos, visando também, a formação inicial e continuada de pesquisadores interessados em aprofundar seus conhecimentos.

O evento regional que acontece na região centro-oeste, abrange os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Nele é possível promover um debate sobre a história da educação considerando as especificidades dessa região. A primeira edição do EHECO aconteceu em novembro de 2011 e, a partir daí, os encontros acontecem bianualmente.

Quanto ao ENNHE, é realizado desde 2006, com edições anuais. Desde então, promove o intercâmbio das investigações realizadas pelas instituições de Ensino Superior, das regiões Norte e Nordeste brasileiras, no que se refere à história da educação (ENNHE, 2016).

O EHed-RJ teve sua primeira edição em 2007, no Rio de Janeiro, promovido por instituições de ensino superior, com o intuito de proporcionar um intercâmbio entre os

interessados (pesquisadores, professores e alunos) em conhecer e preservar a memória e a história da educação do Estado.

Acontece desde 2002, com edições anuais, o ECHE, reunindo pesquisadores e estudantes, com o intuito de debater os resultados de pesquisas locais, bem como estabelecer uma conexão em nível nacional e internacional. É uma realização do Núcleo de História, Memória e Política Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (ECHE, 2015).

Considerando os eventos de abrangência nacional, dentre os mais importantes, destaca-se o evento promovido pela ANPED, com reuniões anuais até a 36ª edição, porém, a partir desta, passaram a ser realizadas a cada dois anos, conforme acordado na assembleia de outubro de 2012. Contudo, neste interstício, são promovidas Reuniões Regionais, as *Anpedinhas*. Destaca-se a atuação do GT02 História da Educação desde 1984, que oportunizou aos pesquisadores que se debruçam em investigar as temáticas referentes à história da educação, um espaço importante para debater e divulgar os resultados de suas produções. Ainda que o referido grupo esteja inserido numa associação que proporciona fóruns que abrangem os mais variados temas dentro do contexto educacional, os pesquisadores da história da educação conquistaram um local para a divulgação de seus estudos, conforme citado anteriormente.

Ainda no âmbito nacional, o grupo HISTEDBR articula a atuação de 24 Grupos de Trabalhos em 13 estados brasileiros, com o objetivo de divulgar as pesquisas em história da educação, bem como os incentivando a coletar e organizar fontes primárias e secundárias; articular uma rede de debates das pesquisas por meio de encontros e seminários; promover uma discussão teórico-metodológica, vinda das novas perspectivas de pesquisa. Para o grupo, o tema educação deve ser investigado em sua plenitude, começando pela história, que, por sua vez, seria alicerçada por métodos e técnicas inerentes da história da educação.

A proposta inicial do grupo HISTEDBR era divulgar e promover discussões das pesquisas em andamento, de mestrado e doutorado, realizadas na Faculdade de Educação da UNICAMP – a priori os encontros seriam realizados semestralmente. Ao passo que as pesquisas em questão foram concluídas, surgiu o desejo de ampliar estes debates por meio da formação de um coletivo nacional. Desde então, outros Grupos de Trabalhos foram criados em diversas instituições de ensino brasileiras.

A partir de 1991, o grupo HISTEDBR promoveu a divulgação das pesquisas, por meio de seminários nacionais, jornadas, encontros e comunicações. Não obstante, há outras contribuições do grupo para o desenvolvimento e divulgação de pesquisas no campo

educacional, dentre as quais estão o projeto “Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da História da Educação Brasileira [...]”; um site do Grupo na internet [...]; a *Revista HISTEDBR On-Line*” (HISTEDBR, 2015).

Com o surgimento da SBHE, foi criado outro local para debater os questionamentos oriundos da história da educação, os CBHEs, que vieram somar esforços com as reuniões da ANPED e com os seminários promovidos pelo grupo HISTEDBR. A primeira edição do CBHE aconteceu no ano 2000, promovido pela SBHE, tornando-se o principal evento da história da educação em âmbito nacional, promovendo discussões entre professores e pesquisadores “no campo acadêmico, oferece na íntegra os trabalhos apresentados pelos participantes dos CBHEs” (SAVIANI et al., 2011). Desse modo, estes eventos operam como uma excelente ferramenta para conhecimento das pesquisas desenvolvidas e em desenvolvimento no Brasil, propiciando intercâmbios e mediando os resultados.

Por meio desse breve apontamento, é possível perceber como se deu o processo de consolidação da história da educação no Brasil, a partir do seu papel divulgador, com as produções dos grupos de pesquisas citados anteriormente, em conjunto com os debates e intercâmbio de pesquisas promovidas por eventos realizados em âmbito internacional, nacional e regional.

Nessa perspectiva, a reflexão acerca dos trabalhos que foram publicados nos Anais dos CBHEs referentes à assistência à infância, numa aproximação com a História da Educação, entendida como o primeiro plano da observação, torna-se profícua, visto que esse tema está inserido nesta “dimensão” do conhecimento, envolvendo diferentes fontes, objetos e contextos. A justificativa em buscar na história da educação subsídios para compreender o que foi produzido pelos pesquisadores, segundo Maria Cristina Soares Gouvêa (2003), é que os trabalhos que analisam a história da infância estão inseridos, habitualmente, nos programas de Pós-Graduação em história e na história da educação.

2.2 A constituição da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE)

Saviani et al. (2011) apresenta em seu artigo intitulado *Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações* o contexto no qual a SBHE foi criada. Isso posto, a década de 1980 foi um marco rumo à consolidação da História da Educação no Brasil, uma vez que começaram os questionamentos em torno dos padrões das produções dominantes até então. No ano de 1984, em decorrência do Seminário *História e Educação* coordenado pelo INEP, ocasião na qual os trabalhos apresentados evidenciaram o

descontentamento dos pesquisadores no que tange aos padrões historiográficos, foi considerada, como uma crítica geral, a necessidade iminente de reconfiguração da disciplina de História da Educação e de realizar a crítica à produção das décadas de 1970 e 1980.

O GT02 História da Educação da ANPED e o grupo HISTEDBR foram os responsáveis por agrupar pesquisadores que investigavam questões relacionadas à história da educação, conforme visto na seção anterior. Outra iniciativa que auxiliou na consolidação e divulgação de pesquisas e, permitiu o intercâmbio entre os pesquisadores foi proporcionada por eventos de grande porte na educação, tais como os Congressos Ibero-Americanos de História da Educação e os Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação, pois esses promoveram o contato com a historiografia educacional vinda de outros países, a exemplo da França, Espanha e Portugal. As pesquisas que se encontravam em curso nestes países apresentaram novas abordagens metodológicas que puderam ser repensadas para o contexto da pesquisa brasileira (SAVIANI et al., 2011).

Com um grande número de pesquisadores, o GT02 História da Educação carecia de outro espaço capaz de contribuir com a divulgação das pesquisas, bem como de responder às expectativas. Sendo assim, foi neste contexto que surgiu a SBHE, em 1999, quando a pesquisa em história da educação já estava consolidada no Brasil.

Prioritariamente, a necessidade de criar a SBHE foi a partir do “surgimento dos Congressos Ibero-Americanos de História da Educação Latino-Americana” (SAVIANI et al., 2011, p. 27). Com o avanço das pesquisas na história da educação e pelo fato de realizar intercâmbio internacional, notou-se que cada país deveria ter uma entidade que o representasse nestes eventos. A priori, houve a tentativa de criar uma instituição que representasse os países latino-americanos – Sociedade de História da Educação Latino-Americana (SHELA), sem sucesso, o que impulsionou que cada país constituísse as suas respectivas sociedades de História da Educação.

Esta decisão ocorreu em ocasião do III Congresso Ibero-Americano de História da educação Latino-Americana, na Venezuela, em 1996. A partir de então, o grupo HISTEDBR e a ANPED uniram esforços com objetivo de contribuir com a criação da SBHE. Finalmente, em 1999, durante a 22ª Reunião Anual da ANPED, foi instituída a SBHE por meio de assembleia geral entre os sócios, com a finalidade de “[...] realizar e fomentar estudos da História da Educação; estimular estudos interdisciplinares, promover intercâmbios com sociedades congêneres nacionais e internacionais [...]” (SAVIANI et al., 2011, p. 26).

Dentre as realizações da SBHE estão os CBHEs, que acontecem bienalmente; a publicação da revista RBHE que, até o momento, apresenta 46 números (sendo a última

edição julho/setembro, 2017); organização da Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil; oferecimento de apoio à organização dos “Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação, dos Congressos Ibero-Americanos de História da educação Latino-Americana e o XXV *International Standing Conference for the History of Education* (ISCHE)” (SAVIANI et al., 2011, p. 29).

Quanto aos CBHEs, Saviani et al. (2011) expõe que o primeiro aconteceu no ano de 2000, no Rio de Janeiro, e teve como tema central *Educação no Brasil: história e historiografia*. Foram 284 trabalhos inscritos, porém 231 receberam aprovação. Os eixos temáticos desta edição foram: Instituições Educacionais e Científicas; Pensamento Educacional; Práticas Escolares e Processos Educativos; Estado e Políticas Educacionais; Fontes, Categorias e Métodos em História da Educação; Profissão Docente; Gênero e Etnia; Imprensa Pedagógica. Os destaques desse evento dizem respeito à História Cultural como o referencial teórico mais recorrente, e a ênfase nos aspectos regionais em detrimento ao nacional. No que tange ao recorte temporal priorizado pelos pesquisadores, nota-se que foi a passagem do século XIX para o século XX, o que reporta ao início do sistema escolar brasileiro. Outras fontes foram privilegiadas, com ênfase na História Oral. Não obstante, as pesquisas estavam pautadas em analisar as práticas escolares e conhecer o que realmente se passava no interior do ambiente escolar.

O II CBHE em 2002, na cidade de Natal (RN), abordou o tema *História e Memória da Educação Brasileira*. Nesta edição, foram submetidos 581 trabalhos, dos quais 428 receberam aprovação. Os eixos temáticos na ocasião foram: História Comparada da Educação; História dos Movimentos Sociais na Educação Brasileira; Culturas Escolares e Profissão Docente no Brasil; Intelectuais e Memória da Educação no Brasil; Relações de Gênero e Educação Brasileira; Estado, Nação e Etnia na História da Educação; Processos Educativos e Instâncias de Sociabilidade. Após o encerramento do evento, avanços nas pesquisas puderam ser percebidos, já que houve elevado número de trabalhos submetidos, confirmando a consolidação dos programas de Pós-Graduação no Brasil. Outros pontos observados foram o crescimento de pesquisas abordando o período colonial, além de se verificar também a preocupação da utilização das fontes no que diz respeito “aos impressos pedagógicos, como manuais, guias curriculares e periódicos” [...] (SAVIANI et al., 2011, p. 32).

Em 2004, aconteceu a terceira edição do evento, o III CBHE, na cidade de Curitiba (PR), com o tema *A educação escolar em perspectiva histórica*. Segundo Saviani et al. (2011), o total de trabalhos submetidos chegou a 503, com 418 aprovados. Os eixos temáticos foram constituídos por: Arquivos, fontes e historiografia; Estudos comparados; Políticas

educacionais e modelos pedagógicos; Cultura escolar e práticas educacionais; Profissão docente; Gênero, etnia e educação escolar; Movimentos sociais e democratização do conhecimento e, ainda, Ensino da História da Educação. O perfil dos trabalhos apresentados nas edições anteriores permaneceu e, neste ano, um tema que se destacou foi a história da profissão docente. Outro aspecto que chamou a atenção foi a baixa adesão de trabalhos direcionados ao eixo Ensino de História da Educação, com apenas 6 produções encaminhadas (SAVIANI et al., 2011).

Em 2006, foi a vez da cidade de Goiânia (GO) sediar a IV edição do CBHE, com o tema *Os sujeitos da educação na História*. Foram 411 inscrições de trabalhos, 97 propostas direcionadas à comunicação coordenada e 7 inscrições nos minicursos, dos quais 457 foram aprovados. Os eixos que compuseram o evento foram: Políticas educacionais e movimentos sociais; História da profissão docente e das instituições escolares; Cultura e práticas escolares; Gênero e etnia na história da educação brasileira; Historiografia da educação brasileira e história comparada; Intelectuais, pensamento social e educação; Arquivos, centros de documentação, museus e educação; O ensino de História da Educação. Os eixos que receberam o maior número de trabalhos foram “História da profissão docente e das instituições escolares (118) e Culturas e práticas escolares (114)” (SAVIANI et al., 2011, p. 34).

A quinta edição do evento, o V CBHE, em 2008, aconteceu na cidade de Aracaju (SE), com o tema *O ensino e a pesquisa em História da Educação*. Foram 1293 trabalhos submetidos com 932 aprovações. Os eixos desta edição: História da profissão docente e das instituições escolares formadoras; O Ensino de História da Educação; Fontes e métodos em História da Educação; Cultura e práticas escolares e educativas; Currículo, disciplinas e instituições escolares; Historiografia da educação brasileira e história comparada; Movimentos sociais, geração, gênero e etnia na História da Educação; Políticas educacionais, intelectuais da Educação e pensamento pedagógico. Os eixos que receberam o maior número de trabalhos foram: “Culturas e práticas escolares e educativas (184); Políticas educacionais, intelectuais da educação e pensamento pedagógico (170) e História da profissão docente e das instituições escolares formadoras (127)” (SAVIANI et al., 2011, p. 35). O eixo Ensino de História da Educação teve um aumento de trabalhos encaminhados, perfazendo um total de 20 aprovados.

No ano de 2010 optou-se em não realizar o evento por conta do Congresso Luso-Brasileiro de história da Educação que, coincidentemente, aconteceu no mesmo ano, por isso a VI edição foi promovida em 2011. A temática do evento foi *Invenções, tradições e escritas*

da *História da Educação no Brasil*, com os seguintes eixos temáticos: Etnias e movimentos sociais; História das instituições e práticas educativas; História das culturas e disciplinas escolares; História da profissão docente; Impresses, intelectuais e História da Educação; Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira; O ensino de História da Educação; Fontes e métodos em História da Educação; Patrimônio educativo e cultura material escolar. Foram submetidos 961 trabalhos com 876 aprovações. Os eixos que receberam o maior número de propostas foram “História das instituições e práticas educativas (248) e Impresses, intelectuais e História da Educação (189)” (SAVIANI et al., 2011, p. 36). Nesta edição, observa-se o retrocesso de propostas encaminhadas para o eixo Ensino de História da Educação, com 11 trabalhos.

Quanto ao VII CBHE, realizado em 2013 na cidade de Cuiabá (MT), no que se refere ao número de trabalhos submetidos, isso não foi possível especificar, uma vez que não há um balanço das edições de 2013 e 2015. Este número foi obtido pela pesquisadora em consulta no sítio eletrônico da SBHE e, desse modo, foram encontrados 710 trabalhos publicados. Os dados de 2015 foram levantados da mesma forma, perfazendo um total de 557 trabalhos. Portanto, apresenta-se o processo de formação desta Sociedade que, em conjunto com a ANPED, tornaram-se um importante lócus para a divulgação das pesquisas concluídas e em andamento no campo da História da Educação Brasileira. Dando prosseguimento aos debates e intercâmbio de pesquisas, em agosto de 2017, a edição do evento IX CBHE⁸, aconteceu em João Pessoa (PB) contemplando o tema *História da educação: global, nacional e regional*.

2.3 A presença do tema da assistência à infância em balanços bibliográficos no campo da História, na História da Educação e na História da Assistência

O ponto de partida da presente pesquisa proveio do mapa elaborado pelas referências que realizaram o trabalho de levantamento bibliográfico temáticos já existentes de Carla Silvana Daniel Sartor (1997), Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca (2001), Maria Helena Rolim Capelato (1995) e das produções publicadas no GT02 História da Educação da ANPED.

Ao realizar um breve balanço bibliográfico acerca do que foi produzido sobre o tema da assistência à infância no GT02 História da Educação, foi possível analisar o percurso realizado neste grupo, quais linhas os estudos assumiram, suas tendências e, outro ponto de

⁸ A edição IX CBHE não está incluída na análise dos dados, uma vez que a pesquisa já estava concluída antes desse evento estar com os trabalhos reunidos e publicados na forma de anais e resumos.

suma importância, quando e como surgiram as pesquisas sobre a História da Infância. No que tange à publicação dos trabalhos referentes ao tema em questão, pretendeu-se delinear uma compreensão pontual que serviu de base para o levantamento bibliográfico que fora realizado no sítio eletrônico da SBHE.

Ao buscar compreender a produção dos referidos balanços bibliográficos e das publicações no GT02 História da Educação, relacionados à temática da assistência à infância, partiu-se do seguinte questionamento: ao surgir a SBHE e os CBHEs, a assistência à infância, as instituições de assistência, a história da infância pobre e desvalida, a filantropia e a caridade eram temas já presentes nas pesquisas e nas publicações em história da educação?

A partir desta indagação, o objetivo foi apontar se a história da educação apresenta trabalhos e temas correlatos ou relativos à assistência à infância. Contudo, faz-se importante salientar que este levantamento bibliográfico das referidas fontes não representa o objetivo desta dissertação, uma vez que serviram apenas de dados a serem comparados com o mapeamento realizado nos Anais dos CBHEs.

Antes de dar início ao levantamento no GT02 História da Educação da ANPEd, com o objetivo de localizar trabalhos que façam menção à assistência à infância, apresenta-se, de forma breve, o estudo de Denice Barbara Catani e Luciano Mendes de Faria Filho (2002), *Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000)*, acerca da divulgação da produção do GT02 História da Educação. O objetivo desse estudo consistiu em divulgar a produção do Grupo desde o seu surgimento, o qual traz 223 trabalhos, dentre os quais não estão computados aqueles selecionados e que não foram apresentados, sendo assim, os autores analisaram 185 trabalhos. A proposta desse levantamento foi apresentar as temáticas de cada Reunião Anual, demonstrar as especificidades das linhas de pesquisa, bem como o grupo de pesquisadores mais atuantes no GT02 História da Educação.

O referido Grupo, de acordo com os autores, apresenta dois momentos distintos em sua história. No primeiro período, de 1984 a 1989, somente 20 trabalhos foram debatidos, em contrapartida, na reunião que aconteceu em 1990, 17 produções foram submetidas e 15 foram apresentadas. Desse modo, a partir de 1990 houve um aumento quantitativo da produção científica, bem como foi nesse período que se consolidou o surgimento da diversidade de temáticas. Além disso, houve razões externas ao grupo no tocante à demarcação desse período, uma delas é que a História da Educação no Brasil rompe “com uma tradição originada nos anos de 1930 e de 1940” (CATANI; FARIA FILHO, 2002, p. 114) e a outra razão externa diz respeito à regulamentação da Pós-Graduação no Brasil.

O ano de 1990, segundo os autores, trouxe um salto quantitativo no que se refere às publicações, agora ampliados para três blocos “1) História da educação: tema e metodologia em debate; 2) História da educação: substantivo feminino; e 3) História da educação: problematizando projetos e instituições” (CATANI; FARIA FILHO, 2002, p. 118). Esta Reunião Anual foi considerada como a mais produtiva devido à grande variedade de temas que foram abordados.

Pesquisadores de outras áreas das ciências humanas começaram a fazer parte dos debates ocorridos no GT02 História da Educação, bem como Catani e Faria Filho (2002) destacaram a participação do GT02 em outros eventos, dentre os quais se destacam aqueles promovidos pela ANPUH e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Outras oportunidades também foram deslumbradas, por meio de parcerias com instituições de produção de análise histórica e pesquisadores estrangeiros. Dessa forma, a participação desses estudiosos passou a dar mais credibilidade ao GT02, acrescidos igualmente pela presença do Grupo em eventos ocorridos fora do Brasil.

Em relação ao levantamento realizado por Catani e Faria Filho (2002), quanto à produção científica relacionada à História da Educação no Brasil publicada no GT02 História da Educação, percebe-se que esta está distribuída nos períodos históricos que correspondem: ao século XVI e XVIII com o percentual de 3,2% da produção total, apresentando 5 trabalhos; a passagem do século XIX para o XX foi de 19,9%, ou seja, 31 trabalhos apresentados; o século XX foi o período com o número mais significativo, com 86 trabalhos, o que corresponde a 55,1%, demonstrando um interesse maior dos pesquisadores.

No que concerne aos temas, apresentam-se as seguintes categorias:

Sistema escolar (28 trabalhos - 14,6%); Profissão docente (21 trabalhos - 10,9%); Fontes e metodologia (21 trabalhos - 10,9%); Estudos de gênero (19 trabalhos - 9,9%); Livros e práticas de leitura (12 trabalhos - 6,3%); Saberes escolares (07 trabalhos - 3,6%); Ideias pedagógicas (06 trabalhos - 3,1%); Outros (78 trabalhos - 40,7%) (CATANI; FARIA FILHO, 2002, p. 124).

Conforme especificado na citação acima, a categoria *Outros*, que perfaz um total de 78 trabalhos, chama a atenção e, segundo os autores, deve-se à dificuldade em classificar os temas apresentados, ou ainda a viabilidade de fazer o uso de “outros critérios que permitissem fundir certos temas ou desagregar alguns, seria possível ter outros agrupamentos e montantes” (CATANI; FARIA FILHO, 2002, p. 124).

Percebe-se que não há recorrência da temática da assistência à infância neste levantamento realizado por Catani e Faria Filho (2002). Porém, deve-se considerar que, na

década de 1990, outras vertentes e objetos de estudos no campo da História da Infância eclodiram. Segundo Miriam Jorge Warde (2007), a referida década foi o auge dos estudos acerca da História da Infância no Brasil. Desse modo, fundamentando-se no que Warde (2007) expôs, é possível levantar a possibilidade de explicar a ausência da temática da Assistência à Infância por não estar claramente explicitada entre os temas de trabalhos apresentados, o que poderia levar à conclusão de que os estudos referentes à assistência poderiam estar inseridos na categoria *Outros*, visto que, de acordo com o levantamento realizado na dissertação que ora se apresenta, a pesquisadora identificou no sítio eletrônico da ANPED e no CD Comemorativo de 25 anos⁹, dois trabalhos (um em 1996 e outro em 1998) e um pôster, em 1999, sendo que estas produções fazem menção à assistência à infância.

Outra questão a ser considerada, é que estes três trabalhos identificados no GT02 História da Educação foram publicados na década de 1990, o que vai ao encontro do exposto por Catani e Faria Filho (2002, p. 126) os quais afirmavam que, neste período, houve uma “explosão dos temas e objetos de pesquisa em história da educação nos anos 1990”, o que é possível pressupor que dentre estes estejam inseridos o tema investigado na presente pesquisa, a assistência à infância.

Nas linhas a seguir, apresenta-se o levantamento realizado pela pesquisadora no GT02 História da Educação da ANPED e no CD Comemorativo de 25 anos da referida Associação, com o objetivo de divulgar os trabalhos que dizem respeito à assistência à infância, conforme os objetivos propostos no início desta seção.

O recorte temporal estabelecido para o mapeamento foi de 1985 a 2015, contudo, foram localizados trabalhos somente a partir de 1996, totalizando 18 produções entre os anos de 1995 e 2013, conforme apresenta o Quadro 3.

⁹ A ANPED tem, em seus arquivos, textos apresentados a partir da 18ª Reunião Anual. Antes dessa época, temos apenas Boletins, que serviram de base para a pesquisa [...] e as informações sobre as RAs de 9 a 17 foram deles retiradas, excetuando-se a 14ª RA, cujo boletim não conseguimos encontrar (SGARBI, 2002).

Quadro 3 - Trabalhos que tratam do tema da assistência à infância no Grupo de Trabalho História da Educação (GT02) – ANPEd

Edições do evento		Trabalhos		Pôster	
Reunião Anual (RA)	Ano	Total	Sobre Assistência à Infância	Total	Sobre Assistência à Infância
8 ^a	1985	1	-	-	-
9 ^a	1986	3	-	-	-
10 ^a	1987	7	-	-	-
11 ^a	1988	6	-	-	-
12 ^a	1989	3	-	-	-
13 ^a	1990	15	-	-	-
14 ^a	1991	15	-	-	-
15 ^a	1992	14	-	-	-
16 ^a	1993	25	-	-	-
17 ^a	1994	28	-	-	-
18 ^a	1995	16	-	-	-
19 ^a	1996	11	1	4	-
20 ^a	1997	10	-	6	-
21 ^a	1998	17	1	6	-
22 ^a	1999	10	-	9	1
23 ^a	2000	12	-	6	-
24 ^a	2001	12	2	5	1
25 ^a	2002	11	-	6	-
26 ^a	2003	12	-	4	1
27 ^a	2004	13	1	6	1
28 ^a	2005	12	3	7	1
29 ^a	2006	12	1	3	-
30 ^a	2007	10	2	16	-
31 ^a	2008	12	1	2	-
32 ^a	2009	12	1	3	-
33 ^a	2010	11	-	2	-
34 ^a	2011	14	-	9	-
35 ^a	2012	14	-	3	-
36 ^a	2013	12	-	6	-
37 ^a	2015	18	-	3	-
TOTAL		368	13	106	5

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos selecionados no GT02 História da Educação da ANPEd.

No Quadro 4 apresentam-se os títulos dos trabalhos, os nomes dos pesquisadores, a categoria e o ano de publicação dos trabalhos que fazem menção à assistência à infância selecionados no GT02 História da Educação da ANPEd.

Quadro 4 - Trabalhos publicados no GT02 História da Educação

Ano	Autores	Título da Produção	Categoria
1996	Heloísa Pimenta Rocha	Pedagogia da boa higiene: uma leitura do discurso médico-pedagógico nos anos 20.	Trabalho
1998	Carmen Lúcia Fornari	Escolas de reeducação do Paraná: da assistência à pobreza não disciplinada à constituição do arquipélago.	Trabalho
1999	José G. Gondra; Heloísa P. Rocha	Estratégias de higienização da organização escolar: a questão do corpo (1852/1902).	Pôster
2001	Cynthia Veiga Greive; Maria Cristina de Gouvea	Uma contribuição para a história da infância: festejos comemorativos da criança.	Trabalho
	Vera Regina Beltrão Marques; Sílvia Pandini	Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista.	Trabalho
	Alessandra David Moreira Costa	O papel da educação em processos de tutela de menores desvalidos.	Pôster
2003	Alexandre Ramos de Azevedo	Educação da infância e da mulher e outros temas presentes no pensamento e na obra de Anália Franco.	Pôster
2004	Alessandra Arce	As pesquisas na área da educação infantil e a história da educação: re- construindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil.	Trabalho
	Maria das Graças Sândi Magalhães	Higiene e cuidados com a infância: as lições dos almanaques de farmácia – 1920 a 1950.	Pôster
2005	Maria das Graças Sândi Magalhães	O Livro do pobre.	Trabalho
	Maria Helena Câmara Bastos; Maria Stephanou	Infância, higiene & educação.	Trabalho
	Marina Tucunduva B. Porto Vieira	A associação casa da criança de Santos na Primeira República: concepções de infância.	Pôster
	Moysés Kuhlmann Júnior; José Fernando Teles da Rocha	A educação das crianças de 0 a 6 anos no asilo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, 1896 – 1950.	Trabalho
2006	Tânia Muller	A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor – SAM (1959-1961).	Trabalho
2007	Sérgio César da Fonseca	Do abandonado ao menor: o caso do Instituto Disciplinar de São Paulo.	Trabalho
	Thais Nivia de Lima e Fonseca	Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais, das ações das Câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814).	Trabalho
2008	Alexandre Ramos de Azevedo	Os espíritos e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século XX.	Trabalho
2009	Ana Cristina Pereira Lage	Universalização e controle das práticas de leitura das filhas de caridade de São Vicente de Paulo, 1862.	Trabalho

Fonte: adaptado de Sgarbi (2002) e consulta nos Anais da 18ª a 36ª Reunião Anual da ANPED.

No que tange à Instituição de origem, observa-se que a UFMG, quanto ao levantamento realizado no GT02 História da Educação, tem o maior número de trabalhos, conforme demonstra o Quadro 5.

Quadro 5 - Instituição de origem dos trabalhos - levantamento ANPEd

Instituição de origem	Número de trabalhos	Autores
UFMG	3	Greive e Gouvea, (2001); Fonseca, (2007); Lage, (2009)
FFCLRP/USP	2	Arce, (2004); Fonseca, (2007)
UERJ	2	Azevedo, (2003); Muller, (2006)
UFPR	2	Diez, (1998); Marques e Pandini, (2001)
USF	2	Magalhães, (2004); Kuhlmann Júnior e Rocha, (2005)
PUCRS	1	Câmara, (2005)
UFRGS	1	Sthephanou, (2005)
UNICAMP	1	Rocha, (1996)
UNISANTOS	1	Vieira, (2005)
Não consta instituição de origem	3	Gondra e Rocha, (1998); Costa, (2001); Magalhães, (2005)
Total	18	

Fonte: adaptado de Sgarbi (2002) e consulta nos Anais da 18ª a 36ª Reunião Anual da ANPEd.

De posse deste levantamento, é possível inferir que no GT02 História da Educação da ANPEd a temática da assistência à infância esteve presente na pauta das discussões, bem como percebe-se que o tema em questão está inserido na “dimensão” História da Educação como objeto de estudo, respondendo ao questionamento proposto no início desta seção. Assim, este resultado corrobora com o que Fonseca (2007) expôs, ao considerar que a infância passa a ganhar notoriedade nas pesquisas em História da Educação, no entanto, ainda é uma perspectiva de estudo recente que carece da continuidade e do aprofundamento das investigações. Contudo, outras vertentes têm contribuído positivamente com os estudos sobre a história da infância, uma delas é a história da assistência, em conjunto com a história da família e da educação, trazendo “abordagens, enfoques e métodos” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 17).

O balanço realizado por Carla Silvana Daniel Sartor (1997), também apresenta a incidência de trabalhos que tratam da temática que é objeto desta dissertação, a assistência à infância. Trata-se de um levantamento bibliográfico concluído no início da década de 1990, intitulado *Perfil da Produção Atual das Ciências Humanas e Sociais sobre a Criança Pobre no Brasil no Século XIX*, que resultou na análise de 38 trabalhos, entre teses e dissertações que apresentaram as circunstâncias diversas da história da criança no período Império e República. Esse trabalho teve, por objetivo, apresentar o perfil dessas produções, ao demonstrar os principais temas abordados pelos pesquisadores e a maneira pela qual se caracterizava a infância no século XIX.

A justificativa da autora valeu-se da mesma apresentada nesta dissertação, que a divulgação e valorização das pesquisas realizadas no âmbito acadêmico científico é de suma importância, e que poderá servir de referência em pesquisas futuras. Alguns pontos deste estudo se assemelham ao levantamento da presente dissertação, que visa identificar quais são as “[...] instituições, cursos e programas de pós-graduação; e temas principais abordados pela produção atual [...]” (SARTOR, 1997, p. 81).

O levantamento realizado por Sartor (1997) revela que a transição entre os séculos XIX e XX foi o período mais estudado pelos pesquisadores com abordagens ancoradas na ciência em relação à temática da infância. Vale destacar também que, nesse período, houve uma grande movimentação em favor do menor, empenho que foi comprovado ao analisar os documentos relacionados às práticas institucionais assistenciais e jurídicas, bem como por meio das discussões realizadas pelos médicos e juristas que buscavam estratégias e desenvolvimento de projetos com o objetivo de solucionar a questão do atendimento destinado aos menores.

Contudo, foram abordados outros séculos nas demais produções científicas em menores proporções. A partir do século XIX, Rizzini (1997) afirma que o conceito de infância passou a ter uma significação que não existia no ocidente, tal como a obrigatoriedade do Estado em formular políticas sociais e, no âmbito administrativo, em prol da infância abandonada que, anteriormente, era atendida em projetos vinculados à igreja e à iniciativa privada.

De acordo com Sartor (1997), o referido levantamento, demonstra que o período com a maior recorrência de estudos relacionados à história da infância no Brasil foi o final da década de 1980 e início dos anos de 1990; o ano de 1994 alcança o pico com a marca de 7 trabalhos. Esta comprovação vai ao encontro das conclusões apresentadas por Warde (2007), indicando que os estudos referentes à história da infância tiveram uma explosão na década de 1990, porém, as pesquisas acabaram por atingir o seu limite criativo, sendo necessário, segundo a autora, buscar parcerias entre outros campos do conhecimento com o objetivo de alavancar os estudos que fazem menção a esse tema.

A cidade do Rio de Janeiro, o local mais pesquisado, ficou em primeiro lugar, com 16 trabalhos, e o Brasil, como “unidade analítica” (SARTOR, 1997, p. 85), acabou assumindo a segunda posição, com 13 trabalhos. A autora justifica que o motivo da escolha pela cidade do Rio de Janeiro deve-se pelo fato de ser a “capital do Império e depois da República, de onde emanavam as novas tendências do país – é palco onde eclodem problemas de cunho social, nas mais variadas dimensões, como a pobreza, as doenças, os vícios” (SARTOR, 1997, p. 84).

No que diz respeito aos temas selecionados para a análise, Sartor (1997) optou por classificá-los por meio do objeto principal. Dessa forma, os trabalhos foram subdivididos em nove categorias, de acordo com as delimitações impostas pelos autores dos trabalhos analisados: *Assistência à infância/instituições para crianças e adolescentes*; *Trabalho de crianças e adolescentes*; *Educação*; *Abandono de Crianças*; *Família e crianças escravas*; *Legislação sobre infância*; *Criminalidade infanto/juvenil*; *Condição feminina/meninas*; *Violência contra crianças e adolescentes*.

No que concerne às categorias de análise, nas quais as 38 produções acadêmicas (teses e dissertações) examinadas pela autora estão distribuídas, se faz necessário ressaltar que, estão todas direta ou indiretamente ligadas ao tema da assistência à infância, fazendo referências à história da infância no tocante à diversidade dos estudos sobre a temática em questão.

Vale destacar também que a História, de acordo com Sartor (1997), produziu 17 trabalhos do total de 38, o que leva a pressupor que esse campo apresenta trabalhos relacionados com a história da infância e, por conseguinte, os estudos acerca da assistência à infância também estão inseridos nos critérios “domínios” que são integrantes autênticos do “Campo da História” (BARROS, 2004).

No que concerne ao levantamento realizado por Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca (2001), as autoras também comprovam a prevalência de estudos sobre a criança na década de 1990, os quais, em sua maioria, eram vindos dos Programas de Pós-Graduação no Brasil. Porém, conforme destacam Abreu e Martinez (1997), ainda prevalece a escassez de pesquisas voltadas para a infância e, principalmente, a ausência de estudo tendo como ator principal a criança.

À vista disso, esse levantamento evidencia pesquisas relacionadas à trajetória da criança no Brasil entre os séculos XIX e XX. O ápice desses trabalhos, segundo Rizzini e Fonseca (2001), aconteceu na década de 1990 com 160 produções, contra 32 na década de 1980. Vale destacar que o total de trabalhos selecionados pelas autoras somam 268 produções, dos quais 161 estudos fazem menção ao tema da assistência.

No que tange ao levantamento, é importante salientar que, dentre esses estudos, há os que não tratam da criança como objeto central, mas que de alguma forma abrangem a questão da infância por meio de outros aspectos, “como família, condição feminina, criminalidade, prostituição, políticas públicas, assistencialismo etc.” (RIZZINI; FONSECA, 2001, p. 4) apresentados por meio de categorias diversificadas, tais como “livros, teses, folhetos, artigos” (RIZZINI; FONSECA, 2001, p. 6).

Dentre a multiplicidade de temas, foram considerados somente os trabalhos que fazem menção às crianças abandonadas, aos expostos, aos desvalidos, aos viciosos e à assistência à infância, dado que estas temáticas estão inseridas no objeto de estudo da presente dissertação, que é a assistência à infância. O critério de seleção destas produções científicas foi realizado por meio da leitura dos títulos e das palavras-chave disponíveis na seção *Estudos Históricos sobre a criança no Brasil (1800-2000)*, no referido levantamento bibliográfico realizado por Rizzini e Fonseca (2001).

A partir das produções científicas listadas no referido levantamento realizado por Rizzini e Fonseca (2011), àquelas que fazem alusão ao tema da assistência à infância, são classificadas da seguinte maneira: no que tange à área do conhecimento, foram identificados 31 trabalhos oriundos de Dissertação de Mestrado, 7 trabalhos frutos de Teses de Doutorado, 3 trabalhos provenientes de Relatórios de Pesquisa e, por fim, 2 trabalhos resultantes de monografias. Dentre as instituições que mais apresentaram estudos referentes à assistência à infância, estão a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 10 produções, seguida da PUC-SP com 9 produções.

E, por último, apresentam-se os dados do levantamento bibliográfico coordenado por Maria Helena R. Capelato, *A produção histórica no Brasil – 1985 a 1994*, que exhibe o balanço histórico das ciências sociais, o qual contém Dissertações e Teses de Programas de Pós-Graduação em História. Esta proposta é fruto de pesquisas realizadas no *Projeto Pós-Graduação ANPUH* com o intuito de corroborar com o campo da História, as quais abrangem os Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras, uma vez que essa era uma reivindicação dos historiadores, considerada uma ação de extrema necessidade e importância. O objetivo maior era conhecer o que estava sendo produzido para que novas perspectivas de pesquisas pudessem ser realizadas e, principalmente, avaliar as produções já existentes.

Desse modo, segundo Capelato (1995), a proposta visava promover um Banco de Dados, que teria a função de promover um diálogo entre os pesquisadores, o que favoreceria o engendramento a novos debates no campo da História, contribuindo com novas investigações. A amplitude do projeto também permite à comunidade científica definir o “perfil da produção na área, levantamento mais preciso das linhas de pesquisa, balanço e avaliação da produção historiográfica, definição de novos projetos” (CAPELATO, 1995, p. 12).

O produto final desse projeto culminou com a publicação de três volumes, nos quais é possível encontrar o resumo de todas as publicações. Vale ressaltar que os resumos contidos nos três volumes facilitaram sobremaneira a seleção dos trabalhos, com o intuito de verificar

se eram ou não pertinentes ao tema da assistência à infância, uma vez que foi possível esclarecer dúvidas que por vezes surgiram no percurso dessa etapa da pesquisa.

O primeiro remete ao levantamento da produção acadêmica do Departamento de História da FFLCH/USP nos Programas de Pós-Graduação em História Econômica e Social. Contudo, na presente dissertação, foram selecionadas somente as produções contidas no item História Social, de modo que a temática em questão fora encontrada somente nesta seção, totalizando 9 trabalhos que fazem menção à assistência à infância (5 Dissertações de Mestrado e 4 Teses de Doutorado). Os períodos mais estudados pelos pesquisadores, considerando os 9 trabalhos relacionados ao tema da assistência, correspondem ao século XIX e XX, com 4 trabalhos.

O volume 2 apresenta as produções das seguintes universidades: PUC/RJ; PUC/SP; Universidade de Brasília (UnB); UNICAMP; Universidade Estadual Paulista (UNESP/ASSIS); Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA); Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contudo, as instituições que apresentam trabalhos referentes ao tema da assistência são: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS); PUC/SP; UnB; UNESP/ASSIS, totalizando 5 estudos, todos frutos de Dissertação de Mestrado. Dentre essas 5 produções, o recorte temporal mais recorrente foi o século XX, apresentando 4 trabalhos.

No volume 3 consta o levantamento coordenado pela autora nas seguintes universidades: Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal de Goiás (UFGO); UFMG; Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); UFRGS; UFRJ; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS). Nestas produções acadêmicas, foram encontrados 4 trabalhos que têm a assistência à infância como objeto de estudo, 2 produções da UFF, ambas Dissertações de Mestrado, produzidas na década de 1990; 1 Dissertação de Mestrado na UFRJ, de 1992 e 1 Dissertação de Mestrado da UFMG de 1994. No que tange ao recorte temporal, considerando os 4 trabalhos que fazem referência ao tema da assistência, sobressaem a passagem entre os séculos XIX e XX em 3 trabalhos.

Diante desse cenário, evidenciam-se pesquisas de balanços bibliográficos já existentes acerca da produção de pesquisas no Campo da História, na história da educação e na história da infância que, por sua vez, comprovou-se a prevalência de trabalhos sobre a assistência à infância. Dentre os balanços analisados, aquele produzido por Rizzini e Fonseca (2001) possui a maior recorrência de trabalhos a respeito da assistência, com 160 produções, conforme explicitado na Tabela 1.

Tabela 1 - Balanços bibliográficos de: Carla Silvana Daniel Sartor, Irma Rizzini e Maria Teresa da Fonseca, Maria Helena Rolim Capelato, e ANPEd

Sobre à assistência à infância			
Balanço	Quantidade	Amostra destacada e analisada	%
Capelato v.3	490	4	2,2%
Capelato v.2	474	5	1,1%
Capelato v.1	277	9	3,2%
Rizzini e Fonseca	268	160	59,7%
ANPEd	258	18	7,0%
Sartor	38	38	100%

Fonte: produção do próprio autor a partir dos dados analisados no sítio eletrônico da ANPEd e nos levantamentos realizados por: Capelato (1995), Rizzini e Fonseca (2001) e Sartor (1997).

Outra questão que não pode ser negligenciada e, merece cuidado, é considerar que os dados dos levantamentos citados anteriormente receberam tratamentos distintos, uma vez que, se tratam de fontes diferenciadas. Além disso, foram realizados em diferentes épocas e em diferentes campos com finalidades específicas. Ao analisar dissertações e teses, conforme o balanço realizado por Capelato (1995) e Sartor (1997), exige-se uma abordagem e um rigor metodológico específico. Da mesma forma, ao analisar as produções referentes às categorias, artigos e folhetos, conforme a proposta de Rizzini e Fonseca (2001), outros fatores foram considerados pelas autoras.

Quando se trata da publicação de artigos, é preciso conjecturar a avaliação de um determinado periódico, de acordo com o estrato divulgado pelo WEBQualis, se a submissão foi realizada às cegas e, dentre outros quesitos que não devem ser subestimados. Outra perspectiva está relacionada ao tipo de evento no qual o trabalho é apresentado e publicado, considerando a busca realizada por trabalhos no GT02 História da Educação da ANPEd, deve-se avaliar a localidade do evento, a demanda de trabalhos encaminhados à submissão, se o Grupo de Trabalho do referido evento possui mais vagas do que a quantidade de trabalhos enviados à submissão, ou pode ocorrer uma situação contrária, se a quantidade de trabalhos aprovados ultrapassa ao número de vagas para cada grupo.

Desse modo, percebe-se que são inúmeras as questões que diferenciam a natureza dos balanços bibliográficos exibidos, bem como é importante salientar que o intuito aqui não é estabelecer uma comparação entre os referidos levantamentos, mas a contribuição que trouxeram para a presente pesquisa é inegável, posto que, evidenciam que a presença do tema da assistência à infância está inserido nas produções acadêmicas no Campo da História, conforme especificado nos balanços de Capelato (1995) e Sartor (1997). Além disso, observa-

se que o tema ora pesquisado também fora encontrado em pesquisas sobre a história da educação, de acordo com o levantamento realizado no GT02 História da Educação da ANPEd e, ainda, foram identificadas pesquisas sobre a assistência à infância no balanço realizado por Rizzini e Fonseca (2001), que analisaram as produções acerca da História da Assistência. Vale destacar que o foco do trabalho não é o aprofundamento desses levantamentos, pois eles apresentam dados que comprovam a existência de pesquisas sobre a assistência à infância e, principalmente, confirmam também que após o surgimento da SBHE, a assistência à infância, como tema de pesquisa, já estava consolidado.

José Gonçalves Gondra (2005) destaca que a importância de mensurar o que foi produzido em determinado campo do conhecimento se faz necessário, uma vez que esses indícios demonstrarão como está a produção, permitindo-se levantar novas interrogações, os tipos de fontes e, também, quais são os temas mais investigados. Dessa maneira, o levantamento de trabalhos apresentados nos CBHEs, por se tratar de um evento de grande influência nacional, na História da Educação, põe-se imperiosamente a necessidade de observar o que se tem produzido no âmbito da ANPEd, mais especificamente o GT02 História da Educação, que apontou a presença do tema da assistência à infância e, principalmente, como essa “dimensão” (a história da educação) foi constituída no tocante às produções acadêmicas divulgadas.

Os dados quantitativos dos levantamentos que foram exibidos neste capítulo, por si só não são capazes de sustentar as lacunas da produção existente acerca de um tema, nesse caso o da assistência à infância, dado que, para superar as dificuldades e dar respostas, exige-se uma nova interpretação e um novo debate, o que permitiria o “aprofundamento de certas questões teórico-metodológicas” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 32). Todavia, esse não é o foco da investigação ora proposta. Acredita-se que essa etapa já foi cumprida pelos pesquisadores em suas respectivas investigações. Tal aprofundamento será efetivado no momento da análise dos trabalhos selecionados nos Anais dos CBHEs.

3. AS DISCUSSÕES ACERCA DAS CONCEITUAÇÕES SOBRE CRIANÇA E INFÂNCIA

Os estudos relacionados à História da Educação deixaram de ter como foco principal somente pesquisas que tratam dos aspectos pedagógicos ou circunscritos ao campo escolar. Tal afirmação condiz com os dados exibidos no capítulo anterior provenientes dos balanços bibliográficos de Capelato (1995), Rizzini e Fonseca (2001) e Sartor (1997), bem como pelo breve levantamento realizado no GT02 História da Educação da ANPEd. À vista disso, observa-se que outros temas estão inseridos nas pesquisas em história da educação como perspectiva de investigação, tais como a assistência à infância e a história da infância. Desse modo, para ampliar as possibilidades e para compor a diversidade dessas investigações, quando se fala de infância, não é possível considerar a criança sem levar em conta o tempo, o lugar e o contexto social no qual ela está inserida, por isso se faz necessário buscar na literatura de referência subsídios para compreender o processo e a consolidação dos estudos sobre a infância.

Estudos publicados na década de 1960, na “historiografia inglesa, francesa, norte-americana e italiana” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 16), provocaram uma impulsão à história da infância, dentre eles a obra de Philippe Ariès *História social da criança e da família* (1981) foi a que mais se destacou. Porém, de acordo com Kuhlmann Júnior (1998), a obra deve ser cautelosamente analisada no sentido de que há o cuidado em descrever com exatidão o pioneirismo nos estudos referentes à história da infância, principalmente relacionados à história da infância no Brasil.

Ariès (1981), em sua obra, enfoca os comportamentos e as mentalidades, afirmando a inexistência do sentimento de infância na Idade Média até o século XVII. Outra evidência, segundo o autor, é que não havia lugar para a infância na arte medieval até o século XII, pois a criança não era representada nos quadros e na pintura. Para Ariès (1981), no século XI, começo do XII e até o final do século XIII, não eram consideradas as particularidades da criança, tanto que elas eram vestidas como os adultos, comprovando a falta de valorização para com esta fase da vida que, nesse contexto, era rarefeita. A duração da infância era circunscrita ao período mais frágil. Passando essa fase, automaticamente a criança era considerada um “homem jovem” (ARIÈS, 1981, p. 10). Percebe-se, então, que à criança não era permitida a vivência da fase da juventude.

O autor defende que cada época traz significações próprias para conceber a infância, dependendo do contexto histórico e das relações demográficas “[...] que corresponderiam uma

idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: ‘a juventude’ é a idade privilegiada do século XVII, a ‘infância’, do século XIX, e a ‘adolescência’, do século XX” (ARIÈS, 1981, p. 48).

Todavia, o fato de na Idade Média não existir um sentimento de infância, segundo Ariès (1981), não significa que as crianças eram negligenciadas. O fato é que não se respeitava a fase da infância tal como na modernidade. Assim que os adultos percebiam que as crianças já possuíam alguma independência, já era permitida a convivência com a sociedade adulta, sem limitações, ou seja, brincavam e trabalhavam juntos, “[...] no início do século XVII não existia uma separação tão rigorosa [...] entre as brincadeiras e jogos reservados às crianças e as brincadeiras e jogos dos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 88).

A iconografia no período medieval, segundo Ariès (1981), indica que a criança era representada em imagens que a coloca na posição de um adulto em miniatura. Não existia um tratamento diferenciado, nem um mundo próprio, não existia neste período, o sentimento de infância e, por isso, não havia a necessidade de representá-la. Somente a partir do século XIII, surgem imagens que representam a criança com características próximas àquelas do mundo moderno, que fora representada por um anjo “[...] aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente [...]” (ARIÈS, 1981, p. 52).

Neste contexto, a partir do século XV, a criança passou a ser representada por meio do “retrato ou putto”, indicando que começaria a sair do anonimato e, ainda, o gosto pela nudez clássica não era o foco principal, mas sim o amplo movimento em prol das especificidades da infância. Houve, também, a partir do século XVII, um grande avanço nos temas relacionados à primeira infância, o surgimento de retrato com crianças sozinhas, e quando estavam com a família, eram representadas com destaque (ARIÈS, 1981).

A iconografia demonstra que

a descoberta da infância começou sem dúvida no século XIII, e sua evolução pode ser acompanhada na história da arte e na iconografia dos séculos XV e XVI. Mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII (ARIÈS, 1981, p. 65).

No fim do século XVI e, principalmente, no século XVII, surge um novo sentimento de infância “[...] em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto, um sentimento que poderíamos chamar de paparicação” (ARIÈS, 1981, p. 158). Mas esse sentimento causou hostilidade nas pessoas, pois se considerava inconcebível ocupar-se excessivamente com as crianças. Elas só serviam para dar diversão e alegria aos adultos. Porém, este sentimento, a “paparicação”, esteve

presente em todas as classes sociais, não distinguindo os ricos dos pobres, o que fez surgir o interesse para com a criança, a preocupação moral e o cuidado psicológico. Os moralistas e os educadores do século XVII foram responsáveis em formar este novo sentimento, que foi a base estruturante da educação até o século XX. Os moralistas também julgaram as crianças como seres frágeis e que careciam de proteção e disciplina, não era mais permitido que continuassem como objeto de distração dos adultos.

Assim, surgem dois sentimentos de infância. Primeiramente, a “paparicação”, que correspondia às primeiras idades da criança, relacionado a uma infância curta, a qual devia ser preservada. O outro sentimento esteve relacionado à “[...] tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância [...]” (ARIÈS, 1981, p. 186). Desse modo, o autor compreende que infância passou a existir como categoria social a partir do surgimento dos sentimentos da “paparicação” e do cuidado, a moralização.

Até a metade do século XVII, o fim da primeira infância correspondia à idade de 5 a 6 anos, quando a criança já podia se afastar dos cuidados da mãe ou da criada. Aos 7 anos, já era considerada apta a frequentar o colégio. Ainda não havia a necessidade de classificar a segunda infância, fato que ocorreu somente no final do século XIX com a propagação, “[...] entre a burguesia, de um ensino superior: universidades ou grandes escolas” (ARIÈS, 1981, p. 176).

Quando a criança completava sete anos, era comum enviar os filhos para casa de outra família para aprenderem um ofício “[...] o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma comum de educação [...]” (ARIÈS, 1981, p. 228). Esta prática era habitual em todas as classes sociais. Uma criança educada era aquela que sabia servir a mesa e não somente comportar-se durante as refeições. Neste contexto, não havia espaço para a escola, pois a aprendizagem era propagada de uma geração à outra, que era garantida pela participação da criança na vida dos adultos em diversas ocasiões, tais como em jogos e nas brincadeiras.

Segundo Ariès (1981), o sentimento de família que surgiu nos séculos XVI e XVII, está diretamente ligado ao sentimento de infância. A partir do século XVIII a família começa a preocupar-se com a higiene e com a saúde física dos filhos “[...] a criança havia assumido um lugar central dentro da família” (ARIÈS, 1981, p. 164). Era preciso conhecer verdadeiramente a criança para dispensar os cuidados necessários a essa fase. Nessa ocasião, começaram a surgir textos que tratavam a temática da psicologia infantil, pois para dispensar os cuidados necessários, era preciso conhecer a criança para definir os métodos de educação mais adequados.

Porém, de acordo com Ariès (1981), ocorreram importantes transformações no interior da família, a partir do século XV, como a progressão da frequência escolar, deixando de ser benefício somente dos “[...] clérigos para se tornar o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado de infância ao do adulto” (ARIÈS, 1981, p. 231). Essas mudanças na esfera familiar só foram possíveis graças aos educadores, que perceberam a necessidade de separar a infância do mundo dos adultos.

Com isso, os pais sentiram que era imprescindível preocupar-se de perto com a educação dos filhos, e, não mais deixá-los com famílias substitutas, pois a antiga aprendizagem foi substituída pela escola. Esta nova concepção significa que a nova estrutura familiar que estava se formando, começou a se aproximar do “[...] sentimento da família e do sentimento da infância, outrora separados” (ARIÈS, 1981, p. 232). No início, as escolas ainda eram distantes e, por isso, as crianças ainda ficavam longe dos pais. Mas, a partir desse momento, a separação tinha uma nova significação, que era dar oportunidade para que as crianças frequentassem a escola e, ainda, estava aliado à possibilidade dos filhos não ficarem longos períodos ausentes do lar como outrora.

Desse modo, surge a consciência que a criança não estava pronta para vida, pois para isso, seria necessário submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena, antes de se misturar ao mundo dos adultos, concluindo que, essa quarentena era a escola. Sendo assim, a união estabelecida, entre escola e família, foi determinante para retirar a criança do anonimato. Outra mudança que surge neste contexto estava relacionada à maneira de educar, pois a disciplina rígida direcionada à criança durante a sua permanência na escola, demonstrava outra significação, um amor e uma preocupação inexistente no período medieval, no qual a morte de uma criança era um fato sem importância, uma vez que poderiam ser facilmente substituídas, posto que “[...] a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais [...]” (ARIÈS, 1981, p. 270).

O sentimento de família permitiu que os pais percebessem a necessidade em preocupar-se com a vida dos filhos. Pode-se considerar que, a união entre o sentimento de família e do sentimento de infância, culminou com a garantia da escolarização. No início, privilegiou apenas àquelas crianças que possuíam uma condição econômica elevada, uma vez que os filhos de famílias pobres ainda eram educados por meio da antiga aprendizagem, na qual eram enviados às famílias substitutas com o objetivo de aprenderem um ofício.

Contudo, as análises de Ariès não foram consistentes e foram criticadas por diversos intelectuais, pois o autor pautou-se em responder um único questionamento, baseando-se na infância de Luís XIII. Porém, apesar das lacunas deixadas por Ariès, suas investigações

permitiram que viessem à tona importantes indagações sobre a conceituação da infância e da criança, no que se refere à imaturidade física e, ainda, ao considerar a infância como categoria social, abriu precedentes para a continuidade dos estudos relacionados à história da infância, por isso, a importância em apresentar nesta dissertação os pressupostos de Philippe Ariès, pois foi a partir das suas investigações sobre a infância, enquanto categoria social, que outros estudiosos também se propuseram a levantar outros questionamentos e, sendo assim, novas perspectivas de estudo emergiram.

Não obstante, ao relacionar as ideias de Ariès (1981) no que diz respeito à visão linear do desenvolvimento histórico, aos estudos do surgimento do sentimento de infância no Brasil no final do século XIX, segundo Kuhlmann Júnior (1998), existem brechas e, por isso, o caráter abstrato à teoria, pois este período destacado por Ariès, decorrido na França no século XVII, foi o início de uma transformação concreta em relação à consolidação do surgimento do sentimento de infância. Nota-se que há uma defasagem de aproximadamente dois séculos que separa o Brasil do contexto europeu.

Continuando a análise, agora tomando como ponto de partida o contexto brasileiro, Kuhlmann Júnior (1998) discute que a ausência do “sentimento de infância” apresentado pela tese de Ariès (1981) tem uma conotação abstrata; nota-se que os estudos realizados evidenciam que já existia o sentimento de infância no Brasil desde o século XVI, contrário ao que defendia Ariès (1981), que esse sentimento inexistia na Idade Média. Esta afirmação pode ser justificada pela atuação dos jesuítas que criou uma catequese considerando a infância

[...] na educação dos pequenos indígenas, e trouxeram crianças órfãs de Portugal para atuarem como mediadoras nessa relação; ou então, na inovação dos colégios, com a *Ratio Studiorum*, o programa educacional jesuítico, que estabeleceu as classes separadas por idade e a introdução da disciplina (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 22).

Outra questão abordada por Kuhlmann Júnior (1998) são as críticas feitas ao estudo de Ariès indicando que, ao investigar somente os aspectos iconográficos para afirmar a inexistência do sentimento de infância, trata-se de uma medida de análise sem contextualização que pode levar a conclusões falaciosas. A reprodução de pesquisas sobre o sentimento de infância demonstra que havia na Idade Média uma preocupação com a criança, pois foram encontrados brinquedos e móveis apropriados aos pequenos, e imagens que retratam a preocupação da família para com esta fase infantil.

Segundo Boto (2002, p. 12), os estudos iniciados por Philippe Ariès tornaram-se referência para diversos autores que “discutirão as intrincadas relações entre o tema da

infância e modo como a percepção sobre as crianças se apresenta como uma categoria social e temporalmente construída”.

Conjecturando que a concepção de infância varia de acordo com o momento histórico, Neil Postman sustenta a tese sobre o desaparecimento da infância na pós-modernidade. Sucessor das ideias de Ariès, Neil Postman também se destaca nos estudos referentes à infância. Para o autor, a criança, do ponto de vista biológico, é impossível considerar que uma cultura não permita a sua existência. Por outro lado, uma cultura pode existir, sem conceber a infância como uma categoria social. Seguindo essa premissa, a infância como artefato social inexistiu na Idade Média, surgindo esta noção somente a partir do século XVII. Porém, o autor afirma que, mesmo que a infância tenha “uma base biológica” não há possibilidade de sua existência, pois “[...] não pode se concretizar a menos que um ambiente social a ative e a alimente” (POSTMAN, 1999, p. 158) e, acima de tudo, que tenha o desejo que ela exista.

A criança, segundo o autor, concebida como aquela que necessita de cuidados diferenciados do adulto, existe há aproximadamente quatrocentos anos. Ao passo que, ao considerá-la como critério de idade, é uma concepção que surgiu por volta de duzentos anos atrás. Sobre a concepção de infância, Postman (1999, p. 12) argumenta que, surgiu na Renascença, sendo considerada como “estrutura social e como condição psicológica”.

As crianças, na antiguidade, não eram consideradas pelos gregos como àquelas inseridas numa infância que respeitava os critérios de idade. Indica que esta posição é no mínimo contraditória, posto que, os gregos “tinham uma palavra para tudo” (POSTMAN, 1999, p. 19) o que não se aplicou à concepção da criança. Para não dizer que não havia denominação para criança e jovem, as formas utilizadas eram indeterminadas e poderiam se referir a qualquer indivíduo, seja criança ou velho. Sendo assim, a visão que os gregos tinham a respeito da significação da vida de uma criança é totalmente contrária a que se conhece atualmente. Apesar da ausência de significação, fica evidente que, a ambivalência de padrões ao se referir à criança e à infância não interferiu na questão primordial para os gregos, que era a preocupação com a educação, porém, “a escola não deve ser entendida como se a sua concepção de infância fosse equivalente” (POSTMAN, 1999, p. 21).

Postman (1999) também afirma que, indubitavelmente, os gregos inauguraram a ideia de infância, mas não a inventaram. A contribuição foi que chegaram muito próximos para que mais adiante, dois mil anos depois, fosse possível conhecê-la de fato. Para superar o que foi iniciado pelos gregos, os romanos tomaram a ideia de escolarização grega e a esta inseriram a compreensão do significado de infância e, foi neste contexto que, os romanos estabeleceram uma conexão, entre criança e a “noção de vergonha” (POSTMAN, 1999, p. 22). De acordo

com o autor, essa noção foi determinante para que o conceito de infância progredisse, posto que, “sem uma noção bem desenvolvida de vergonha a infância não pode existir” (POSTMAN, 1999, p. 23).

Segundo o autor, na Idade Média a infância se findava aos sete anos. As justificativas para tal acontecimento devem-se às ausências da alfabetização, do conceito de vergonha e do conceito de educação. Tal organização de sociedade corrobora com o fato de que, cada cultura adquire a sua própria maneira de conceber a infância e a criança, aliados a isso, são também fatores determinantes, o momento econômico e o contexto religioso.

Postman, em sua obra *O desaparecimento da infância* (1999), descreve quais foram as circunstâncias que determinaram o surgimento do sentimento de infância no mundo moderno e, principalmente, as causas que levaram ao desaparecimento dessa infância. Postman (1999) aponta as três principais causas que deram origem ao surgimento da infância.

Em primeiro lugar, os adultos passaram a guardar segredos e privar a criança de compartilhar, com a sociedade adulta, objetos e situações que pudessem denegrir a pureza e a ingenuidade infantil; a criança passaria a ter seu próprio espaço e roupas adequadas à sua faixa etária. Outra questão é a preocupação e o cuidado com a infância presentes na modernidade, o oposto do que acontecia na Idade Média, período no qual as crianças misturavam-se entre os adultos em quaisquer situações. E, por último, em decorrência do surgimento da tipografia aumenta-se a comunidade de leitores e, conseqüentemente, amplia-se o distanciamento entre adultos e crianças.

Na concepção desse autor, a infância começa a desaparecer a partir dos anos de 1950 com o surgimento das novas tecnologias e da comunicação e, principalmente, devido à maneira pela qual as pessoas passaram a ter acesso às informações na sociedade. Aponta também que, antes do advento da tipografia, por exemplo, a comunicação entre as pessoas era realizada por meio das interações sociais.

Postman (1999) expõe que, com o surgimento da televisão, todos têm acesso às programações, crianças e adultos, sem o cuidado de resguardar a infância e, assim, não há diferenciação e não são consideradas as particularidades desta fase. A consequência é que a criança passa a não ter o adulto como referência, pois não são mais oferecidas condições no sentido de aprender com ele.

Outra questão colocada pelo autor é que, a partir do momento em que a televisão não distingue o seu público, esta contribui para o desaparecimento da infância, pois pelo modo em que as informações são veiculadas por esse meio de comunicação, demonstra que não há uma preocupação com o público infantil, “[...] a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer

segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância” (POSTMAN, 1999, p. 94) e, por conseguinte, acaba-se por destruir o sentimento de infância.

Todavia, ao analisar o que Postman (1999) discorre sobre o desaparecimento da infância no século XX, é preciso considerar e compreender o cenário social no qual a infância está inserida, com o surgimento de novas tecnologias, com o acesso que as crianças têm às informações de maneira praticamente simultânea à ocorrência dos fatos e, por meio dessas circunstâncias, afirmar que o sentimento de infância não existe, merece cuidado. As mudanças, o modo de vida de uma sociedade com seus valores e hábitos devem ser (re)considerados e, assim, é necessário compreender que cada momento histórico culminará num determinado modelo de infância.

Em função disso, Sarmiento (2005) considera que a infância existe independente das crianças; e estas são indivíduos sociais que se adequam de acordo com o período histórico. Desse modo, a infância é historicamente construída, por um longo caminho, e atualizada continuamente por meio das práticas sociais nas quais as crianças estão inseridas, tais como as relações com outras crianças e com os adultos.

Diante do exposto e a forma como Sarmiento (2005) argumenta, a infância continua a existir, oposto ao que Postman (1999) apresenta; e, por assim dizer, modificam-se as maneiras de tratar a infância e a criança. Conforme Sarmiento (2005)

a geração da infância está, por consequência, num processo contínuo de mudança, não apenas pela entrada e saída dos seus actores concretos, mas por efeito conjugado das acções internas e externas dos factores que a constroem e das dimensões de que se compõe (SARMENTO, 2005, p. 366).

Outros autores também divergem da visão de Ariès. Um deles, Colin Heywood, que discute em sua obra *Uma História da Infância* a trajetória social da infância desde a Idade Média até a contemporaneidade, na qual apresenta as transformações ocorridas na concepção de infância, a relação entre a criança e seus pais em diferentes fases de sua vida e não deixa de abordar também a inserção da mesma no mundo do trabalho. E, por meio dessa obra, argumenta contrariamente aos pressupostos defendidos por Ariès, baseando-se em outros estudiosos para sustentar sua crítica, Heywood torna pública sua opinião ao mencionar o caráter abstrato da obra de Ariès.

Segundo Heywood (2004), quem se dedica às investigações acerca da História da Infância precisa ter em mente que a criança é um ser social que passa por transformações de acordo com o contexto no qual está inserida, excluindo, assim, o pensamento de que a criança é pura, “natural”, uma vez que ela molda seu comportamento conforme seu ambiente, bem

como é “o produto de forças históricas, geográficas, econômicas e culturais diversificadas” (HEYWOOD, 2004, p. 21).

Heywood (2004) expõe que a obra de Ariès provocou aceitações singulares, uma vez que os historiadores divergiam em suas opiniões, uns hostilizaram, outros acataram e utilizaram as descobertas do autor para dar continuidade e embasamento aos seus estudos. Heywood (2004) cita Adrian Wilson como um dos críticos mais severos, visto que este não concordava com os métodos utilizados por Ariès, pois considerava que havia uma ausência de concretude analítica.

Nessa perspectiva, Heywood (2004) aponta os argumentos oriundos dessa crítica. Em primeiro lugar, a ingenuidade ao tratar as fontes históricas e, também, devido à iconografia, pois quando Ariès diz que não havia espaço para a criança na Idade Média, indicando que a infância não era digna de ser representada, em razão de que a sociedade também não a reconhecia, ele sustentava que o artista pinta o que as pessoas enxergam, logo, conclui-se que a sociedade não reconhecia a infância. A crítica seguinte se refere a quando Ariès busca indícios sobre a concepção da infância “no século XII na Europa Medieval” (HEYWOOD, 2004, p. 26) e pelo fato de não a encontrar, segundo historiadores, conclui que não existia a consciência e a concepção de infância. E, por último, os historiadores foram radicalmente contrários à afirmação de uma total ausência do sentimento de infância na Idade Média, comprovando que havia algumas manifestações que demonstravam tal consideração com essa etapa da vida, conforme “os códigos jurídicos medievais continham algumas concessões ao status de minoridade das crianças. Por exemplo, costumavam proteger os direitos de herança de órfãos e, por vezes, exigiam o consentimento das crianças com relação a um casamento” [...] (HEYWOOD, 2004, p. 26).

Mesmo diante dessa multiplicidade de contradições, Heywood (2004) aponta que o trabalho de Ariès deve ser reconhecido, uma vez que esse autor foi o precursor nos estudos referentes à infância e, desse modo, é possível resgatar suas percepções acerca do passado e dar prosseguimento às pesquisas sobre a temática em vários períodos e lugares e, principalmente, dar a elas um significado mediante as circunstâncias sociais e culturais.

Heywood (2004), em sua obra, também discute as concepções medievais sobre a infância. Estudos realizados na França evidenciam o reconhecimento da infância na Idade Média. Essa afirmação pode ser comprovada por meio do que proclamou o Papa Leão, que a “inocência das crianças significava que elas poderiam ter visões celestiais, denunciar criminosos e servir como intermediários entre o céu e a Terra” (HEYWOOD, 2004, p. 28), dizendo que a infância era vista como alguém puro, humilde e inocente. Eis outra incidência

afirmativa de que, na Idade Média existia o reconhecimento das particularidades da infância, fato totalmente ignorado nos estudos realizados por Ariès.

Nessa mesma linha de pensamento, Heywood (2004) aponta para outro fator relevante que incide a uma preocupação com as fases da infância demonstrada mediante a perspectiva médica, didática e moralizadora, nas quais as transformações ocorridas nesta fase foram caracterizadas em etapas “de 2 e 7 anos, e da adolescência” (HEYWOOD, 2004, p. 28). Assim, é possível concluir que, de acordo com Heywood (2004), a infância e a adolescência na Idade Média não foram desconsideradas, mas é preciso ressaltar que foram significadas de maneira indeterminada, como por exemplo, a falta de precisão quanto às idades.

Não obstante, Heywood (2004) também compartilha da consideração feita por Ariès, quando ele diz que a criança na Idade Média era misturada com a sociedade adulta no mundo do trabalho ou na aprendizagem de um ofício. Porém, há uma ressalva nesta concordância entre ambos, visto que, na posição de Heywood (2004), havia sim uma distinção das etapas de desenvolvimento ao delegar as tarefas às crianças, pois era ponderado de acordo com a faixa etária infantil a possibilidade de executar tal função. E, assim, os menores eram responsáveis pelas tarefas domésticas simples ou até mesmo a aprendizagem de um ofício, sempre condizentes com a fase de desenvolvimento da criança.

Apesar das críticas postuladas à teoria de Ariès, pelo fato de apresentar uma visão histórica linear e, ainda, por evidenciar limites metodológicos, são inegáveis as contribuições do autor por possibilitar a continuidade dos estudos, no que se refere à história da infância. Ariès (1981) defende que, o interesse pela infância é uma preocupação recente, que surgiu com o advento da modernidade, permitindo que a criança saísse do anonimato para que pudessem ser consideradas suas particularidades.

Ainda buscando as conceituações referentes aos termos *infância* e *criança*, considerando os pressupostos teóricos de Sarmento (2005), por vezes, são definidos pelo senso comum, como sinônimos. Para o autor, a *infância* se refere à “categoria social [...] da qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos da estrutura social” (SARMENTO, 2005, p. 363) ao passo que, o termo *criança* faz referência ao sujeito.

Pinto e Sarmento (1997) expõem que há variação da conceituação do termo *criança*, dependendo do perfil de uma determinada sociedade e, ainda, do tipo de família e, até mesmo, a estratificação social pode ser determinante. Sendo assim, é possível inferir que essa definição não acontece de maneira consensual e não se estabelece sem que haja discussões e contradições.

Para Kuhlman Júnior (1998), a infância é uma condição do ser criança e deve ser compreendida no âmbito das relações sociais, contudo, modifica-se de acordo com a raça, etnia e condição social. O autor defende que, a história da infância não é linear, e deve ser analisada conforme o contexto no qual a criança está inserida.

Dessa forma, a história da infância deve ser analisada mediante aspectos inseparáveis, de um lado a “história social da infância que estuda as suas condições de vida, as instituições, as práticas de controle, a família, a escola, a alimentação, os jogos, a vida material e social” e de outro compreende “ao imaginário que, trata de colher as mutações que intervêm na história das mentalidades em relação ao fenômeno da infância, as diversas atitudes que se externam nos documentos como as obras de arte, as reflexões filosóficas e pedagógicas” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 17). Sendo assim, faz-se necessária a imbricação entre a história social com o imaginário ao analisar a história da infância e não simplesmente interpor uma à outra, pois resultaria em um relato completo de rupturas e fragmentos.

3.1 Os primeiros debates sobre a temática da infância no Brasil

As discussões acerca da temática da infância e da criança no Brasil, de acordo com Martha Abreu e Alessandra Frota Martinez (1997, p. 20) aconteceram por meio da propagação do ensino às pessoas no período imperial “que o termo *criança* surgiria, pela primeira vez, no contexto da construção do Estado”. Contudo, foi um processo de debates conturbado, pois a preocupação com a criança em si não estava em primeiro plano, o objetivo principal estava relacionado com a formação dos cidadãos.

Somente a partir dos anos de 1820, com o surgimento de instituições de nível superior no Brasil, com a implantação dos cursos de Direito nas cidades de São Paulo e Recife, e de Medicina no Rio de Janeiro e Bahia que, de fato, o tema da criança e a infância começou definitivamente a ser discutido com afinco, principalmente na área da medicina.

Dessa maneira, a temática da infância que estava presente nos debates no campo da medicina não estabelecia divisões das questões sociais, tais como “escravidão, regime familiar, condições e hábitos de alimentação e de vida, educação intelectual, moral e física [...] crescimento urbano, pobreza e mendicância” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 21). Sendo assim, a infância estava presente como tema de estudos e pesquisas na área médica, nas quais eram contempladas a situação da infância pobre, dos órfãos, bem como a situação dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia.

No que tange aos aspectos jurídicos, segundo as autoras, a temática da infância não estava presente assiduamente nas discussões e, quando estava em pauta, abrangia somente aos debates referentes aos limites de responsabilidade penal. Em contrapartida, havia raríssimas exceções, em que eram discutidas pelas autoridades jurídicas do governo no período imperial, e estas eram a situação das “crianças ‘pobres’, ‘vadias’ e ‘vagabundas’” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 22) com propostas voltadas para essa parcela da população que estava em grande número perambulando pelos grandes centros urbanos do Brasil e, em especial, na cidade do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, as questões sociais advindas da pobreza, da mendicidade e da escravidão foram a mola propulsora para o início dos debates com a finalidade de estabelecer novos rumos para a infância. Nesta perspectiva, foi no começo do século XIX, com o estabelecimento do “[...] Estado Imperial, as preocupações com as crianças se intensificaram [...]” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 22) e essa preocupação não estava inserida somente no campo da medicina, tornando-se uma questão a ser discutida com outros segmentos da sociedade.

Diante disso, foi expedido em 1854 um decreto, “Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município Neutro”, que abordava a qual público estavam destinadas as escolas primárias.

As crianças livres e pobres, entre 5 e 14 anos, destituídas de moléstias contagiosas. [...] que fossem admitidos nas instituições de ensino elementar, os ‘meninos pobres’ e ‘indigentes’ que ‘vagavam’ pelas ruas, oferecendo-lhes o vestuário [e] o material escolar necessários, além de encaminhá-los, quando maiores de 12 anos, para a aprendizagem de ofícios manuais. Para educar e abrigar as crianças pobres, seria criado um asilo no qual permaneceriam até os 21 anos de idade (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 23).

Com a promulgação da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro 1871, promovida no Período Imperial, que tratava da situação dos filhos das escravas que eram livres após o nascimento, traz-se, para o centro dos debates na esfera legislativa e, também, na divulgação feita por meio da imprensa, a condição dessas crianças no que diz respeito à educação e à proteção.

Nesta legislação, constam as obrigações dos senhores em relação às crianças livres, entre as quais estavam a responsabilidade e a obrigatoriedade em fornecer subsídios para a criação e educação delas até 8 anos de idade e, após esse período poderiam optar por continuar com a criança e receber do Estado uma quantia “600 mil réis em títulos de 30 anos a 6 por cento ou usarem o trabalho dos menores até os 21 anos” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 24). Se a decisão fosse entregá-los ao governo, este deveria fornecer obrigatoriamente à

criança a permanência em asilos ou em instituições de cunho filantrópico com finalidade educativa.

Abreu e Martinez (1997) explicam que após a promulgação da Lei do Ventre Livre, indubitavelmente, projetos e decisões foram elaborados e executados beneficiando a criança e considerando-a como um problema social emergente. Neste momento, não foram somente os filhos das escravas que foram alvo dessas medidas, mas dentre eles também estavam os menores advindos das classes empobrecidas, presentes nos debates dos quais faziam parte os homens públicos, pessoas ligadas à política, à medicina, à educação e à filantropia.

O governo Imperial subsidiou a criação de instituições voltadas para o atendimento dessas crianças, no período entre 1870 e 1880, a “Associação Protetora da Instrução à Infância Desvalida (1871), a Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa (1872), a Associação Promotora da Instrução de Meninos e Meninas (1874)” [...] (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 24).

A questão da infância esteve inserida em outro contexto com característica repressiva, uma vez que foi ordenado pelo governo retirar das ruas da cidade de Brasília as crianças consideradas vadias, vagabundas e capoeiras, sem distinção, meninos e meninas de qualquer idade. A partir dessas medidas, em 1902, foram criadas colônias correccionais para a internação de menores que infringissem as leis, pois com a promulgação do Código Penal de 1890, os atos ilícitos praticados por maiores de 9 anos eram repreendidos e estes eram considerados aptos à internação nestas colônias. Desse modo, a “Colônia Correccional de Dois Rios” foi fundada em 1903 e o internamento dessas crianças passa a ter o respaldo legal (ABREU; MARTINEZ, 1997).

Dentre os precursores dos debates acerca da problemática da infância na República Velha estavam “médicos, filantropos e pedagogos” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 27), os quais foram atuantes no processo de elaboração das políticas assistenciais em prol da infância e, nesta categoria, estavam inseridas as crianças pobres, visto que não eram consideradas como praticantes de atos ilícitos e, por isso, não poderiam receber o mesmo trato jurídico e policial. Aos órfãos e abandonados, estavam destinadas a assistência realizada por meio de ações advindas da área médica e de ações promovidas pela instrução pública, as quais abrangiam as contribuições da “puericultura, a pediatria e a higiene” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 27).

A década de 1920 foi um marco importante em que diversas ações foram concretizadas. Em 1941, o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente no Rio de Janeiro foi criado. Em seguida, em 1923, o Juízo de Menores na

mesma cidade foi inaugurado, com o objetivo de tratar juridicamente as questões que envolviam a criança. Outro marco importante foi a promulgação do Código de Menores de 1927, que passou a regulamentar a infância como um todo, nos aspectos que envolviam o “trabalho, a educação, a prevenção e a recuperação dos ‘criminosos’ e ‘delinquentes’” (ABREU; MARTINEZ, 1997, p. 28). A partir da criação da referida Lei, foram estabelecidas as formas de internação das crianças que deveriam ficar afastadas do convívio na sociedade e, também, a consolidação da figura do juiz de menores, como o responsável pelas decisões referentes à criança.

Por conseguinte, a partir desse momento, várias instituições foram criadas para o atendimento aos menores, tais como asilos, educandários e penitenciárias, porém não havia em número suficiente para atender a demanda, mas outras surgiram até a criação do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), em 1941. Vale ressaltar que sempre foi nítida a divergência entre a conceituação dos termos menor e criança inseridos na política assistencialista do Estado como também da sociedade.

3.2 Assistência à Infância: alguns apontamentos

A história da assistência tem contribuído positivamente com os estudos referentes à história da infância, pois desvenda como foi conduzida a assistência à infância abandonada. Essas pesquisas são impulsionadas, de acordo com Kuhlmann Júnior (1998), pela análise dos registros de batismos, que trazem informações relevantes quanto à situação das crianças abandonadas, expostas e ilegítimas. Outros dados, oriundos das Santas Casas de Misericórdia, também compõem o panorama histórico da assistência à infância.

Nessa perspectiva, Kuhlmann Júnior (1998), esclarece que a história da assistência está relacionada com a produção da imagem do pobre visto como uma ameaça social que precisava ser controlada e, para isso, as instituições tinham por objetivo apaziguar estes indivíduos com o intuito de evitar revoltas. Nesse contexto, a criança pobre passou a ter a mesma significação de “um trombadinha ou menor infrator” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 28).

Em função disso, Kuhlmann Júnior (1998) expõe que, na Idade Média, a pobreza era considerada uma bênção divina e algo que deveria ser cultivado, se era vontade de Deus não havia motivos para suplicar e, desse modo, as pessoas que possuíam condições financeiras privilegiadas tinham a obrigação de ajudar os mais necessitados; a igreja, além de oferecer

proteção espiritual, também tinha o encargo de melhorar as condições de sobrevivência dos pobres.

Todavia, entre a passagem dos séculos XIX e XX, a pobreza começa a ser considerada como um problema social, cabendo ao Estado intervir e, para tal, foram elaboradas leis próprias e a implantação de instituições sociais em diversos setores, com a finalidade de estabelecer a ordem social. Algumas instituições estavam vinculadas à saúde, outras para garantir os direitos das famílias, havia ainda aquelas que preparavam para o mercado de trabalho com a qualificação de mão de obra e, por fim, existiam as instituições educacionais. A partir desse momento, a tradição hospitalar e carcerária, presente na Idade Média, foi substituída por “instituições jurídicas, sanitárias e de educação popular” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 60) assim denominadas por assistência científica, alicerçadas por uma nova concepção em plena ascensão nesta época, o progresso da ciência.

Na concepção de Rizzini (1993), o desenvolvimento das indústrias acarreta o crescimento desordenado das cidades, surgindo problemas de ordem social, pois as pessoas de baixa renda correspondiam quase 70% da população. Eram considerados “deserdados da fortuna os: operários, camponeses, prostitutas, marginais, mendigos, artistas, doentes, andarilhos, menores viciosos [...]” (RIZZINI, 1993, p. 19).

A pobreza se alastrava entre a população devido à consolidação do modo capitalista de produção, pois havia a exploração dos proletários sem uma legislação que pudesse garantir a eles seus direitos e, outro agravante, eram os “despojados das propriedades dos meios de produção” (RIZZINI, 1993, p. 19). O resultado dessa nova organização da sociedade culminou com a criação de favelas e pessoas perambulando pelas ruas, os desocupados. Não havia condição mínima de higiene e, com isso, a proliferação de doenças contagiosas e os níveis alarmantes de mortalidade infantil multiplicaram.

No Brasil, no final do século XIX, a grande quantidade de crianças nas ruas tornou-se um problema para as autoridades, cuja solução seria interná-las em instituições apropriadas para que pudessem ficar longe do mundo do crime e do vício. Surge neste momento a necessidade da criação de uma medicina social no Brasil por meio da “higiene pública” (RIZZINI, 1993, p. 20), com o objetivo de organizar o espaço urbano, identificando quais elementos traziam prejuízos à saúde e, dessa forma, mantinha-se a população sob controle.

E, assim, o surgimento das instituições de assistência pública torna-se um auxílio de suma importância da intervenção médica na sociedade. Para adquirir o controle social, a assistência pública lança, como medida de prevenção, a higiene por meio da criação de instituições, tais como a “Diretoria-Geral de Higiene e Assistência Pública do Rio de Janeiro

(1893); o Instituto Sanitário Federal (1984) [...]” (RIZZINI, 1993, p. 20). Porém, mesmo com a intenção de prestar serviços, em nível sanitário e assistencial, prevalece a funcionalidade somente do primeiro nível.

Rizzini (1993) considera ainda que, com o problema da crescente urbanização, sem uma organização dos centros urbanos para receber a grande quantidade de pessoas, faz-se necessária uma nova organização social. Neste momento, o Estado passa a intervir por meio de ações policiais, em situações para que a ordem física e moral pudessem ser reestabelecidas. Assim, a exigência da criação de leis, novas teorias e técnicas passaram a fazer parte dos projetos de assistência social em nível nacional.

A medicina social surgiu, nessa conjuntura, como o personagem principal para reorganizar a nova ordem, fiscalizando tudo o que pudesse interferir “no bem-estar físico e moral da população” (RIZZINI, 1993, p. 22), assim, o objetivo não era só melhorar as condições de vida da população, mas principalmente manter a superioridade do Estado. O projeto de normalização da medicina esteve relacionado, segundo Rizzini (1993, p. 22), à higiene “como um instrumento na tática utilizada para dar à medicina estatuto político próprio [...]”.

A prevenção, estratégia da medicina social para manter a sociedade sob controle, tem seus fundamentos na “eugenia de Francis Galton (1822-1911) e na teoria de degenerescência de Morel (1809-1873)” (RIZZINI, 1993, p. 22). Esta prevenção ocorre por meio da “filantropia e pelos projetos de lei”. A eugenia compreende a purificação da raça, logo, tentava-se abolir “os caracteres psíquicos, físicos e culturais” considerados nocivos que foram encontrados em raças ditas inferiores.

A teoria da degenerescência diz respeito às doenças que podem ser hereditárias ou as adquiridas por influência da sociedade, entre as quais estão “o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose” (RIZZINI, 1993, p. 23). A recomendação era evitar a união entre pessoas com estas doenças e, dessa forma, passaram a fazer parte do rol das preocupações médicas em relação a prevenir a delinquência infantil. Na eventualidade da criança herdar alguma moléstia dos pais, eram realizadas intervenções às famílias pobres com palestras de orientações, principalmente, direcionada às mães. Não havendo a necessidade de intervenção com estas famílias, o foco passa a ser o menor abandonado, que era internado e levado para o ambiente em que a sua “herança patológica não emerja” (RIZZINI, 1993, p. 23).

Rizzini (1993) cita Moncorvo Filho, que defendia a prática médica e a considerava eficiente para o crescimento do Brasil e, para isso, fez a proposta de um amplo programa a nível nacional com o objetivo de buscar a “eugenia do povo”. No programa havia

recomendações aos cuidados de higiene com as crianças e com a propagação da puericultura aliada aos princípios da “eugenia [...] (fatores de melhoria da raça) [...] e da eugenetica (que está relacionada ao estudo das condições que devem presidir uma boa procriação)” (RIZZINI, 1993, p. 23). Porém, a última só teria serventia se os problemas fossem identificados enquanto a criança estivesse no ventre da mãe. A autora também ressalta que os princípios da eugenia e da degenerescência constituíram a base de projetos e programas de caráter filantrópico, destinados à prevenção do desvio social.

Desse modo, a família e a infância foram estudadas e analisadas para que pudessem ser classificadas, havendo “as famílias pobres, famílias pervertidas, crianças abandonadas, vadias, libertinas, delinquentes, em perigo moral” (RIZZINI, 1993, p. 23). O levantamento das condições de vida da família abrangiam a alimentação dos filhos e a moralidade, para depois intervir, basicamente, por meio de conselhos às mães em relação aos cuidados de higiene e educação dos seus filhos. O motivo dos conselhos serem dirigidos às mães deve-se pelo fato de que eram elas que levavam seus filhos aos locais de atendimento médico; nesse contexto, a medicina assume uma atribuição que ultrapassava o conhecimento técnico, com ênfase em emitir conselhos no que se referia aos cuidados com os filhos.

Naquele momento, Marcílio (1998) descreve que inúmeras foram as causas do abandono de crianças, mas é inquestionável que a pobreza foi a principal. As famílias pobres também abandonavam seus filhos legítimos, pelo fato de não conseguirem manter um lar com muitas crianças, e entendiam que na Roda de Expostos eles teriam melhores chances e seriam criados com mais cuidados do que em casa. Situações como essa demonstram que não somente os ilegítimos eram deixados nas Rodas, ao contrário do que pensavam muitos autores que estudaram a temática da infância abandonada.

Marcílio (1998) considera ainda que outros fatores, aliados à pobreza, também contribuíram para o abandono de crianças: a morte ou a doença dos pais; quando o pai deixava o lar e a mulher ficava sozinha para criar os filhos; quando o leite da mãe não era suficiente para amamentar seu filho; o nascimento de gêmeos; a doença grave de bebês, entre outros também eram motivos para que fossem abandonados, ou ainda fossem deixados em instituições praticamente à beira da morte para que os dirigentes pudessem subsidiar os gastos com o funeral, devido à falta de recursos financeiros da família. Havia também situações em razão de divisão de heranças, pois as famílias abastadas também abandonavam seus bebês, e crianças portadoras de deficiências eram igualmente abandonadas.

Marcílio (1998), também ressalta que outra circunstância facilitou a longa existência das Rodas de Expostos, pois era vista como uma das poucas alternativas que as mulheres

dispunham para defender sua honra, diante de um filho indesejado e, assim, evitariam escândalos ou o abalo da estrutura familiar. Esta era uma justificativa em nível mundial e não exclusividade somente no Brasil. O fato do autor do abandono não precisar expor sua identidade, ou mesmo a falta de punição jurídica ou social ao expor uma criança, colaborou por incentivar a permanência da Roda de Expostos.

Heywood (2004) também afirma que os índices de infanticídio não foram mais devastadores pela facilidade que havia para abandonar uma criança. Níveis alarmantes de abandonos estão registrados, segundo o autor, nos séculos XVIII e XIX, entretanto, a modernidade não se apresenta de modo desigual. O contexto europeu da alta Idade Média, com destaque em Roma, também revela um cenário de abandono de crianças, as quais eram por vezes doadas ou até mesmo vendidas às famílias ricas com a finalidade de se tornarem criadas.

Na perspectiva desse autor, quando os pais são incapazes de honrar suas responsabilidades ao criarem seus filhos, faz-se necessária a análise dessa situação por meio de três pontos essenciais. O primeiro refere-se a uma possibilidade de acreditar que a criança adotada por outra família poderia melhorar suas condições de sobrevivência. O segundo ponto estava relacionado ao quanto as famílias estavam dispostas a se livrar de uma criança indesejada, seja por uma deficiência física, filhos frutos de adultérios, ou até mesmo situações envolvendo divisões de heranças, uma vez que uma criança poderia dificultar os planos dos familiares. E, por último, a crença dos pais em poder reaver a guarda dos filhos futuramente e, para isso, deixavam, junto dos bebês, objetos que os identificassem, “tais como fitas, medalhas ou cartas de baralho, para não falar dos bilhetes melancólicos desejando um futuro melhor” (HEYWOOD, 2004, p. 106). Contudo, os pais não tinham o conhecimento da precariedade das instituições que atendiam esses enjeitados, com altos índices de mortalidade infantil e, principalmente, do mau atendimento que as amas de leite mercenárias¹⁰ destinavam a estas crianças.

Sobre esse tema, Fonseca (2007) comenta que o conceito do abandono vai se modificando. No século XIX, a infância abandonada e os expostos ou órfãos eram vistos como abandonados ao nascer e precisavam da caridade. A partir do século XX, o abandono começa a ser identificado também como uma deficiência moral e intelectual e não somente

¹⁰ A partir do século XVIII, as Câmaras e as Rodas tornaram-se oficialmente responsáveis pelos bebês abandonados e, para isso, contavam com os serviços das amas de leite para alimentá-los. As amas eram recrutadas nos centros urbanos, na grande maioria, eram mulheres livres, solteiras ou viúvas, pardas e mestiças. Apesar das inúmeras críticas, as amas eram consideradas como “um dos mais importantes pilares de sustentação” (MARCÍLIO, 1997, p. 145), pois elas amamentavam e cuidavam dessas crianças até os três anos de idade e, em alguns casos, era permitido que as crianças ficassem em suas casas pelo resto da vida.

pela característica de ser órfão. Esta nova visão que começa a ser delineada em relação à infância abandonada pressupõe que, se a criança possui ausência material e moral, vive em meio a adultos que praticam delitos, em um ambiente com péssimas influências para o seu desenvolvimento, o que já seria um indício de ser corrompida.

Uma alternativa para modificar esta realidade seria, segundo Fonseca (2007), a criação de instituições de assistência, com o apoio do governo ou da iniciativa privada, para a elaboração de projetos e planos de intervenção, para lidar com os problemas advindos da infância abandonada. Somente a caridade não teria mais competência para intervir. Assim, em relação ao menor, percebe-se que se trata de indivíduos que possuem deficiências material e moral, os quais necessitam de intervenção e de uma reeducação para que possam retornar ao convívio social e serem produtivos.

Fonseca (2007) também ressalta que juristas e políticos travaram uma luta para inserir a questão dos menores nos debates públicos, pois já existia a consciência de que a infância abandonada era um problema de ordem social e que, por meio desta, originava-se o menor. A medicina começa a enxergar também que a infância abandonada não é acaso do destino, pois as novas denominações “moralmente abandonado e materialmente abandonado” já não seriam capazes de expressar as origens e as causas do problema da infância abandonada.

A própria legislação da época já cuidava de distinguir os tipos de infância, isso aconteceu entre o final do século XIX e início do século XX. A criança considerada normal era cuidada com base nos preceitos da puericultura e educação; em relação aos menores, o problema era de cunho social e moral simultaneamente. Desse modo, nascem duas classificações, de um lado estavam os “abandonados moralmente, materialmente, órfãos e, de outro lado, os delinquentes e criminosos” (FONSECA, 2007, p. 54).

3.3 A Caridade, a filantropia e a Assistência

No esforço de apresentar as principais especificidades dos termos *caridade* e *filantropia*, para assim precisar o termo *assistência*, apresentam-se o ponto de vista de autores que são referência nos estudos acerca da assistência à infância no Brasil.

Segundo os pressupostos de Rizzini (1993), a caridade está relacionada à função de aliviar a dor, mesmo que temporariamente, daqueles que necessitam de ajuda e, neste sentido, além de promover melhores condições de vida aos pobres, proporciona ao indivíduo que oferece o amparo a possibilidade de salvação futura da alma e felicidade eterna. A autora afirma que, este tipo de organização da sociedade, em ofertar a caridade, impulsiona a uma

divisão moral entre as pessoas, “entre os que têm o poder de perdoar e os que precisam ser perdoados” (RIZZINI, 1993, p. 52).

A prática da caridade apesar de se apresentar com o objetivo de ajudar os pobres desinteressadamente, segundo a autora, tem interesses escusos, posto que, além dos lucros financeiros angariados, os ricos se engrandeciam com o seu ato de caridade e, ainda, deixavam a sociedade a salvo do convívio com os pobres ao prevenir as desordens sociais. Outra conveniência da prática da caridade era a “regeneração pela moral e pelo trabalho de jovens degenerados e despreparados, com o intuito de seguirem uma ocupação útil à sociedade [...] objetivo explícito da assistência filantrópica” (RIZZINI, 1993, p. 55).

Em contrapartida, o termo *filantropia* indica uma nova maneira de organizar a assistência, ancorada pela ciência, mas com o objetivo de atender às atuais “exigências sociais, políticas, econômicas e morais” que surgiram com o advento da República (RIZZINI, 1993, p. 48). A filantropia difere da caridade no que diz respeito aos seus propósitos, porém o intuito era dar prosseguimento às obras de caridade, guiada sob um novo modelo de assistência. O intuito não era somente oferecer esmolas, mas inserir na sociedade aqueles considerados “desajustados”. Para atingir tal objetivo, a filantropia contava com o auxílio da ciência, que foi representada pela atuação dos médicos e dos juristas.

Marcílio (1998), ao realizar estudos acerca do menor desvalido no Brasil, descreve as três fases distintas na evolução da assistência à infância abandonada brasileira: a caritativa até o século XIX; a filantrópica até a década de 1960; e, a última, a Fase do Bem-Estar Social que surge nas décadas finais do século XX.

Marcílio (1998) esclarece que, ao analisar a trajetória da assistência às crianças abandonadas na fase caritativa, percebe-se um assistencialismo marcado pela fraternidade ao próximo sem o objetivo de mudar o contexto social, tendo a religiosidade como uma característica marcante neste momento, por meio da prática de ações de caridade. Nessa fase, nota-se que as políticas sociais e a assistência em prol da infância abandonada eram realizadas por meio de três maneiras: duas formais e uma informal.

O sistema informal, segundo a autora, foi o sistema de proteção à infância desvalida que mais se destacou, o qual teve seu início no século XVI, e se fez presente por todas as épocas e em todo o Brasil. Era o sistema de criação dos expostos ou filhos de criação, um ato extremamente valorizado e com forte influência religiosa, pois acolher uma criança abandonada no lar era considerado como um gesto de generosidade. Ao sair da esfera religiosa, pode-se analisar esse ato por outra ótica, pois a sociedade da época era a escravista,

e manter um exposto na família significava mão de obra sem prejuízos financeiros. Outro fator, o mais compensatório, é que o exposto tinha para com a família uma ligação afetiva.

No sistema formal, as Câmaras Municipais eram encarregadas oficialmente da obrigação de fornecer a assistência aos enjeitados no momento em que a família não se responsabilizava pelos filhos e os abandonavam. No entanto, fracassaram nesta tarefa, sendo negligentes e omissos. Houve a associação entre as Câmaras e Santas Casas de Misericórdia e, com a autorização da Coroa, foram instituídas as “Rodas e Casas de Expostos e Recolhimento para as meninas pobres e expostas” (MARCÍLIO, 1998, p. 135), situações que abrangem outro sistema de proteção formal.

Marcílio (1998) aponta que o objetivo da Roda de Expostos era evitar que as crianças fossem abortadas e, também, seria uma maneira de impedir a prática do Infanticídio. Contudo, inúmeras foram as críticas direcionadas às Rodas, pois muitos as consideravam como um incentivo para abandonar as crianças. Nesta época, era preferível que as pessoas deixassem as crianças nas Rodas ou em locais que fossem encontradas com facilidade quando abandonadas, a fim de evitar que morressem ao relento.

Por conseguinte, a autora explica que em meados do século XX uma luta preconizada pela medicina filantrópica trouxe mudanças no assistencialismo, sendo que a mais significativa atingiu a forma de atendimento da Roda de Expostos, com a extinção do sistema das amas mercenárias devido ao alto índice de mortalidade dos bebês que ficavam sob a sua responsabilidade, e o fato de que não era mais permitido deixar a criança na Roda e manter o anonimato. Vale ressaltar que a Roda ainda estava em funcionamento, porém com um número reduzido de crianças abandonadas, e deixou de ser um local exclusivo para os bebês não desejados, para assim acolher por tempo determinado crianças com até sete anos, passando a assumir uma nova conotação, a de creche.

A fase da filantropia tem seu começo no final do século XIX e início do século XX, um período que traz transformações sociais que abrangem as políticas públicas no sistema de assistência aos expostos, tais como o fim da escravidão, a queda da monarquia, o fim da união entre Estado e Igreja, o rompimento do monopólio da igreja sobre a assistência social, o aperfeiçoamento das Leis em benefício da infância e o surgimento da Lei que tratava da adoção (MARCÍLIO, 1998).

Nesta época, de acordo com Marcílio (1998), havia um grande contingente de crianças abandonadas nas ruas e esta situação trouxe questionamentos em torno do menor e a necessidade da criação de políticas sociais capazes de mudar esta realidade. A partir de 1870, os médicos higienistas passaram a se preocupar com a condição da criança abandonada,

agindo em várias esferas: na erradicação da mortalidade infantil; na alimentação e amamentação; nos cuidados com o corpo; no combate às doenças da infância; e na orientação e aconselhamento às mães em relação aos cuidados com os filhos. A Pediatria e a Puericultura ganharam destaque e avançaram neste contexto.

Os juristas, por sua vez, também contribuíram nesse processo em proteger a infância desvalida. Desse modo, médicos e juristas uniram forças e conhecimento para que fossem criadas novas práticas de atendimento, baseadas na ciência em detrimento às antigas e ultrapassadas provenientes da assistência caritativa. O foco, a partir desse momento, assumiu outra característica, a filantropia baseada nos princípios da ciência.

Dessa aproximação, na década de 1920, médicos e juristas iniciaram uma campanha para o fechamento das Rodas e, finalmente, em 1927 são extintas todas as Rodas no Brasil com a promulgação do “Código de Menores de 1927, que em seu art. 15, determinava o fim do sistema das Rodas” (MARCÍLIO, 1998, p. 199). Porém, vale ressaltar que mesmo após a promulgação da referida Lei, o seu desmantelamento foi um processo lento. No Rio de Janeiro, ela funcionou até 1938, já as de São Paulo e da Bahia até a década de 1950, sendo que o Brasil foi o último país a eliminar o sistema de Roda.

Marcílio (1998), discutindo sobre o surgimento da fase do Estado do Bem-Estar Social, ou o Estado-Protetor, explica que o Estado, até a década de 1960, não intervinha na assistência e na proteção aos desvalidos. Suas ações abrangiam somente os aspectos de estudar, vigiar e de controle da assistência aos menores, bem como repreender aqueles que infringiam as normas. Para cumprir tais designações, o Estado criou órgãos: o “Departamento Nacional da Criança (1919)”, responsável em controlar a assistência aos necessitados; o “Serviço Nacional de Menores, o SAM”, em 1941, que cuidava do controle da assistência dos menores carentes e dos delinquentes. Porém, não foram capazes de executar com êxito tais ações políticas (MARCÍLIO, 1998, p. 225).

Somente a partir de 1960, o Estado passa a intervir diretamente na assistência e na proteção da infância pobre e desvalida. Em 1964, criou a “Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – Funabem” com o objetivo de “[...] formular e implantar a política nacional de bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e do planejamento das soluções, e a orientação, a coordenação e a fiscalização das entidades que executem essa política” (MARCÍLIO, 1998, p. 225).

De acordo com Rizzini (1993), embora o percurso da assistência à infância no Brasil apresenta-se em categorias distintas, tal como demonstra Marcílio (1998), não há indícios de rupturas entre os sistemas, posto que a “filantropia não tem sua prática guiada apenas pela

ciência – ela mantém práticas que caracterizavam a caridade” [...] (RIZZINI, 1993, p. 60). Ademais, segundo Kuhlmann Júnior (1998), mesmo sendo a intenção da filantropia organizar a prestação dos serviços de assistência de maneira racional, baseada nos princípios da ciência, tal iniciativa esteve apoiada “por uma inspiração mais *filosófica* do que *científica*” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 63, *itálico do autor*). Ainda assim, a autora detém o pioneirismo desta linhagem de pesquisa. Sartor (1997) considera que a temática da infância vítima da miséria e do abandono passa a ter maior visibilidade nas pesquisas brasileiras, tendo, como estudo precursor, o da historiadora Maria Luiza Marcílio, o qual traz “o pioneirismo de estabelecer para a sociedade colonial os primeiros índices de abandono de crianças a partir dos registros paroquiais de batismo da cidade de São Paulo” (SARTOR, 1997, p. 80) e, diante dessa afirmação, está a importância de apresentar os pressupostos teóricos de Marcílio, mas tendo em vista que foi alvo de contestações.

À vista disso, Kuhlmann Júnior (1998) esclarece que, recorrer à caridade e à filantropia como categorias específicas, tal como o esquema apresentado por Marcílio (1998) para representar as mudanças que ocorreram ao longo do século XIX, no que se refere à assistência, acarreta numa perda de historicidade. Além disso, afirma que os preceitos da caridade não foram banidos dos propósitos da filantropia, que pressupunha uma organização racional da assistência.

Desse modo, o autor argumenta que não há possibilidade de apresentar a história da assistência como um processo subdividido em fases tão distintas. Para Kuhlmann Júnior (1998), “a história da assistência representa justamente o embate das questões envolvendo a sua função, as prioridades e modalidades de atendimento, o papel do Estado e das organizações da sociedade civil, os requisitos e os procedimentos a adotar para a prestação do serviço” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 60).

Nessa mesma linha de pensamento, Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (2005) diverge dos pressupostos de Marcílio (1998), apresentando seus argumentos no artigo intitulado *Tão longe, tão perto – As meninas do seminário*. Nessa ocasião, a autora expõe sua crítica, posto que Marcílio, ao publicar a sua obra *História social da criança abandonada*, faz uma breve explanação sobre o funcionamento e as características do Seminário ou Recolhimento de Educandas, situado na cidade de São Paulo em meados de 1825, apresentando-o como uma instituição pertencente aos moldes da fase caritativa e comandada por governantes da Província. Então, segundo Hilsdorf (2005, p. 52), Marcílio apresenta contradições ao categorizar o referido Seminário “[...] como um estabelecimento de guarda sem nenhuma instrução sistematizada e, ao mesmo tempo, como uma escola”.

Ao revelar essa proposição, Hilsdorf (2005) explana que, a filantropia, que deu seus primeiros passos em meados do século XIX, está diretamente entrecruzada com a fase da caridade e, ainda, defende que entre o Seminário e a Roda não havia nenhum tipo de correlação “[...] e com muitas funções educativas, das quais a menos importante é a escolar” (HILSDORF, 2005, p. 53). A autora, para sustentar o seu ponto de vista, valeu-se da ampla bibliografia iluminista do século XVIII e das fontes documentais denominadas “‘Ofícios Diversos da Capital’, do Arquivo do Estado de São Paulo”. Tal análise permite que Hilsdorf (2005) se pronuncie contrariamente à Marcílio, uma vez que há indícios suficientes que o Seminário esteve incutido num ideal filantrópico explicitamente em construção. Dentre outras contradições, relata ainda que, a instituição era “marcada por práticas privadas de administração [...]”; o [seminário] se movia com dificuldade em direção àquela que é uma das marcas do século XIX: colocar-se sob a proteção do Estado pela submissão à lei” (HILSDORF, 2005, p. 54).

Ainda nesta conjuntura, Rizzini (1993) argumenta que, o embate entre os modelos assistenciais, a caridade e a filantropia, foi impulsionado no momento em que a fé (característica marcante da caridade) foi substituída pela ciência. Sendo assim, os filantropos acusavam a prática da caridade de uma ausência de organização racional e destituída de um embasamento científico. Por sua vez, a assistência caritativa criticava a atuação da filantropia devido a inexistência dos preceitos religiosos. Contudo, segundo a autora, o confronto foi superado quando as diversidades “puderam absorver métodos, técnicas, pontos de vistas de ambas as partes, a ponto de se tornarem modelos assistenciais compatíveis” (RIZZINI, 1993, p. 47). Tal anuência, só pôde ser efetivada, pois a caridade e a filantropia almejavam o mesmo intento que era proteger a ordem social.

O posicionamento do Estado perante esse embate foi divergente, uma vez que havia também um conflito em elaborar “uma assistência caritativa e uma assistência científica [que] permeou toda a atuação do Estado nesta área nas décadas de 20 e 30” (RIZZINI, 1993, p. 48). Porém, na década de 1930, o juizado de menores admite que a assistência pautada pela ciência seria a única capaz de resolver as demandas sociais advindas da pobreza.

Outra questão levantada por Rizzini (1993) refere-se ao fato de que essa luta travada entre a caridade e a filantropia estava inserida num contexto de disputa política e econômica, com o objetivo de manter a população pobre sob controle. Até o século XIX, a pobreza era incumbência da igreja e, a partir desse momento, a ciência, com o auxílio de diversos campos do conhecimento (a pedagogia, a sociologia, a economia, dentre outras), passou enxergar a mendicância como tema de pesquisa.

À vista disso, a filantropia científica busca moldar o homem de acordo com os novos ideais de sociedade vigente, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do país. Aliado a esse contexto, estava em voga o crescimento do capitalismo, no qual o trabalho seria a ferramenta principal para alicerçar as bases econômicas no Brasil, bem como estabeleceria o caráter moral. Neste período, observou-se a ascensão da burguesia nos grandes centros urbanos, que estava preocupada em conduzir a vida dos jovens que estavam envolvidos em práticas delituosas. Para isso, essa burguesia lançava mão dos ideais filantrópicos para prevenir que a juventude adentrasse no mundo da criminalidade e, para isso, a solução seria qualificar esses jovens e inseri-los no mercado de trabalho.

Porém, Rizzini (1993) explica que a filantropia não foi capaz de alcançar o seu objetivo, que era inserir o jovem na sociedade por meio do trabalho. Tal alegação pôde ser confirmada ao investigar a atuação do Serviço de Assistência a Menores (SAM) que, em 1941, abandona os ideais filantrópicos e passa a aprisionar os jovens e as crianças em instituições em regime fechado.

Para Kuhlmann Júnior (1998), a caridade pode ser compreendida por meio do viés religioso, posto que a igreja tinha a função de ajudar os mais necessitados, induzindo os ricos a ajudarem os mais pobres, com o pretexto da garantia futura de suas almas.

Posto isso, o termo *caridade*, segundo o autor, tem ligação a um período anterior, especificamente a Idade Média, e foi se modificando e recebendo novas conceituações no decorrer da história, no que se refere “à religião, ao Estado, ou a um sentimento de ordem individual em relação à pobreza” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 60). A caridade, nesse contexto, era determinada pelas emoções e, principalmente, pela piedade para com os necessitados. Kuhlmann Júnior (1998) parafraseia sobre os pressupostos de Ataulpho de Paiva, mentor do Patronato de Menores do Rio de Janeiro, que defendia a ideia da caridade pautada pela cientificidade e que fosse amparada juridicamente, e não simplesmente interpor a caridade pela filantropia. Essa premissa fazia parte dos ideais do referido Patronato que fora criado em 1899, pelo médico e filantropo Moncorvo Filho.

Segundo Kuhlmann Júnior (1998), o termo *filantropia* faz referência à organização racional da assistência, sem a presença do Estado como responsável em elaborar projetos assistenciais. Nesses moldes de atendimento, primeiramente, cabia às instituições filantrópicas realizarem uma triagem com o intuito de verificar as reais necessidades daqueles que procuravam por ajuda. Em contrapartida, ao esmiuçar a vida dos indivíduos, o objetivo seria mantê-los sob controle e ajustá-los às regras sociais então vigentes.

A filantropia se estabelece após o embate com a caridade, que aconteceu ao longo da passagem entre os séculos XIX e XX. Ao organizar a assistência de forma racional, a filantropia, assumiu o significado de “‘economia social’, agrupando todas as formas de assistência aos pobres que visassem diminuir o custo social de sua reprodução” (KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 61).

Em consonância com a “economia social” explanada acima, estariam as instituições que atuavam em diversas frentes. Aquelas inseridas no âmbito da saúde pública, promovendo atendimento médico para os portadores de doenças contagiosas, assistência à mãe durante o parto e aos recém-nascidos; instituições que atuavam com o propósito de extinguir os vícios, combatendo o alcoolismo e a preguiça, incutir nas pessoas os preceitos da moralidade e proporcionar qualificação para o trabalho. Diante disso, percebe-se que as instituições interferiam na dinâmica familiar, ditando regras de convivência, bem como no que se refere aos ideais higienistas da época. Quanto às instituições de caráter assistencial que atendiam à demanda infantil, estavam a sala de asilo e a creche, vistas como uma alternativa de cuidados à criança enquanto as mães trabalhavam. Contudo, o foco principal não era a criança, tais instituições eram direcionadas ao público adulto, principalmente, aqueles oriundos da classe trabalhadora (KUHLMANN JÚNIOR, 1998).

Apesar de todos os esforços em organizar a assistência de maneira racional, as iniciativas não atingiram as expectativas, pois estavam inseridas numa visão romântica e distante do seu intento de organizar-se com base nos princípios da ciência. Por conseguinte, na realidade, a assistência pautada pela cientificidade não estava à disposição de todos, mas para aqueles que eram subservientes, e o resultado esperado com essa estratégia era disciplinar os pobres. Kuhlmann Júnior (1998) cita Ataulpho de Paiva, que defendia que a assistência racional e científica deveria estar a serviço de todos e sem distinção, bem como caberia ao Estado a função de prover a assistência aos necessitados.

Não obstante, pelos pressupostos apresentados pelos referidos autores acima, entende-se que a caridade e a filantropia estiveram inseridas num contexto no qual o abandono de crianças e a prática de atos ilícitos cometidos por menores fomentaram as iniciativas do setor público e privado em elaborar projetos voltados para promover a assistência à infância. No que se refere à questão do abandono, as esferas pública e privada tinham a mesma meta, que era ao mesmo tempo assistir aos necessitados e resguardar a sociedade dos transtornos que poderiam ser causados devido ao grande contingente de crianças que perambulava pelas ruas.

Quanto à responsabilidade estatal, a assistência deixa de ser incumbência da igreja, tornando-se uma obrigação pública. O objeto de ação passa a ser o coletivo e não mais atuar

em assistir ou educar um único indivíduo e, para atingir o intento, o foco seria o atendimento em associações, “hospitais, asilos, maternidades e orfanatos” (HILSDORF, 2004, p. 213). Sendo assim, a assistência vai perdendo suas características no sentido de reprimir e prevenir, para tornar-se ativa e amparar os necessitados.

As ações das iniciativas pública e privada em oferecer a assistência à infância no século XX assemelham-se. No âmbito das instituições privadas, a sua atuação está em cobrar recursos do governo para que sejam efetivadas as intervenções envolvendo obras de caridade e de assistência e, ainda, com a permanência de pessoas ligadas à essas instituições ocupando cargos dentro da área de competência do setor público. Tal iniciativa pode ser exemplificada, segundo a atuação de Anália Franco que estabeleceu contato com os governantes, com as instituições espíritas e com a maçonaria. O setor privado, incumbido na tarefa de oferecer a assistência durante a Primeira República, tentava suprir as omissões deixadas pelo poder público (o Estado) em elaborar projetos e angariar recursos (HILSDORF, 2004).

No início da República, o intento era organizar racionalmente ações que atendessem às necessidades das crianças órfãs ou abandonadas. Desse modo, cabia ao Estado conter e regenerar aqueles que estavam em conflito com a lei (FONSECA, 2008).

O Estado, ao oferecer a assistência à infância pobre e abandonada, defendia que por meio do trabalho seria possível equacionar tal problemática, inserindo-os em instituições de recolhimento. Cabia às organizações privadas, atender aos órfãos e àquelas crianças inseridas na categoria de abandono material. Tais iniciativas envolviam os cuidados com a saúde do corpo, os aconselhamentos às mães ditando as regras na criação e na educação dos filhos.

Nesse contexto, percebe-se que cada segmento, seja público ou privado, esteve interligado na tarefa de prover a assistência, contudo, cada instituição trabalhou de acordo as classificações atribuídas àqueles que necessitam de ajuda. Faz-se necessário acrescentar que essas ações estão isentas da atuação religiosa e organizadas de maneira racional.

Rizzini (1993) aponta que, até o final do século XIX, a assistência foi prioritariamente marcada pelo atendimento asilar, comandada pela igreja e sociedades beneficentes, tais como as Casas de Expostos, que tinham como mantenedoras as Santas Casas de Misericórdia.

A assistência destinada à infância, segundo Rizzini (1997), tem um significado amplo, que abrange as múltiplas intervenções sobre a criança pobre, com o predomínio do atendimento asilar, afastando-a do convívio com a sociedade. Rizzini (1997) explica que essas instituições foram duramente criticadas por médicos e juristas sobre a sua atuação ineficiente, pela falta de estrutura física, que foi considerada por eles como insalubre e, acima de tudo, em nada contribuíram com a preparação moral e profissional das crianças e dos adolescentes.

Sartor (1997), também complementa que os asilos configuravam-se em um formato para manter as crianças e os adolescentes a um regime de segregação social, sem um projeto que de fato contribuiria com o seu desenvolvimento e os reintegraria à sociedade.

O modelo assistencial no século XX esteve circunscrito na internação de menores, quanto para prevenir a prática de crimes, considerados como a “criança em perigo” (que fazia referência ao menor abandonado), quanto à criança considerada “perigosa” (aquela considerada delinquente) (RIZZINI, 1997). Contudo, outras maneiras de oferecer a assistência aos menores neste período são encontradas, tais como o padrão de atendimento conhecido como extra asilar¹¹ e, outro, baseado pela medicina higienista, que direcionava o seu trabalho focando em aconselhamentos às mães e, desse modo, acabavam por incutir o modelo considerado ideal pela classe médica no que se refere à criação dos filhos e a determinar normas de convivência moral no seio familiar.

O século XX foi um marco no que se refere à assistência, posto que foi nesse ínterim que surgiu o Juizado de Menores em 1923 e, também, a promulgação do Código de Menores em 1927. Desse modo, o Estado passou a intervir e regulamentar as ações das instituições que realizavam atendimento aos menores, no que se refere ao desenvolvimento pedagógico e psicológico.

Todavia, de acordo com Sartor (1997), as discussões entre o Estado e a sociedade civil, no que tange à assistência, não ocorreram de forma pacífica. A autora explica que, no final do século XIX e início do século XX, observou-se um momento no qual esse debate passou por “uma melhor compreensão do processo de formação e desenvolvimento da assistência pública destinada à infância no Brasil” (SARTOR, 1997, p. 88).

Sartor (1997) também ressalta que a assistência à infância, até o século XIX, era guiada pelos princípios da caridade com ênfase na religiosidade, com o asilamento de órfãos e expostos. Esse modelo de assistência organizada abrangia também os desvalidos, os moralmente abandonados e os delinquentes, e não somente os expostos. Nesse período, a assistência foi idealizada como uma possibilidade de resgatar moralmente a infância desvalida, ancorada na possibilidade de educar a parcela infanto-juvenil das classes pobres por meio do trabalho, sob o argumento de que na rua só aumentavam as chances de tornarem-se mais perigosos e ociosos. E, assim, por esse meio, buscava-se o controle social e a ordenação das cidades.

¹¹ Estas instituições prestavam serviços tais como tratamento e campanhas de prevenção médico-psiquiátricas, caracterizando-se pelo não afastamento do indivíduo do convívio social [...] a maior parte delas foi criada a partir do século XX, quando a ideia do isolamento no asilo como forma de se lidar com o desvio é bastante questionada (RIZZINI, 1993, p. 82).

Diante do exposto, é certo de que esta situação tem suas explicações ligadas às tendências do passado, existe a necessidade de conhecer “novos olhares e campos sobre a realidade da criança, até então pouco explorados, e que contribuem para o seu resgate histórico, social e cultural” (SARTOR, 1997, p. 96). Mesmo sabendo que a infância passou a ganhar destaque nas pesquisas em História da Educação, percebe-se, no entanto, que é uma perspectiva de estudo recente que ainda carece da continuidade e do aprofundamento das investigações.

Ademais, sobre essa questão, Warde (2007) considera que há uma defasagem nos estudos em História da Infância no Brasil; no final dos anos de 1980, no século XX, houve uma produção acadêmica considerável. Após este período, não houve crescimento dos estudos referentes à temática, pois os pesquisadores chegaram a um limite criativo. Dessa forma, a bibliografia referente ao tema da História da Infância necessita da continuidade dos estudos e, para isso, a presente pesquisa teve por objetivo conhecer como a assistência à infância está inserida no contexto da pesquisa acadêmica utilizando como fonte de investigação as produções científicas publicadas nos Anais dos CBHEs.

4. A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA: UM RECORTE A PARTIR DOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (CBHEs)

O CBHE é um evento destinado aos sócios da SBHE. Os resumos dos trabalhos enviados para a submissão podem ser encaminhados a duas modalidades: Comunicações Individuais ou em coautoria e Comunicações Coordenadas.

Na categoria Comunicações Individuais ou em coautoria podem ser enviadas até duas propostas de trabalho. O resumo deve conter título do trabalho, com no mínimo 2.500 e no máximo 3.000 caracteres, e três palavras-chave. É necessário apresentar nesse texto a temática, o objetivo, o referencial teórico e metodológico, as fontes, a periodização e os resultados.

Quanto às Comunicações Coordenadas tratam-se de um conjunto de autores, compostas por um coordenador e mais três pesquisadores de instituições diferentes e de, pelo menos, dois estados brasileiros, que propõem uma comunicação conjunta, que funciona como uma mesa. Compete ao coordenador fazer a inscrição da proposta enviando os resumos de cada um dos membros participantes, nos quais é preciso conter os títulos dos trabalhos; a respectiva afiliação institucional dos participantes e, posteriormente, gerir as atividades dessa mesa. Cada resumo dos participantes deverá apresentar o título do trabalho, no mínimo 2.500 e no máximo 3.000 caracteres, três palavras-chave, temática, objetivos, metodologia, fontes, periodização e resultados se houver.

As propostas, tanto das Comunicações individuais/coautoria quanto as Comunicações Coordenadas, são encaminhadas a um comitê científico, selecionado previamente pela comissão organizadora do evento. O comitê científico é composto por professores doutores de diferentes regiões do país, escolhidos de forma equiparada. Os textos são avaliados pelo comitê científico às cegas (sem que os avaliadores tenham informações da autoria ou vinculação institucional), caso haja dois votos favoráveis, a proposta é aprovada, senão um terceiro avaliador é nomeado. Vencido os referidos trâmites, se o trabalho for reprovado, o autor terá acesso ao parecer final.

Tais informações foram recebidas via e-mail após solicitação à secretaria da SBHE e, também, por meio de consulta no sítio eletrônico da SBHE. Contudo, mesmo se tratando de um evento de referência nacional e internacional da história da educação, não se pode deixar de realizar um exercício reflexivo no sentido de considerar o universo no qual a pesquisa acadêmica brasileira está inserida, posto que há uma exigência dos programas de pós-graduação quanto à obrigatoriedade da publicação de trabalhos e/ou artigos que, por sua vez,

são trabalhos produzidos considerando os prazos a serem cumpridos (exigência dos próprios eventos).

Desse modo, há de se questionar sobre a qualidade dessas produções, que mesmo sendo aprovadas, apresentam resultados, tanto do ponto de vista metodológico quanto a explanação dos conceitos centrais que, por vezes, poderiam ser questionados por especialistas que lidam com pesquisas sobre a história da educação. Outra ressalva é que os trabalhos apresentados e publicados nos Anais dos CBHEs são pontuais, ou seja, são recortes de pesquisas mais amplas (mestrado ou doutorado) e, ainda, devido à limitação da quantidade de páginas exigida para a submissão, pode suprimir dados relevantes, não concedendo a oportunidade ao leitor de conhecer a totalidade do que fora realizado pelo pesquisador. A localidade do evento é outro ponto que pode interferir na adesão dos participantes, percebe-se que as edições anteriores aconteceram em diversas regiões brasileiras (I CBHE - Rio de Janeiro/RJ; II CBHE - Natal/RN; III CBHE - Curitiba/PR; IV CBHE - Goiânia/GO; V CBHE - Aracaju/SE; VI CBHE - Vitória/ES; VII CBHE - Cuiabá/MT; VIII CBHE - Maringá/PR; IX CBHE – João Pessoa/PB). À vista disso, as análises dos trabalhos aqui apresentados, estão em conformidade com o que foi produzido pelos autores e, ainda, considerando que a submissão dos trabalhos é realizada às cegas, pode-se inferir que há imparcialidade na aceitação das propostas.

Inicialmente, apresentam-se as características gerais do evento, no que tange aos aspectos quantitativos, conforme a Tabela 2, o que facilita compreender o universo da investigação ora proposto. As sucessivas edições têm os seguintes números: total de trabalhos publicados é de 4.163; no que se refere ao objeto desta investigação, foram selecionados 77 trabalhos, sendo que 71 - de Eixos Temáticos e 6 - Comunicações Coordenadas. Considerando o universo total, 1,8% correspondem ao objeto da investigação que são os trabalhos que tratam da assistência à infância.

Tabela 2 - Dados quantitativos do levantamento realizado nos Anais dos CBHEs

Edições CBHE	Ano	Eixos temáticos		Comunicações Coordenadas	
		Quantidade	Quantidade analisada sobre a assistência à infância	Quantidade	Quantidade analisada sobre a assistência à infância
I CBHE	2000	171	5	-	-
II CBHE	2002	376	6	-	-
III CBHE	2004	352	5	31	1
IV CBHE	2006	273	7	68	-
V CBHE	2008	749	15	-	-
VI CBHE	2011	752	14	124	5
VII CBHE	2013	710	10	-	-
VIII CBHE	2015	526	9	31	-
SUBTOTAL		3.909	71	254	6
Sobre a assistência à infância					
TOTAL					
		Quantidade	Quantidade analisada	%	
		4.163	77	1,8%	

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos publicados nos Anais dos CBHEs.

Ao comparar os dados obtidos nos Anais dos CBHEs com os balanços temáticos vistos no capítulo anterior, percebe-se que o evento em questão, de reconhecimento nacional e internacional, apresenta uma quantidade considerável de trabalhos com relação aos demais levantamentos. Contudo, trata-se do evento mais importante da História da Educação, sendo assim, é possível inferir que o tema da assistência à infância ainda é pouco explorado pelos pesquisadores. Outra questão que se faz oportuno relembrar é que os balanços de Capelato (1995), Rizzini e Fonseca (2001) e Sartor (1997) são de pesquisas oriundas da década de 1990, período no qual houve um grande interesse por parte dos pesquisadores sobre a História da Infância, segundo Warde (2007), e, aliado ao fato de que cada um desses levantamentos tiveram propostas que os diferenciam uns dos outros, conforme explicitado precedentemente. Todavia, ao apresentar os dados dos balanços anteriores com as informações do levantamento realizado nos Anais dos CBHEs, conforme a Tabela 3, a intenção é demonstrar como o tema da assistência à infância está sendo trabalhado entre os pares, no que tange aos aspectos quantitativos, desde a década de 1990.

Tabela 3 - Comparação entre os balanços bibliográficos anteriores, publicações da ANPED e o levantamento realizado nos Anais dos CBHEs

Sobre a assistência à infância			
Balanco	Quantidade	Amostra destacada e analisada	%
CBHEs	4.163	77	1,8%
Capelato v.3	490	4	2,2%
Capelato v.2	474	5	1,1%
Capelato v.1	277	9	3,2%
Rizzini e Fonseca	268	160	59,7%
ANPED	258	18	7,0%
Sartor	38	38	100%

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos selecionados nos balanços bibliográficos de Capelato (1995), Rizzini e Fonseca (2001), Sartor (1997), as publicações da ANPED e dos Anais dos CBHEs.

Os trabalhos apresentados e publicados nos Anais dos CBHEs, na grande maioria, são frutos de pesquisas mais amplas, teses e dissertações, o que possibilita conhecer o que está sendo produzido no âmbito da pesquisa acerca da história da educação (conforme demonstrado no Quadro 6). Por meio deste levantamento, é possível inferir que, a temática ora pesquisada tem sido objeto de investigação, prioritariamente, em pesquisas de mestrado, com 38 trabalhos, o que equivale a 49,4%. As teses de doutorado totalizam 22 trabalhos, o que corresponde a 28,6%. Em 13 trabalhos (16,9%), não foi possível verificar a fonte de origem, uma vez que não havia esta especificação, por isso, houve a tentativa de localizar estes dados por meio de busca no Currículo Lattes dos pesquisadores, mas sem êxito.

Quadro 6 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto às fontes de origem

Fontes	Nº de trabalhos	Autores
Mestrado	38 (49,4%)	Fonseca, (2000); Jinzenji, (2002); Bastos, (2004); Vieira, (2004); Rocha, (2004); Oliveira, (2006); Conceição, (2006); Souza, M., (2006); Ribeiro Neto, (2008); Lima, (2008); Santana, (2008); Scremin, (2008); Bispo, (2008); Almeida, (2008); Silva, N., (2008); Silva, R., (2008); Xavier, (2008); Turina, (2008); Carvalho, (2011); Silva, (2011); Barbosa, (2011); Guimarães, (2011); Santos, (2011); Sabino, (2011); Bispo, (2011); Gorgulho e Fonseca, (2011); Silva, J., (2013); Guimarães, (2013); Bonfim, (2013); Santana, (2013a); Pimenta e França, (2015); Nascimento e Ananias, (2015); Mendes, (2015); Costa e Mendes, (2015); Magosso e Fonseca, (2015); Costa, (2015); Galvêncio, (2015); Santana, Santana e Maciel, (2015)
Doutorado	22 (28,6%)	Lima, (2000); Negrão, (2000); Crudo, (2000); Oliveira, (2000); Dourado, (2002); Negrão, (2002); Rizzini, (2002); Câmara, (2004); Stephanou, (2004); Negrão, (2006); Rocha, (2006); Viveiros, (2008); Nery, (2008); Silveira, (2011); Mello, (2011); Duarte, (2011); Lima, (2011); Souza, (2011); Silva, F., (2013); Matos, (2013); Santana, (2013b); Silva, (2015)
Monografia	2 (2,6%)	Santos, (2004); Gorgulho, (2008)
Iniciação Científica	2 (2,6%)	Chamon, (2008); Cunha, (2011)
Não Mencionaram	13 (16,9%)	Rodrigues e Lima, (2002); Kuhlmann Jr., (2002); Castro, (2006); Souza, R., (2006); Câmara, (2008); Freitas, (2008); França, (2011); Vilela, (2011); Gonçalves, (2011); Alves e Araújo, (2011); Câmara, (2013); Alves, (2013); Almeida, (2013)
TOTAL	77	

Fonte: produção do próprio autor a partir dos dados analisados nos Anais dos CBHEs

A partir das informações contidas no quadro acima, foi possível elaborar outra categoria de análise, a situação da pesquisa à época do evento, conforme o Quadro 7, com o propósito de verificar se estas produções apresentam dados conclusivos ou resultados parciais.

O perfil destes trabalhos demonstra que a maioria, em 36 produções (46,8%), trata-se de estudos concluídos, seguido de 27 estudos em andamento o equivalente a 35,1%.

Quadro 7 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto à situação da pesquisa à época da apresentação

Situação	Nº de trabalhos	Autores
Concluída	36 (46,8%)	Crudo, (2000); Oliveira, (2000); Negrão, (2002); Rizzini, (2002); Jinzenji, (2002); Vieira, (2004); Câmara, (2004); Stephanou, (2004); Negrão, (2006); Oliveira, (2006); Conceição, (2006); Rocha, (2006); Gorgulho, (2008); Lima, (2008); Santana, (2008); Scremin, (2008); Viveiros, (2008); Bispo, (2008); Silva, N., (2008); Silva, R., (2008); Xavier, (2008); Turina, (2011); Mello, (2011); Silva, (2011); Barbosa, (2011); Guimarães, (2011); Santos, (2011); Bispo, (2011); Silva, J., (2013); Santana, (2013a); Pimenta e França, (2015); Nascimento e Ananias, (2015); Mendes, (2015); Costa e Mendes, (2015); Galvêncio, (2015); Santana, Santana e Maciel, (2015)
Em andamento	27 (35,1%)	Lima, (2000); Negrão, (2000); Fonseca, (2000); Santos, (2004); Dourado, (2002); Bastos, (2004); Rocha, (2004); Souza, M., (2006); Ribeiro Neto, (2008); Almeida, (2008); Nery, (2008); Chamon, (2008); Silveira, (2011); Carvalho, (2011); Sabino, (2011); Gorgulho e Fonseca, (2011); Duarte, (2011); Lima, (2011); Souza, (2011); Guimarães, (2013); Bonfim, (2013); Silva, F., (2013); Matos, (2013); Santana, (2013b); Silva, (2015); Magosso e Fonseca, (2015); Costa, (2015)
Não Mencionaram	14 (18,2%)	Rodrigues e Lima, (2002); Kuhlmann Jr., (2002); Castro, (2006); Souza, R., (2006); Câmara, (2008); Freitas, (2008); Cunha, (2011); França, (2011); Vilela, (2011); Gonçalves, (2011); Alves e Araújo, (2011); Câmara, (2013); Alves, (2013); Almeida, (2013)
TOTAL	77	

Fonte: produção do próprio autor a partir dos dados analisados nos Anais dos CBHEs.

Ao analisar a proveniência institucional da produção acadêmica no que tange ao tema da assistência à infância, de acordo com o Quadro 8, percebe-se a grande participação das universidades: Universidade Federal de Sergipe (UFS) com 12 trabalhos; a UFMG com 8 trabalhos; e a UNICAMP com 8 trabalhos. Permite avaliar também em qual região do Brasil estão concentradas as pesquisas referentes ao objeto de estudo da presente dissertação. Com o intuito de compreender os motivos pelos quais as referidas instituições de ensino superior detêm a supremacia de trabalhos que envolvem o tema da assistência à infância, a seguir, apresentam-se informações que podem elucidar tal fato, no que tange às linhas de pesquisas, à divulgação das produções acadêmicas por meio de periódicos e revistas e, a existência de grupos de pesquisa.

Quadro 8 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto às instituições de origem

Instituição de origem	Nº de trabalhos	Autores
UFS	12	Conceição, (2006); Lima, (2008); Santana, (2008); Bispo, (2008); Almeida, (2008); Silva, N., (2008); Silveira, (2011); Santana, (2013a); Santana, (2013b); Mendes, (2015); Costa e Mendes, (2015); Santana, Santana e Maciel, (2015)
UFMG	8	Jinzenji, (2002); Santos, (2004); Xavier, (2008); Santos, (2011); Gorgulho e Fonseca, (2011); Lima, (2011); Souza, (2011); Guimarães, (2013)
UNICAMP	8	Negrão, (2000); Negrão, (2002); Negrão, (2006); Rocha, (2006); Scremin, (2008); Mello, (2011); Bispo, (2011); Matos, (2013)
UFPR	5	Turina, (2011); Silva, (2011); Silva, J., (2013); Alves, (2013); Silva, (2015)
USF	5	Khlmann Jr., (2002); Bastos, (2004); Rocha, (2004); Oliveira, (2006); Bonfim, (2013)
USP	4	Lima, (2000); Rodrigues e Lima, (2002); Câmara, (2004); Magosso e Fonseca, (2015)
UFPA	3	Barbosa, (2011); Sabino, (2011); Alves e Araújo, (2011)
UFSJ	3	Gorgulho, (2008); Carvalho, (2011); Guimarães, (2011)
CEFET-MG	2	Chamon, (2008); Gonçalves, (2011)
UEPA	2	França, (2011); Pimenta e França, (2015)
UERJ	2	Câmara, (2013); Costa, (2015)
UFMA	2	Castro, (2006); Cunha, (2011)
UFPB	2	Nascimento e Ananias, (2015); Galvêncio, (2015)
UNIRIO	2	Souza, M., (2006); Ribeiro Neto, (2008)
PUC-RJ	1	Silva, F., (2013)
PUC-SP	1	Vilela, (2011)
UESB	1	Almeida, (2013)
UFBA	1	Nery, (2008)
UFJF	1	Vieira, (2004)
UFMT	1	Crudo, (2000)
UFPE	1	Dourado, (2002)
UFPI	1	Silva, R., (2008)
UFRGS	1	Stephanou, (2004)
UFRJ	1	Rizzini, (2002)
UFRN	1	Viveiros, (2008)
UFV	1	Oliveira, (2000)

Continua

Conclusão

Instituição de origem	Nº de trabalhos	Autores
UFU	1	Duarte, (2011)
UNESP/MARÍLIA	1	Fonseca, (2000)
UNIBAN	1	Souza, R., (2006)
Não Mencionaram	2	Câmara, (2008); Freitas, (2008)
TOTAL	77	

Fonte: produção do próprio autor a partir dos dados analisados nos Anais dos CBHEs.

A grande concentração de trabalhos na UFS sobre a assistência à infância pode ser justificada devido a existência de eventos acadêmicos de relevância, sobre educação e história da educação, tais como o EPENN e o ENNHE; há também a publicação de artigos por meio de periódico e revistas especializadas em História, que têm como mantenedora a UFS, o boletim *Historiar*, a *Revista Eletrônica de História, memória e cultura* e a *Revista Tempos e Espaços em Educação*; o Programa de Pós-Graduação em História, que oferece o curso de Mestrado desde 2011, que contempla as seguintes linhas de pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar; Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão; Saberes históricos em diferentes espaços de memória.

Mesmo sabendo que não há uma linha de pesquisa específica em história da educação na UFS, percebe-se um movimento no sentido de proporcionar a produção e a propagação das investigações realizadas nesta instituição de ensino superior no campo da História, que por sua vez, conforme identificado nos Anais dos CBHEs, há a recorrência de pesquisas que abordam o tema da assistência à infância. Desse modo, com o embasamento dos dados de balanços bibliográficos temáticos de Capelato (1995) e Sartor (1997) que comprovam a prevalência de pesquisas acerca da assistência à infância no campo da História e, neste sentido, seria possível explicar a hegemonia da UFS quanto ao referido tema que é o objeto da presente dissertação.

A UFMG por sua vez, conta com a publicação da *Educação em Revista*, sendo o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, responsável pela editoração; além disso, há o GEPHE, que se dedica em se organizar a partir da produção e da socialização do conhecimento em História da Educação no Brasil, tal centro de pesquisa está vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Os cursos de Mestrado (com início em 1972) e Doutorado (com início em 1991) dispõem das seguintes linhas de pesquisa: História da Educação; e Infância e Educação Infantil. Apresenta-se também, o Programa de Pós-Graduação em História, que possui os cursos de Mestrado, desde 1990 e, Doutorado, a

partir do ano 2000 - disponibilizando as linhas de pesquisa: Ciência e Cultura na História; História e Culturas Políticas; História Social da Cultura.

A UNICAMP conta com a publicação da Revista HISTEDBR, uma edição do Grupo de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Outros grupos de pesquisa também se empenham em investigar questões acerca da história da educação, dentre eles estão o Grupo de estudos e Pesquisas em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania (CIVILIS) e o grupo Memória, História e Educação. Quanto à Pós-Graduação, tem-se os cursos de Mestrado e Doutorado com o início das atividades em 1995, nos quais estão inseridas as seguintes linhas de pesquisa: Educação e Ciências Sociais; Educação e História Cultural; Filosofia e História da Educação.

Vale lembrar que as informações contidas nesse movimento de identificar os motivos pelos quais a UFS, a UFMG e a UNICAMP apresentam a maior recorrência de trabalhos acerca da assistência à infância carecem de um aprofundamento minucioso, o que resultaria em outro mapeamento com o objetivo de apresentar dados conclusivos. Desse modo, essa tentativa propicia uma sondagem em busca de hipóteses para compreender a razão da quantidade de trabalhos identificados nos Anais dos CBHEs sobre a temática da assistência à infância provenientes das referidas universidades.

Os dados exibidos nos Quadros 8 e 9 foram identificados nos próprios trabalhos. Dessa maneira, as produções selecionadas são provenientes de 29 instituições oriundas das regiões: Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. A partir desta demonstração, percebe-se que a região Sudeste aparece como aquela que obtém a maior concentração de trabalhos referentes ao tema (42 trabalhos); em segundo lugar a Região Nordeste (21 trabalhos); em seguida a Região Sul (6 trabalhos); a Região Norte (5 trabalhos) e, por último, a Região Centro-Oeste (1 trabalho).

Os números demonstram a predominância da Região Sudeste em relação às demais, no que tange ao número de instituições (16 no total), bem como à quantidade de trabalhos referentes ao tema da assistência à infância. Uma das justificativas desta hegemonia, segundo o balanço realizado por Galvão et al. (2008) intitulado *Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007)*, deve-se ao fato de que “a concentração da produção acadêmica nos lugares em que os programas de pós-graduação são mais numerosos, alguns de grande porte e onde já se encontram mais consolidados” (GALVÃO et al., 2008, p. 192).

Esta análise demonstra dois aspectos relevantes. Primeiramente, evidenciou que a participação dos pesquisadores, no que concerne à produção referente à temática da

assistência à infância, está concentrada na Região Sudeste, e o segundo aspecto que chama a atenção é que o tema é pouco pesquisado na Região Centro-Oeste. Porém, não há como rotular se uma região e/ou universidades produzem em maior ou menor escala, posto que a participação neste evento é voluntária e vários são os fatores que interferem nesta tomada de decisão. Para tal, o que se demonstra aqui é um perfil, das regiões e universidades brasileiras que mais apresentam trabalhos referentes à assistência, considerando o universo dos Anais dos CBHEs.

Quadro 9 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto às instituições de acordo com a localidade/região

Região	Instituições	Recorrência
Sudeste	UFMG	8
	UNICAMP	8
	USF	5
	USP	4
	UFSJ	3
	CEFET-MG	2
	UERJ	2
	UNIRIO	2
	PUC-RJ	1
	PUC-SP	1
	UFJT	1
	UFRJ	1
	UFV	1
	UFU	1
	UNESP-Marília	1
	UNIBAN	1
	Subtotal (16 instituições)	42 trabalhos
Nordeste	UFS	12
	UFMA	2
	UFPB	2
	UESB	1
	UFBA	1
	UFPE	1
	UFPI	1
	UFRN	1
	Subtotal (8 instituições)	21 trabalhos
Sul	UFPR	5
	UFRGS	1
	Subtotal (2 instituições)	6 trabalhos
Norte	UFPA	3
	UEPA	2
	Subtotal (2 instituições)	5 trabalhos
Centro-Oeste	UFMT	
	Subtotal (1 instituição)	1 trabalho

Fonte: produção do próprio autor a partir dos dados analisados nos Anais dos CBHEs.

4.1 Abordagens metodológicas utilizadas nos trabalhos analisados

No que concerne às metodologias, conforme demonstra o Quadro 10, foram elencadas de acordo com as informações fornecidas pelos autores nos trabalhos selecionados para a análise. A abordagem metodológica mais recorrente é a Pesquisa Documental (60 trabalhos); seguidos pela Pesquisa de Revisão Bibliográfica (3 trabalhos); a Pesquisa Documental e Entrevistas (3 trabalhos); e com menos regularidade, a Pesquisa Bibliográfica/Gênero Literário (1 trabalho), a Pesquisa Estado da Arte (1 trabalho), a Pesquisa Nova História Cultural (1 trabalho). Em 8 trabalhos não está explícita a abordagem metodológica.

A Pesquisa Documental é a metodologia que mais se destacou nos estudos, de acordo com as análises realizadas. Sendo assim, para compreender o que significa trabalhar com a pesquisa documental numa perspectiva histórica, buscou-se na literatura o que representa essa abordagem, bem como as outras identificadas nos trabalhos analisados (Revisão Bibliográfica; Documental e Entrevista; Bibliográfica/Gênero Literário; Estado da Arte; Nova História Cultural) com o objetivo de conhecer quais são as possibilidades de pesquisa, considerando aquelas especificadas pelos pesquisadores.

Quadro 10 - Organização dos trabalhos seleccionados nos Anais do CBHEs quanto à metodologia

Metodologia	Nº de Trabalhos	Autores
Documental	60 (77,9%)	Lima, (2000); Crudo, (2000); Oliveira, (2000); Fonseca, (2000); Negrão, (2002); Rizzini, (2002); Jinzenji, (2002); Kuhlmann Jr., (2002); Bastos, (2004); Vieira, (2004); Rocha, (2004); Câmara, (2004); Santos, (2004); Stephanou, (2004); Castro, (2006); Oliveira, (2006); Rocha, (2006); Souza, M., (2006); Souza, R., (2006); Camara, (2008); Gorgulho, (2008); Ribeiro Neto, (2008); Santana, (2008); Scremin, (2008); Viveiros, (2008); Almeida, (2008); Nery, (2008); Silva, N., (2008); Chamon, (2008); Silva, R., (2008); Xavier, (2008); Bispo, (2011); França, (2011); Turina, (2011); Carvalho, (2011); Silva, (2011); Guimarães, (2011); Santos, (2011); Gorgulho e Fonseca, (2011); Vilela, (2011); Gonçalves, (2011); Alves e Araújo, (2011); Duarte, (2011); Souza, (2011); Silva, F., (2013); Câmara, (2013); Bonfim, (2013); Alves, (2013); Silva, J., (2013); Matos, (2013); Santana, (2013a); Santana, (2013b); Almeida, (2013); Silva, (2015); Nascimento e Ananias, (2015); Costa e Mendes, (2015); Mendes, (2015); Magosso e Fonseca, (2015); Costa, (2015); Santana, Santana e Maciel, (2015)
Revisão Bibliográfica	3 (3,9%)	Rodrigues e Lima, (2002); Mello, (2011); Lima, (2011)
Documental e Entrevista	3 (3,9%)	Negrão, (2000); Conceição, (2006); Negrão, (2006)
Bibliográfica/Gênero Literário	1 (1,3%)	Dourado, (2002)
Estado da Arte	1 (1,3%)	Cunha, (2011)
Nova História Cultural	1 (1,3%)	Sabino, (2011)
Não está explícito	8 (10,3%)	Lima, (2008); Bispo, (2008); Freitas, (2008); Barbosa, (2011); Silveira, (2011); Guimarães, (2013); Pimenta e França, (2015); Galvêncio, (2015)

Fonte: produção do próprio autor a partir dos dados analisados nos Anais dos CBHEs.

Inicialmente, com base no *Dicionário de Conceitos Históricos* de autoria de Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009), foi possível compreender como o historiador pode conduzir uma pesquisa de cunho historiográfico.

O termo mais usual para conceituar uma pesquisa histórica é o documento. Os termos fonte histórica, registro e vestígio, são conceitos correlatos, uma vez que são todos produzidos pela humanidade num determinado período e espaço.

De acordo com Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2009), as primeiras iniciativas em sistematizar as fontes históricas, entendidas como documentos, surgiram no

final do século XVIII e começo do século XIX, com os historiadores franceses, momento no qual não era permitido ao historiador contestar as verdades contidas no documento. Nesse contexto, cabia ao historiador apenas coletá-los e classificá-los, não sendo possível levantar questionamentos, entendia-se que o documento revelava a verdade por si só, dono de um passado inabalável e, por isso, não havia a possibilidade de interpretações.

Contudo, após a década de 1930, tal conduta, de ausência de críticas e interpretação por parte dos historiadores, começou a mudar. Historiadores franceses ligados à revista *Annales* e, principalmente, por influências dos pressupostos de Karl Marx, que considerava que "todo historiador estava ligado a sua classe social, não podendo ser imparcial, premissa que guiou a pesquisa dos materialistas históricos e dos *Annales* para o campo da interpretação e da análise [...]" (SILVA; SILVA, 2009, p. 158).

A partir daí, o documento numa pesquisa histórica passou a ser contestado, sendo uma construção do historiador que relacionava os fatos do passado e do presente. Nessa perspectiva, o documento deixou de ser somente o "registro político e administrativo" (SILVA; SILVA, 2009, p. 159). Nessa modalidade de "historia interpretativa" (SILVA; SILVA, 2009, p. 159) a autenticidade do documento não era o ponto crucial, mas os questionamentos que o historiador destinava a essa fonte histórica, ou seja, uma construção autêntica do historiador aliada às críticas por ele realizadas.

Os historiadores, alinhados com as perspectivas teórico-metodológicas da Nova História, trouxeram uma nova caracterização ao conceito de documento, na metade do século XX. "Os termos registro e vestígio passaram, nas últimas décadas do século, a ser mais e mais adotados, demonstrando a nova concepção histórica dominante em pesquisa sobre a cultura e o cotidiano" (SILVA; SILVA, 2009, p. 159). Isso não significou que o documento escrito deixou de ser valioso, porém, para interpretá-lo aliaram-se outras técnicas vindas da linguística e da psicologia. Outra contribuição para a construção do conceito de documento veio da História Oral, que constrói sua fonte histórica por meio da entrevista, mérito do pesquisador que a constrói no percurso da sua pesquisa.

Os autores preocupam-se com a diversidade dos documentos que podem ser utilizados em uma pesquisa, posto que existe a possibilidade de um enfraquecimento nas abordagens dos documentos escritos e, corre-se o risco dos historiadores desconhecerem os "métodos básicos de tratamento das fontes" (SILVA; SILVA, 2009, p. 160).

A História das Mentalidades e do Imaginário considera como documentos os "símbolos, sonhos, medos e mitos" (SILVA; SILVA, 2009, p.160). Outra abordagem é a História em conjunto com a Literatura, na qual se considera como documentos os romances e

discursos literários, mas é uma perspectiva de estudo pouco utilizada pelos historiadores devido à dificuldade de interpretação.

Ao historiador é necessário ter cautela ao lidar com o registro histórico, uma vez que o documento traz consigo as características de um determinado período e submete-se à visão daquele que o interpreta. Para isso, é preciso conhecer profundamente o contexto no qual esse documento foi produzido e por quem e quais foram as circunstâncias e a visão de mundo do sujeito que o construiu.

Silva, Almeida e Guindani (2009) destacam que o documento utilizado como fonte de pesquisa deve ser valorizado. Para os autores, apesar das similaridades, os vários termos para se referir a essa abordagem de pesquisa diferenciam-se entre si. A análise documental identifica dados pontuais a partir dos questionamentos levantados pelo pesquisador. Ao passo que, uma pesquisa documental busca sanar todas as pistas que o objeto possa lhe oferecer. Quanto à técnica documental, faz referências aos documentos que nunca passaram por análise, na visão desses autores, um dos procedimentos mais importantes das ciências sociais.

O historiador que deseja adentrar no universo da pesquisa documental necessita ter o domínio de um conjunto de métodos e técnicas, pois, dessa forma, estará apto a compreender o documento em sua amplitude. Tal premissa é válida para qualquer tipo de documento que se pretenda analisar.

Quando, na pesquisa documental, trabalha-se com documentos que ainda não receberam nenhum tratamento analítico científico, dentre os quais estão relatórios, fotografias, ou reportagens publicadas em jornal, estes são considerados como fontes primárias (as fontes originais), o que exige do pesquisador um olhar atento, pois ao interpretar um documento sem uma análise minuciosa pode-se perpetuar a construção dos fatos de forma errônea e contraditória.

Quanto à abordagem Revisão Bibliográfica identificada nos trabalhos, de acordo com Silva, Almeida e Guindani (2009), há semelhanças entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, pois ambas tem como objeto de investigação o documento. Considerando que a pesquisa bibliográfica também tem como objeto de pesquisa o documento, há uma distinção a ser feita entre a pesquisa documental, uma vez que o documento, na abordagem bibliográfica faz referência aos textos que estão inseridos na categoria científica, dentre os quais estão os artigos científicos e livros. Outra diferenciação entre a pesquisa bibliográfica e documental é que na bibliográfica o pesquisador tem como fonte os textos científicos sem a necessidade de selecionar os fatos produzidos empiricamente e, ainda, permite trabalhar com os pressupostos teóricos de diferentes autores, consideradas como fontes secundárias. Mas, para que o

pesquisador tenha êxito nesse tipo de pesquisa, é preciso que as fontes consultadas já estejam consolidadas na comunidade acadêmica. Desse modo, utilizam-se de fontes bibliográficas com o propósito de tratar de uma diversidade de posicionamentos acerca de uma problemática definida, para isso, o pesquisador deve buscar na literatura a contribuição de diferentes autores sobre um determinado tema.

Na abordagem Revisão Bibliográfica, segundo Gil (2002), há vantagens e desvantagens. Os ganhos referem-se à possibilidade de alcançar informações acerca de um fenômeno de maneira mais ampla; a revisão de literatura é de suma importância na pesquisa histórica, pois não há como se obter informações a respeito de um passado, sem os dados bibliográficos. Quanto ao lado negativo, o pesquisador poderá pautar-se em fontes secundárias que apresentam erros de interpretação por parte de quem as redigiu, por isso, há de se ter cautela para não perpetuar este tipo de equívoco.

Quanto à entrevista, outra abordagem metodológica identificada, este instrumento utilizado em pesquisas nas Ciências Humanas, tem contribuído para compreender uma determinada realidade. Contudo, Nadir Zago (2003) alerta que não é possível utilizar a entrevista como algo acabado ou como uma receita pronta, uma vez que cada fenômeno a ser investigado precisa ser considerado como único e, partindo deste pressuposto, cada pesquisa exigirá um tipo de entrevista adequado. A escolha da entrevista não é neutra, tudo dependerá do tipo de estudo em questão e, a partir destas considerações é que deverá ser traçada a maneira pela qual ocorrerá este processo. Faz-se necessário que o pesquisador saiba agir dentro dos princípios éticos da pesquisa durante a realização das entrevistas.

A entrevista compreensiva, segundo Zago (2003), não tem uma estrutura rígida, as questões elaboradas previamente podem ser modificadas, tudo depende do rumo que o pesquisador quer dar à investigação. Quanto às outras modalidades de entrevista, de acordo com Gil (2002) estão a informal; a focalizada, que é livre, porém, delimita-se o tema e/ou assunto, cabendo ao pesquisador a tarefa de fazer o entrevistado voltar ao foco, quando, por algum motivo, a conversa toma outro rumo; a parcialmente estruturada, guiada por etapas de interesse que o pesquisador vai investigando no decorrer da entrevista; e a estruturada, que apresenta um roteiro fixo de perguntas. Gil (2002) pontua as fragilidades desse instrumento de coleta de dados, uma vez que corre-se o risco de elaborar perguntas amplas, o que poderá comprometer o resultado da pesquisa, bem como o pesquisador deve ter a sensibilidade de capturar as reações do sujeito durante a coleta de dados, pois estas atitudes devem ser consideradas no momento da análise das respostas.

Segundo Gil (2002), os livros utilizados como fontes bibliográficas podem ser classificados de duas formas: “leitura corrente ou de referência” (GIL, 2002, p. 44). Quanto à leitura corrente, são aqueles inseridos na categoria de obras literárias, bem como em “obras de divulgação” de caráter científico e técnico. No que tange aos livros de referência estão os “dicionários, enciclopédias, anuários, almanaques” (GIL, 2002, p. 44). As publicações periódicas (jornais e revistas) também estão inseridas nas fontes bibliográficas. No que diz respeito à Pesquisa Bibliográfica/Gênero Literário identificada no trabalho de Dourado (2002, p. 3), a autora optou por uma “análise histórica que percebe o texto literário como documento da cultura material da sociedade”, para compreender a infância inserida no contexto da Primeira República. Desse modo, utilizou o livro como fonte bibliográfica, inserido na categoria de leitura corrente.

No tocante à Nova História Cultural, de acordo com Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2003) há grande confusão em apontar esta abordagem como uma “proposta metodológica, tendência, vertente, corrente ou campo” (FONSECA, 2003, p. 50). Existem outros questionamentos em torno da História Cultural: “O que são em termos teórico-metodológicos? Equivalem-se como campos de investigação ou tendências historiográficas?” (FONSECA, 2003, p. 51).

Desse modo, segundo a autora, a Nova História Cultural tem como características principais a junção de pressupostos teórico-metodológicos, com os quais busca-se apurar uma diversidade de objetos ou campos de investigação, dentre eles a “política e a economia” (FONSECA, 2003, p. 52). Outro aspecto é a junção de várias vertentes historiográficas que investigam a “escrita e a leitura” (FONSECA, 2003, p. 53) e, a partir destas, surgiram os campos temáticos a serem investigados, dentre eles a “história das cidades, da literatura, da imagem, das identidades, do tempo presente, da memória e da historiografia [...] dos comportamentos coletivos, das sensibilidades, das imaginações [...]” (FONSECA, 2003, p. 53-54).

O único trabalho que se fundamentou nesta modalidade foi o de Sabino (2011), no qual a autora respaldou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural para investigar a situação das crianças pobres do *Colégio Nossa Senhora do Amparo* na província do Grão-Pará. De acordo com Sabino (2011), a História Cultural proporciona uma análise baseada na valorização das pessoas comuns, advindas principalmente das classes pobres, o que não seria possível por meio dos pressupostos da historiografia tradicional.

No que se refere ao Estado da Arte, de acordo com Galvão et al. (2008, p. 176), há outras especificações, “inventário, censo, cartografia, diretório, repertório, mapa e panorama”,

que possuem a mesma finalidade, verificar como um campo do conhecimento está produzindo acerca de uma determinada temática, para discutir se há necessidade de expandir as investigações de um determinado fenômeno. Outra possibilidade é identificar as possíveis lacunas ou contradições e proporcionar uma discussão crítica, uma vez que, será permitido identificar o grau do conhecimento já alcançado.

Cunha (2011), por meio da abordagem do Estado da Arte, procurou resgatar a memória das instituições de acolhimento às meninas desvalidas no Maranhão, no período Imperial. Sendo assim, analisou os textos manuscritos, os artigos publicados na imprensa periódica, os relatórios e falas dos presidentes de Província, as fontes legislativas e regulamentos referentes às instituições de ensino.

Uma questão que não pode ser negligenciada é que os trabalhos analisados estão inseridos em um evento especializado sobre a história da educação, logo, todo trabalho inserido em uma abordagem histórica que analisa documentos é uma pesquisa documental. Assim, foi possível observar que os trabalhos exibem uma infinidade de abordagens metodológicas, mesmo aqueles que apresentam as fontes analisadas dizendo que se trata de outra abordagem metodológica, excluindo a pesquisa como não pertencente à documental, indicam implicitamente a um leitor mais atento, que de fato trata-se de uma pesquisa documental, porém, no desenvolvimento do texto o pesquisador insiste em nomear a pesquisa com outra abordagem metodológica. Contudo, optou-se em apresentar as metodologias de acordo com as especificações de cada trabalho, com a intenção de dar fidedignidade ao que fora analisado.

Ao apresentar as fontes utilizadas pelos pesquisadores, percebe-se a ampla utilização de documentos oficiais, relatórios de instituições, legislações pertinentes a cada período estudado, dentre outras fontes, que apresentam o potencial e a importância que este tipo de material histórico revela, trazendo as contribuições e o olhar de quem as investiga, com base na problematização e na contextualização das instituições de assistência ao captar os fins e os meios que as regiam.

4.2 As fontes documentais utilizadas nos trabalhos analisados

De posse de tais informações, buscou-se realizar um cruzamento entre os dados obtidos no levantamento de Galvão et al. (2008), com os dados oriundos das análises realizadas nos trabalhos dos Anais dos CBHEs, com o objetivo de conhecer se houve avanços dos pesquisadores quanto à utilização das fontes documentais.

Galvão et al. (2008), ao examinar as fontes utilizadas pelos pesquisadores nos artigos publicados na RBHE, entre 2001 e 2007, revelou-se que estão classificadas em seis categorias, porém, separadas em dois grupos. No primeiro grupo, encontram-se as fontes tradicionais utilizadas nas pesquisas em história da educação, “1) documentos oficiais, ou seja, aqueles emanados do Estado [e as] 2) obras de grandes autores” (GALVÃO et al., 2008, p. 204). E, quanto ao segundo grupo, estão as fontes que indicam que a pesquisa em história da educação tem ampliado as possibilidades de análise, que são os

3) documentos elaborados por formadores de opinião, como a grande imprensa e a imprensa pedagógica; 4) fontes produzidas por agentes mediadores entre saberes que circulam fora da escola e saberes escolares, como os manuais; 5) documentos produzidos por instituições educativas; 6) fontes produzidas pelos sujeitos da ação educacional, como professores e alunos (GALVÃO et al., 2008, p. 204).

Considerando que, no âmbito da pesquisa em ciências humanas, a subjetividade do pesquisador é intrínseca ao processo e, no que diz respeito à classificação das fontes, se pertence a uma das categorias apresentadas acima, é impossível desconsiderar que existe, num certo grau, a arbitrariedade do pesquisador. Porém, tal processo “pode servir como ponto de partida para uma reflexão mais aprofundada sobre a produção no campo da história da educação” (GALVÃO et al., 2008, p. 204).

No referido levantamento, realizado por Galvão et al. (2008), foram considerados para apresentar os dados quantitativos, no que diz respeito às fontes utilizadas pelos pesquisadores, somente os artigos que contemplam, especificamente, as fontes documentais. O resultado dessa análise revelou que a *Documentação oficial* foi predominante, tais documentos fazem referência às “emendas constitucionais, leis, atos do governo, decretos, pareceres e portarias que normatizam as reformas, os regulamentos, os regimentos, os estatutos e os programas de ensino” (GALVÃO et al., 2008, p. 205). O que levou os autores a inferir que, as pesquisas em história da educação apresentam-se de maneira conservadora, de acordo com os artigos publicados na RBHE e, por isso, suscitaram alguns questionamentos, dentre eles, “estaríamos repetindo os mesmos procedimentos utilizados pelas primeiras gerações de historiadores da educação?” (GALVÃO et al., 2008, p. 205). A resposta a essa pergunta foi em parte afirmativa, pois segundo os autores a “fonte tradicionalmente privilegiada na pesquisa histórica da educação, é, no universo analisado, apenas uma das fontes utilizadas por esse grupo de pesquisadores que publicaram seus artigos na RBHE (GALVÃO et al., 2008, p. 205).

Ocupando a segunda posição encontra-se a categoria *Obras de grandes educadores* (livros; discursos; manifestos – Pioneiros da Educação Nova; memórias de viagens; dicionários pedagógicos). Como dito anteriormente, tanto a primeira quanto a segunda categoria, fazem parte, segundo Galvão et al. (2008), do rol de pesquisas em história da educação que analisam as fontes tradicionais, de acordo com o levantamento realizado pelos autores nos artigos publicados na RBHE.

No que concerne às categorias que estão inseridas no segundo grupo, encontram-se aquelas que indicam que houve uma ampliação na busca por novas fontes documentais, que permitem apresentar uma nova perspectiva de pesquisa na história da educação, de acordo com Galvão et al. (2008). Dentre elas, ocupando o terceiro lugar, estão os *Documentos produzidos por instituições educativas* (instituições – igrejas católicas ou protestantes; associações de professores; conferências pedagógicas; Companhia de Aprendizes da Marinha; relatórios de instituições; estatutos; regulamentos; dentre outros). Em quarto lugar, estão os *Documentos elaborados por formadores de opinião – grande imprensa e a imprensa pedagógica* (jornais e revistas destinados à formação de professores; jornais, revistas católicas e científicas). E, por último, estão as *Fontes produzidas pelos sujeitos da ação educativa – alunos, professores, pais e leitores* (autobiografia; depoimentos descritos por ex-alunos; diários escritos por alunos; cartas de leitores comuns; cartas escritas por escravos; cadernos escolares; obras literárias; depoimento oral (GALVÃO et al. 2008).

Por serem encontradas em menor quantidade, as *Fontes produzidas pelos sujeitos da ação educativa – alunos, professores, pais e leitores* ainda contam com baixa adesão dos pesquisadores para estudos em história da educação, conforme indica o levantamento de Galvão et al. (2008).

Desse modo, o levantamento realizado por Galvão et al. (2008) exhibe que os “primeiros grupos reúnem fontes tradicionalmente utilizadas em pesquisas da área de história da educação [...]. Os quatro últimos conjuntos expressam, por sua vez, em nossa avaliação, a concretização do processo de ampliação das fontes na área” (GALVÃO, et al., 2008, p. 204-205).

A intenção de demonstrar os dados obtidos no levantamento de Galvão et al. (2008) foi conhecer se houve avanços nas pesquisas em história da educação quanto às fontes analisadas nos trabalhos publicados nos Anais dos CBHEs. Sendo assim, buscou-se classificar os referidos trabalhos, utilizando como parâmetro as categorias utilizadas por Galvão et al. (2008). Contudo, é preciso considerar que nos artigos publicados na RBHE, os autores têm a possibilidade de explanar seus pressupostos teóricos de maneira ampla, pois não ficam

circunscritos a um número limitado de páginas para apresentar os resultados de suas pesquisas, mas, avaliando que o objetivo nessa etapa do levantamento foi conhecer se os pesquisadores que publicaram seus trabalhos nos Anais dos CBHEs apresentaram avanços ou retrocessos quanto às fontes privilegiadas em suas análises, acreditou-se que tal iniciativa de comparar os dados obtidos com o levantamento de Galvão et al. (2008) foi válida. Faz-se importante considerar, também, que os objetivos do levantamento realizado por Galvão et al. (2008) diferenciam-se do que fora proposto na presente dissertação e, ainda, contou com a participação de vários pesquisadores, sendo assim, as possibilidades de análise ampliaram-se. Dentre os objetivos propostos por Galvão et al. (2008, p. 174) verifica-se que é “esquadrinhar os temas, espaços, períodos e fontes privilegiados pelos investigadores de história da educação no conjunto de artigos examinados”. Desse modo, tendo em vista que o tema da assistência à infância está inserido em pesquisas na história da educação, como visto no capítulo 1, acredita-se que é possível estabelecer o cruzamento desses dados.

Desse modo, dentre os trabalhos selecionados para a análise nos Anais dos CBHEs (77 no total), optou-se em selecionar aqueles nos quais foi possível identificar qual o tipo de fonte privilegiada por seus autor(es) em suas investigações, perfazendo um total de 64 trabalhos, o que corresponde ao percentual de 83,1% do total geral (77 trabalhos). Os dados quantitativos podem ser observados, conforme a Tabela 4, bem como as fontes documentais identificadas em cada trabalho estão descritas no Anexo B, no final da dissertação.

Tabela 4— fontes documentais identificadas nos trabalhos analisados nos Anais dos CBHEs

Ampliação das fontes		Tradição		Conexão entre ampliação/tradição		Documental	
Tipo de fontes	Número de trabalhos	Tipo de fonte	Número de trabalhos	Tipo de fonte	Número de trabalhos	Tipo de fonte	Número de trabalhos
Instituições/sujeitos	1	Oficiais	16	Sujeitos/oficial	1	Sem especificar a fonte	2
Sujeitos	3			Manual escolar/ imprensa/ instituições/oficial	1		
Instituições	14			Instituições/oficial	6		
Imprensa/instituições/ sujeitos	1			Oficial/instituições/ sujeitos	1		
Imprensa/instituições	5			Instituições/oficial/ imprensa	4		
Imprensa	3			Instituições/sujeitos/ oficial/imprensa	2		
Imprensa/sujeitos	1			Imprensa/oficial	3		
Subtotal	28	Subtotal	16	Subtotal	18	Subtotal	2
					Quantidade	Quantidade trabalhos analisados quanto às fontes documentais	
					77	64	

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos analisados nos CBHEs.

Os dados demonstrados na tabela acima indicaram que, em sua maioria, os trabalhos apresentaram que os pesquisadores priorizam as fontes documentais que indicam um avanço nas pesquisas em história da educação, o que corresponde a 28 trabalhos. Nessa conjuntura, foi possível constatar que em 18 trabalhos há o cruzamento entre as fontes documentais oficiais (documentação de proveniência estatal) com as fontes que indicam a ampliação das análises pelos pesquisadores, tal constatação pode expressar que “também pode ser interpretado como um sintoma da apropriação, ocorrida nas últimas décadas, pelos pesquisadores do campo da história da educação, dos métodos da pesquisa histórica” (GALVÃO et al., 2008, p. 210). Quanto somente à utilização de documentação oficial observou-se que ainda é amplamente utilizada nas pesquisas em história da educação, identificada em 16 trabalhos que, por sua vez, constituíram a minoria dos trabalhos analisados.

Por esses dados quantitativos é possível inferir que, os trabalhos publicados nos Anais dos CBHEs revelam que houve um avanço quanto à utilização de fontes que propiciam uma inovação nos estudos em história da educação, posto que há a incidência em 28 trabalhos, dentre os 64 selecionados (conforme especificado na Tabela 4), da utilização de fontes documentais que, contrariamente ao levantamento de Galvão et al. (2008) ficaram classificadas no segundo grupo, o que indicou que os pesquisadores vinculavam a pesquisa em história da educação às fontes tradicionais, tais como os documentos oficiais e as obras de grandes educadores.

5. A PRESENÇA DO TEMA DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NOS CBHEs: A DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Os temas identificados em cada trabalho foram elencados de acordo com o assunto central, visto que as sete temáticas que aparecem dizem respeito a recortes definidos pelos autores em seus respectivos trabalhos. Faz-se necessário salientar que muitos destes trabalhos poderiam ser classificados em mais de uma categoria, uma vez que fazem menção a mais de um aspecto. Para viabilizar a organização, foi priorizado exclusivamente o tema principal de cada produção, dentre os quais se destacam os seguintes eixos temáticos: Socialização (do ponto de vista: do gênero, da educação não escolar, do trabalho e da educação escolar); Instituição de Assistência à Infância/Assistência (com vinculação religiosa, estatal e privada); Ofícios; Higienismo; Legislação; Tutela/Contrato de Órfãos; Instituto Disciplinar.

A partir da classificação em eixos temáticos foi possível realizar outro cruzamento de dados, relacionar os temas mais recorrentes em cada época. Assim, é possível conhecer o número total, bem como verificar o principal tema estudado nos respectivos períodos.

Ao analisar os trabalhos, no que tange a questão do recorte temporal estudado pelos pesquisadores, de acordo com o Quadro 11, percebe-se a concentração de trabalhos sobre o século XX (39 trabalhos) o que equivale a 50,6 %; o século XIX com 18 trabalhos o que corresponde a 23,3%; e a passagem do final do século XIX e início do século XX apresenta 19 trabalhos com o percentual de 24,6%.

Quadro 11 - Organização dos trabalhos selecionados nos Anais do CBHEs quanto ao recorte temporal

Século (s)	Nº de trabalhos	Autores
XX	39 (50,6%)	Lima, (2000); Kuhlmann Jr., (2002); Vieira, (2004); Câmara, (2004); Stephanou, (2004); Conceição, (2006); Souza, R., (2006); Ribeiro Neto, (2008); Lima, (2008); Santana, (2008); Viveiros, (2008); Bispo, (2008); Almeida, (2008); Nery, (2008); Chamon, (2008); Câmara, (2008); Freitas, (2008); Silveira, (2011); Turina, (2011); Carvalho, (2011); Silva, (2011); Guimarães, (2011); Bispo, (2011); Vilela, (2011); Souza, (2011); Silva, F., (2013); Câmara, (2013); Bonfim, (2013); Alves, (2013); Silva, J., (2013); Matos, (2013); Santana, (2013a); Santana, (2013b); Silva, (2015); Nascimento e Ananias, (2015); Mendes, (2015); Costa e Mendes, (2015); Costa, (2015); Santana, Santana e Maciel, (2015)
XIX	18 (23,3%)	Crudo, (2000); Rizzini, (2002); Jinzenji, (2002); Santos, (2004); Castro, (2006); Souza, M., (2006); Gorgulho, (2008); Scremin, (2008); Silva, N., (2008); Xavier, (2008); Cunha, (2011); Barbosa, (2011); Santos, (2011); Sabino, (2011); França, (2011); Lima, (2011); Guimarães, (2013); Almeida, (2013)
XIX e XX	19 (24,6%)	Negrão, (2000); Oliveira, (2000); Fonseca, (2000); Dourado, (2002); Negrão, (2002); Rodrigues e Lima, (2002); Bastos, (2004); Rocha, (2004); Negrão, (2006); Oliveira, (2006); Rocha, (2006); Silva, R., (2008); Mello, (2011); Gonçalves, (2011); Alves e Araújo, (2011); Duarte, (2011); Pimenta e França, (2015); Magosso e Fonseca, (2015); Galvêncio, (2015)
XVIII e XIX	1 (1,3%)	Gorgulho e Fonseca, (2011)
TOTAL	77	

Fonte: produção do próprio autor a partir dos dados analisados nos Anais dos CBHEs.

Os temas, de acordo com o recorte temporal especificado em cada trabalho, foram organizados no Quadro 12.

Quadro 12 – Organização dos temas distribuídos pelo recorte temporal

Séculos	EIXOS TEMÁTICOS											
	Socialização				Instituição de assistência à infância/ Assistência			Ofícios	Higienismo	Legislação	Tutela/ Contrato de órfãos	Instituto Disciplinar
	Gênero	Educação não escolar	Trabalho	Educação escolar	Religioso	Estatal	Iniciativa Privada					
XVIII e XIX	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--
XIX	3	1	3	2	1	1	--	5	--		2	--
XIX e XX	5	2	--	--	3	--	--	3	2	1	2	1
XX	1	3	2	1	6	12	1	3	5	4		1
Subtotal	9	6	5	4	10	13	1	11	7	5	4	2

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos selecionados nos Anais dos CBHEs.

5.1 Eixos Temáticos

Nesta parte do levantamento, o objetivo é conhecer quais são os temas mais recorrentes, de modo que após a leitura dos trabalhos os mesmos foram agrupados em eixos temáticos específicos, enfatizando os principais aspectos. O critério de definição dos eixos temáticos partiu dos recortes evidenciados em cada trabalho, posto que após a leitura desses textos, verificou-se a incidência dos temas em questão. Sendo assim, a partir dos objetos de pesquisas apresentados pelos autores, optou-se em organizá-los em eixos temáticos, sendo uma criação da autora da presente dissertação.

Percebe-se que, em alguns eixos temáticos existem trabalhos correlatos, nos quais as fontes e os objetos de estudos se assemelham, todavia a escolha foi por apresentar a ideia central de cada estudo, mesmo que de forma exaustiva, mas com a intenção de refletir acerca do que está sendo produzido sobre o tema da assistência, pois, desse modo, acreditou-se que seria possível responder se há pontos em comum, se os pesquisadores já atingiram um limite criativo e se existe necessidade de avançar ou retroceder nas pesquisas que tratam da questão do assistencialismo destinado à infância no Brasil.

5.1.1 Socialização¹²

Os trabalhos oriundos desse eixo fazem referência à educação, porém, a partir da leitura, foi possível perceber que tratam mais da questão da socialização do que da educação escolar propriamente dita. Sendo assim, é possível inferir que esses trabalhos estão relacionados à socialização do ponto de vista do gênero, da educação não escolar, do trabalho e, em menor escala, da educação escolar, conforme especificado nas linhas a seguir.

A socialização sob a perspectiva do *gênero*, ao se analisar os trabalhos publicados e apresentados que priorizaram o século XIX como sendo o período delimitado para a pesquisa, destacam-se as produções de Cunha (2011), França (2011) e Scremin (2008) que averiguaram a maneira pela qual era destinada a educação às meninas pobres e desvalidas nesta época. Tais trabalhos apresentam pontos em comum, no que tange a preparação da menina para exercer os papéis de mãe, de boa esposa e, principalmente, a forma como eram preparadas para executar as tarefas domésticas. Scremin (2008), por meio de análise documental do estatuto e do

¹² No referido eixo, o tema socialização não estava explícito, porém, a partir da leitura dos trabalhos foi possível inferir que tratam da questão da socialização do que educação e, por isso, a justificativa em denominar o eixo por *Socialização*.

regimento interno do *Asilo de Nossa Mãe*, situado na cidade de Piracicaba e inaugurado em 1898, verificou que o objetivo da instituição era assistir e preparar estas meninas para serem mães de famílias pobres, por isso, a ênfase não era nos aspectos pedagógicos, pois a educação era pautada pelos ensinamentos religiosos, fazendo referência apenas à aprendizagem da escrita e dos cálculos básicos. Em contrapartida, as atividades que mereciam destaque eram o canto e a aprendizagem de trabalhos manuais; tudo o que uma boa mãe de família pobre necessitaria saber, uma vez que, ao serem criadas de acordo com os preceitos religiosos, transferiria esses ideais aos seus filhos. Outra preocupação da instituição estava relacionada à readaptação das meninas ao convívio social e, para isso, elas deveriam estar moralizadas, educadas e higienizadas.

Cunha (2011) investigou o *Asilo de Santa Teresa* no que tange à educação voltada para as meninas desvalidas no Maranhão durante o Império. Em suas análises, aponta a diferença entre o ensino intelectual, destinado às crianças pertencentes à elite, e a educação designada às crianças pobres, voltada exclusivamente para a preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. A educação das meninas atendidas no referido asilo, objeto de investigação do trabalho, estava inserida em prepará-las para que se tornassem futuras mães, priorizando a educação doméstica, o ensino das primeiras letras e o ensinamento dos preceitos religiosos.

França (2011) ao aprofundar suas análises no que se refere à educação destinada às meninas, no *Colégio Nossa Senhora do Amparo*, entre 1860 e 1870, em Belém-Pará, revela que, além das órfãs e das desvalidas, eram atendidas meninas de famílias ricas da sociedade paraense. Havia a diferenciação na educação oferecida, sendo que os ensinamentos do primeiro e segundo graus eram obrigatórios para todas as alunas, contudo, os de terceiro eram reservados às pensionistas. Desse modo, percebe-se que às meninas pobres era reservada uma educação básica, pois o foco, tal como apresentado nos trabalhos anteriores, era prepará-las para exercerem a função de futuras mães de família e de boas esposas.

Ao priorizar a passagem do século XIX e XX, Negrão (2000) demonstra as condições em que as órfãs, em regime de internato, eram acolhidas e escolarizadas, nos anos de 1870 a 1960. Concluiu que a reclusão das órfãs não as promovia, pelo contrário, marginalizavam-nas. O foco da instituição era ensinar os afazeres domésticos para que as meninas se tornassem futuras empregadas domésticas e, desse modo, as órfãs eram vistas como uma alternativa de solucionar os problemas sociais com a formação de mão de obra livre e, acima de tudo, alfabetizada. Negrão (2006), quando investigou a trajetória educacional do *Asilo de Órfãs* da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, constatou que era um dos poucos locais na cidade

que recebia as órfãs pobres e, em especial, as negras, que não eram aceitas em outras escolas. Desse modo, essa iniciativa, como tantas outras, foi considerada um grande feito do modelo assistencial filantrópico, pelo fato de preparar as meninas pobres a exercerem serviços domésticos. Na mesma instituição havia a separação entre as órfãs e as meninas da escola. Para as órfãs tentava-se inculcar o sentimento de honra ao prestar serviços domésticos às Irmãs do Asilo, enquanto que para as meninas pertencentes às classes favorecidas economicamente eram destinados os níveis mais elevados de escolarização.

Rocha (2006) pesquisou o *Externato São José*, uma das principais instituições de ensino da cidade de São Paulo, no que tange à educação das meninas, no período de 1880 a 1942. O objetivo da instituição era oferecer a caridade às meninas pobres e órfãs e oferecer a formação pautada por um modelo ideal de mulher, baseado nos princípios da religião e dos deveres cívicos, para que, assim, tais noções pudessem prepará-las para a vida adulta, para serem boas mães, esposas e que aprendessem a cuidar de uma casa. Duarte (2011) analisou a formação de meninas órfãs no estado do Pará no *Orphanato Antônio Lemos*. O objetivo da instituição era educá-las, de modo que esta formação fosse condizente com o novo modelo de sociedade, a formação da mulher ideal e dedicada, esteio e base da família honrosa. Nessa perspectiva, as meninas recebiam os ensinamentos religiosos e desenvolviam atividades agrícolas. Assim, o estudo revela que não havia um programa pedagógico de fato. Na verdade, o projeto da instituição estava voltado para livrar a cidade de crianças perambulando pelas ruas e, com isso, pensava-se em consolidar o processo civilizatório.

Pimenta e França (2015) discutiram sobre a educação de meninas no *Orphelinato Paraense* em Belém do Pará, no período de 1893 a 1910. Essa era uma instituição filantrópica com característica assistencialista, com o objetivo de impor o controle, a ordem, a formação das meninas pautada pelo ensino das primeiras letras e a aprendizagem de afazeres domésticos. A instituição fundamentava-se nos preceitos higienistas, visto que, ao retirar as órfãs das ruas, livraria a sociedade do risco destas meninas se entregarem ao vício e ao crime. Com essa estratégia, seria possível contar com a contribuição dessas meninas como mão de obra útil para o engrandecimento da pátria.

Santana (2013b) retrata uma escola na cidade de São Cristóvão, em Sergipe, destinada às meninas órfãs e desvalidas no começo do século XX. A pesquisa evidenciou uma educação voltada à formação da futura mãe apta a criar seus filhos, vinculando o papel de esposa e dona de casa. Dessa maneira, a educação feminina estava à serviço da sociedade e à higienização da família.

Dando prosseguimento ao eixo temático *Socialização*, agora, do ponto de vista da *educação não escolar*, tendo como recorte temporal o século XIX, Jinzenji (2002), ao pesquisar o projeto de escolarização da Província de Minas Gerais, entre os anos de 1825 e 1846, aponta que à infância pobre eram reservados os conhecimentos elementares. Neste sentido, a escola teria a função de socializar em detrimento ao ensino sistematizado, uma vez que a educação vinda do lar possuía vícios e que a função dessa instituição seria manter a harmonia na sociedade Imperial. A escola seria responsável, de acordo com autora, por proteger a infância das ameaças do mundo e transformá-la, no que tange à formação de futuros cidadãos, baseando-se na disciplina e na ordem.

Oliveira (2006) analisou a educação infantil sob a perspectiva do pensamento e obra de Anália Franco, durante os anos de 1870 a 1920. Para Anália Franco, a educação foi a mola propulsora para a realização de projetos no âmbito social, e a estudiosa era defensora da criança desvalida e da mulher, tanto que essa era a base de sua obra educacional e social. A Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), de acordo com o estudo, foi criada com intuito de oferecer, às crianças desvalidas, educação, saúde e os preceitos de higiene. Ao fundar as escolas maternas, creches e asilos, a intenção de Anália era uma tentativa de suprir a ausência de projetos voltados para a criança e para a mulher pobre. O foco dessas instituições era de transmitir a educação moral, mas também se defendia que, ao realizar esse trabalho com os pobres, poder-se-ia resgatar uma grande parte da sociedade. Algumas críticas foram feitas pela igreja católica, ao acusar a suposta ligação de Anália Franco com a doutrina espírita e pelo fato de ela receber apoio da maçonaria. Contudo, nessa investigação não foi comprovada esta união, posto que não era permitida, neste grupo (maçonaria), a participação de mulheres. Oliveira (2006) pressupõe que Anália participou do grupo de maneira indireta. Outra questão observada neste estudo, mesmo Anália sendo adepta ao espiritismo, suas instituições, no entanto, eram desprovidas de vínculos religiosos, revelando o caráter laico.

Galvínio (2015) destaca que a educação à infância pobre no Período Republicano estava atrelada aos preceitos do higienismo. Desse modo, o padrão considerado correto estava fundamentado no educar, higienizar e moralizar a criança pobre, posto que, dessa forma, seria possível recuperá-la, bem como essas ações evitariam os desvios de conduta aos quais estavam expostas. Acreditava-se que por meio da medicina e pela educação moral os problemas dessa infância, tais como os problemas corporal e mental, seriam resolvidos.

Agora, serão apresentados os principais aspectos dos trabalhos selecionados do ponto de vista da *educação não escolar*, privilegiando o século XX. Almeida (2008) trata da questão da educação e do assistencialismo em Sergipe, na instituição *A Casa da Doméstica Dom José*

Vicente Távora, na década de 1930, período no qual se deu início ao atendimento escolar para crianças pobres, pautado apenas pela socialização e projetos de assistência que beneficiavam os filhos e a família. A referida instituição fazia parte de um complexo formado por Creche, Maternal e Centro de Treinamento. As verbas eram, em sua maioria, destinadas às creches, o que leva a pressupor, segundo Almeida (2008), que o foco central da instituição ainda era o assistencialismo, deixando de lado a elaboração de projetos voltados para o Centro de Treinamento, um local destinado a promover cursos para as mulheres carentes, profissionalizando-as para exercerem serviços domésticos.

Guimarães (2011) investigou quais eram as publicações da *Revista do Ensino* de Minas Gerais no que diz respeito à infância pobre, considerando o recorte para a análise o período de 1925 a 1930. Nesse contexto, o papel da educação não era dar ênfase aos aspectos pedagógicos, o principal foco era, por meio dessa instituição, impor a ordem social e controlar os pobres, que abrangiam não só os alunos, bem como as suas famílias. Este veículo de comunicação foi uma criação do governo mineiro, como uma estratégia de divulgar o ideal de educação, por meio dos discursos pautados pela moralidade, com as indicações e conselhos da classe médica e dos psicólogos a respeito da maneira de educar uma criança. A autora concluiu seu estudo dizendo que a escola era vista como um mecanismo de mudança da sociedade, na época em questão, sobretudo, para os pobres, uma vez que contribuiria para a formação do futuro cidadão útil ao colaborar com o desenvolvimento da nação.

Costa (2015) teve por objetivo em seu trabalho conhecer a maneira pela qual ocorreu o processo educativo dos meninos pobres inseridos no projeto assistencial e regenerador da infância, em Duque de Caxias. A instituição investigada na análise foi o *Núcleo Colonial São Bento*, que estava subordinado ao Ministério da Agricultura, com o objetivo de atender os menores desamparados e desajustados. A educação oferecida era pautada pela formação integral, observando os princípios da moral e da religião e, ainda, os menores recebiam atendimento médico e cuidados com a alimentação. Desse modo, o estudo não evidencia que a educação escolar não era considerada o principal foco da instituição.

A socialização sob o ponto de vista do *trabalho* pôde ser identificada em cinco trabalhos. Começando pelas produções que privilegiaram o século XIX em suas análises, Castro (2006), ao discorrer sobre a educação destinada à infância pobre no Maranhão Oitocentista, no que diz respeito à *Casa de Educandos Artífices*, explica que o ensino era pautado no conhecimento das primeiras letras e na aprendizagem de um ofício para que pudessem utilizá-lo como meio de subsistência na idade adulta. A punição física era constantemente utilizada para que fossem garantidas as regras e a subordinação moral.

Xavier (2008) investigou a inserção das crianças pobres na instrução pública primária do Mato Grosso, nos anos de 1837 a 1889. O estudo também demonstra a diferenciação no oferecimento da educação, posto que a pública primária não era destinada somente à elite, mas para todas as classes sociais livres, havia, porém, algumas diferenciações. No que tange às crianças pobres, o foco era incutir valores, produzir corpos dóceis e resignados e, acima de tudo, constituir o trabalhador obediente aos preceitos do Estado. Outra questão, que agrava a situação desta educação que já era oferecida de maneira precária, de acordo com o estudo, era a insuficiência de verbas e de utensílios escolares destinados à escolarização das crianças pobres.

Sabino (2011) tratou da questão das crianças pobres que eram atendidas no *Colégio Nossa Senhora do Amparo* na Província do Grão-Pará, entre 1850 e 1890. De acordo com a sociedade da época, para a elite e governantes, por meio da educação poderia se chegar ao ideal de civilização. Para tanto, seria destinada à classe pobre a educação que deveria estar atrelada aos discursos higienistas, que preconizavam a necessidade de disciplinar essas crianças para serem uteis à sociedade e, principalmente, qualificando-as para o trabalho. O governo Imperial tinha por objetivo civilizar as crianças consideradas um perigo iminente, dentre as quais se destacavam as órfãs, os expostos, as desvalidas e as ingênuas, com o intuito de proteger a sociedade e preservar os bons costumes. Para alcançar tal objetivo, o estudo expõe que a presença dos médicos-higienistas foi imprescindível em busca da tão almejada civilidade.

Quanto às produções que abordam a socialização do ponto de vista do *trabalho*, tendo como período analisado o século XX, Fernando Silva (2013) discute a questão das instituições de ensino destinadas à infância minorizada nos Congressos do Centenário da Independência do Brasil, evidenciando que a escola seria capaz de promover a recuperação de crianças envolvidas em situações delituosas, por meio da educação moral e da aprendizagem de um ofício, sendo capazes de tornarem-se trabalhadores na idade adulta.

Joseane Silva (2013) apresenta como era promovida a educação destinada à criança desvalida em instituições de assistência na cidade de Curitiba, no período de 1947 a 1957. Para realizar os encaminhamentos das meninas e dos meninos desvalidos em instituições nas quais seriam atendidos, dependeria das condições em que eram encontrados e classificados, e isso poderia ser na condição de abandonados, de órfãos, filhos de pais desconhecidos, filhos concebidos fora do casamento, e até mesmo aqueles considerados doentes mentais. A partir dessas denominações eram encaminhados ao Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade, à Escola da Reforma, ao Centro de Formação Profissional para Menores

do Campo Comprido, ao Lar Escola Hermínia Lupion ou para o Abrigo de Menores do Portão. Para qualquer instituição em que fossem levados, não havia a preocupação com os aspectos pedagógicos, o que prevalecia era o cuidado com a saúde, com a higiene e, acima de tudo, a preparação para o trabalho. Contudo, mesmo sendo priorizados, esses aspectos não eram efetivados de maneira satisfatória, devido à estrutura inadequada e insalubre. Eram submetidos à disciplina rígida para assegurar o cumprimento das regras durante as atividades, bem como havia o monitoramento constante das crianças até nos momentos de recreação para assegurar a ordem e o controle.

E, por último, destacam-se dois trabalhos (ambos privilegiam o século XIX em suas análises) que fazem menção à *educação escolar*, que implica na escolarização propriamente dita. Percebe-se, a partir da leitura desses trabalhos, que a intenção dos pesquisadores é demonstrar de fato como se dava o processo educativo destinado à infância pobre, diferente dos trabalhos citados anteriormente, nos quais a educação escolar era deixada em segundo plano. Apesar disso, há uma observação que precisa ser evidenciada, é nítida a diferenciação da educação destinada à infância pobre daquela oferecida às crianças das famílias pertencentes à elite.

Maria Zélia Souza (2006) pesquisou a instituição *Sociedade Amante da Instrução* no período Imperial, que ministrava aulas para meninos e meninas, crianças pobres e órfãs, porém havia aulas para os filhos dos sócios. Novamente, há o reforço das hierarquias presente nesta sociedade: às crianças da elite o ensino intelectual, enquanto, às crianças pobres, concluiu-se que era reservado o ensino das primeiras letras e da educação agrícola. Almeida (2013) exhibe como o ensino era ministrado nas *Casas dos Expostos em Educação*, em Salvador, para as crianças pobres e desamparadas, entre 1847 e 1862. A educação destinada aos meninos era a instrução primária e, após a conclusão do curso, eles ficavam sob a supervisão de um mestre que deveria fornecer-lhes alimentação, vestuário e ensinar-lhes um ofício qualquer. As meninas, por sua vez, permaneciam nesta Casa até a idade de dez a doze anos, da qual saíam apenas para se casar ou para viver em casas de família.

Em dois trabalhos não foi possível aprofundar as análises, posto que, foram publicados somente os respectivos resumos. Gorgulho e Fonseca (2011) investigaram como ocorriam as estratégias e práticas educativas dos filhos legítimos e ilegítimos das famílias abastadas mineiras, entre os anos de 1750 e 1800 (séculos XVIII e XIX), com o intuito de verificar se existia alguma diferença entre a educação (escolar ou não escolar) oferecida a estas crianças.

O trabalho de Freitas (2008) está disponibilizado somente na categoria resumo e, por isso, não é possível aprofundar a análise. Contudo, é possível apresentar o objetivo do estudo:

verificar quais eram as atribuições do Estado no que tange ao oferecimento educacional destinado às crianças e aos adolescentes pobres, elencando como recorte cronológico, o século XX.

As investigações propostas pelos autores dos trabalhos analisados tratam de pesquisas que utilizaram, em sua maioria, de fontes documentais, análises de regimentos e regulamentos de inúmeras instituições educativas em diversas partes do Brasil, destacando a educação destinada à infância pobre. Contudo, convergem em suas análises, nas quais é possível inferir que a educação não está atrelada ao ensino formal, uma vez que os autores deixam claro em suas produções que existia a preocupação com o atendimento ao menor considerado em situação de risco, ou até mesmo com a criança que estivesse perambulando pelas ruas, seja pela orfandade ou por abandono da família, isto é, o foco era socializar essas crianças. Para essa infância a educação era caracterizada pela preparação profissional e, principalmente, pela formação dos futuros cidadãos que viriam a contribuir com o desenvolvimento do país. No tocante às meninas, o objetivo era prepará-las para exercerem as funções de mãe, ao criarem seus filhos de acordo com as exigências da sociedade, assim, observa-se que a mulher era forçada pela escola, assim como por outras instituições, para exercer o papel de cuidadora do lar.

Outra questão que merece destaque e aparece de maneira recorrente nos trabalhos era o oferecimento do ensino primário básico destinado às crianças pobres, enquanto os níveis mais avançados de escolarização eram exclusividade dos filhos da elite. Outra ressalva é que as instituições que ofereciam o ensino das primeiras letras não tinham condições estruturais e recursos didáticos para que a aprendizagem fosse efetivada.

Participaram do movimento em prol da educação das crianças pobres e abandonadas os médicos, os advogados, professores e a sociedade em geral, contudo, os debates que envolviam o oferecimento da educação encaravam a escola como a instituição que resolveria os problemas sociais, exercendo a função moralizadora e socializadora, capaz de moldar o futuro cidadão útil e submisso, deixando em segundo plano o oferecimento da educação sistematizada.

Como dito anteriormente, apesar dos trabalhos tratarem explicitamente a temática da educação, apenas dois tratam do tema educação que implica na escolarização propriamente dita, quanto aos demais, percebe-se que estão mais voltados para a questão da socialização do ponto de vista do gênero, do trabalho, da educação não escolar, mesmo que essa forma de educar esteja inserida no ambiente escolar institucionalizado. O que leva a inferir que, o tema da educação perpassa por todos os trabalhos, porém, não é sob a ótica da escolarização, posto

que, nas instituições de assistência e, até mesmo na escola, a preocupação era de preparar a infância pobre para que pudessem produzir na idade adulta o cidadão útil, submisso e capacitado.

Não obstante, tais constatações levaram a refletir sobre o conceito de socialização, utilizando como aporte teórico o texto de autoria de Maria da Graça Jacintho Setton, intitulado *Introdução ao tema Socialização*.

A autora define o termo como sendo “[...] um conjunto expressivo de práticas de cultura que tecem e mantêm os laços sociais, a socialização é entendida como uma área de investigação que explora as relações indissociáveis entre indivíduo e sociedade [...]” (SETTON, 2008, p. 1).

Setton (2008), ao apresentar o ponto de vista de diferentes teóricos que analisam o tema da socialização, explica que não há como generalizar, mas a autora defende que esses estudiosos são unânimes em dizer que os modos de socialização são complexos, contraditórios e não seguem a mesma lógica, bem como convergem entre si no sentido de que o indivíduo tem participação ativa, seja como agente ou como ator, em suas experiências de vida. Para finalizar, a autora afirma que, a “estrutura da sociedade deve ser estudada a partir das características dos indivíduos em seu trabalho de se constituir enquanto ser social” (SETTON, 2008, p. 22).

Os trabalhos de Maria Zélia de Souza (2006) e Almeida (2013) apresentam ao leitor as especificidades dos processos de educação e socialização. Tais produções tratam da escolarização, enfatizando que o ensino destinado às crianças pobres eram pautados pela instrução elementar com a aprendizagem das primeiras letras, contudo, apesar dessas crianças terem acesso ao ensino formal, a questão da socialização também esteve presente. Fato que pode ser observado no estudo de Almeida (2013), no qual apresenta que após a conclusão do ensino primário, os meninos eram submetidos à supervisão de um mestre e, as meninas permaneciam na Casa dos Expostos com o intuito de serem educadas segundo os moldes da instituição. A leitura atenta desse trabalho revelou que, na verdade, o intuito era inculcar valores de acordo com o que era considerado ideal pela sociedade vigente do século XIX.

Refletindo em torno da noção de socialização, enquanto propagadora, é possível considerar as instituições como formadoras de cultura. A socialização tem o poder de transformar os grupos sociais, “bem como pode explorar as disposições de cultura incorporadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas” (SETTON, 2008, p. 1-2). Desse modo, entende-se que a socialização é um processo que não se dá apenas no âmbito individual, “é

construído coletiva e individualmente e capaz de dar conta das diferentes maneiras de ser e estar no mundo” (SETTON, 2008, p. 2).

O processo de socialização se dá de maneira inconsciente, ao passo que a noção de educação ou processo educativo é uma ação intencional e sistematizada. A socialização tem a capacidade de aliar à educação outras ações que compreendem àquelas adquiridas “na família, na escola, na religião, no trabalho ou em grupos de amigos que, queiramos ou não, acabam por participar na construção dos seres e das realidades sociais” (SETTON, 2008, p. 2).

A socialização do ponto de vista do gênero pôde ser observada nos trabalhos de Cunha (2011), França (2011) e Scremin (2008) - autores que priorizaram o século XIX em suas análises. Na passagem dos séculos XIX e XX, Negrão (2000), Negrão (2006), Rocha (2006), Duarte (2011) e Pimenta e França (2015). Já no século XX, o trabalho de Santana (2013b). Apesar dos trabalhos deixarem claro que o tema de pesquisa é a educação das meninas, a leitura desses textos remete à preparação voltada para a aprendizagem das tarefas domésticas e para a criação dos futuros filhos. Sendo assim, ao incutir nas meninas esses valores e pensando no ambiente no qual estavam inseridas, o processo de socialização pelo qual eram levadas a internalizar, mesmo que inconscientemente, pode explicar uma realidade, posto que o objetivo era socializá-las num ambiente que pudesse propiciar um comportamento desejado, a futura dona de casa perfeita, boa esposa e mãe zelosa.

O processo de socialização sob a perspectiva da educação não escolar pôde ser observado em alguns trabalhos, como no trabalho de Jinzenji (2002), que deixa claro em sua análise que a função da escola era apenas socializar. As pesquisas de Oliveira (2006), Galvínio (2015) e Costa (2015) enfatizam que a escola era uma instituição que seria responsável em transmitir a educação moral. A socialização era o foco central da instituição *A Casa Doméstica Dom José Vicente Távora*, tal como evidenciado no trabalho de Almeida (2008), na qual os projetos assistenciais e de ensino eram deixados em segundo plano em detrimento de socializar aqueles considerados inadequados ao convívio social, pois se acreditava que a educação vinda do lar possuía vícios que precisavam ser corrigidos. O trabalho de Guimarães (2011) revela que o intuito não era socializar somente os alunos, a intenção do poder público no estado de Minas Gerais, era que os valores considerados por eles ideais, fossem repassados aos familiares e, desse modo, poderiam moldar a sociedade de acordo com seus interesses. Setton (2008) afirma que, considerando a socialização como um fato social que compreende diversas dimensões, o indivíduo é levado a buscar a coerência de acordo com essas dimensões, isso quer dizer que, à medida que as regras e os valores são transmitidos, os indivíduos passam a aderir de uma forma supostamente inconsciente.

Acerca da socialização do ponto de vista do trabalho, as produções de Castro (2006), Fernando Silva (2013), Joseane Silva (2013), Sabino (2011) e Xavier (2008) são unânimes em apontar que a escolarização era vista como fator secundário, posto que, a ênfase era qualificar a mão de obra da infância pobre, preparando-a para o mercado de trabalho. Outra questão que converge entre os referidos trabalhos é que a socialização por meio do trabalho era considerada como uma eficiente medida para retirar as crianças das ruas, bem como livrar a sociedade dos incômodos que essas crianças poderiam causar, tais como a prática de crimes, evitar o ócio e a mendicância.

5.1.2 Instituições de Assistência à Infância

- **Trabalhos que apresentam instituições com vínculo religioso:**

O tema da assistência à infância é outro assunto que se destaca no levantamento ora proposto. Neste momento, serão apresentados os trabalhos que privilegiam o século XIX em suas análises. Santos (2011) analisou como a assistência foi promovida aos expostos na cidade de Sabará em Minas Gerais, entre 1832 e 1860. O governo preocupava-se com a situação dos enjeitados, pois existia o risco de que estas crianças pudessem ficar perambulando pelas ruas. Sendo assim, houve a união entre Santa Casa, a Câmara e as Ordens Leigas, na identificação dos necessitados para que as medidas assistenciais pudessem ser efetivadas na tentativa de eliminar a mendicidade e a prática de crimes. A autora revela que, em Sabará, as crianças expostas eram deixadas na porta das casas das famílias, que as recebiam e, em seguida, reivindicavam as Câmaras ajuda financeira para a criação desses infantes e, quando recebiam o benefício, havia aquelas que mantinham mais de uma criança, pois tratava-se de um negócio lucrativo. O estudo evidenciou que a assistência aos expostos possuía características filantrópicas, aliada ao projeto de (re)formar a conduta de um povo para que pudessem estabelecer a ordem e demonstrar uma sociedade civilizada.

Agora, os trabalhos que priorizam a passagem entre os séculos XIX e XX como o período privilegiado pelos autores em suas investigações. Negrão (2002) pesquisou, por meio de fontes documentais, o *Asylo de Orphãs* da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, investigando as condições em que as órfãs, em regime de internato, eram acolhidas. As investigações apresentam que as órfãs viveram em um ambiente marcado pelo medo, no qual a punição física era frequente, e por esse motivo deveriam seguir uma disciplina rígida imposta pelas freiras tanto no decorrer do cumprimento das atividades diárias, como nos momentos de lazer. O objetivo da instituição, por trás da filantropia, era instigar as meninas

para que se tornassem religiosas. O Asilo, idealizado para amparar a infância desvalida, resolveu um problema social emergente, evitando que as meninas se prostituíssem ou mendigassem pelas ruas. A autora também ressalta a ausência de projetos e políticas educacionais por parte do governo em prol desta infância.

Rocha (2004) investigou o *Asilo dos Expostos* da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, no período de 1896 a 1950. A conclusão desta pesquisa demonstra a necessidade de retirar das ruas as crianças que pudessem comprometer a nova ordem Republicana, posto que havia a necessidade de criar instituições para separar os doentes dos considerados saudáveis. A passagem do Império para a República remete à passagem do assistencialismo caritativo para a filantropia científica, que contou com a intervenção médica e do Estado na criação de asilos para atender à demanda de crianças órfãs e desvalidas. No asilo, os meninos permaneciam até completarem 12 anos, e ali eram profissionalizados; quanto às meninas, estas permaneciam até atingirem a maioridade ou até se casarem, sendo preparadas para exercerem as tarefas domésticas, tanto que participavam de aulas de bordado e costura. Nessa instituição, os internos eram constantemente vigiados, punidos fisicamente, e era exigido um comportamento pautado pela submissão e obediência.

Alves e Araújo (2011) analisaram a forma de atendimento destinada às crianças abandonadas na Santa Casa de Misericórdia no Pará, entre os anos de 1850 e 1910. Além do atendimento aos expostos, a Santa Casa atendia os leprosos, bem como as crianças deixadas nas portas das casas e em igrejas; contava com a ajuda financeira da Província devido a sua tradição de oferecer a caridade. Nesta época, havia um grande contingente de crianças perambulando pelas ruas, acompanhado pelo alto índice de mortalidade infantil, devido às mudanças no contexto político, econômico e cultural da sociedade. Na tentativa de sanar estes problemas, foram criadas instituições para atender à demanda de crianças que necessitavam de assistência, tal como a *Casa da Caridade*, que depois passa se chamar *Collegio Nossa Senhora do Amparo*. As meninas atendidas neste colégio foram preparadas para exercerem os trabalhos domésticos, porém, a disciplina rígida e o controle excessivo com as internas, fizeram-nas rebelar-se e organizar fugas.

Ribeiro Neto (2008) buscou conhecer o cotidiano das meninas desvalidas atendidas no *Educandário Nossa Senhora da Piedade*, entre 1925 e 1930. Essa instituição foi dirigida por irmãs e recebia fortes influências da elite, uma vez que, por meio do pretexto de fazer caridade aos pobres, o foco das pessoas pertencentes a esta classe era estabelecer relações com governantes e ascender politicamente. Mesmo assim, a instituição desempenhava uma função social de grande relevância entre as desvalidas, ao proporcionar a inserção social das

meninas no mercado de trabalho por meio da prestação de serviços de costura e dos afazeres domésticos, uma vez que se tivessem uma ocupação, o risco de entregarem-se ao ócio e à prostituição seria minimizado. Portanto, as meninas desvalidas eram o principal alvo da caridade religiosa, logo, deixá-las no mesmo local facilitava a intervenção da igreja católica ao demonstrar sua prática de caridade aos devotos.

Santana (2008) analisou as atividades e o cotidiano no *Orfanato de São Cristóvão* por meio do Relatório de 1941. O estudo evidenciou que a característica principal do orfanato era o regime de filantropia, contudo, ainda existia o vínculo com a igreja católica. Eram amparadas as crianças órfãs, preferencialmente meninas, filhas de pais e/ou mães viúvas. O foco era trabalhar pela educação religiosa das meninas, com ênfase na formação de bons modos, na educação e na fé. Na instituição, os preceitos higienistas estavam presentes, uma vez que aos educá-las nestes moldes, seus filhos também estariam propensos a seguir a mesma educação e, desta forma, tornar-se-iam homens capazes de contribuir para o desenvolvimento da nação.

O objeto de estudo de Vilela (2011) refere-se aos Orfanatos Espíritas em Ituiutaba, Minas Gerais, no período de 1964 a 1990. Esse trabalho apresenta somente resumo, por isso, não é possível apresentar resultados parciais ou conclusivos, contudo, a autora apresenta que as associações espíritas ofereceram subsídios para a construção dos orfanatos sem o apoio do governo e, ainda, acrescenta que as campanhas filantrópicas foram realizadas em conjunto com a comunidade; e o fato mais intrigante era que os orfanatos acolhiam as crianças órfãs em detrimento da ação do Estado, que tinha por objetivo principal a institucionalização do menor infrator.

Santana (2013a) investigou o *Orfanato de São Cristóvão* com a finalidade de conhecer como era a rotina da instituição, além de observar a forma como as internas viviam. Por meio de análises documentais, concluiu-se que o orfanato funcionava em condições precárias, em relação à higiene e à estrutura do local, porém, apesar das dificuldades enfrentadas, as irmãs missionárias que dirigiam a instituição buscavam transformar as meninas no que tange ao modelo considerado ideal de educação, com um comportamento pautado na religiosidade e, sobretudo, pretendia-se prepará-las para tornarem-se futuras mães de família e boas esposas. Apesar de existir o Curso Primário Fundamental com quatro anos de duração, a ênfase era a aprendizagem de trabalhos manuais e serviços domésticos.

Nascimento e Ananias (2015) verificaram a situação das órfãs e das meninas desvalidas do *Orphanato D.Ulrico*, em 1922. Essa instituição esteve inserida no debate defendido pela elite da época com intuito de higienizar e instruir a cidade, principalmente no

que tange ao atendimento às crianças pobres e desamparadas, posto que a proposta era de modernizar o país e, para que isso acontecesse, o foco seria cuidar das famílias pobres. Desse modo, foram criados orfanatos com o objetivo de atender essas meninas, pois, de acordo com a elite, seria um ato de generosidade e bondade. A educação oferecida não enfatizava os aspectos pedagógicos, a preocupação era prepará-las para exercerem atividades domésticas. O orfanato pautava-se na filantropia, porém, não era somente benemérito, pois ao formar as meninas voltadas a realização das tarefas domésticas, contribuiria para que as elas continuassem em seus estratos sociais de origem ao trabalharem nas casas das famílias ricas e, outra questão pode ser inserida aqui, havia a intenção de suprir a ausência de mão de obra ocasionada pelo fim da escravidão. Desse modo, o estudo evidenciou que, de fato, o Orphanato foi uma escola formadora de empregadas domésticas.

Santana, Santana e Maciel (2015), por meio da análise de fontes documentais (Regulamento Interno, Livro de Matrícula e Livros de Registros) do *Orfanato São Cristóvão* e da instituição espírita *Casa do Pequenino*, verificaram as condições nas quais os órfãos foram atendidos. No que se refere ao Orfanato, dirigido por religiosas, atendiam-se meninas pobres e desvalidas, muitas órfãs de pai ou de mãe. Havia exigências para que a criança fosse admitida: estar na idade de 5 a 10 anos, comprovar a orfandade, apresentar a certidão de batismo e um encaminhamento médico atestando boa saúde. Contudo, apesar das exigências, as análises documentais evidenciaram que muitas meninas foram admitidas sem preencher os pré-requisitos, pois se tratava de indicações de pessoas de prestígio na sociedade. É importante ressaltar que essa prática garantia o anonimato do órfão ou de quem o asilava, de acordo com o Código de Menores de 1927, no artigo 16¹³. No que concerne à educação das meninas, era oferecido o Curso Primário Fundamental, contudo, a formação das meninas contava com a aprendizagem de trabalhos manuais e dos serviços domésticos, visando prepará-las para ocuparem seu posto de dona de casa futuramente. Quanto à *Casa do Pequenino*, o objetivo da instituição era evangelizar, educar e instruir as crianças pobres. O estudo apresenta, após as análises dos documentos, que a instituição não recebia ajuda financeira do poder público. Os pesquisadores relatam que, no Livro de Matrícula, não há indícios de que as famílias eram adeptas ao espiritismo, desse modo, concluíram que não havia essa exigência no momento de admissão das crianças.

¹³ Art. 16. As instituições destinadas a recolher e criar expostos terão um registro secreto, organizado de modo a respeitar e garantir o incognito, em que se apresentem e desejem manter os portadores de creanças a serem asyladas (BRASIL, 1927).

- **Trabalhos que apresentam a iniciativa do Estado em prover a assistência.**

Santos (2004) investigou a maneira pela qual a assistência era destinada às crianças expostas, na cidade de Sabará, no estado de Minas Gerais, entre 1832 e 1854. As análises documentais revelaram que a assistência tinha por objetivo ordenar a cidade e, desse modo, o governo local priorizou os expostos, ao passo que, se ficassem soltos pelas ruas, a probabilidade de cometerem atos ilícitos era permanente. O foco principal não era a criança em si, mas evitar que ela, em situação de risco, pudesse abalar a ordem social e causar incômodos à elite.

Dando prosseguimento à análise do eixo temático, agora privilegiando os trabalhos relativos ao século XX como período principal, Lima (2000) analisou as instituições de assistência para menores na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1940 e 1960, revelando que as crianças, quando recebidas nas instituições, passavam por triagens que eram feitas por psicólogos, educadores e assistentes sociais, com o objetivo de obter o maior número de informações possíveis para oferecer o atendimento. Procurava-se, por meio de entrevistas com os pais ou responsáveis, investigar o desenvolvimento mental e emocional e conhecer os interesses do menor com intuito de realizar a orientação profissional. Esses recursos, triagens e entrevistas serviam para retirar o máximo de informações referentes à criança, assim como de sua família, pois o intuito não era somente oferecer a assistência, procurava-se, dessa forma, manter a sociedade sobre controle.

Vieira (2004) discorre em seu estudo sobre a relação entre a educação, saúde e a assistência, no que tange à forma pela qual foram instituídas no governo Getúlio Vargas. As fontes documentais revelaram que, nesse contexto, a proteção à infância por meio do assistencialismo afasta a ideia de um ato exclusivamente de caridade, posto que a intenção do governo envolvia outros aspectos: econômicos, sanitários, educativos e sociais, atuando a favor do desenvolvimento do país. As intervenções, no que se referem à assistência, estavam pautadas em campanhas de moralização destinadas às famílias pobres, com o objetivo de sanear, formar e controlar, bem como na qualificação de mão de obra dócil e submissa para o mercado de trabalho. Nesse sentido, o governo criou o Departamento Nacional da Criança (DNCr), por trás da intenção de proteger a infância, o intuito maior era o estabelecimento da nova proposta do Estado autoritário.

Lima (2008) buscou compreender a dinâmica da *Casa Maternal Amélia Leite*. O objetivo da instituição era o atendimento à mãe adolescente pobre e abandonada e, em seguida, pretendia-se promover a sua inserção no mercado de trabalho, pois evitaria que a mesma voltasse para as ruas, local passível de contaminação (ócio e prostituição). Sendo

assim, o foco era a profissionalização, pautada pela formação moral em detrimento da educação intelectual. Buscava-se que as meninas fossem submissas, fazendo-as entender a necessidade e a importância dos serviços prestados pela instituição e, assim, primeiro as humilhava para que, posteriormente, ficassem gratas com a assistência, considerada uma dívida por quem a oferecia, no caso, a *Casa Maternal Amélia Leite*.

O trabalho de Câmara (2008) trata-se de um resumo e, por isso, será apresentada a temática sem as conclusões finais ou preliminares pelo fato do não acesso ao texto completo. A autora investigou a *Associação Tutelar de Menores*, analisando sua função no encaminhamento de medidas assistenciais destinadas à infância desvalida no Distrito Federal, entre 1924 e 1934.

Bispo (2008) apresenta como ocorreu a institucionalização dos menores abandonados e delinquentes em Sergipe, no período que vai de 1940 a 1950. A população pobre era vista como um foco disseminador de doenças e de desordens sociais, por isso, havia a necessidade de livrar a sociedade deste incômodo. Surge, então, a instituição *Cidade de Menores*, que atendia os menores sob o regime de internamento. Nessa instituição, havia a exigência de chamar os internos pelo nome, evitando o uso de apelidos e números de identificação, pois essa foi a maneira encontrada de diferenciar o local de um Reformatório Penal. Os menores tinham acesso à educação e ao ensino profissional, com ênfase na aprendizagem das técnicas agrícolas. A vigilância era constante durante as atividades, bem como nos momentos de lazer, além disso, a ordem, a higiene e a disciplina eram permanentemente cobradas. Ao inserir o hábito do trabalho, o Estado visava à formação de mão de obra para garantir o desenvolvimento do país. A autora expõe que o internato vendia tudo o que era produzido pelos menores, contudo, vale ressaltar que isso estava previsto no Código de Menores de 1927, artigo 212. Os lucros eram divididos, uma parte para o internato para comprar matéria prima, a outra era revertida em gratificações para os menores e, por último, uma quantia era depositada a uma conta em nome dos internos. Nas considerações finais, a autora enfatiza que essa Instituição foi criada na tentativa de sanar os problemas sociais que assolavam os menores e, como consequência, contribuiria para a formação de indivíduos sadios e capacitados profissionalmente, comprometidos com o progresso da nação.

Apesar do trabalho de Bispo (2011) apresentar apenas o resumo, é possível evidenciar algumas considerações. Sendo assim, a autora analisou as viagens realizadas pelo diretor do *Serviço de Assistência a Menores Abandonados e Delinquentes*, Abelardo Cardoso, que buscava o modelo ideal para educar a infância pobre sergipana. A autora, ao utilizar fontes bibliográficas que versam sobre história da educação, história da assistência e a história de

Sergipe, bem como relatórios e jornais da época, concluiu que o diretor, ao visitar em São Paulo, o Educandário Dom Duarte, admitiu que essa instituição era considerada, por ele, um modelo a ser seguido. Desse modo, seguindo os mesmos moldes, criou a instituição *Cidade de Menores*, com o objetivo de atender os menores abandonados e delinquentes no estado de Sergipe, oferecendo o ensino primário, o profissional e o agrícola.

Silveira (2011) se propôs a investigar as ações e a atuação do DNCr em Sergipe que, surgido em 1940, foi uma das principais instituições em promover a assistência e, por meio desse instituto, foram disseminados por todo o Brasil os Postos de Puericultura, que ditaram regras direcionadas às famílias pobres no que tange ao cuidado com as crianças quanto à higiene e à alimentação. O foco era torná-las futuros cidadãos sadios e aptos a contribuir para o desenvolvimento do país.

O trabalho de Silva (2011) procurou analisar como ocorreu o processo de instalação do *Abrigo Provisório para Menores Abandonados de Santa Felicidade*, na cidade de Curitiba, bem como conhecer como os discursos referentes à infância pobre eram conduzidos antes da fundação desta instituição, que compreendem aos anos de 1940 a 1950. No referido período, de acordo com o estudo, o governo e a elite começaram a se preocupar com a condição da infância abandonada e desvalida, protegê-los significava também cuidar do desenvolvimento do país, pois seriam formados cidadãos capazes de contribuir com o progresso. Desse modo, a filantropia surge como grande aliada neste processo e caminhava lado a lado com o governo para que medidas de proteção fossem efetivadas. Nesse contexto, a imprensa divulgava que era preciso criar instituições próprias para atender as crianças, de acordo com a sua situação social e, a partir desses debates foram criados Postos de Puericultura com a finalidade de erradicar a mortalidade infantil e oferecer atendimento necessário a estas crianças. Esse discurso não era especificamente em prol da criança pobre, órfã ou abandonada, o real interesse era que crianças nas ruas eram equivalentes às perdas que o país poderia sofrer, pois deixariam de contribuir para o desenvolvimento do progresso. Uma das conclusões do trabalho é que o Abrigo em questão não possuía estrutura condizente para receber as crianças pobres e abandonadas enviadas pelo Juízo de menores.

Mendes (2015) se propôs a analisar a assistência social e as políticas públicas direcionadas aos menores abandonados no período de 1942 a 1974, no estado de Sergipe. O autor apresenta que o assistencialismo era visto também como uma forma de controlar os pobres e não exclusivamente de amparar os necessitados. Quando era comprovado o caso de abandono, o juiz determinava que o menor deveria receber educação e instrução, que seria a base de sua formação moral. Após a promulgação do Código de Menores de 1927, o

judiciário passa a ter uma função determinante, no que tange ao controle e à repressão aos menores abandonados e delinquentes. As políticas públicas em prol da infância pobre, no período Império, eram uma assistência de caráter punitivo e regenerativo, pautadas pela educação moralizante e pelo trabalho.

Costa e Mendes (2015) verificaram como ocorriam os atendimentos aos menores considerados “anormais” no *Serviço de Atendimento aos Psicopatas* em Sergipe, no período de 1920 a 1970. Constataram que o Gabinete de Biologia Criminal e o Serviço de Atendimento aos Psicopatas de Sergipe recebiam menores para serem submetidos a exames “biotipológicos” e “psico-mental”, os diagnósticos feitos pelos Laboratórios de Pedagogia e Psicologia, Gabinetes de Biologia, ou até pelos Serviços Sociais, foram tentativas de classificar os indivíduos entre normais e anormais. Os autores concluíram que a função do Serviço de Atendimento ao Psicopata era identificar alguma disfunção comportamental ou psiquiátrica do menor e, com o resultado, o Juiz encaminharia essas crianças a instituições adequadas às suas supostas anomalias.

No trabalho de Viveiros (2008) percebe-se que houve a participação da sociedade em prover a assistência à infância, portanto, tratam-se de projetos organizados pela iniciativa privada. O estudo revela a importância da criação de instituições assistencialistas de caráter filantrópico e socioeducativo no Maranhão, nas primeiras décadas do século XX. Os resultados evidenciaram que as instituições traziam em sua estrutura de trabalho um modelo de ação médico-higienista, com o objetivo de prevenir as doenças que, nesta época, estavam ligadas à pobreza, à falta de higiene e ao saneamento básico. Ao fundar instituições nesse período, de acordo com o estudo, a sociedade deveria se conscientizar de que a assistência deveria deixar de ser caritativa e assumir os preceitos da filantropia, no que tange ao atendimento aos necessitados. E, por meio dessa ação, livrar-se-ia a sociedade de crianças mendigando pelas ruas, praticando crimes e entregues ao vício.

Kuhlmann Júnior (2002) analisou os Boletins do Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI), promovido em 1922. Ao todo 37 comunicações foram examinadas pelo autor. Este trabalho é um recorte da pesquisa realizada no âmbito do projeto História da Educação da Criança Brasileira. O CBPI tinha por meta discutir todos os assuntos referentes à criança, no que tange aos aspectos médico, social, educacional e higiênico. Estava na pauta das discussões a legislação para a infância e, também, qual era a função do judiciário em prol das crianças abandonadas, além da reflexão acerca da relação entre as instituições educacionais destinadas às crianças pobres, as políticas sociais e a educação moral. No bojo

dessas discussões ficou clara a situação que a infância enfrentava, pois foram evidenciados os problemas da realidade social brasileira.

Câmara (2013) analisou o lugar atribuído à infância nas comemorações do Centenário da Independência, no que tange às atitudes realizadas pelo médico Moncorvo Filho. Apesar desse trabalho não apresentar o texto completo, é possível destacar, de acordo com o resumo publicado, que Moncorvo, nessa ocasião, não apresentou somente as ações assistenciais já empreendidas em prol da infância, mas proporcionou debates com a intenção de traçar novas conjecturas e projetos que beneficiassem a infância pobre brasileira naquele período.

De acordo com o exposto nos trabalhos do eixo *Instituições de Assistência à Infância/Assistência*, percebe-se que se trata de um termo amplo e que aborda as diversas intervenções sobre a infância pobre. Apresentam-se trabalhos que demonstram as instituições de assistência dirigidas por religiosos e aquelas sob a responsabilidade do Estado.

De acordo com Marcílio (1998), até o século XIX, a assistência em prol dos necessitados se dava por meio da caridade, com o objetivo de resolver os problemas acarretados pela pobreza de forma imediatista, contudo, não havia a intenção de modificar o contexto social no qual esses indivíduos estavam inseridos.

Predominantemente, as instituições que proviam a assistência à infância, conforme demonstram os trabalhos, eram as Santas Casas de Misericórdia e orfanatos, em sua maioria dirigida por representantes da igreja.

O trabalho de Santos (2011), que apresenta a criação dos expostos deixados nas portas das casas de família, remete ao “sistema informal ou privado de criação dos expostos [...] que foi o sistema de proteção à infância abandonada mais amplo, e presente em toda a História do Brasil” (MARCÍLIO, 1998, p. 136). Período no qual o assistencialismo estava ligado à religiosidade, à caridade e à benemerência.

Em contrapartida, os estudos apresentam como se davam as iniciativas do poder público ao elaborar planos para atender às necessidades da população pobre e, por consequência, a infância pertencente a esta camada social. Dessa forma, é possível inferir que a finalidade não era oferecer a assistência pautada pela caridade, mas moralizar essa infância para que pudessem mantê-la sobre controle. No que tange às iniciativas do Estado, no século XX, o interesse do governo ao oferecer a assistência era reverter os frutos em benefícios ao próprio país, ao moldar o comportamento submisso e, assim, manter a sociedade controlada. Permitir que crianças ficassem nas ruas tinha o mesmo significado de que as mesmas pudessem praticar atos ilícitos. A assistência nesse contexto tinha a função “de uma assistência organizada, dirigida não somente aos órfãos expostos, mas também aos desvalidos,

aos moralmente abandonados e aos delinquentes, fundamentando-se na noção de prevenção” (RIZZINI, 1993, p. 97). Nesses moldes, a assistência tinha por meta “adaptar o indivíduo ao meio social” (RIZZINI, 1993, p. 98). Outra questão que merece destaque aparece no trabalho de Costa e Mendes (2015), quando os autores retratam que os menores passavam por testes para que fossem classificados como “normais” ou “anormais”, para que, dessa forma, pudessem receber o tipo de atendimento de acordo com a sua condição.

Os trabalhos de Vilela (2011) e Santana (2008) corroboram com a afirmação de Marcílio (1998), na qual a autora afirma que a filantropia mesmo pautada pela ciência, continuava a manter o caráter religioso, posto que “embora mantendo setores e aspectos caritativos – evolui para o novo caráter filantrópico, e está presente a rigor, até a década de 1960” (MARCÍLIO, 1998, p. 132).

O Estado, nas últimas décadas do século XX, assumiu a responsabilidade em oferecer a assistência à infância pobre e aos desvalidos, tal constatação pôde ser observada nos trabalhos analisados, com exceção da pesquisa de Santos (2004). Algumas iniciativas do Estado foi a promulgação do Código de Menores de 1927, do Estatuto do Menor de 1979, da Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, o ECA em 1994. Além da criação do DNCr (1919), Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941 e da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (FUNABEM), em 1964.

Diante do exposto neste eixo temático, não é mera coincidência os trabalhos que tratam de instituições de assistência à infância serem identificados a partir do século XIX, pois esse foi o momento no qual surgiram discussões acerca do “que fazer com os filhos de escravos libertos após a promulgação da lei do Ventre Livre, e com os filhos dos pobres” (RIZZINI, 1997, P. 42-43). Na verdade, os diversos instrumentos e tentativas de ofertar a assistência aos enjeitados demonstram outra significação, que é moralizar, mantê-los sobre controle e, acima de tudo, utilizar de sua força de trabalho visando ao desenvolvimento da nação.

5.1.3 Ofícios

A partir deste ponto, serão elencados os trabalhos no eixo temático *Ofícios*, iniciando por aqueles que privilegiaram o século XIX em suas investigações. Crudo (2000) tratou da questão do ensino de ofícios para os meninos pobres e abandonados na Província de Mato Grosso na segunda metade do século XIX, no contexto da mudança do trabalho escravo para o livre. O ensino de ofícios supervisionado pelos militares, nas oficinas do arsenal, era

considerado uma iniciativa filantrópica e humanitária, bem como uma alternativa de disciplinarizar os pobres tidos como uma ameaça para a sociedade Imperial. Contudo, houve relutância por parte dos familiares em enviar seus filhos ao Arsenal de Guerra, preferindo deixá-los na ociosidade. Desse modo, essa resistência voltou-se contra os pobres, uma vez que as oportunidades foram oferecidas para que os meninos aprendessem um ofício e, se não eram aproveitadas, a responsabilidade de não melhorar a sua condição social também cairia sobre eles. Por meio desta investigação concluiu-se que, ao inserir essas crianças precocemente no mercado de trabalho, as autoridades procuravam uma alternativa para transformá-las em operários úteis, levando-as também ao aprendizado das estratégias de resistência desenvolvidas pelos demais trabalhadores à disciplina do trabalho livre, impostas pelas elites imperiais e provinciais. Contudo, os meninos, apesar das condições às quais eram submetidos, aprenderam um ofício, o que contraria a proposição do insucesso do ensino profissionalizante no século XIX.

Rizzini (2002) relatou como o ensino de ofícios para os meninos desvalidos no Norte do Brasil Imperial foi oferecido. A autora constatou que eles recebiam a formação de trabalhos manufatureiros, artesanais e/ou agrícolas. Ao propiciar para os meninos desvalidos a aprendizagem de um ofício buscava-se uma alternativa de controlar a população pobre, considerada um risco à sociedade, por isso, a necessidade de disciplinarizar e controlar essas pessoas e, principalmente, suscitar o amor ao trabalho.

Barbosa (2011) analisou por meio de fontes documentais, o *Instituto Paraense de Educandos Artífices*, de 1870 a 1899. O trabalho era visto como uma forma de moldar o comportamento desses indivíduos para que se tornassem adultos submissos. O objetivo do Instituto era atender os órfãos pobres e desvalidos considerados um risco iminente à nação, formar mão de obra e civilizar a população pobre, mantendo-a sob controle. Havia nessa instituição a disseminação do ideal filantrópico e dos princípios higienistas.

Lima (2011) discorreu sobre a aprendizagem de ofício para os meninos desamparados na *Companhia de Aprendizizes Marinheiros de Sergipe* (1868-1885). No Período Imperial, a Companhia foi a primeira iniciativa do Estado, de acordo com o estudo, em detrimento do assistencialismo filantrópico, que ofereceu a educação primária, a técnica e a formação militar. Ela atendia meninos e jovens desamparados com intuito de tirá-los das ruas e evitar que se entregassem ao ócio e ao crime. O foco era oferecer a profissionalização voltada para a educação social com o intuito de coibir a marginalidade.

No tocante à pesquisa realizada por Guimarães (2013) referente à *Companhia de Aprendizizes Militares* de Minas Gerais, no período entre 1876 e 1891, apresenta-se que o

Exército, para compor seu quadro de funcionários de base, recrutava os desordeiros, pobres e órfãos, com idade entre 7 e 12 anos. O investimento para a formação militar e formação de ofício por parte do Estado tinha uma finalidade, prevenir que crianças desvalidas perambulasse pelas ruas, praticando crimes e se entregando ao ócio.

Ainda no eixo temático *Ofícios*, serão elencados os trabalhos que fazem referência aos Séculos XIX e XX. A pesquisa de Oliveira (2000), referente aos Patronatos Agrícolas e a infância pobre na Primeira República, concluiu que essa instituição tinha por objetivo contribuir com a assistência pública ao formar mão de obra. Os órfãos recebidos nos Patronatos eram levados por meio da força policial, bem como menores que apresentavam problemas disciplinares no lar eram conduzidos por seus familiares. O perfil dos Patronatos, de acordo com a pesquisa, tinha como objetivo oferecer a educação, com foco no ensino profissional e correccional, com o intuito de regenerar a criança ou o jovem recluso, com ênfase na disciplina rígida e no controle de suas atividades diárias.

Rozenilda Silva (2008) pesquisou o ensino de ofícios destinado à infância pobre no Período Imperial e Republicano (1874 a 1915), na *Companhia de Aprendizizes Marinheiros*. O foco da Companhia não era oferecer atendimento filantrópico, mas qualificar mão de obra disciplinada, para que assim pudessem exercer o serviço naval. O público alvo eram crianças pobres, órfãs, desvalidas e abandonadas (12 a 16 anos), todavia, era permitida a entrada de menores de 10 anos, se apresentassem porte físico adequado às tarefas a serem executadas. A Companhia ainda colaborava para solucionar a problemática de menores que circulavam pelas ruas atrapalhando a ordem, o que gerava grande preocupação por parte da elite nesta época. Os menores eram enviados pelo Juizado de Menores e por meio da força policial. O regime era de internato, com todas as atividades controladas, inclusive as recreativas, sendo cobrada a disciplina rígida. O foco desta Companhia era formar cidadãos submissos e úteis à sociedade.

Gonçalves (2011), no que tange à formação do sujeito trabalhador na República, fazendo referência ao ensino técnico profissional, relata que, devido ao grande número de crianças pobres e delinquentes, fazia-se oportuno buscar alternativas para manter o controle social e, uma das formas encontradas foi por meio da educação moral (para aqueles que ainda não estavam entregues à prática do crime, mas com grande propensão a praticá-lo) e a educação para o trabalho (para aqueles que já estavam no mundo do crime, os delinquentes); os cursos profissionalizantes, geralmente, aconteciam em espaços de oficinas. Neste contexto, o debate era a criação de institutos disciplinares, uma vez que agiria na causa dos problemas e permitiria que as crianças pudessem retornar ao convívio social.

Os próximos trabalhos dão continuidade ao tema *Ofícios*, especificando o Século XX como período pesquisado. No que diz respeito ao *Patronato Agrícola de Sergipe*, entre 1924 e 1934, Nery (2008) relata que o foco era formar jovens trabalhadores para servir à nação. Houve mudanças durante o século XIX, quando a assistência era marcada pelo modelo caritativo com forte influência da igreja católica, e como esta perdeu espaço, foram surgindo instituições com o objetivo de oferecer aos menores desvalidos a aprendizagem de um ofício, ou seja, ocorreu uma mudança embasada por um plano formativo. Desse modo, os Patronatos tinham, por meta, capacitar profissionalmente a infância desvalida para que pudessem ser úteis à sociedade e, com isso, a tentativa era eliminar dois problemas simultaneamente, oferecer a assistência e, por meio da mão de obra qualificada, contribuir para o desenvolvimento do país.

Conceição (2006) buscou analisar o internato do *Aprendizado Agrícola Benjamin Constant*, no período que compreende de 1934 a 1946. Essa instituição surgiu da iniciativa do Ministério da Agricultura, na qual era oferecido o ensino profissional agrícola em conjunto com o ensino primário. As análises das fontes documentais e as entrevistas realizadas com ex-internos evidenciaram que eles eram constantemente vigiados, sob medidas disciplinares severas, além disso, o comportamento era controlado durante as atividades e nos momentos de lazer. O principal objetivo do internato era atender os menores de origem humilde, rurícolas e pobres, e essa condição social sustentava que eles deveriam ser submissos e tolerar o regime disciplinar imposto. Apesar das críticas, essa instituição, de acordo com o estudo, foi uma das poucas opções para que os menores garantissem a sua sobrevivência e tivessem acesso à educação, mesmo que de forma precária.

Chamon (2008) apresenta os objetivos da *Escola de Aprendizizes Artífices* destinada ao atendimento dos meninos desvalidos, na década de 1930, em Minas Gerais. A autora constatou que a meta da referida escola estava em manter a ordem social por meio do trabalho, aliado a uma disciplina rígida com o intuito de evitar a prática de crimes. O público alvo eram crianças de 10 a 13 anos e, nessa instituição, era oferecido o ensino técnico primário e o aprendizado em atividades de oficina (marcenaria e mecânica). O ensino técnico profissionalizante foi destinado aos pobres, pois se acreditava que, por meio deste, seria possível impor a disciplina. O estudo, apesar de estar em andamento, apresenta que a minoria dos alunos não concluiu o curso e, quando seus familiares percebiam que os filhos já possuíam alguma habilidade profissional, já seria um motivo para fazê-los ingressar no mercado de trabalho.

Os trabalhos selecionados oriundos deste eixo, o ensino de ofícios, apresentam que, desde o século XIX, o trabalho foi pensado como sendo a fórmula para resolver os problemas da infância pobre, abandonada ou órfã, pois se acreditava que, por meio da aprendizagem de um ofício, seria possível regenerar e prevenir a criança que praticava crimes, evitar o ócio e qualificar mão de obra para as indústrias, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Outro ponto que merece destaque é que por meio das análises documentais e entrevistas realizadas com ex-internos é possível inferir que o trabalho infantil não era visto como algo prejudicial para estes indivíduos, pelo contrário, seria a medida que colocaria fim à questão da criminalidade e resolveria o problema de crianças que perambulavam pelas ruas, o que não era visto de bom grado pela elite, pois essa situação conturbaria a ordem social. O foco não era a criança trabalhadora, mas sim aquela oriunda da classe desfavorecida economicamente, que praticava crimes, e havia também preocupação com as abandonadas.

Os trabalhos exibem resultados de pesquisas realizadas em várias regiões do Brasil, mesmo que apresentado de forma exaustiva, mas com o intuito de apresentar as semelhanças, percebe-se que, por trás da boa intenção, o trabalho tinha uma função disciplinadora quando se trata da infância pobre e marginalizada. Nesta perspectiva, Sartor (1997) expõe que “regenerar a infância desvalida, sedimentando a ideia de que o segmento pobre da população infanto-juvenil deveria ser educado através do trabalho, em contraposição à rua, local perigoso e propício à vagabundagem” (SARTOR, 1997, p. 89). Outra questão mencionada pela literatura diz respeito às condições do trabalho infantil, marcadas por punição física, falta de estrutura, sem contar a insalubridade destes locais. Apesar da situação lastimável, em nenhum momento foi visto como um problema, ao contrário, a tendência foi regulamentar e cada vez mais qualificar a criança, “[...] com a criação de institutos e escolas profissionais. A tentativa de impor uma legislação específica sobre o trabalho do menor, o legaliza perante a sociedade e ao Estado” (RIZZINI, 1993, p. 32).

5.1.4 Higienismo

Nesta parte do texto, serão apresentados os principais aspectos dos trabalhos que tratam da categoria *Higienismo*, dando início pelos pesquisadores que optaram pelo recorte temporal concernente aos séculos XIX e XX em seus estudos. Dourado (2002) fez referência à imagem da criança brasileira na Primeira República por meio da análise de narrativas literárias. Na obra *O Alienista*, de Machado de Assis, a autora identificou, na personagem de Dr. Simão, uma maneira de criar os filhos de acordo com os princípios eugênicos da ciência.

Desse modo, o estudo evidencia que esse ideal estava arraigado na sociedade pelo fato de estar presente na literatura. Nesse contexto, a ciência é chamada a intervir no espaço familiar, com o objetivo de evitar que as crianças pudessem herdar o mau comportamento a que elas estariam sujeitas ao conviver com os adultos. O ideal higienista concebia a sociedade como um doente que necessitava de tratamento e, para isso, era preciso identificar quais eram as partes a serem tratadas.

Mello (2011) apresenta que o discurso médico-higienista contribuiu para fundamentar as bases do sistema de assistência à infância no Brasil no final do século XIX e início do século XX, o período analisado do estudo compreende de 1899 a 1920. O higienismo defendido pela categoria médica era visto como uma questão de investimento econômico, posto que formaria indivíduos aptos a contribuir para o desenvolvimento da nação. Unidos, médicos-higienistas, juristas e políticos criaram a Inspetoria de Higiene Infantil, com o objetivo de atender as crianças pobres e, por meio desta, gerenciavam as instituições de atendimento infantil e, principalmente, divulgavam as informações concernentes à maneira considerada correta para cuidar de uma criança. Mesmo com o Estado assumindo esse compromisso para com a infância necessitada, ao criar esta Inspetoria em 1923, muitos problemas ainda permaneciam, tais como os altos índices de mortalidade infantil, a questão da alimentação da infância que ainda era precária, acrescidos pela falta de condições de higiene no trato com a criança.

Continuando a discorrer sobre o tema *Higienismo*, agora apresentando as produções relacionadas ao século XX, Stephanou (2004) averiguou os manuais médicos na década de 1930, considerados como meios educativos por excelência, caracterizados por conselhos e recomendações, tudo era descrito passo a passo, tanto que, de acordo com a categoria médica, eram tidos como a forma correta na criação das crianças. Foram encontradas noções de puericultura, como cuidar da higiene do corpo, dicas de alimentação, como cuidar da casa e condutas consideradas ideais de urbanidade. O estudo evidenciou que todo este aparato tinha a intenção de propagar um código social, no que tange aos valores e atitudes, que deveriam ser seguidos em busca de uma sociedade higienizada.

Rosângela Souza (2006) analisou como eram organizados os concursos de robustez na cidade de São Paulo, no período de 1920 a 1930, com o intuito de conhecer as práticas discursivas de seus idealizadores, bem como as relações de higiene vigentes oriundas daquele período. O motivo de manter as crianças sadias remetia à preocupação, por parte do governo, em transformá-las em futuros cidadãos capazes de contribuir com o desenvolvimento da nação e prepará-los para o mercado de trabalho. Apesar da pesquisa ainda não apresentar

dados conclusivos, a autora revela que participavam desses concursos os bebês brancos, fortes e saudáveis, considerados o modelo ideal de criança defendido pela eugenia para a purificação da raça.

Bonfim e Kuhlmann Júnior (2013) analisaram as propostas da classe médica, no que tange à higiene e à eugenia, destinadas à infância. No início do século XX, esses preceitos assumiram uma importância social, sob o pretexto de cuidar da infância e se justificavam pelo imperativo de formar futuros cidadãos saudáveis e alinhados com as expectativas do progresso que a república representava. Foram elaboradas normas, de acordo com a ciência, consideradas como um modelo ideal, para a criação dos filhos. Devido aos altos índices de mortalidade infantil no século XIX, os médicos se uniram para controlar esse problema, porém, a medicina ultrapassa o seu limite de atuação e passa a intervir na vida das pessoas dizendo o que deveriam fazer e impondo às famílias uma conduta social e moral. Essa iniciativa foi apoiada pelo governo republicano na tentativa de regular o comportamento da sociedade.

Alves (2013) investigou a política higienista no Pará destinada à proteção da infância pobre em 1912. A situação da infância pobre, nesse período, apresentava altas taxas de mortalidade infantil devido à proliferação de doenças e às péssimas condições de higiene às quais as crianças eram submetidas. Era uma situação que contrariava os objetivos do Brasil à época, que buscava o progresso e, para isso, precisava constituir uma raça forte e saudável. Na tentativa de solucionar essa problemática, os médicos higienistas aliaram os princípios da filantropia atrelados à ciência, em conjunto com os projetos de intervenção pública. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará foi uma instituição criada com o objetivo de oferecer a assistência médica à infância, pautada no modelo filantrópico. Desse modo, o intuito desta sociedade era transformar a criança pobre, desvalida e órfã em um cidadão útil para a sociedade.

Turina (2011) apresenta os motivos pelos quais a Puericultura foi considerada o alicerce da moral e do trabalho na *Escola Maternal da Sociedade de Socorro aos necessitados*, na cidade de Curitiba, entre 1928 e 1944. Nessa escola, os cuidados dispensados à criança estavam relacionados à higiene, e aos aspectos físicos e moral. Foram propagados às mães noções de Puericultura para o cuidado com os filhos, mas o intuito não estava relacionado somente com a divulgação destes princípios, como também para moldar a família de acordo com as ideologias da classe médica da época. Em Curitiba, no período estudado, a Puericultura foi atuante e cumpriu a sua missão no que concerne ao processo de educar a

infância pobre, bem como de sua família. Ao passo que, educando as crianças pobres, evitava-se que elas se entregassem à criminalidade e ao ócio.

Diante do exposto, no que tange à literatura acerca do tema, Rizzini (1997) elucida que a Higiene surge no Brasil como uma preocupação científica para com a infância. Um dos precursores foi o médico Moncorvo Filho ao fundar o Instituto de Assistência e Proteção à Infância no Rio de Janeiro (IPAI) e, em 1922, essas instituições já estavam espalhadas em várias regiões brasileiras. Desse modo, percebe-se que os trabalhos exibidos nesse eixo temático apresentam que os preceitos da Puericultura e da Pediatria, baseados na ciência, tinham por propósito não só o cuidado com a infância, pois trabalhavam numa perspectiva de atuar diretamente sobre a estrutura familiar ditando regras, porém, de maneira velada no que tange ao modo de viver, ao vestuário considerado correto, à alimentação adequada, dentre outros aspectos, pois dessa forma seria possível atuar em diversos aspectos da vida social dos indivíduos. Pode-se dizer que havia a pretensão de que tudo poderia ser “[...] higienizado, principalmente aqueles setores que constituem uma ameaça à sociedade, ao menos, potencialmente” (RIZZINI, 1997, p. 43).

A autora também destaca que

a higiene assume duas feições: (privada e pública). A higiene privada refere-se aos cuidados individuais [...] alimentação, vestimentas, habitação, educação, etc. A higiene pública remete-se à coletividade, penetrando nos inúmeros aspectos da vida social (RIZZINI, 1997, p. 43).

No que se refere à esfera pública, tal afirmação de Rizzini (1997) está atrelada aos trabalhos de Alves (2013), Bonfim e Kuhlmann Júnior (2013), Mello (2011) e Souza (2006) – nos quais se percebe a atuação do poder público quanto à forma de organizar projetos e propagar a higiene à infância pobre.

5.1.5 Legislação

Os estudos relativos à *Legislação*, que têm como recorte cronológico pesquisado os séculos XIX e XX, foram identificados em um trabalho. Rodrigues e Lima (2002) analisaram a legislação, por meio de revisão bibliográfica, no que tange à educação e aos projetos que visavam à recuperação dos menores, o que permite saber como as autoridades da época lidavam com essa questão; o período analisado compreende de 1880 a 1960. Em 1870, os menores infratores eram encaminhados para estabelecimentos industriais para trabalharem, sobretudo, no setor têxtil. Na tentativa de solucionar a problemática que envolvia os

delinquentes, a possibilidade vislumbrada foi a reclusão em instituições de correção, regulamentadas primeiro pelo Código Penal (1890) e, em seguida, pelo Código de Menores (1927). Com o decreto nº 16.272, em 20 de dezembro de 1923, os menores de 14 anos não poderiam mais ser submetidos aos processos penais e deveriam ser enviados para algum asilo, casa de educação, escola de preservação, ou confiados a alguma pessoa idônea. O Decreto-Lei n. 6026 (1943) superou a antiga distinção entre menor abandonado e menor delinquente. No Decreto de 1943, a lei de nº 1967 determinavam que os menores de 14 contariam com a assistência e a proteção do governo.

A Lei n. 5.439, de 22 de maio de 1968, tratava do critério da “periculosidade”, isto é, os menores de 14 anos deveriam ser avaliados como perigosos ou não para a definição do seu destino. Com o surgimento do Ministério da Saúde e da Educação, o governo passou a atuar com mais comprometimento na causa da infância desamparada. Criou o DNCr e o SAM. Em 1964, a FUNABEM substituiu o SAM, com o objetivo de contribuir com novas propostas e orientar as entidades que promoviam a assistência, contudo, vários estudos apontam, segundo Rodrigues e Lima (2002), que prevalecia desde o surgimento da referida instituição o regime fechado e violento.

Finalizando a explanação dos principais aspectos deste eixo temático *Legislação*, apresentam-se quatro trabalhos que priorizaram o século XX como referência temporal nas produções. Câmara (2004) tratou da questão da infância pobre em torno das discussões no âmbito jurídico-educacional, destacando as ações empreendidas no Brasil e em Portugal, entre 1910 e 1920. Apesar de suas especificidades, Brasil e Portugal tinham em comum o debate promovido por meio de publicações (revistas e boletins da época) acerca da infância pobre e o aumento da criminalidade, e a semelhança entre os dois países estava centrada na preocupação de regenerar, curar e prevenir os danos causados pela condição da pobreza. O Decreto de 27 de maio 1911, de Portugal, serviu de parâmetro para o Brasil no momento de revisar a legislação existente a respeito dos menores. Na década de 1920, por intermédio do jurista Mello Mattos, foi promulgada a primeira Lei de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes. A referida Lei corroborou com a criação do Serviço de Assistência e Proteção ao Menor. Mello Mattos também atuou na elaboração do projeto que resultou em Lei, o Código de Menores em 1927, e, por meio deste, foi possível legalizar a assistência e a proteção aos menores, bem como a criação da Vara Privativa de Menores.

Carvalho (2011) analisou a ação legislativa do governo de Minas Gerais, em 1927, que regulamentava a assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes e, por meio dessa observação, evidenciou os preceitos higienistas que foram destaques nos discursos

legais. No Regulamento foram identificadas medidas pautadas no higienismo e na eugenia, de proteção e de abrigo aos necessitados. O objetivo era moldar o comportamento de crianças e adolescentes de acordo com o padrão da sociedade considerada ideal no século XX. Os menores eram caracterizados no Regulamento como delinquentes, abandonados, com índole considerada anormal, aqueles que não possuem educação ou indisciplinados. O intuito dessa classificação era servir de parâmetro para que fossem realizados os encaminhamentos às instituições adequadas à condição do menor, para se criar normas de controle e, principalmente, indicar aqueles considerados normais ou anormais. Dessa maneira, a função do Estado era impedir que outros menores viessem a praticar atos criminosos. No Regulamento da assistência constavam diferentes tipos de instituições para atender os menores: os abrigos, as escolas de preservação, escola de reforma e outra destinada para receber os menores com alguma patologia. O propósito, ao encaminhar o menor para a instituição correspondente às suas necessidades, era que esses jovens fossem moldados segundo os critérios estabelecidos para tornarem-se cidadãos ideais, um indivíduo submisso, recuperado, disciplinado e saudável que pudesse contribuir com o progresso social e econômico do país.

Souza (2011) discutiu a legislação que regulamentou a assistência e a profissionalização do menor abandonado no *Instituto Profissional João Alfredo*, entre os anos de 1910 e 1933. No entanto, esse trabalho não apresenta texto completo, somente resumo, sendo possível apontar somente algumas considerações. Por meio da análise dos Regulamentos do Instituto, segundo a autora, a condição social não era fator determinante para realizar a matrícula, outras exigências foram impostas, como a realização de provas para avaliar as aptidões da leitura e escrita do candidato e, conseqüentemente, se este estaria apto a exercer sua profissão futuramente. De posse dessa constatação, a autora problematiza se realmente o Instituto estava cumprindo sua função de caráter assistencialista.

Silva (2015) analisou o papel do juiz de menores acerca da educação de infância e a forma como este deliberava sobre a vida de meninos e meninas em conformidade com o Código de Menores, o período pesquisado foi de 1930 a 1940. O referido Código dava todo o respaldo legal ao juiz para julgar e ordenar as ações envolvendo a educação dos menores abandonados e delinquentes. A responsabilidade dessa autoridade não ficava circunscrita apenas entre as crianças pobres e abandonadas, posto que qualquer problema de ordem social com uma criança era considerado como um problema a ser resolvido. As ações do juiz de menores, na maioria dos casos, destinavam-se a uma resposta acerca das cobranças divulgadas pela imprensa, que ora cobravam que fossem aplicados castigos físicos, ora

denunciavam as punições. Todavia, após a década de 1940, as notícias divulgadas pela imprensa, não davam ênfase ao Juizado de Menores ou ao Juiz de Menores e, quando faziam alguma referência, não o manifestavam por meio de críticas.

Diante do exposto, no eixo temático Legislação, é possível observar que o final do século XIX e início do século XX é um período que demarca os primeiros passos rumo às mudanças na legislação no que tange à imputabilidade penal. Outro marco observado nos trabalhos selecionados está relacionado ao Código de Menores de 1927, que, de acordo com Sartor (1997), começou a ser discutido desde 1902 por Lopes Trovão, “seguido por Alcindo Guanabara (1906), até o projeto de Mello Matos (1921)” (SARTOR, 1997, p. 93). O referido Código regulamentou o trabalho realizado por crianças, os aspectos jurídicos e assistenciais, bem como medidas protetivas em prol da infância; outra característica apontada na legislação, no trabalho de Carvalho (2011), foi a forte influência do movimento higienista, para se chegar a uma solução a respeito dos reais problemas pelos quais a infância órfã, pobre e desamparada vivia naquele contexto.

5.1.6 Tutela/Contrato de Órfãos

O tema referente à *Tutela/Contrato de Órfãos* apresenta dois trabalhos que fazem referência ao século XIX. No primeiro, observa-se o estudo de Gorgulho (2008), que teve, como fonte de pesquisa, as contas de tutela, perfazendo um total de 47 processos analisados. A investigação demonstrou que não foi observada a exigência de pré-requisitos para tornar-se um tutor, bem como não foram encontrados vínculos de parentesco entre tutor e menor. Porém, em poucos casos, constatou-se a mãe exercendo a função de tutora, isso se deve à pouca representatividade da mulher na sociedade oitocentista. Irmãos e avós, ambos do sexo masculino, foram os mais identificados como tutores. Dentre os processos analisados, apareceram duas contas de curatela, os documentos que anunciam as pessoas como responsáveis dos órfãos declarados dementes ou incapazes, e que recebiam cuidados especiais por toda a vida.

Nelly Silva (2008) analisou 211 processos de tutoria de órfãos desvalidos, entre 1865 e 1895. A autora salienta que a documentação em alguns processos estava incompleta, o que comprometeu conhecer o que realmente se passava nesse universo. A análise documental apontou que a mãe tinha conhecimento de quem seria a pessoa a tornar-se responsável por seu filho e, em outras situações, os menores eram levados à soldada sem a autorização das mães, quando eram denunciadas pela situação de pobreza e incapacidade moral para cuidar de seus

filhos. O assoldadamento ultrapassava os limites de praticar a ação filantrópica, posto que o verdadeiro objetivo seria o fornecimento de mão de obra menos onerosa. O ensino destinado aos órfãos assoldados, a educação elementar e secundária, era inconsistente, e o ensino profissional praticamente não existia. A conclusão desse estudo apresenta que a prática do assoldadamento atendeu às necessidades de aliviar a falta de mão de obra, uma característica da sociedade naquela época, por meio das atividades desenvolvidas pelos menores órfãos e pobres, sob a justificativa de ensinar um ofício para estas crianças.

Dois trabalhos priorizam o século XIX e XX em suas análises, dando continuidade ao tema *Tutela/Contrato de Órfãos*. Bastos (2004) pesquisou os autos cíveis de tutoria e contrato de órfãos do Poder Judiciário de Bragança-SP, no período que compreende de 1891 a 1920. A autora destaca o recorte da pesquisa como um período no qual os órfãos, a infância pobre e desvalida, passam a ter visibilidade por causa da perspectiva de que o trabalho seria uma estratégia que coibiria a marginalidade, considerado uma maneira de educar as crianças oriundas desta classe social. Por outro lado, não havia a preocupação, por parte do tutor, em propiciar a essas crianças o acesso à escola, uma vez que a ênfase era moralizar e impor o trabalho como uma forma de manter a ordem social. A autora, em suas considerações parciais, apresenta que a tutela e o contrato de órfãos, apesar de serem considerados como positivos, no que tange às famílias pobres, geravam desconfiança, uma vez que era facilitado pela justiça. Essa afirmação é subsidiada por dois fatores, a abolição da escravidão e a falta de mão de obra e, sendo assim, a alternativa encontrada para sanar essa problemática era contratação dessas crianças, pois suas soldadas eram inferiores e avaliadas de acordo com a faixa etária; outra alegação seria que por meio do trabalho havia a possibilidade de discipliná-los.

Magosso e Fonseca (2015) apresentam as análises preliminares da investigação nos autos de tutela e contratos de soldada originados na Comarca de Ribeirão Preto, no período de 1876 a 1917. A proposta do estudo é evidenciar como a infância desvalida era qualificada nos autos de tutela, bem como quais eram os argumentos que levaram ao encaminhamento de meninas e meninos a prestarem serviços nas casas dos tutores. Desse modo, a investigação inicial dos documentos exhibe que a educação destinada às crianças ocorria de maneira não-formal, posto que as atividades realizadas estavam inseridas no contexto doméstico e, mesmo assim, tinha uma conotação de caridade por parte dos tutores, indicando que não eram dispensados os cuidados com esta infância. O trabalho, nesse contexto, inserido dentro da perspectiva da educação não formal, tinha outra finalidade, qualificar mão de obra a fim de contribuir para o desenvolvimento do país. Acreditava-se nesta época que era possível utilizar o trabalho como uma forma de disciplinar os pobres.

Apesar de não localizar uma grande quantidade de trabalhos com este tema *Tutela/Contrato de Órfãos*, os quatro estudos identificados apresentam características semelhantes. Por meio do processo de tutela, a intenção era regularizar a situação da criança órfã e, ainda, educá-la por meio do trabalho, sendo que, para isso, era necessária a nomeação de um tutor que seria o responsável em proporcionar à criança alimentação adequada, vestuário e, principalmente, a educação. Porém, os estudos não evidenciam essa realidade, a criança não tinha acesso à educação e nem mesmo ao ensino profissionalizante, conforme demonstrou o trabalho de Silva S. (2008). Marcílio (1998) expõe que a tutela foi legalmente reconhecida “no Código Civil de 1916 e retomado no Código de Menores, de 1927” (MARCÍLIO, 1998, p. 302). Contudo, no Código Civil, havia referência somente quanto às pessoas que não poderiam exercer a função de tutor, que eram “os inimigos do menor, condenados, pessoas de má conduta, etc.” (MARCÍLIO, 1998, p. 302). O que remete ao trabalho de Gorgulho (2008), o qual apresenta que, em alguns processos, não foram respeitadas as exigências para tornar-se um tutor; da mesma forma, no trabalho de Silva S. (2008) foram identificados processos com documentação incompleta.

Desse modo, os trabalhos são unânimes em apontar que, por trás de uma pretensa iniciativa em oferecer a aprendizagem de um ofício, o que acontecia de fato era a continuidade do escravismo, mesmo com a promulgação da Lei do Ventre Livre de 1871 que declarava livres as crianças filhas de escravas, o que indica que estas continuaram a ser escravizadas mesmo que informalmente. Assim, é possível inferir que o foco não era beneficiar a criança, pelo contrário, era qualificar mão de obra para que sua força de trabalho fosse utilizada e, acima de tudo, formar um cidadão útil e submisso.

5.1.7 Instituto Disciplinar

O tema *Instituto Disciplinar* foi identificado em dois trabalhos. No que tange aos séculos XIX e XX, Fonseca (2000) propõe uma análise, por meio de fontes documentais, do contexto que gerou a formação do Instituto Disciplinar do Tatuapé, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1890 e 1927. O autor destaca que a criança pobre, infratora e abandonada, era vista como conturbadora da ordem social, que deveria ser contida, caso contrário, apresentava fortes indícios de tornar-se criminosa na idade adulta. Contudo, percebe-se que os debates não eram circunscritos somente em torno dos expostos, mas incluíram aquela infância que estava inserida no mundo da marginalidade. Para tanto, surge a necessidade de criar um instituto que seria o responsável por disciplinar os menores que haviam transgredido os limites da lei e

livrar a sociedade dessa interferência considerada perigosa. O Instituto do Tatuapé foi criado em 1902, com o objetivo de receber os menores que haviam praticado crimes, encaminhados por meio de ordem judicial ou pela força policial.

No regimento interno do Instituto, estava estipulada a forma de trabalho, o tipo de educação e as normas de disciplina com a aplicação de castigos físicos para aqueles que transgredissem as regras. A prerrogativa principal do Instituto era a regeneração dos menores por meio do trabalho como uma maneira de estabelecer o controle. Os menores deveriam cumprir todas as funções e zelar pela limpeza do Instituto, posto que, ao realizarem todas as atividades, não havia a necessidade de contratar mão de obra externa e os lucros obtidos permaneciam na instituição. No que concerne ao controle do comportamento dos internos, foram determinadas, pela direção do Instituto, as recompensas e as punições e, dessa forma, quando os menores apresentavam uma disciplina que ia de encontro ao estabelecido, eram recompensados, caso contrário, havia a aplicação dos castigos físicos.

No que tange ao século XX como período pesquisado, Matos (2013), em seu trabalho, pesquisou o Instituto Disciplinar de Mogi Mirim com o intuito de conhecer as relações estabelecidas nesse local, bem como revelar as condições pelas quais os debates acerca dos menores abandonados e infratores no estado de São Paulo ocorreram. O referido Instituto, após 1947, em conformidade com a Lei nº 17.394, passou a receber meninas, contudo, não foram realizadas as modificações necessárias, tanto na estrutura, como no quadro dos funcionários, os quais continuaram os mesmos de quando ainda eram atendidos somente meninos. Os motivos que levaram à criação do Instituto de Mogi Mirim devem-se à falta de vagas em outras instituições com características filantrópicas para receberem as crianças e, pelo fato de a elite exigir do governo um local que pudesse realizar tal tarefa, aliado, ainda, à tentativa de coibir a criminalidade que crescia num ritmo acelerado.

O autor expõe que no regimento interno estavam previstas as regras que deveriam ser cumpridas rigorosamente, e sua transgressão acarretava punições físicas que serviam de exemplo para aqueles que não as realizassem. Desse modo, o estudo evidenciou o que era exigido das internas, o controle e a disciplina. Mesmo com todo esse aparato, não foi possível evitar as fugas e rebeliões, revelando que a ordem, o controle e a disciplina, de fato, não foram cumpridos. Nas considerações finais, o autor expõe que as meninas que eram atendidas no Instituto não tiveram seus direitos preservados, o foco era mantê-las sob controle e disciplinadas.

Os trabalhos apresentam que, apesar da criação de instituições para os menores delinquentes, estas tampouco colaboraram com a regeneração dos mesmos. Percebe-se que os

estudos apresentam pontos em comum, a regeneração por meio do trabalho, a cobrança dos Institutos no que tange à disciplina rígida, as punições, os castigos físicos e, devido ao crescimento da criminalidade, a busca por atender aos anseios de uma elite para que a ordem social pudesse ser mantida. A literatura acerca da temática da criminalidade retrata que a conduta antissocial estava relacionada com a questão da “manutenção da ordem pública” (SARTOR, 1997, p. 94), e esses prejudicariam também os interesses de uma elite preocupada com o novo projeto para o país com a instauração do Regime Republicano, colocando “em risco a defesa nacional” (RIZZINI, 1997, p. 52). Sendo assim, a questão da criminalidade infanto-juvenil passa a ser combatida pelo Estado por meio da modificação de Leis e novos projetos de cunho assistencial.

As décadas de 1910 e 1920 foram um momento de debates em torno da questão da proteção à infância, nesse contexto, estiveram engajados nessa luta juristas que defendiam a criação de novas instituições e escolas, posto que as existentes não dispunham de vagas para atender à demanda. Mais tarde, nas décadas de 1930 e 1940, os Juízes de Menores deram seguimento às solicitações dos juristas, porém, alertavam que, mesmo com a criação de novas instituições ou mesmo com a disponibilização de espaços destinados a receber os menores delinquentes em detenções comuns, percebe-se que tais estratégias não foram capazes de sanar “o problema do confinamento de menores em locais inadequados” (RIZZINI, 1997, p. 52).

Rizzini (1997) argumenta que as políticas sociais são alternativas para recuperar o menor delinquente, porém, “o sistema de internação em depósitos para menores” (RIZZINI, 1997, p. 53) pouco contribuiu para este fim. Ao relacionar essa prerrogativa aos estudos apresentados no *Instituto Disciplinar*, percebe-se que o foco era manter esta infância sob controle por meio da exigência de uma disciplina rígida e, principalmente, é possível questionar se de fato esses jovens foram reeducados ou recuperados.

5.2 Referencial teórico específico de análise utilizado nos trabalhos

Sobre o referencial teórico utilizado pelos pesquisadores, dos 77 trabalhos selecionados, apenas 12 apresentam especificação quanto à fundamentação teórica específica na análise de seus resultados.

Em busca dos autores de referência mais recorrentes entre os trabalhos aqui analisados, apresentam-se em ordem decrescente: Michel Foucault (7); Roger Chartier (5); Cynthia Greive Veiga (2); Vicente de Paula Faleiros (2); Décio Gatti Júnior (1); Dermeval

Saviani (1); Edward P. Thompson (1); Eric Hobsbawm (1); Eurize Caldas Pessanha (1); Francisco Leite Neto (1); Irene Rizzini (1); Jim Sharpe (1); Justino Pereira de Magalhães (1); Luciano Mendes de Faria Filho (1); Maria Luiza Marcílio (1); Michel de Certeau (1); Nikolas Rose (1); Norbert Elias (1); Renato Pinto Venâncio (1); Thomas Popkewitz (1). Foi considerada a ocorrência de autores por trabalho e não o número de obras de um mesmo autor, em um mesmo trabalho. No Quadro 13 serão apresentados os nomes dos pesquisadores, os títulos de seus respectivos trabalhos e os autores a que fizeram referência para analisar e discutir os dados.

Quadro 13 - Trabalhos que apresentam fundamentação teórica específica na análise dos resultados – CBHEs

Ano	Autor	Título do Trabalho	Autor(es) utilizados na fundamentação teórica
2000	Ana Laura Godinho Lima	História dos saberes produzidos sobre os alunos em instituições de assistência a menores na cidade de São Paulo.	Michel Foucault
2002	Flávia Sílvia Rodrigues; Ana Laura Godinho Lima	Instituições de assistência à infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960: um estudo da legislação federal.	Michel Foucault, Thomas Popkewitz e Nikolas Rose
2002	Mônica Yumi Jinzenji	O projeto de escolarização da infância pobre na Província de Minas Gerais (1825-1846).	Roger Chartier
2006	José Fernando Teles da Rocha	Do infantil ao secretariado: o externato São José e a educação feminina na capital paulista 1880-1942.	Roger Chartier; Michel Foucault
2008	Alessandra Barbosa Bispo	Institucionalização dos menores abandonados e delinquentes em Sergipe.	Michel de Foucault
2008	Alexandre Ribeiro Neto	Tenha piedade de nós: uma análise da experiência das meninas desvalidas do Educandário Nossa da Piedade -1925 a 1930.	Dermeval Saviani
2008	Talítha Maria Brandão Gorgulho	Sobre a infância órfã e a educação feminina no século XIX: o caso de Lavínia Pereira (1776-1908).	Roger Chartier; Norbert Elias; Cynthia Greive Veiga
2011	Eliane Vianey de Carvalho	Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes: a classificação e a educação dos “menores” na legislação mineira de 1927.	Michel Foucault
2011	Paula Cristina David Guimarães	Discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930).	Michel Foucault
2011	Antônio Valdir Monteiro Duarte	A formação de meninas órfãs no estado do Pará no final do século XIX e primeira metade do século XX.	Justino Pereira de Magalhães; Décio Gatti Júnior; Eurize Caldas Pessanha.
2013	Izalto Junior Conceição Matos	O instituto disciplinar de Mogi Mirim ou uma história de violência e abandono do menor.	Roger Chartier e Michel de Certeau; Michel Foucault
2015	Alessandro Araújo Mendes	Assistencialismo e institucionalização da infância sergipana (1942-1974).	Irene Rizzini, Cynthia Greive Veiga, Luciano Mendes de Faria Filho; Vicente de Paula Faleiros; Maria Luiza Marcílio, Vicente de Paula Faleiros, Renato Pinto Venâncio; Francisco Leite Neto; Roger Chartier

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos selecionados nos Anais dos CBHEs.

Com base nesta parte do levantamento, no que concerne à fundamentação teórica específica identificada nos trabalhos selecionados, apresentam-se os conceitos utilizados de acordo com cada pressuposto teórico, bem como o autor de referência utilizado pelos

pesquisadores. Essas informações foram retiradas dos trabalhos analisados e estão em conformidade com o ponto de vista de cada pesquisador(a).

Lima (2000) fez referência a Michel Foucault para apresentar os conhecimentos sobre pessoas e populações. Ao passo que no trabalho de Rodrigues e Lima (2002), os autores utilizaram em suas análises os aportes teóricos de Michel Foucault, Nikolas Rose e Thomas Popkewitz como fundamentação teórica na interpretação dos dados, é possível estabelecer ainda o exame dos processos de constituição da subjetividade das crianças institucionalizadas.

Jinzenji (2002) explorou o conceito de representação, preconizado por Roger Chartier em suas análises. Rocha (2006) fundamentou-se por duas correntes teóricas: em Roger Chartier para compreender a questão da apropriação, por parte das meninas, no que se refere ao modelo de educação; e por Michel Foucault para analisar as relações de poder e de disciplina intrínsecas a uma instituição. Bispo (2008) valeu-se da mesma perspectiva ao se referir a Michel Foucault, para entender as características intrínsecas ao poder disciplinar.

Ribeiro Neto (2008) apresentou os pressupostos teóricos de Dermeval Saviani, com o intuito de salientar a importância da reconstrução histórica das instituições escolares. Gorgulho (2008) fez referência ao conceito de representação de Roger Chartier e de Norbert Elias acerca do conceito de civilização e, por último, recorre à Cynthia Greive Veiga para discutir que todas as atitudes remetem às ações que demandam a aprendizagem.

Carvalho (2011) apresenta que a análise do regulamento esteve apoiada nos conceitos de Michel Foucault, principalmente no que diz respeito às relações de poder, à biopolítica e à disciplina. Guimarães (2011) evidencia o referencial teórico de Michel Foucault para analisar os discursos (moral, médico e psicológico), bem como faz referência aos conceitos de “disciplina”, “biopoder” e de “campo científico-disciplinar”. Duarte (2011), para discutir aspectos teórico-metodológicos da historiografia e da história da educação, privilegiou-se dos estudos de Justino Pereira de Magalhães, Décio Gatti Júnior e Eurize Caldas Pessanha.

Matos (2013), ao apresentar os aportes teóricos de Michel de Certeau, Michel Foucault e de Roger Chartier, entende que por meio da História Cultural é possível identificar o modo como uma determinada realidade social é construída e pensada em diferentes lugares e momentos. Mendes (2015), para discutir e analisar as fontes, utilizou as concepções sobre infância e minoridade de Cynthia Greive Veiga, Irene Rizzini e de Luciano Mendes de Faria Filho. No que tange ao assistencialismo, fez referência à Vicente de Paula Faleiros; para tratar da questão da Roda dos Expostos, pautou-se nos aportes teóricos de Maria Luiza Marcílio e de Renato Pinto Venâncio; na discussão em torno da bandidagem e da instrução abordou os

pressupostos de Francisco Leite Neto; e, ainda, utilizou os conceitos de representação e apropriação defendidos por Roger Chartier.

Referências a Michel Foucault como fundamentação teórica específica na análise dos resultados são apresentadas em 7 dos 12 trabalhos pertencentes a essa categoria, correspondendo a 58,3%. Os autores utilizaram os conceitos de Michel Foucault no que diz respeito às pessoas e à população, às relações de poder, à disciplina, à biopolítica e ao biopoder. Desta forma, percebe-se que esses termos contribuem para a reflexão em torno do tema da assistência à infância. Pode-se observar que nos sete trabalhos citados, a obra mais utilizada do referido autor é *Microfísica do poder*, conforme especificado abaixo:

- a) *Microfísica do Poder* - (7 trabalhos) : Lima, (2000); Rodrigues e Lima, (2002); Rocha, (2006); Bispo, (2008); Carvalho, (2011); Guimarães, (2011); Matos, (2013);
- b) *Vigiar e Punir* - (2 trabalhos): Rocha, (2006); Bispo, (2008);
- c) *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão* - (1 trabalho): Guimarães, (2011);
- d) *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* - (1 trabalho): Carvalho, (2011);
- e) *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* - (1 trabalho): Guimarães, (2011);
- f) *Em defesa da sociedade* - (1 trabalho): Carvalho, (2011);
- g) *História da sexualidade I* - (1 trabalho): Guimarães, (2011).

Outro autor que se destacou foi Roger Chartier, “representante da nova história cultural” (MOREIRA, 2015, p. 108), citado como referencial teórico privilegiado em 5 trabalhos, equivalente 41,7%. A obra mais utilizada foi *A História Cultural: entre práticas e representações*, conforme especificado abaixo:

- a) *A História Cultural: entre práticas e representações*: Jinzenji, (2002); Rocha, (2006); Gorgulho, (2008); Matos, (2013); Mendes, (2015);
- b) *Memória e Sociedade*: Gorgulho, (2008).

No que diz respeito à categoria de análise marxista, há recorrência dos autores Dermeval Saviani, Eric Hobsbawm e Edward P. Thompson. Cada autor conta uma ocorrência, dentre os 12 considerados nessa etapa do levantamento. O referencial teórico marxista é encontrado, segundo Catani (2017), desde o início do programa de pós-graduação em educação da PUC-SP.

Os demais autores, de modo geral, complementam esse grupo de análise contribuindo com seus aportes teóricos para que os pesquisadores possam apresentar seus resultados e, desse modo, é possível inferir que a temática que trata da infância no Brasil está inserida em

uma conjuntura na qual novas abordagens analíticas manifestam-se no debate acerca da assistência. No Quadro 14 apresentam-se os autores que serviram de embasamento teórico nos trabalhos analisados quanto à fundamentação teórica específica.

Quadro 14 - Autores citados nos trabalhos como referencial teórico específico na análise dos resultados – CBHEs

Referencial teórico	Número de trabalho
Michel de Foucault	7
Roger Chartier	5
Cynthia Greive Veiga	2
Vicente de Paula Faleiros	2
Décio Gatti Júnior	1
Dermeval Saviani	1
Edward P. Thompson	1
Eric Hobsbawm	1
Eurize Caldas Pessanha	1
Francisco Leite Neto	1
Irene Rizzini	1
Jim Sharpe	1
Justino Pereira de Magalhães	1
Luciano Mendes de Faria Filho	1
Maria Luiza Marcílio	1
Michel de Certeau	1
Nikolas Rose	1
Norbert Elias	1
Renato Pinto Venâncio	1
Thomas Popkewitz	1

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos selecionados para análise nos Anais dos CBHEs

O artigo intitulado *A escrita da História da Educação: distâncias e proximidades na apropriação de fontes e métodos no caso das produções de Portugal, França, Espanha e Brasil*, de autoria de Catani (2017), teve como objetivo apresentar as características e as similaridades entre as pesquisas sobre a história da educação realizadas no Brasil e Portugal, França e Espanha, numa tentativa de evidenciar como as pesquisas produzidas nos referidos países utilizam determinados autores e obras em suas análises.

Catani (2017) enfatiza que as pesquisas em história da educação no Brasil recorrem aos teóricos franceses. Tal constatação pode ser observada mais claramente em pesquisas realizadas na segunda metade da década de 1980, que teve como principais expoentes "Roger Chartier, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu, Paul Marie Veyne e Michel Foucault" (CATANI, 2017. p. 11). Apesar de haver indícios desses autores, foi na década de 1990 e a partir dos anos 2000 que ganharam mais visibilidade entre os pesquisadores brasileiros. No período entre as décadas de 1970 até a segunda metade da década de 1980, a presença do referencial teórico desses autores era esporádica. Contudo, Catani (2017) promove uma

reflexão acerca da maneira como os trabalhos e pesquisas oriundos do universo acadêmico estão trazendo o aporte teórico dos referidos autores, dizendo que, “[...] ao realizar o jogo ‘segundo Chartier’, ou ‘para Chartier’ e ‘para Bourdieu’ ou ‘segundo Certeau’ nos estudos brasileiros, qual Chartier, qual Bourdieu, qual Certeau?” (CATANI, 2017, p. 12).

Sendo assim, considerando o exercício reflexivo proposto por Catani (2017), buscou-se nos trabalhos que indicam um referencial teórico definido para a análise, os pressupostos dos autores Michel Foucault e Roger Chartier, posto que, tiveram a maior recorrência nessa categoria.

De posse dos principais conceitos foucaultianos identificados nos sete trabalhos (*biopoder*; *biopolítica*; *disciplina*; *poder*; *subjetividade*; *população*) se faz oportuno conhecer, de maneira breve, as especificidades de cada termo, na tentativa de compreender o exercício de reflexão utilizado nesses trabalhos ao inter-relacionar os pressupostos de Foucault com o tema da assistência à infância, de acordo com os trabalhos publicados e apresentados nos Anais dos CBHEs. Para tal, foram selecionadas as obras - *Michel Foucault conceitos essenciais* de autoria de Judith Revel e de *El vocabulario de Michel Foucault: Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores* de Edgardo Castro.

Para Castro (2004), o conceito *biopoder* pode ser compreendido por dois vieses, como poder sobre a vida (vida biológica, excluindo as políticas de sexualidade) e como poder sobre a morte (racismo). O *biopoder* pode ser abordado com base nas teorias do direito, nas teorias políticas e até mesmo relacionados aos mecanismos de poder.

Quanto à *biopolítica* o termo indica a forma pela qual o poder pode se modificar, “a fim de governar não somente os indivíduos por meio de determinados procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a *biopolítica* por meio dos biopoderes locais” (REVEL, 2005, p. 26). A alternativa é colocar em prática as ações em torno do gerenciamento “da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, natalidade” (REVEL, 2005, p. 26). A *biopolítica* também pode ser compreendida como uma “grande medicina social” direcionada à população no sentido “de governar a vida: a vida faz, portanto, parte do campo do poder” na qual é possível “manter a ordem e a disciplina por meio do crescimento do Estado” (REVEL, 2005, p. 27).

No que se refere à *disciplina*, trata-se da aplicação do poder, que se assemelha ao regime disciplinar (técnicas de coerção, controle do tempo e de todos os passos de um indivíduo). A *disciplina* é caracterizada por uma vigilância constante, colocar o indivíduo onde ele será mais útil de acordo com os propósitos daquele que dá as ordens. Quanto à maneira de fiscalizar se o modelo disciplinar imposto está sendo de fato cumprido, o “[...]”

‘panótipo’, lugar de enclausuramento onde os princípios de visibilidade total, de decomposição das massas em unidades e de sua reordenação complexa segundo uma hierarquia rigorosa [...]” (REVEL, 2005, p. 36).

Castro (2004) afirma que Foucault não escreveu uma teoria sobre o poder, mas uma análise histórica sobre o seu funcionamento. Complementando, Revel (2005) deixa claro em sua obra, que Foucault não considera o poder como uma entidade única e estável, mas entende que se trata de relação de poder que carrega antecedentes históricos complexos com inúmeros efeitos “compreendidos fora do que a análise filosófica identifica como o campo do poder” (REVEL, 2005, p. 67). Embora a temática do poder esteja inserida na obra de Foucault, não é o objeto central, mas sim o sujeito. Destaca também que para Foucault “o poder não existe senão em ato [...] as modalidades instrumentais do poder (as armas, o discurso, as disparidades econômicas, os mecanismos de controle, os sistemas de vigilância) [...]” (REVEL, 2005, p. 67).

O conceito *população* faz referência a “um conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos” (REVEL, 2005, p. 27). Entendendo que a própria vida é passível de ser controlada, com o objetivo de conseguir também o comando de sua força de trabalho. O descobrimento da população é concomitante ao descobrimento “do indivíduo e do corpo moldável” (REVEL, 2005, p. 27).

Após a explanação breve dos conceitos de Foucault identificados nos trabalhos, apresentam-se nas linhas que seguem alguns trechos selecionados nos trabalhos que estão diretamente relacionados aos pressupostos do referido autor.

Lima (2000) ao investigar as formas de atendimento realizadas em instituições de assistência, observou que o conhecimento dos dados pessoais dos menores atendidos (o histórico do menor, o nível de desenvolvimento mental e o nível de desenvolvimento social e emocional) apresentaria uma visão geral sobre a vida da criança e de sua família. Para desenvolver sua análise, a autora valeu-se dos pressupostos de Foucault para observar a produção do conhecimento sobre as pessoas e as populações. “A formulação de dados populacionais também era tida como fundamental para o funcionamento de uma instituição de assistência [...]” (LIMA, 2000, p. 2). Percebe-se que ao oferecer atendimento aos necessitados havia o interesse de mantê-los sob controle. Uma maneira para atingir esse intento seria angariar o maior número de informações possíveis, mesmo que para isso fosse necessário interferir na intimidade da família.

Rodrigues e Lima (2002) analisaram o exame dos processos de constituição da subjetividade das crianças institucionalizadas, e concluíram que o trabalho era o principal

recurso para enquadrar a infância num regime produtivo nas instituições de assistência à infância no Brasil, entre as décadas de 1880 e 1960. Apesar de o governo criar projetos voltados para atender os menores, com a atuação do SAM e depois da FUNABEM, o que prevalecia era o regime de repressão e controle.

O poder disciplinar e a vigilância constante, com o objetivo de manter a ordem, também foram identificados por Bispo (2008) como uma maneira de normalizar a instituição, a *Cidade de Menores*.

A normalização parte do poder disciplinar, todavia, ela busca também a formação dos corpos-dóceis, uma vez que, desde a época clássica, o corpo se tornou objeto e alvo de poder (BISPO, 2008, p. 4).

[...]

Enquanto instituição disciplinar, a Cidade de Menores ‘Getúlio Vargas’ estabelecia o que Foucault chamou de uma ‘nova microfísica do poder’. Para ele, pequenas astúcias, arranjos sutis, dispositivos que obedeciam a economias inconfessáveis, eram responsáveis pela mutação do regime punitivo, no limiar da época contemporânea. A Cidade de Menores apresentava-se como uma ‘nova microfísica do poder’ que se configurava a partir de sua localização, justificada pelo Interventor Federal como uma medida de proteção aos vícios e más companhias que os menores estariam expostos caso a instituição estivesse localizada no centro urbano de Aracaju (BISPO, 2008, p. 5).

[...]

Contudo, apesar dessa configuração espacial, era possível, a partir das construções, localizar todos os indivíduos na instituição, desde os menores, nos pavilhões com os respectivos monitores, até a escola e as casas dos funcionários e dos diretores. Esse era o princípio que Michel de Foucault chamava de localização ou de quadriculamento, pois o espaço estava organizado de forma que se podia encontrar cada indivíduo em seu lugar (BISPO, p. 5).

As estratégias encontradas na referida instituição para impor a disciplina, se davam por meio de premiações àqueles que cumpriam as normas estabelecidas pelos dirigentes, o trabalho também contribuía para estabelecer a ordem, além dos castigos físicos como uma maneira de produzir “corpos dóceis”. A educação, nos níveis primário, rural e profissional, tinha como foco a prevenção, bem como de estabelecer o controle e, ficava circunscrita à função de adaptar a criança ao meio social (BISPO, 2008).

Os motivos que levaram Carvalho (2011) a utilizar o referencial teórico de Foucault, após a análise de leis, decretos e o *Regulamento da Assistência e Proteção a Menores Abandonados e Delinquentes* em Minas Gerais (1927), devem-se “[...] pelo fato de o Regulamento se colocar como mecanismo de poder regido pela norma voltado tanto para o indivíduo, quanto para a população” (CARVALHO, 2011, p. 3).

Carvalho (2011) argumenta que, por meio do Regulamento, buscou-se classificar as crianças e adolescentes de acordo com o comportamento e segregar aqueles considerados

perigosos. Para moldar o comportamento almejado pela instituição, a rotina dos menores era organizada por meio de uma “[...] divulgação de cuidados com a saúde e prevenção de doenças; disciplina individual e grupal através de regras de comportamento e normas de socialização impostas pelo regime escolar; formação do caráter, por ensinamentos morais [...]” (CARVALHO, 2011, p. 22).

Outra forma de manifestação de poder por parte do governo e, simultaneamente, controlar a população, pôde ser observada na pesquisa realizada por Guimarães (2011). A fonte desse trabalho é a *Revista do Ensino*, uma publicação do governo do estado de Minas Gerais. A autora destaca que, no período que compreende a década de 1920, a escola era considerada como uma instituição capaz de transformar a sociedade. Para tal, o governo lançou mão de uma estratégia que contribuiria com a meta de escolarizar o maior número de crianças possível, que foi a publicação de diretrizes nessa revista, demonstrando a forma correta de cuidar e educar a infância pobre. As edições traziam os discursos moral, médico e psicológico que visavam não só a

formação dessa infância, mas também em relação a outros sujeitos e saberes da educação como, por exemplo, na conduta moral dos professores, nas construções dos prédios escolares, nos métodos de avaliação dos alunos, entre outros. Entender os discursos moral, médico e da psicologia direcionados à educação da infância pobre veiculado pela *Revista do Ensino* de Minas Gerais impõe perceber as variadas relações de poder que se manifestavam no processo de escolarização dessa infância (GUIMARÃES, 2011, p. 13).

[...]

A maior recorrência do discurso moral na *Revista do Ensino* esteve associada a fatores políticos e religiosos que ocorreram não somente no estado mineiro, mas em todo o Brasil. A forte influência da Igreja Católica na política educacional do país foi uma das grandes responsáveis pela força do discurso moral nas escolas. Das alianças, mas também rupturas, entre Estado e Igreja, emergiram dois tipos de discurso moral: o discurso moral religioso e o discurso moral leigo. Este último, de influência médica, mas, principalmente da psicologia, é um exemplo de aproximações, mas também dos afastamentos entre os três discursos investigados no cenário educacional do período (GUIMARÃES, 2011, p. 4).

O discurso moral direcionado à educação da infância na *Revista do Ensino* foi, quase que predominantemente, associado à religião católica. Tal fato advém do contexto da época pesquisada, em que o governo mineiro apoiava a intervenção religiosa, especificamente a católica, nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais com interesses múltiplos. Entre tais interesses estaria o de se beneficiar do poder da Igreja Católica na formação moral da massa da população mineira, o que poderia ajudar na manutenção da ordem no Estado. O discurso moral presente na *Revista do Ensino* associava-se, com grande recorrência, ao assistencialismo e a caridade, principalmente aqueles pautados por princípios religiosos. Neste sentido, a infância pobre foi, na maior parte das vezes, seu alvo principal. Era preciso cuidar da formação moral da infância pobre para que seu caráter não fosse corrompido diante das dificuldades enfrentadas em sua vida, o que prejudicaria os planos

de constituição de uma população homogênea, mais fácil de ser controlada (GUIMARÃES, 2011, p.5).

Diante dos trechos que foram exibidos acima acerca das análises realizadas pelos pesquisadores, percebe-se que, na maioria dos casos, as instituições pautaram-se em diferentes maneiras para impor o poder sobre os indivíduos, ora por meio da força, ora por imposição da disciplina. Observa-se que o poder estava presente em toda a parte, aquele que se encontrava numa posição de superioridade, seja pela hierarquia do cargo ou mesmo pela simples ideia de ajuda desinteressada, posto que, ao oferecer a assistência de maneira inocente, na verdade, o interesse, ao considerar a situação da infância pobre e desvalida, seria evitar que a criança permanecesse nas ruas perambulando, pedindo esmolas e sujeito a possibilidade de praticarem atos criminosos. Uma saída seria enclausurá-los, numa instituição ou em um instituto disciplinar, pois, dessa forma, acreditava-se que seria possível mantê-los sob controle, exigindo uma disciplina rígida e, quando transgredissem as regras, seriam punidos fisicamente.

Considerando que Foucault trata da questão do poder, a leitura dos trabalhos vai ao encontro do significado dessa palavra, que assume o significado de forçar, persuadir e controlar. Esses sentidos foram identificados em cada um dos sete trabalhos que utilizaram em suas análises os pressupostos do referido autor. No que se refere às relações de poder, impostas por instituições, escolas e externatos, essas foram marcadas pelo medo e a cobrança para que a criança se comportasse de modo que atendesse às exigências de determinada instituição, nas quais estavam determinados os papéis, aquele que manda e aquele que obedece sem a possibilidade de questionar, sendo a única alternativa a subserviência, fato que pôde ser observado em cada um desses trabalhos no que diz respeito ao controle das atividades diárias, qual seja nos momentos de trabalho ou no lazer, a rigidez no cumprimento dos horários previamente determinados pelos dirigentes das instituições. Tais informações tiveram como fontes de pesquisas relatórios e matérias veiculadas pelos meios de comunicação de cada época.

A leitura dos trabalhos permite inferir que as análises realizadas à luz dos pressupostos teóricos de Foucault, não são evidenciadas como uma crítica às instituições, ao contrário, percebe-se que há uma reflexão sobre como se dava o funcionamento interno de cada uma, bem como remete ao leitor que a disciplina e a vigilância constante podem ser consideradas como um meio para se estabelecer a ordem.

Considerando os trabalhos que assumem o referencial teórico de Roger Chartier em suas análises, a obra mais utilizada identificada nos textos foi *A História Cultural: entre*

práticas e representações que surgiu como uma “resposta à insatisfação sentida frente à História Cultural francesa dos anos de 60 e 70, entendida na sua dupla vertente de história das mentalidades e de história serial, quantitativa” (CHARTIER, 1988, p. 13).

A História Cultural permite a inserção de novas categorias de investigação aliadas à História Social e, ainda, estabelece uma interconexão com outros campos do conhecimento, que raramente são considerados, tais como “a história literária, a epistemologia das ciências, a filosofia” (CHARTIER, 1988, p. 16).

Segundo Chartier (1988), a História cultural pode ser compreendida como a capacidade de “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17). Para atingir essa expectativa, uma maneira de viabilizar é compreender o mundo social, para apreender uma dada realidade, posto que, ao considerar esses “esquemas intelectuais” (CHARTIER, 1988, p. 17) é possível assimilar a realidade e dar sentido a ela.

Nessa perspectiva, as “representações do mundo social” são determinadas intencionalmente pelos grupos que as constituem de forma consciente, que podem ser observadas nas “nas práticas sociais, escolares, políticas” (CHARTIER, 1988, p. 17). As representações são tão importantes quanto as lutas econômicas, pois apresentam as motivações que determinam as ações dos grupos, no que tange a sua visão de mundo social e, ainda, demonstram quais são os valores que os mantêm, “as representações do mundo social” (CHARTIER, 1988, p. 19).

Por conseguinte, a representação oferece subsídios para compreender uma dada realidade. Chartier (1988) propõe conceituar o termo “representação num sentido mais particular e historicamente mais determinado” (CHARTIER, 1988, p. 20), isto é, a noção de representação apresenta o funcionamento de uma sociedade.

Quanto à noção de apropriação, “tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucional e culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1988, p. 26).

A História Cultural busca “a análise do trabalho de representação” nas quais são constituídas a configuração social de um determinado grupo. Cabe ao historiador, ao analisar uma determinada realidade, utilizar as categorias apropriação e representação de maneira coerente. Sendo assim, o conceito de apropriação permite o entendimento das representações. A apropriação remete à forma pela qual o indivíduo enxerga o mundo no qual está inserido e, nesse movimento, o indivíduo consegue agir sobre esse mundo.

Parafraseando Lucas Dario Romero Y Galvaniz (2014)

O mundo composto, sobretudo por representações, e estas sendo ‘um modelo’ a ser seguido pelos indivíduos de dada sociedade, a apropriação permite ao indivíduo interpretar e recriar as práticas ‘impostas’ pelas representações, modificando-as. É justamente nesta dialética entre representação – apropriação que é possível compreender o processo de mudança nas diversas sociedades (GALVANIZ, 2014, p. 7).

Jinzenji (2002) analisou o Manual-didático pedagógico, o periódico *O Universal*, a Lei Orgânica nº13 de 1835 do estado de Minas Gerais, relatórios e ofícios com a intenção de conhecer o Projeto de Escolarização da infância pobre da Província de Minas Gerais, entre 1825 e 1846. As análises pautaram-se no referencial teórico de Roger Chartier, autor que está inserido na perspectiva da História Cultural. De posse desse referencial, o trabalho utilizou o conceito de *representação* que permitiu apreender como uma realidade social é formada em diferentes lugares, posto que a investigação das referidas fontes apresentou de forma ampla o contexto no qual foi oferecida a escolarização destinada às crianças pobres. Posto isto, o trabalho retrata a importância do conceito de *representação* e quais foram as contribuições para compreender a realidade dessa infância.

Os ‘recortes do real’ produzidos por parte da elite política dirigente e demais atores sociais envolvidos com o processo de escolarização da população mineira. Compreendemos que as práticas voltadas para a intervenção na sociedade através da educação eram ‘impregnadas’ pelas representações sobre essa mesma população e, conseqüentemente, sobre a infância e sua educabilidade. Nesse sentido, essas representações condicionavam as práticas, ao mesmo tempo em que eram condicionadas por elas, numa relação dialética e indissociável entre representações e práticas sociais (JINZENJI, 2002, p. 2).

As fontes da pesquisa de Gorgulho (2008) foram 47 processos (contas de tutela). O trabalho pautou-se na análise a partir do conceito de representação. Nesse texto é possível observar que a autora defende que os trabalhos que seguem o viés da História Cultural exigem que se faça um entrecruzamento das fontes e, por isso, reuniu a maior quantidade de informações possíveis. Para atingir seu objetivo Gorgulho (2008) analisou

[...] o inventário dos pais, do tutor e, posteriormente, da própria órfã, Lavínia Pereira – caso exemplar desse estudo. Acredito que, com o entrecruzamento de fontes para a formulação dos objetos de investigação, temáticas e problematizações, poderei me aproximar mais e, então, melhor compreender a subjetividade das representações (GORGULHO, 2008, p. 4).

A autora concluiu que as análises das contas de tutela permitiram conhecer “a dimensão da materialidade da vida de crianças órfãs, bem como a ‘representação’ de um ideal de vida infantil” (GORGULHO, 2008, p. 12).

Mendes (2015) ao pesquisar como foi encaminhado o assistencialismo e a institucionalização à infância sergipana, no período que compreende de 1942 a 1974, menciona que as análises dos documentos judiciais, processos, ofícios e alvarás, pautaram-se pela abordagem da História Cultural, utilizando os conceitos de *representação* e *apropriação* de Roger Chartier. Contudo, durante o desenvolvimento do trabalho o pesquisador não evidencia ao leitor um exercício reflexivo entre os achados da pesquisa com os pressupostos teóricos de Chartier.

Rocha (2006) e Matos (2013) utilizaram em suas análises, concomitantemente, os referenciais teóricos de Roger Chartier e Michel Foucault.

As relações de poder e de disciplina foram os aspectos analisados por Rocha (2006) no *Externato de São José*. Nos relatórios que serviram de fonte para esse trabalho, o autor se deparou com todas as normas e regras que deveriam ser cumpridas nessa instituição, no que se refere aos comportamentos das internas, nos quais estavam descritos como deveria ser o funcionamento da instituição de um modo geral. Outro indício que demonstra que instituições destinadas ao atendimento da infância pobre e órfã, eram regidas por disciplina rígida e controle de todas as ações das pessoas que viviam nesses locais.

Ao analisar os Relatórios da Mordomia do *Externato São José*, Rocha (2006) utilizou os conceitos de *apropriação* e *representação* para entender

as representações que os responsáveis pela educação – juristas, educadores, políticos, inspetores de ensino, que – produziam deles próprios e de suas práticas para legitimar um projeto formador ou mesmo justificar suas ações (ROCHA, 2006, p. 5).

O conceito de *apropriação* foi utilizado no trabalho na tentativa de “encontrar subsídios para entender e clarificar melhor a questão da apropriação, por parte das meninas, de um modelo de educação” (ROCHA, 2006, p. 5, grifo nosso).

À luz da História Cultural, Matos (2013) analisou a documentação do Instituto Disciplinar de Mogi Mirim, o que possibilitou identificar uma construção histórica “sendo possível pensar em determinadas lógicas para o Instituto Disciplinar, e sua organização” (MATOS, 2013, p. 1). E, ainda, ao compreender a lógica do funcionamento dessa instituição, principalmente, no que se refere “ao aspecto social, é relevante considerar a leitura das práticas do homem de diferentes espaços, apresentadas pela História Cultural” (MATOS, 2013, p. 2).

A História Cultural proporcionou o entendimento da realidade social, contudo, é preciso respeitar os acontecimentos históricos que estão relacionados a essa construção. Desse modo, de acordo com Matos (2013), compete ao historiador apresentar com fidedignidade

como determinada realidade foi construída. De posse desse aporte teórico foram apresentadas como se deram as relações estabelecidas, entre meninos e meninas, no interior do referido Instituto.

Matos (2013) associou que a questão da recuperação, por meio do trabalho, do indivíduo que pratica atos criminosos, está implicitamente relacionada ao adestramento do corpo. Para tal, utilizou em seu trabalho as ideias de Foucault para compor a sua análise. Ao investigar como se deram as relações estabelecidas pelo Instituto Disciplinar de Mogi Mirim, Matos (2013) identificou que as propostas do Instituto estavam pautadas no controle e na disciplina. “A disciplina a partir do poder que exerce sobre os corpos produz uma individualidade multidimensional: enquadrada, programada, adestrada e utilmente combinada, através da construção de quadros de prescrição [...]” (MATOS, 2013, p. 3).

5.3 Sem referencial teórico definido utilizado na análise dos trabalhos

Quanto aos trabalhos que apresentam diferentes autores sem deixar claro um referencial teórico específico na análise dos resultados, estão inseridos, nessa categoria, 65 produções. Ao realizar a análise quantitativa da bibliografia mais utilizada pelos pesquisadores, foram consideradas as referências numericamente superiores a 3 no total geral dos trabalhos selecionados nessa etapa. Faz-se importante salientar que foi quantificada a ocorrência de autores por trabalho e não a quantidade de obras de um mesmo autor e, ainda, não foi considerado o número de vezes que cada estudioso foi citado em cada produção. Desse modo, sucedeu a análise nos 65 trabalhos agrupados nessa etapa do mapeamento. Outra questão que merece atenção trata-se de que os referidos trabalhos ancoram-se em diferentes autores na análise dos dados, sem deixar claro ao leitor um aporte teórico definido. Assim, para viabilizar a compreensão do que fora exposto, apresentam-se os autores em ordem decrescente de recorrência.

Esse panorama ajuda a compreender que a grande maioria dos trabalhos opta por não utilizar uma fundamentação teórica definida, contudo, ao observar as referências bibliográficas utilizadas nos trabalhos analisados, percebe-se uma similitude com determinados campos do conhecimento. Nota-se também que, embora os estudos acerca da História da Assistência apontem como precursora a historiadora Maria Luiza Marcílio, a autora ocupa a quarta posição nessa categoria. O mesmo pode ser observado com relação a Philippe Ariès, uma vez que o autor é considerado um dos principais expoentes em estudos

sobre a História da Infância, mas de acordo com os trabalhos analisados, o autor sequer foi referenciado pelos pesquisadores.

Verificou-se a prevalência de referencial teórico de autores brasileiros, o que demonstra que os pesquisadores da história da educação no Brasil, no que se refere aos CBHEs, utilizam o aporte teórico nacional, como embasamento em suas produções científicas.

Os trabalhos demonstram que nas pesquisas em história da educação, considerando os trabalhos analisados em consonância ao objeto de estudo dessa dissertação que é a assistência à infância, Kuhlmann Júnior foi o autor mais referenciado pelos pesquisadores. Kuhlmann Júnior é graduado em Pedagogia, realizou seu mestrado em História, Política e Sociedade e doutorado em História Social. Atua na área da educação, com ênfase nos estudos em História da Educação, englobando os seguintes temas: educação infantil, história da infância, circulação de ideias educacionais, historiografia e história da educação, atuando como pesquisador Sênior FCC.

Ocupando a segunda posição está José Gonçalves Gondra, que possui mestrado e doutorado em Educação, atualmente é professor associado da UERJ e, também, atua na área de Educação, com ênfase em História da Educação, pesquisando os seguintes temas: história da educação brasileira, educação no império, história da infância e historiografia.

Em seguida, destaca-se Luciano Mendes de Faria, graduado em Pedagogia, com mestrado e doutorado em educação, atualmente, é professor titular da Faculdade de Educação da UFMG com experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação; história da infância; cultura escolar; história da escolarização; intelectuais e educação no Brasil; pensamento social brasileiro e educação.

Diante do exposto, a posição dos pesquisadores ao não nomear um referencial teórico específico, pode-se deduzir que pesquisar sobre as questões acerca da história da assistência à infância, não implica necessariamente, mencionar um único campo do conhecimento, uma vez que os trabalhos apresentam referência aos autores com diferentes formações, indicando que há influência principalmente dos filósofos e dos sociólogos, tal como especificado no Quadro 15.

No Quadro 16 apresentam-se os trabalhos que foram publicados somente como resumo e, por isso, não foi possível classificá-los como pertencentes ou não a um referencial específico adotado pelos pesquisadores em suas análises.

Quadro 15 - Autores mais citados na categoria dos trabalhos que não fazem menção a um aporte teórico definido- CBHEs

Referencial Teórico/Autor	Número de trabalhos
Moysés Kuhlmann Júnior	15
José Gonçalves Gondra	13
Luciano Mendes de Faria	12
Maria Luiza Marcílio	11
Michel Foucault	9
Irene Rizzini	8
Cynthia Greive Veiga	7
Alessandra Frota Martinez de Schueler	6
Robert Elias	6
Irma Rizzini	5
Jacques Le Goff	5
Pierre Bourdieu	5
Renato Pinto Venâncio	5
Roger Chartier	5
Dominique Julia	4
Marta Maria C. Carvalho	4
Michel de Certeau	4
Rogério Fernandes	4
Sônia Câmara	4
Sônia R. Mendonça	4
Alcileide Cabral do Nascimento	3
Celso Suckow da Fonseca	3
Dermeval Saviani	3
Diana Gonçalves Vidal	3
Nicolau Sevcenko	3
Rosa Fátima de Souza	3

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos selecionados para análise nos Anais dos CBHEs

Quadro 16 - Trabalhos que apresentam apenas o resumo e que não fizeram menção a nenhuma fundamentação teórica ou autor específico

Ano	Autor	Título
2008	Sônia Câmara	A associação tutelar de menores como estratégia de intervenção e educação da infância desvalida do Distrito Federal de 1924 a 1934.
2008	Marcos Cezar de Freitas	Em nome dos pobres: sobre o papel do estado e da escola na educação brasileira.
2011	Alessandra Barbosa Bispo	A viagem pedagógica na busca de um modelo de instituição para assistência à infância desvalida em Sergipe.
2011	Maria Aparecida Augusto Satto Vilela	A institucionalização da criança órfã: orfanatos espíritas no triângulo mineiro, Minas Gerais (1964-1990).
2011	Maria do Perpétuo Socorro de Sousa Avelino de França; Samara Avelino de Souza França	A educação de meninas órfãs e desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo (1850-1870).
2011	Talítha Maria Brandão Gorgulho; Thais Nivia de Lima e Fonseca.	Aos órfãos que ficaram: educação dos filhos legítimos e ilegítimos das famílias abastadas mineiras setessentista.
2011	Maria Zélia Maia Souza	A assistência pela profissionalização: o caso do instituto profissional João Alfredo (1910-1933).
2013	Sônia Câmara	A infância como monumento no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil em 1922.

Fonte: produção do próprio autor a partir dos trabalhos selecionados para análise nos Anais dos CBHEs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas nos 77 trabalhos selecionados nos Anais dos CBHEs, no sítio eletrônico da SBHE, considerando aqueles que tratam do tema da assistência à infância, é possível apresentar algumas considerações.

O levantamento demonstra que o tema está presente no âmbito da pesquisa acadêmica, no que diz respeito à história da educação. Dentre os 4.163 trabalhos identificados, 77 tratam do tema da assistência, o que corresponde ao percentual de 1,8%, constata-se que é regular e esteve presente em todas as edições do evento (2000-2015), mas é periférico. Outra ressalva que se faz necessário apontar é que, nenhum eixo do evento contempla especificamente a Assistência/Infância.

No percurso dessa pesquisa, procurou-se demonstrar como a temática da assistência à infância está inserida no universo da pesquisa acadêmica, no que diz respeito à história da educação e, para isso, os balanços bibliográficos já realizados por Capelato (1995), Rizzini e Fonseca (2001), Sartor (1997) e o breve levantamento realizado no GT02 História da Educação da ANPEd, foram importantes para que algumas hipóteses fossem conjecturadas, apesar de destacar as especificidades de cada levantamento, conforme já evidenciado nos capítulos anteriores.

Ao conhecer o teor desses levantamentos foi possível inteirar-se sobre como o tema da assistência à infância está sendo trabalhado desde os anos de 1980 na história da educação e no campo da História. E, ainda, foram capazes de demonstrar que ao surgir a SBHE e os CBHEs, a assistência à infância como uma tendência de estudos, já estava consolidada.

No balanço realizado por Capelato (1995), os temas identificados em ordem de recorrência foram: Instituições de assistência à infância; Abandono; Criança e pobreza; Criança negra/escrava; minoridade em conflito com lei; mortalidade infantil. Quanto ao balanço de Rizzini e Fonseca (2001), os temas presentes no levantamento foram: Assistência à infância e instituições para crianças e adolescentes; Educação; Trabalho; Higiene. No levantamento realizado por Sartor (1997): Assistência à infância/instituição para crianças e adolescentes; Trabalho de crianças e adolescentes; Educação; Abandono; Família e crianças escravas; Legislação sobre a infância; criminalidade infantil; condição feminina/meninas; Violência contra crianças e adolescentes. O breve levantamento no GT02 História da Educação da ANPEd demonstrou que o tema da assistência à infância também esteve presente na pauta das discussões, sendo que dentre os 18 trabalhos que tratam da temática em questão,

a maior recorrência são aqueles que tratam como era a organização e o funcionamento das instituições de assistência à infância.

Nos três levantamentos citados acima, bem como a busca realizada no GT02 História da Educação da ANPEd, as Instituições de Assistência/Assistência têm a prevalência dentre os demais temas destacados, tal como evidenciado no mapeamento realizado nos Anais dos CBHEs.

Apesar dos dados do levantamento realizado nos Anais dos CBHEs e dos referidos balanços bibliográficos já existentes demonstrarem a regularidade das pesquisas envolvendo o tema, constata-se que ainda há muito a contribuir para a consolidação da história da educação, no que se refere ao tema da assistência à infância. Apesar disso, os dados evidenciados nesta dissertação, a partir das análises dos trabalhos selecionados nos Anais dos CBHEs e das informações coletadas nos balanços bibliográficos já citados, corroboram com a afirmação de Fonseca (2007), que afirma que outras vertentes têm contribuído com os estudos na história da educação e que as investigações não estão circunscritas aos aspectos pedagógicos, do mesmo modo que se comprova nesta pesquisa.

Neste sentido, conforme a organização em eixos temáticos dos 77 trabalhos analisados em (Instituição de Assistência à Infância; Socialização; Ofícios; Higienismo; Legislação; Tutela/Contrato de Órfãos; Instituto Disciplinar) percebe-se que, com a maior incidência de temas pesquisados sobre a assistência à infância, sobressaíram as Instituições de Assistência/Assistência e a Socialização (do ponto de vista do gênero, da educação não escolar, do trabalho e da educação escolar).

Dessa forma, tanto no levantamento realizado nos Anais dos CBHEs, quanto nos balanços bibliográficos já realizados, há a prevalência das pesquisas que investigam as Instituições de Assistência e a Assistência destinada à infância propriamente dita, tal constatação indica que essa abordagem nos estudos acerca da assistência na história da educação é reiterativa.

Quanto aos dados quantitativos, os trabalhos selecionados para análise são prioritariamente oriundos de pesquisas de Mestrado (38 trabalhos), seguido de 22 pesquisas de Doutorado. Tais informações indicam que são estudos pontuais, uma vez que os trabalhos trazem os dados/análises de uma única instituição e a minoria realiza um cruzamento de dados, isto é, sem a evidência de um levantamento minucioso do universo investigado. Foram identificados 36 trabalhos de pesquisas concluídas e 27 trabalhos de pesquisas em andamento, em 14 trabalhos não foi possível conhecer a situação da pesquisa na época da apresentação. Optou-se em analisar os dados dos 77 trabalhos, não só as pesquisas concluídas, pois, desta

forma, acredita-se que é possível conhecer com mais exatidão, como e de qual maneira o tema da assistência está sendo discutido entre os pares, tendo em vista os Anais do CBHEs.

Mesmo havendo a organização dos trabalhos em eixos temáticos tão específicos, percebe-se que a educação perpassa todos os eixos, porém numa perspectiva que não está diretamente ligada à educação escolar, pois nas instituições de assistência e até mesmo na escola, a educação era considerada como uma possibilidade de socializar a criança e, até mesmo, retirar os vícios da educação vinda do lar, seja pela incapacidade dos pais em educar seus filhos ou por questões aliadas à condição econômica da família. Outro aspecto que chama a atenção e que aparece de maneira recorrente nos trabalhos era que a formação da criança atendesse aos anseios da sociedade, ao prepará-la como mão de obra útil para o mercado de trabalho.

Outra discussão propiciada pelos trabalhos analisados é que as pesquisas acerca do tema da assistência à infância possuem algumas incidências. No que diz respeito às Instituições de Assistência à Infância, que apresentam o contexto vivido pelos menores desvalidos nestes locais, as atividades destinadas às crianças pobres mantinham a ênfase na formação de bons modos, atribuindo à escola a tarefa de socializar a criança em detrimento da educação escolar. No entanto, faz-se necessário destacar que a escola também surgiu com o propósito de socializar, porém, os trabalhos enfatizam mais a questão da socialização do que a transmissão do conhecimento sistematizado.

A educação da infância pobre e abandonada estava pautada em moralizar e higienizar mentalmente e corporalmente a criança. Quanto à educação destinada às meninas órfãs, essa estava alicerçada por uma disciplina rígida, o ensinamento de serviços domésticos acompanhado pela aprendizagem das primeiras letras, uma vez que eram preparadas para exercerem as funções de futuras mães de família, de boas esposas e aptas a criarem seus filhos, para que os mesmos se tornassem úteis para o desenvolvimento da nação, pois este era o ideal de formação da mulher no Período Republicano, conforme demonstram os trabalhos de Negrão (2000), Negrão (2006), Rocha (2006), Duarte (2011) e Pimenta e França (2015). A educação das meninas era pensada como a preparação de mão de obra para servir futuramente à família e à sociedade. Neste contexto, a ênfase não era oferecer o ensino sistematizado, pois não era visto como algo necessário.

A aprendizagem de um ofício, de acordo com os 11 trabalhos, era vista como uma das alternativas para regenerar a criança, submetendo-a a uma disciplina rígida e com a aplicação de castigos físicos.

Nos trabalhos analisados, foi possível observar a falta de discussão de conceitos centrais, tal como a ausência da definição acerca do termo criança/infância, que se tratava inicialmente de um dos objetivos traçados neste levantamento (conforme consta na Ficha de Leitura Sistematizada - Anexo C), mas que por esse motivo não foi possível alcançá-lo. Numa pesquisa que busca apresentar as circunstâncias pelas quais a infância e/ou criança está inserida num determinado contexto, neste caso o assistencialismo destinado à infância, acredita-se que a inobservância desses termos e a omissão na busca dos mesmos em aportes teóricos de referência, tanto naqueles que abordam a história da infância quanto noutros que lidam com a temática da assistência à infância, pode acarretar em uma perda conceitual e, por assim dizer, comprometer-se-ia a qualidade do que fora produzido.

Contudo, há de se considerar os limites de escrita do trabalho, que diz respeito às exigências do evento (em média, 10 a 15 páginas), porém é uma questão que exige a sensibilidade do pesquisador em inserir tais conceitos, o que poderia elevar a qualidade dos trabalhos apresentados e publicados. Outra consideração é que os trabalhos apresentam recortes de pesquisas mais amplas, mestrado e doutorado, e reduzi-las à escrita de um determinado número de páginas pode resultar na omissão de aspectos cruciais inseridos no desenvolvimento da pesquisa. Mesmo considerando tais hipóteses é preciso ter consciência, por parte de quem redige tais trabalhos, que se trata de um dos eventos mais importantes da história da educação no Brasil que exige certa prudência do que será exposto à toda comunidade acadêmica.

Nesta dissertação, podem-se apontar algumas contribuições que poderão corroborar com pesquisas futuras, uma vez que, por meio do cruzamento de dados quanto às fontes documentais com o balanço realizado por Galvão et al. (2008), entre 2001 e 2007, nos artigos publicados na RBHE, os autores apresentam as fontes utilizadas pelos pesquisadores em dois grupos. De um lado estão as fontes que indicam a postura conservadora do pesquisador, ao buscar as fontes documentais oficiais e as obras dos grandes educadores que, segundo Galvão et al. (2008) são as mais utilizadas de acordo com o mapeamento realizado e, do outro lado (segundo grupo), estão as fontes que indicam a ampliação, a renovação dos estudos, que se referem aos documentos produzidos por instituições, os documentos elaborados por formadores de opinião – a grande imprensa e a imprensa pedagógica e as fontes produzidas pelos sujeitos da ação pedagógica. No segundo grupo, as fontes que indicam a ampliação, ocupam a segunda posição, de acordo com as análises realizadas por Galvão et al. (2008).

Ao relacionar os dados do referido levantamento com os resultados obtidos por meio das análises dos trabalhos selecionados nos CBHEs, constatou-se que houve um avanço

quanto à utilização das fontes documentais. De acordo com a Tabela 4 apresentada no capítulo 4, dos 64 trabalhos que especificam as fontes documentais utilizadas pelos pesquisadores, observou-se que em 28 trabalhos há a prevalência de documentos que indicam que houve uma ampliação por parte dos pesquisadores, em buscar novas perspectivas que contribuem com o crescimento das pesquisas.

Outra contribuição, é que o referencial foucaultiano apresenta uma tendência, pois foi o mais utilizado entre os pesquisadores. Michel Foucault é autor que obtém a maior recorrência e está presente nos trabalhos que discutem a questão das relações de poder e disciplinarização. Em contrapartida, Phillipe Ariès, que é o precursor nos estudos acerca da história da infância não foi citado. Observou-se também que, a pioneira nos estudos sobre a história da infância, Maria Luiza Marcílio, não foi a autora que obteve o maior número de referências em nenhuma das categorias (Referencial teórico específico/ Autores mais citados na categoria dos trabalhos que não fazem menção a um aporte teórico definido - CBHEs), conforme especificado nos Quadros 14 e 15. Observa-se não só a presença de historiadores clássicos como referencial teórico privilegiado, como também, há a incidência dos filósofos e sociólogos, o que indica a importância dos respectivos campos do conhecimento nas pesquisas sobre a assistência à infância.

No percurso dessa pesquisa, procurou-se apresentar como o tema da assistência à infância está inserido na “dimensão” da História da Educação. Todavia, é sabido que em uma pesquisa que é integrante das ciências humanas, várias leituras poderiam ser feitas, utilizando os mesmos referenciais teóricos que abordam o tema e a mesma metodologia, ou com outras possibilidades existentes, mas ainda assim haveria outros caminhos e novos olhares para serem apresentados abordando o mesmo tema que é a assistência à infância.

Ao final dessa investigação, ainda permanecem algumas inquietações, tal como elaborar uma investigação para identificar nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, na pós-graduação em educação, publicadas no Banco de Teses da Capes, a partir dos anos 2000, aquelas que têm como objeto de estudo a história da infância. Tendo em vista esse desejo, a intenção é conhecer como a história da infância foi tomada como objeto de pesquisa na pós-graduação em educação e contribuir com a consolidação acerca da avaliação do conhecimento produzido sobre a história da infância.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, Martha; MARTINEZ, Alessandra Frota. Olhares sobre a criança no Brasil: perspectivas históricas. In: RIZZINI, Irene (Org.). **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997, p. 19-38.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPed). **Grupo de Trabalho História da Educação da Anped: uma breve história**. 2015. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/anped/sobre-a-anped/historia>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ASSOCIAÇÃO SUL-RIO-GRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ASPHE). Apresentação. 2017. Disponível em: <<http://asphe.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASTOS, Maria Helena. **Grupo de Trabalho História da Educação da Anped: uma breve história**. Rio de Janeiro: Anped, [2015?]. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho-comite-cientifico/grupos-de-trabalho/grupos-de-trabalho/gt02>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

BOTO, Carla. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN JÚNIOR, Moisés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-60.

BRASIL. **Lei Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Brasil. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 19 out. 2016).

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

BRITO, Angela Xavier; LEONARDOS, Ana Cristina. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, n. 113, p. 7-38, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a01n113.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.). **Produção histórica no Brasil, 1985-1994**. Catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em História. São Paulo: Xamã, 1995. 3v.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O GT História da Educação: um breve histórico. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd). **Histórico dos Grupos de Trabalho**. Belo Horizonte, 1995. p. 53-56.

CARVALHO, Carlos Henrique de et al. História da Educação no Brasil: pesquisa, organização institucional e estratégias de divulgação científica. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.10, n. 2, p. 45-67, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14632/8372>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault**: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Buenos Aires, Prometeo/Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 113-128, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a09.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

CATANI, Denice Barbara. A escrita da História da Educação: distâncias e proximidades na apropriação de fontes e métodos no caso das produções de Portugal, França, Espanha e Brasil. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 06-17, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38457/20265>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana (CIELA).

Presentación. 2016. Disponível em: < [https://drive.](https://drive.google.com/drive/folders/0BwkQnYtIvKzJOEphUzNJVDFFa1E)

[google.com/drive/folders/0BwkQnYtIvKzJOEphUzNJVDFFa1E](https://drive.google.com/drive/folders/0BwkQnYtIvKzJOEphUzNJVDFFa1E)>. Acesso em: 01 maio 2017.

DICIONÁRIO de Sociologia. Porto Alegre: Globo, 1970.

ENCICLOPÉDIA Barsa. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britannica do Brasil, 1997.

ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO (ECHE). **Centenário da Seca de 1915** – História, Educação e Literatura. 2015. Disponível em: < <http://www.uece.br/eventos/eche/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ENNHE).

Apresentação. 2016. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Apresentação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 34, p. 125-126, dez. 2001. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B6rP7MsfvW35cHJ0c0lvZmtkNkE/view>>. Acesso em: 01 maio de 2017>. Acesso em: 01 maio 2017.

FONSECA, Sérgio César da. Público e privado na organização da assistência à infância: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto durante a República Velha. In: VIII Jornada do HISTEDBR, 2008, Campinas. **Anais da VIII Jornada do HISTEDBR**. Campinas: HISTEDBR, 2008. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada8/trabalhos.html>. Acesso em: 09 jun. 2017.

FONSECA, Sérgio César da. **Infância e disciplina**: o Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al. Difusão, apropriação e produção do saber histórico: a Revista Brasileira de História da Educação (2001-2007). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.8, n.1, p. 171-234, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/113>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

GALVANIZ, Lucas Dario Romero Y. Representação e apropriação: discutindo os conceitos e analisando a Revista Brasileira de História. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 16., 2014, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2014. p. 1-8. Disponível em: <https://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/anais_historia/anais2014.html>. Acesso em: 21 jul. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da “meninice” nas Minas oitocentistas: a individualização do aluno. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 189-225.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL (HISTEDBR). **Apresentação**. 2015. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/sobre-nos.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da idade Média à época Contemporânea no Ocidente. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Tão longe, tão perto: as meninas do Seminário. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, v. II, p. 52-67.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. Os seminários de educando de São Paulo. In: MENEZES, Maria Cristina. (Org.). **Educação, memória, História**: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 213-263.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LOURO, Guacira Lopes (1992). Grupo de Trabalho de História da Educação: histórico, avaliação e perspectivas. In: **ANPEd**. Histórico e avaliação dos grupos de trabalho, 1992. p. 1-5.

LÜTH, Christophe. **A History of ISCHE (1979-2000)**. 2015. Disponível em: <<http://www.ische.org/about-ische/history/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Amas de leite mercenárias e crianças expostas no Brasil Oitocentista. In: RIZZINI, Irene (Org.). **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997. p. 143-153.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAZZOTTI, Alda Alves. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, n. 113, p. 39-50, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a02n113.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MOREIRA, Kênia Hilda. Balanço das produções da linha de pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade (FAED-UFGD): apontamentos para a escrita da História da Educação. In: FURTADO, Alessandra Cristina; SÁ, Elizabeth de (Orgs.). **História da Educação do Centro Oeste: instituições educativas e fronteiras**. Cuiabá: EduFMT, 2015. p. 95-113.

NUNES, Clarice. Uma história em construção. In: **ANPEd**. Documento de discussão de balanço de gestão (mimeo), 1991.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

PINTO, Manoel; SARMENTO, Manuel Jacinto. **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da criança da Universidade do Minho, 1997.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin; Nilton Milanez; Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC, 2011. 3. ed.

RIZZINI, Irma. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irma; FONSECA, Maria Teresa da. **Bibliografia sobre história da criança no Brasil**. Marília: UNESP Marília Publicações, 2001.

RIZZINI, Irma. Principais temas abordados pela literatura especializada sobre infância e adolescência Séculos XIX e XX. In: RIZZINI, Irene (Org.). **Olhares sobre a criança no Brasil – Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1997. p. 39-77.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a03v2691.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2015.

SARTOR, Carla Silvana Daniel. Perfil da produção atual das Ciências Humanas e Sociais sobre a criança pobre no Brasil. In: RIZZINI, Irene (Org.). **Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997. p. 79-105.

SAVIANI, Dermeval et al. Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 13-45, set./dez. 2011.

SAVIANI, Dermeval et al. História da Educação e Política Educacional. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE). **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 11-19.

SAVIANI, Dermeval. A produção em história da educação na pós-graduação. **InterMeio**, Campo Grande, v.15, n.29, p. 235-251, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/index.php/intm/article/view/2482>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Introdução ao tema socialização, 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/11994/11994.PDFXXvmi=OVvNRhrsVn7KtxMAGQO7>>

uAjQm6BW73sVZZKRgckdArZ51LFIDtP85a0shBpoFSIES6vaiRnSknxm9D5M8Uve6WHnz7Me18TUfp5xitrDRp1246Pd2Mr8J9vjhxjsseISkgeOIQH9RJexzr0IU965Fpm0ZGsrVclgsx5cpNmhwBf74gsZpA560r609Ar6MNMgmstMgQ5OrlVwCpw30Ca14h1eRtlFhIVFcpssthiKTfhwGOAGqLlv3KLUe7AwPwc>. Acesso em: 8 ago. 2017.

SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.1, n.1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SGARBI, Paulo. **Anped 25 anos**: CD-ROM histórico. Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM.

TANURI, Leonor Maria. Historiografia da educação brasileira: contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós Graduação. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 20, n. 50, p. 139-153, set./dez. 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30724/pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-47.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

WARDE, Miriam Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2007.

XAVIER, Libânia Nacif. Particularidades de um campo disciplinar em consolidação: balanço do I Congresso Brasileiro de História da Educação (RJ/2000). In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE). **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 217-234.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

ANEXO A - Relação dos trabalhos selecionados nos CBHEs para a análise – lista por autores

AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ANO
ALMEIDA, Jerusa da Silva Gonçalves	UESB	Um estudo sobre o ensino ministrado nas <i>Casas dos Expostos em Educação</i> , às crianças identificadas como pobres, desamparadas e ou abandonadas na cidade do Salvador (1847 – 1862).	2013
ALMEIDA, Marlaine Lopes de	UFS	Leyda Régis e a casa da doméstica Dom José Vicente Távora: educação e assistencialismo em Sergipe.	2008
ALVES, Laura Maria Silva Araújo	UFPA	A política higienista no Pará da Belle Époque e a proteção à infância pobre em 1912.	2013
ALVES, Laura Maria Silva Araújo; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva	UFPA	As casas de asilos da infância desvalida: o caminho das crianças abandonadas na Santa Casa de Misericórdia do Pará (1850-1910).	2011
BARBOSA, Andreson Carlos Elias	UFPA	A história das crianças marginalizadas na Amazônia: a experiência do Instituto Paraense de educandos artífices (1870-1899).	2011
BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes	USF	Autos de tutoria e contrato de órfãos (1891-1920): fonte para a História da Educação.	2004
BISPO, Alessandra Barbosa	UFS	Institucionalização dos menores abandonados e delinquentes em Sergipe.	2008
BISPO, Alessandra Barbosa	UNICAMP	A viagem pedagógica na busca de um modelo de instituição para assistência à infância desvalida em Sergipe.	2011
BONFIM, Paulo Ricardo; KUHLMANN JR., Moysés		A infância no horizonte médico paulista (1918-1929): uma análise das propostas relacionadas à infância e sua educação no âmbito da higiene e da eugenia.	2013
CÂMARA, Sônia	USP	Sob a defesa da República: a produção da infância pobre nos debates jurídico-educacionais no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920.	2004
CÂMARA, Sônia	¹⁴	A associação tutelar de menores como estratégia de intervenção e educação da infância desvalida do Distrito Federal de 1924 a 1934.	2008
CÂMARA, Sônia	UERJ	A infância como monumento no contexto das comemorações do centenário da Independência do Brasil em 1922.	2013
CARVALHO, Eliane Vianey de	UFSJ	Regulamento da assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes: a classificação e a educação dos “menores” na legislação mineira de 1927.	2011
CASTRO, César Augusto	UFMA	A educação da infância desvalida no Maranhão oitocentista: a Casa de Educandos Artífices.	2006
CHAMON, Carla Simone	CEFET-MG	Ensino de ofícios e meninos desvalidos: os alunos da escola de Aprendizizes Artífices de Minas Gerais na década de 1930.	2008

¹⁴ Não menciona no trabalho a instituição.

AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ANO
CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da	UFS	O internato do aprendizado agrícola Benjamin Constant: o espaço, o grupo dirigente e os internos.	2006
COSTA, Kátia Regina Lopes; MENDES, Alessandro Araújo	UFS	Os menores “anormais”, o gabinete de biologia criminal e o serviço de atendimento aos psicopatas em Sergipe (1920 a 1970).	2015
COSTA, Márcia Spadetti Tuão da	UERJ	Patronato São Bento: processos de escolarização e de assistência ao “menor” no município de Duque de Caxias (1950-1980).	2015
CRUDO, Matilde Araki	UFMT	Ensino de ofícios: práticas e representações dos militares na Província de Mato Grosso, na segunda metade do século XIX.	2000
CUNHA, Suzana Karyme Gonçalves da	UFMA	A educação de meninas desvalidas no Maranhão Império.	2011
DOURADO, Ana Cristina Dubeux	UFPE	Imagens da infância brasileira na Primeira República: um diálogo entre iconografia, discurso histórico e narrativa literária.	2002
DUARTE, Antônio Valdir Monteiro	UFU	A formação de meninas órfãs no estado do Pará no final do século XIX e primeira metade do século XX.	2011
FONSECA, Sérgio	UNESP/MARÍLIA	O Instituto Disciplinar do Tatuapé e a infância em conflito com a lei na cidade de São Paulo – 1890-1927.	2000
FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro de Souza Avelino de	UEPA	A educação de meninas órfãs e desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo (1850-1870).	2011
FREITAS, Marcos Cezar de	¹⁵	Em nome dos pobres: sobre o papel do estado e da escola na educação brasileira.	2008
GALVÍNCIO, Amanda Sousa	UFPB	Emergência da infância nas ideias de Carlos Dias Fernandes: educar, higienizar e moralizar a infância proletária.	2015
GONÇALVES, Irlen Antônio	CEFET-MG	A formação do sujeito trabalhador na República: o ensino técnico profissional e a criança desvalida da fortuna.	2011
GORGULHO, Talítha Maria Brandão	UFSJ	Sobre a infância órfã e a educação feminina no século XIX: o caso de Lavínia Pereira (1776-1908).	2008
GORGULHO, Talítha Maria Brandão; FONSECA, Thais Nívia de Lima e	UFMG	“Aos órfãos que ficaram”: educação dos filhos legítimos e ilegítimos das famílias abastadas mineiras setessentista.	2011
GUIMARÃES, Felipe Osvaldo	UFMG	A formação militar infantil na perspectiva da assistência aos desvalidos: a Companhia de Aprendizes Militares de Minas Gerais (1876-1891).	2013

¹⁵ Não menciona no trabalho a instituição.

AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ANO
GUIMARÃES, Paula Cristina David	UFSJ	Discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela revista do ensino de Minas Gerais (1925-1930).	2011
JINZENJI, Mônica Yumi	UFMG	Projeto de escolarização da infância pobre na Província de Minas Gerais (1825-1846).	2002
KUHLMANN JR., Moysés	USF	Ideias sobre a educação da infância no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, Rio de Janeiro, 1922.	2002
LIMA, Ana Laura Godinho	FE-USP	História dos saberes produzidos sobre os alunos em instituições de assistência a menores na cidade de São Paulo.	2000
LIMA, Solyane Silveira	UFS	Uma maneira de proteger e educar: a Casa Maternal Amélia Leite.	2008
LIMA, Solyane Silveira	UFMG	A educação para crianças e jovens desamparados na Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe (1868-1885).	2011
MAGOSSO, Luciana Bachiega; FONSECA, Sérgio César da	USP	A infância sob tutela: um estudo sobre os contratos de soldada e os autos de tutela na comarca de Ribeirão Preto (1876-1917).	2015
MATOS, Izalto Junior Conceição	UNICAMP	O instituto disciplinar de Mogi Mirim ou uma história de violência e abandono do menor.	2013
MELLO, Débora Teixeira de	UNICAMP	Estado e infância no Brasil (1899-1920): o discurso médico-higienista e a inspetoria de higiene infantil.	2011
MENDES, Alessandro Araújo	UFS	Assistencialismo e institucionalização da infância Sergipana (1942-1974).	2015
NASCIMENTO, Roberta Maria Aguiar do; ANANIAS, Mauricéia	UEPB	A cidade da Paraíba do Norte: as órfãs e as meninas desvalidas do Orphanato D. Ulrico 1922.	2015
NEGRÃO, Ana Maria Melo	UNICAMP	Educação de órfãs da febre amarela (1889) e direitos sociais (1870-1960).	2000
NEGRÃO, Ana Maria Melo	UNICAMP	Instituição total: por força da misericórdia.	2002
NEGRÃO, Ana Maria Melo	UNICAMP	Trajetória educacional do asilo de órfãs da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.	2006
NEREY, Marco Arlindo Amorim Melo	UFBA	A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas.	2008
OLIVEIRA, Elaine Christo; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés	USF	A promoção da educação infantil na obra e pensamento de Anália Franco.	2006
OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de	UFV	Educar e regenerar: os Patronatos Agrícolas e a infância pobre na primeira república.	2000

AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ANO
PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de	UFPA	Orphelinato Paraense: amparo e educação de meninas em Belém do Pará (1893-1910).	2015
RIBEIRO NETO, Alexandre	UNIRIO	Tenha piedade de nós: uma análise da experiência das meninas desvalidas do Educandário Nossa da Piedade -1925 a 1930.	2008
RIZZINI, Irma	UFRJ	Domesticar e civilizar: crianças indígenas e o ensino de ofícios no Norte do Brasil Imperial.	2002
ROCHA, José Fernando	USF	Vivendo e aprendendo: práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo 1896-1950.	2004
ROCHA, José Fernando Teles da	UNICAMP	Do infantil ao secretariado: o Externato São José e a educação feminina na capital paulista - 1880-1942.	2006
RODRIGUES, Flávia Sílvia; LIMA, Ana Laura Godinho	FE-USP	Instituições de Assistência à infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960: um estudo da legislação federal.	2002
SABINO, Eliane Barreto	UFPA	A instrução pública para crianças pobres no Colégio Nossa Senhora do Amparo na província do Grão-Pará: um estudo da infância na Amazônia (1850-1890).	2011
SANTANA, Josineide Siqueira de	UFS	As atividades e o cotidiano no orfanato de São Cristóvão a partir do relatório de 1941.	2008
SANTANA, Josineide Siqueira de	UFS	Papéis Velhos: a História do Orfanato de São Cristóvão e da Escola da Imaculada Conceição através de suas Fontes.	2013a
SANTANA, Josineide Siqueira de	UFS	Uma escola para meninas órfãs e desvalidas em São Cristóvão no início do século XX.	2013b
SANTANA, Josineide Siqueira de; SANTANA Rosemeire Siqueira de; MACIEL, Ane Rose de Jesus Santos	UFS	O uso das fontes para a história de instituições escolares confessionais: o Lar da Imaculada Conceição e a Instituição espírita Casa do Pequenino.	2015
SANTOS, Marileide Lopes dos	UFMG	Assistência às crianças expostas em Sabará/MG (1832-1854).	2004
SANTOS, Marileide Lopes dos	UFMG	Os desvalidos da sorte sob os olhos da administração municipal de Sabará.	2011
SCREMIN, João Valério	UNICAMP	Educação e assistência de meninas órfãs e desvalidas: em fins do século XIX.	2008
SILVA, Fernando Rodrigo dos Santos	PUC-Rio	Ideias sobre instituições de ensino para a infância minorizada nos Congressos do Centenário da Independência do Brasil.	2013
SILVA, Joseana de Fátima Machado da	UFPR	A instalação do abrigo provisório para menores abandonados de Santa Felicidade e a apologia à infância pobre nos discursos que o antecederam (Curitiba, 1940-1950).	2011

AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO	TÍTULO	ANO
SILVA, Joseane de Fátima Machado da	UFPR	A educação da criança desvalida em instituições de assistência à infância (Curitiba, 1947-1957).	2013
SILVA, Joseane de Fátima Machado da	UFPR	O papel do juiz privativo de menores Paranaense na educação de meninas e meninos nas décadas de 1930 e 1940.	2015
SILVA, Nelly Monteiro Santos	UFS	Órfãos de pai”: a história da infância sergipana e sua educação contada na prática do assoldadamento (1865 a 1895).	2008
SILVA, Rozenilda Maria de Castro	UFPI	Um modo do Piauí Imperial e Republicano de lidar com a educação da infância pobre: companhia de aprendizes marinheiros.	2008
SILVEIRA, Jussara Maria Viana	UFS	Postos de puericultura: um dos carros chefes das ações do DNCR na assistência, no cuidado e na educação da criança pequena no Brasil.	2011
SOUZA, Maria Zélia Maia	UFMG	A assistência pela profissionalização: o caso do instituto profissional João Alfredo (1910-1933).	2011
SOUZA, Maria Zélia Maia de	UNIRIO	Sociedade Amante da Instrução: benfeitora da “Inocência Desvalida” na Corte Imperial – 1844-1889.	2006
SOUZA, Rosângela de Souza	UNIBAN	A celebração da infância: os concursos de robustez e a construção de uma infância higienizada em São Paulo (1920-1930).	2006
STEPHANOU, Maria	UFRGS	Saúde, Higiene e civilidade em Manaus.	2004
TURINA, Keli Fernanda Rucco	UFPR	Educando a sensibilidade: a puericultura como alicerce da moral e do trabalho na escola maternal da Sociedade de Socorro aos Necessitados (Curitiba, 1928–1944).	2011
VIEIRA, Gustamara Freitas	UFJF	Educação, saúde e assistência no Estado Novo: o Departamento Nacional da Criança.	2004
VILELA, Maria Aparecida Augusto Satto	PUC-SP	História das instituições e práticas educativas - a institucionalização da criança órfã: orfanatos espíritas no triângulo mineiro, Minas Gerais (1964-1990).	2011
VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de	UFRN	Infância pobre e eugenia no maranhão nas primeiras décadas do século XX.	2008
XAVIER, Ana Paula da Silva	UFMG	Utensílios escolares e a escolarização da infância pobre no século XIX.	2008

ANEXO B – Tipos de fontes documentais analisadas nos trabalhos publicados e apresentados nos Anais dos CBHEs

AUTOR(ES)	Fonte(s) documental(ais)	Categoria	ANO
ALMEIDA, Jerusa da Silva Gonçalves	Relatórios e Atas	Instituições	2013
ALMEIDA, Marlaine Lopes de	Livro de atas	Instituições	2008
ALVES, Laura Maria Silva Araújo	Estatutos, jornais e revistas	Instituições/imprensa	2013
ALVES, Laura Maria Silva Araújo; ARAÚJO, Sônia Maria da Silva	Não especifica o tipo de fonte ¹⁶	--	2011
BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes	Autos cíveis de tutoria e contrato de órfãos do Poder Judiciário	Oficial	2004
BISPO, Alessandra Barbosa	Jornais do período	Imprensa	2011
BONFIM, Paulo Ricardo; KUHLMANN JR., Moysés	Boletins do Instituto Brasileiro de Eugenia; Revista Escolar; a obra de Renato Khel	Imprensa/sujeitos	2013
CÂMARA, Sônia	Código de Menores de 1927; Decreto de Portugal, de 1911 ¹⁷	Oficial	2004
CÂMARA, Sônia	Jornais e revistas; relatórios e Atas	Imprensa/instituições	2008
CÂMARA, Sônia	Artigos de jornais, Anais; Atas do Congresso; catálogos e relatórios	Imprensa/oficial	2013
CARVALHO, Eliane Vianey de	Regulamento de proteção e assistência	Oficial	2011
CASTRO, César Augusto	Leis de instrução pública; relatórios e regulamentos da instituição	Instituições/oficial	2006
CHAMON, Carla Simone	Pasta de alunos	Instituições	2008
CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da	Entrevistas	Sujeitos	2006
COSTA, Kátia Regina Lopes; MENDES, Alessandro Araújo	Processos criminais	Oficial	2015
COSTA, Márcia Spadetti Tuão da	Documentos oficiais	Oficial	2015
CRUDO, Matilde Araki	Relatos de presidentes de Província e Ministros	Oficial	2000
CUNHA, Suzana Karyme Gonçalves da	Artigos publicados na imprensa; relatórios e falas dos presidentes de Províncias; regulamentos das instituições	Instituições/imprensa/oficial	2011
DUARTE, Antônio Valdir Monteiro	Relatórios Administrativos municipais; Livros de entrada e saída das internas, livros com termos de exames; Livro comemorativo da Ordem Religiosa	Instituições/oficial	2011
FONSECA, Sérgio	Documentação produzida por médicos, juristas, parlamentares, agentes governamentais e institucionais	Sujeitos/oficial	2000
FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro de Souza Avelino de	Regulamentos do colégio; requerimentos de matrícula; jornais	Imprensa/instituições	2011

¹⁶ Os autores afirmam se tratar de pesquisa documental, porém, não especifica qual o tipo de fonte analisada.

¹⁷ Não está especificado no trabalho qual é a denominação do Decreto.

AUTOR(ES)	Fonte(s) documental(ais)	Categoria	ANO
GONÇALVES, Irlen Antônio	Mensagens dos presidentes de Estado	Oficial	2011
GORGULHO, Talítha Maria Brandão	Contas de tutela	Oficial	2008
GORGULHO, Talítha Maria Brandão; FONSECA, Thais Nívia de Lima e	Inventários e testamentos	Oficial	2011
GUIMARÃES, Paula Cristina David	Revista do Ensino	Imprensa	2011
JINZENJI, Mônica Yumi	Manual didático-pedagógico; o periódico O Universal; legislação educacional; relatórios; requerimentos; portarias	Manual escolar/imprensa/ Instituições/oficial	2002
KUHLMANN JR., Moysés	Congresso brasileiro de proteção à infância	Instituições	2002
LIMA, Ana Laura Godinho	Fichas de identificação de alunos; relatórios psicológicos; questionários aplicados aos menores; registros dos professores; entrevistas com familiares dos internos	Instituições/sujeitos	2000
MAGOSSO, Luciana Bachiega; FONSECA, Sérgio César da	Autos de tutela; contratos de soldada	oficial	2015
MATOS, Izalto Junior Conceição	Documentação referente ao funcionamento do Instituto disciplinar de Mogi Mirim	Instituições	2013
MENDES, Alessandro Araújo	processos; ofícios; alvarás; editais; jornais; revistas e fotografias	Imprensa/oficial	2015
NASCIMENTO, Roberta Maria Aguiar do; ANANIAS, Mauricéia	Jornal <i>A Imprensa</i> ; relatórios do orfanato; fichas de matrículas	Imprensa/instituições	2015
NEGRÃO, Ana Maria Melo	Entrevistas com egressas do <i>Asilo de Órfãos</i>	Sujeitos	2000
NEGRÃO, Ana Maria Melo	Jornais; fotografias; regulamentos da Santa Casa de Misericórdia; cadernos das egressas; relato oral	Imprensa/instituições/sujeitos	2002
NEGRÃO, Ana Maria Melo	Livros judiciários; livros de matrícula	Oficial/instituições/sujeitos	2006
NERY, Marco Arlindo Amorin Melo	Arquivos públicos; arquivo do poder judiciário	Instituições/oficial	2008
OLIVEIRA, Elaine Christo; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés	Revista Álbum das meninas; manuais da escola maternal; relatórios da AFBI	Imprensa/instituições	2006
OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de	Decreto de criação dos Patronatos Agrícolas	Oficial	2000
RIBEIRO NETO, Alexandre	Relatórios e Estatuto da instituição; testamento da Condessa do Rio Novo; Atas da câmara dos vereadores; os periódicos <i>O Arealense</i> e o <i>Cartaz</i>	Instituições/sujeitos/ oficial/imprensa	2008
RIZZINI, Irma	Proposta pedagógica da Instituição Artífice	Instituições	2002
ROCHA, José Fernando	Relatórios da mordomia do asilo	Instituições	2004
ROCHA, José Fernando Teles da	Relatórios da mordomia do asilo; jornais; Leis; Pareceres	Instituições/imprensa/oficial	2006

AUTOR(ES)	Fonte(s) documental(ais)	Categoria	ANO
SANTANA, Josineide Siqueira de	Relatórios do <i>Orfanato São Cristovão</i>	Instituições	2008
SANTANA, Josineide Siqueira de	Livros de matrícula da instituição	Instituições	2013a
SANTANA, Josineide Siqueira de	Livros de matrícula e regimentos da instituição	Instituições	2013b
SANTANA, Josineide Siqueira de; SANTANA Rosemeire Siqueira de; MACIEL, Ane Rose de Jesus Santos	Regulamento interno e livro de matrícula da instituição	Instituições	2015
SANTOS, Marileide Lopes dos	Livro de matrícula das expostas; Atas da Câmara Municipal;	Instituições/oficial	2004
SANTOS, Marileide Lopes dos	Correspondências da Câmara Municipal	Oficial	2011
SCREMIN, João Valério	Estatuto e regimento do Asilo	Instituições	2008
SILVA, Fernando Rodrigo dos Santos	Documentos referentes à seção de assistência do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância; e da seção de Direito Penal do Congresso Comemorativo da Independência do Brasil	Instituições/oficial	2013
SILVA, Joseana de Fátima Machado da	Documentos do arquivo público; do arquivo da Secretaria de Estado da Infância e Juventude	Oficial	2011
SILVA, Joseane de Fátima Machado da	Relatórios da Diretoria Geral da Educação	Oficial	2013
SILVA, Joseane de Fátima Machado da	Autos de Processos do Juizado de Menores; jornal Correio do Paraná	Imprensa/oficial	2015
SILVA, Nelly Monteiro Santos	Processos judiciais; processos de tutoria de órfãos desvalidos	Oficial	2008
SILVA, Rozenilda Maria de Castro	Correspondências; atas; relatórios; regulamentos; plantas arquitetônicas; almanaques; jornais; Leis do Império e da República	Instituições/sujeitos/oficial/imprensa	2008
SOUZA, Maria Zélia Maia	Relatórios do IPJA e dos prefeitos	Instituições/oficial	2011
SOUZA, Maria Zélia Maia de	Periódico <i>Almanak Laemmert</i>	Imprensa	2006
SOUZA, Rosangela de Souza	Jornais; periódico <i>Revista Educação</i> ; legislações; arquivos de instituições de assistência à infância	Instituições/imprensa/oficial	2006
STEPHANOU, Maria	Manuais médicos	Sujeitos	2004

AUTOR(ES)	Fonte(s) documental(ais)	Categoria	ANO
TURINA, Keli Fernanda Rucco	Atas, correspondências, relatórios e programas da <i>Sociedade de Socorro aos Necessitados</i>	Instituições	2011
VIEIRA, Gustamara Freitas	Documentos do Centro de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e da biblioteca da UFRJ	Instituições	2004
VILELA, Maria Aparecida Augusto Satto	Não especifica o tipo de fonte ¹⁸	--	2011
VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de	Periódico <i>A Pacotilha</i> ; mensagens de governadores; relatórios do Instituto de Assistência do Maranhão	Instituições/imprensa/oficial	2008
XAVIER, Ana Paula da Silva	Leis de ensino da província de Mato Grosso; relatórios de presidentes de província; correspondências, ofícios, lista de pedidos e livro de registro da instrução pública	Oficial	2008

¹⁸ A autora afirma se tratar de pesquisa documental, porém, não especifica qual o tipo de fonte analisada.

ANEXO C - Ficha de análise das produções científicas

TÍTULO

AUTOR(ES):

ORIENTADOR:

INSTITUIÇÃO DO(OS) PESQUISADOR

(ES):

ANO DE PUBLICAÇÃO:

SITUAÇÃO DA PESQUISA:

NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO:

RECORTE TEMPORAL PRIORIZADO NO TRABALHO:

TEMA (CENTRAL)

ABORDADOS:

AUTORES

CITADOS:

CONCEITOS CENTRAIS SOBRE A CONCEPÇÃO DE
INFÂNCIA: _____

PROCEDIMENTOS

METODOLÓGICOS: _____

RESULTADOS

ESPERADOS: _____

PRINCIPAIS

ASPECTOS: _____

CONCLUSÕES: _____